

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE
CAMPINAS – FUNDAÇÃO “ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO”

Autora: Jéssica Rossetto

Orientadora: Profa. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento

Campinas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS:
UM ESTUDO DE CASO DA FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE
CAMPINAS – FUNDAÇÃO ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO

Autora: Jéssica Rossetto

Orientadora: Profa. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento

Dissertação apresentada para obtenção do título de **Mestre em Educação** pela Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento

Prof. Dr. José Roberto Ruz Perez

Prof. Dr. Eliezer Rizzo de Oliveira

Campinas

2006

Simplesmente à minha mãe...

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo incentivo constante...

Ao meu irmão Jônatas, por ser o meu modelo de inspiração e admiração...

Ao meu companheiro...

À minha orientadora Profa. Dra. Maria Evelyn Pompeu do Nascimento, que esteve presente em todos os momentos da pesquisa, como amiga e professora, com a paciência, atenção, dedicação, incentivo, pelos muitos puxões de orelha... enfim pelas orientações que possibilitaram a realização dessa pesquisa.

Aos professores Dr. José Roberto Rus Perez e Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira, pelas preciosas contribuições.

Aos colegas do LaPPlanE - Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional e às funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação e da Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP, pela atenção e amizade;

À Fundação FEAC, que acolheu desde o início a realização desta pesquisa... e à atenção de Rezende, Dr. Darcy, Vanessa, Maria José, Márcia Beatriz, Marici, Silvia, Maristela, Telma, Andréa, Cristina, Luciano, Oswaldo, Renata, Maria Bernadete, Hélida, Márcia, Valéria, Rozemari, Nadir, Priscila, Laércio, Antônio Carlos ao Padre Haroldo e todas as outras pessoas que indiretamente contribuíram e conviveram durante oito meses com as minhas idas e vindas;

Aos meus amigos que compartilharam todos os momentos desta pesquisa e sempre me incentivaram a acreditar que tudo era possível... Mesmo o impossível!!!

Agradeço à CAPES/ MEC - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo a análise do processo de implementação da Fundação FEAC, em especial dos programas e projetos educacionais para crianças e adolescentes de suas instituições filiadas desde a sua fundação de 1964 até 2004. Buscamos verificar as estratégias de organização da instituição, visando os programas e projetos educacionais para crianças e adolescentes, no que diz respeito às políticas de assistência e educação para crianças em Campinas, em especial a atuação da Fundação FEAC.

Quanto ao aspecto metodológico, utilizamos como referencial para a análise do processo de implementação temporal da Fundação FEAC, os seguintes indicadores: sua estrutura organizacional, sua forma de atendimento, de gestão, seus procedimentos de captação de recursos financeiros, os recursos humanos, quais foram os atores sociais, quais são as instituições filiadas à Fundação FEAC e segmento de atuação destas.

Tais indicadores possibilitou- nos visualizar a importância da Fundação FEAC na história das políticas de assistência e educação na cidade de Campinas, no que diz respeito a programas e projetos sociais e educacionais para crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais e pelo fato de representar uma referência nacional com relação ao seu modelo de gestão social.

PALAVRAS-CHAVES: Federação das Entidades Assistenciais de Campinas; Políticas públicas; Educação; Assistência em instituições; Educação de crianças.

ABSTRACT

This work has as a main core the analysis of the Fundação FEAC implementation process, mainly the programs and educational projects devoted to children and adolescents, developed by the FEAC's associate institutions, during the period from 1964 to 2004. It was focused the way the foundation planned and worked on the children education and care politics.

As methodology, the temporal analysis of the FEAC's implementation process was done using the following criteria: the foundation structure, its procedures for attendance, its management, the fundraising activity and its human resources. It was also tried to identify who had been the social actors, who are the associates institutions and how they contributed for the Fundação FEAC goals.

Such methodology made possible the understanding of how important was, and still being, the Fundação FEAC for the history of the care and educational politics in the city of Campinas, mainly with respect to the social and educational programs and projects directed for children, adolescents, old-age people and special needs people, and also because Fundação FEAC consolidated itself as a national reference for a successful social management model.

KEYWORDS: Federação das Entidades Assistenciais de Campinas; Public policy; Education; Benevolent institutions; Education of children.

LISTA DE SIGLAS

ACIC	Associação Comercial e Industrial de Campinas
APASP	Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Conselho de Entidades Filiadas
CEPIM	Centro de Proteção à Infância e Maternidade
CEPROM	Coordenação de Entidades para a Promoção do Menor
CETREVO	Centro de Treinamento do Voluntário
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
CRIS	Centro de Recuperação e Integração Social
DAI	Divisão de Ação Institucional
DATE	Divisão de Assistência Técnica Especializada
DDSE	Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional
DAC	Divisão de Ação Comunitária
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DOC	Desenvolvimento e Organização de Comunidade
DRE	Departamento de Relações com Entidades
DSE	Departamento de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEAC	Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

FEBEM	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Fundação FEAC	Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação Odila e Lafayette Álvaro
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OG's	Organizações Governamentais
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAI's	Postos de Atendimento Integrados
PDC	Partido Democrata Cristão
PLIMEC	Plano de Integração do Menor na Comunidade
PNBEM	Política Nacional do Bem Estar do Menor
PRAI	Programa de Atuação Indireta
PRECOM	Programa de Educação Complementar para Menores
PRECOP	Programa de Educação Complementar dos Pais
PROCOP	Programa de Colocação e Orientação Profissional
PRONAN	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria

SMCC	Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas
SSE	Serviço Social do Estado
TLC	Treinamento de Lideranças Cristãs
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Variáveis e Indicadores da Pesquisa.....	10
QUADRO 02	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1965).....	49
QUADRO 03	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1966).....	55
QUADRO 04	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1969).....	61
QUADRO 05	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1970 – 1972).....	68
QUADRO 06	Principais Ações e Objetivos da Fundação FEAC (1972 –1974).....	80
QUADRO 07	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1973 – 1974).....	85
QUADRO 08	Principais Ações e Objetivos da Fundação FEAC (1974 – 1976).....	90
QUADRO 09	Estrutura Organizacional do Departamento de Serviço Social (1975).....	94
QUADRO 10	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1975).....	94
QUADRO 11	Principais Ações e Objetivos da Fundação FEAC (1976 – 1982).....	96
QUADRO 12	Estrutura Organizacional do Departamento de Promoção Social (1982)..	114
QUADRO 13	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1977 – 1980).....	115
QUADRO 14	Principais Ações e Objetivos da Fundação FEAC (1983 – 1988).....	117
QUADRO 15	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1983 – 1987).....	119
QUADRO 16	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1991).....	131
QUADRO 17	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1992-1994).....	135
QUADRO 18	Projetos Selecionados pelo BID e as Entidades que os Desenvolveram...	139
QUADRO 19	Novos Departamentos e seus Respectiveos Projetos (1995).....	142
QUADRO 20	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1994-1996).....	153
QUADRO 21	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1996-2000).....	161

QUADRO 22	Áreas de Concentração, Programas e Projetos do DDSE da Fundação FEAC.....	165
QUADRO 23	Entidades Filiadas a Fundação FEAC (2001 – 2002).....	166

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Instituições de Campinas (1965).....	44
TABELA 02	Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1965).....	50
TABELA 03	Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1966).....	56
TABELA 04	Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1970-1972).....	69
TABELA 05	Segmento de Atuação no Primeiro Momento de Criação da Fundação FEAC (1965-1972).....	72
TABELA 06	Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1973-1974).....	86
TABELA 07	Núcleos Comunitários e Números de Usuários que foram Atendidos pelo PLIMEC em 1976 em Campinas.....	102
TABELA 08	Números de Usuários dos Grupos de Trabalho dos Núcleos Comunitários do PLIMEC em 1976.....	102
TABELA 09	Profissionais do Departamento de Promoção Social (1977-1982).....	112
TABELA 10	Números de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1977-1980).....	116
TABELA 11	Números de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1983-1987).....	120
TABELA 12	Segmento de Atuação do Segundo Momento de Expansão da Fundação FEAC (1973-1988).....	123
TABELA 13	Números de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1991).....	131
TABELA 14	Números de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1992-1994).....	137
TABELA 15	Número de Crianças Atendidas por Entidades Filiadas por Ano.....	140
TABELA 16	Número Total de Crianças e Adolescentes Atendidos pelo BID por Ano (1993-1998).....	141

TABELA 17	Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1992-1994).....	154
TABELA 18	Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1996-2000).....	162
TABELA 19	Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (2001-2002).....	166
TABELA 20	Segmento de Atuação do Terceiro Momento de Expansão da Fundação FEAC (1989-2004).....	170

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Número de Entidades Filiadas a Fundação FEAC no 1º. Momento (1965 – 1972).....	63
GRÁFICO 02	Número de Entidades Filiadas a Fundação FEAC no 2º. Momento (1973 – 1988).....	124
GRÁFICO 03	Número de Entidades Filiadas a Fundação FEAC no 3º. Momento (1989 – 2004).....	171

LISTA DE ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA 01	Estrutura Organizacional da Fundação FEAC no 1º. Momento (1965 – 1972).....	70
ORGANOGRAMA 02	Estrutura Organizacional da Fundação FEAC no 2º. Momento (1973 – 1988).....	121
ORGANOGRAMA 03	Estrutura Organizacional da Fundação FEAC no 3º. Momento (1989 – 2004).....	168

SUMÁRIO

Dedicatória.....	v
Agradecimentos.....	vii
Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Lista de Siglas.....	xiii
Lista de Quadros.....	xvii
Lista de Tabelas.....	xviii
Lista de Gráficos.....	xix
Lista de Organogramas.....	xix
INTRODUÇÃO.....	01
1. Apresentação.....	02
2. Abordagem e Procedimentos Metodológicos.....	04
CAPÍTULO I. Momento de Criação (1958 - 1976) da Fundação FEAC.....	17
1. Um Pouco da Historia de Campinas.....	18
1.1. Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” (1958)	26
1.2. Busca de Soluções para a Assistência Social em Campinas: Criação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) (1959 – 1963).....	31
1.3. Junção da FEAC com a Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” (1964).....	35
1.4. Primeira Gestão (1964 – 1966): Diretoria Executiva Provisória da Fundação FEAC.....	38
1.4.1. Os Primeiros Passos da Fundação FEAC.....	38
1.4.2. O Departamento de Serviço Social (DSS).....	40
1.4.2.1. Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC).....	41
1.4.2.2. Primeiro Plano de Trabalho do Departamento de Serviço Social	44
1.4.3. Estratégia de Convencimento da Comunidade sobre a Integração das Obras Sociais: Fundo Unido e Hora da Comunidade.....	46
1.4.4. Primeiras Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1965).....	48

1.4.5. Serviço de Repressão a Mendicância.....	51
1.5. Segunda Gestão (1966 – 1968): Primeira Diretoria Definitiva.....	54
1.5.1. A Consolidação da Fundação FEAC.....	54
1.5.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1966).....	55
1.5.3. Profissionalização dos Funcionários da Fundação FEAC.....	56
1.5.4. A Fundação FEAC se Apresenta ao Mundo: Comitê Coordenador de Serviço Voluntário Internacional da UNESCO (1966)	57
1.5.5. Programa de Educação de Base - Projeto Clube de Mães (1967)	58
1.6. Terceira Gestão (1968 – 1970): Segunda Diretoria Executiva da Fundação FEAC.....	60
1.6.1. Departamento de Serviço Social – Projeto Clube de Mães e Entidades Filiadas (1969).....	61
1.6.2. CETREVO – Centro de Treinamento de Voluntários	62
1.6.3. Seminário Regional de Capacitação de Líderes em Serviço Voluntário.....	63
1.7. Quarta Gestão (1970 – 1972): Problema do Menor e Recuperação do Marginalizado.....	63
1.7.1. Plano de Ação: Esquadrinhamento.....	64
1.7.2. Semana de Estudos do Problema do Menor na Região de Campinas (1970)....	64
1.7.3. CEPROM – Coordenação de Entidades para Promoção do Menor (1971).....	65
1.7.4. Estrutura Organizacional da Fundação FEAC.....	66
1.7.5. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1970-1972).....	68
1.8. Síntese do Primeiro Momento de Criação de Fundação FEAC (1958-1964).....	69
 CAPÍTULO II. Momento de Expansão (1972 – 1988).....	77
2.1. Quinta Gestão (1972 – 1974): Discussão de Soluções e Propostas para o Menor.....	78
2.1.1. Algumas Ações da Secretaria de Promoção Social de Campinas e a Fundação FEAC.....	80
2.1.1.1. CRIS – Centro de Recuperação e Integração Social (1974).....	82
2.1.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1972 – 1974).....	84
2.1.3. Departamentos Técnicos e Administrativos da Fundação FEAC: Estrutura	

Organizacional.....	86
2.2. Sexta Gestão (1974 – 1976): Reeducação do Menor Infrator.....	87
2.2.1. Centro de Reeducação do Menor Infrator – Colégio “Dr. Augusto de Almeida” (1975).....	90
2.2.2. Departamento de Serviço Social: Olhar da Psicologia.....	93
2.2.3. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1975).....	94
2.3. Sétima, Oitava e Nona Gestão (1976 – 1978): Promoção Social.....	95
2.3.1. Fundação FEAC e Shopping Center Iguatemi (1980).....	97
2.3.2. PLIMEC – Plano de Integração do Menor na Comunidade (1976 – 1982).....	99
2.3.3. Pró-nutri.....	106
2.3.4. Projeto Núcleo Comunitário Jardim Santa Lúcia.....	106
2.3.5. Departamento de Promoção Social: Outros Projetos e Programas (1976 – 1982).....	109
2.3.6. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1977 – 1980).....	114
2.4. Décima a Décima Segunda Gestão (1982 – 1988): Mobilização Social.....	116
2.4.1. Programa de Ação Regionalizada e Secretaria de Promoção Social de Campinas.....	118
2.4.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1983 – 1987).....	119
2.5. Síntese do 2º. Momento de Expansão da Fundação FEAC (1972 – 1988).....	120
CAPÍTULO III. Momento de Transformação (1988 – 2004).....	127
3.1. Décima Terceira e Décima Quarta Gestão (1988 – 1992): Consolidação de Direitos.....	128
3.1.1. Ações do Departamento de Promoção Social (1988 – 1992).....	129
3.1.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1991).....	130
3.2. Décima Quinta Gestão (1992 – 1994): Conceito de Qualidade e Produtividade.	132
3.2.1. Departamento de Promoção Social (1992 – 1994): Sistema de Rede.....	133
3.2.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1992 – 1994).....	134
3.3. Décima Sexta Gestão (1994 – 1996): Parceria de Programas.....	137
3.3.1. Programa de Apoio a Criança e Adolescente em Circunstâncias Especialmente Difíceis na Cidade de Campinas – BID/ Fundação FEAC.....	138

3.3.2. Departamento de Promoção Social: Subdivisão – Criação de Novos Departamentos de Execução Técnica (1995).....	141
3.3.2.1. Departamento de Relações com Entidades: Parcerias para a Educação.....	142
3.3.2.2. Departamento de Cursos e Pesquisas: “Movimento Aliança de Campinas pela Educação” (1995 – 1997).....	144
3.3.2.3. Departamento de Profissionalização (1995).....	148
3.3.2.4. Departamento de Voluntários.....	150
3.3.3. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1994 – 1996).....	152
3.4. Décima Sétima e Décima Nona Gestão (1996 – 2000): Engenharia Social.....	154
3.4.1. Departamentos – Relações com Entidades e Profissionalização: Educação.....	156
3.4.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1996 – 2000).....	160
3.5. Vigésima e Vigésima Primeira Gestão (2000 – 2004).....	162
2.5.1. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (2001 – 2004).....	166
3.6. Síntese do 3º. Momento de Transformação da Fundação FEAC (1988 – 2004)..	167
CONCLUSÃO	175
BIBLIOGRAFIA	181

INTRODUÇÃO

Apresentação

Nesta pesquisa nos propomos apresentar as políticas de assistência e educação para crianças em especial a atuação da Fundação FEAC, desde a sua fundação em 1964. Esta nos remete à análise do processo de implementação da Fundação FEAC, em especial dos programas e projetos desenvolvidos por ela para crianças e adolescentes em suas entidades filiadas.

Ao pensarmos nas políticas de assistência às crianças, na história, nos remetemos à construção do significado social que a criança tem em nossa sociedade. Percebemos que a construção da importância da criança foi gradualmente crescendo em paralelo com a evolução do mercado de trabalho e a necessidade de mão-de-obra para suprir sua demanda – nesse processo a criança deixou de ser um objeto de interesse e preocupação somente da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, ou seja, a criança passou a ser o bem mais valioso de uma nação. Portanto, preservá-la pressupõe a compreensão e amplitude política de seu papel social em cada sociedade (NASCIMENTO, 2001).

Segundo Kuhlmann (1991) e Rizzini (1997), as pesquisas sobre assistência às crianças, constituem uma das vertentes de estudos de pesquisadores que tratam sobre a história da infância. Desde que começaram a serem realizados estudos sobre a sociedade, família e população a diversidade das fontes de referências coletadas para tais estudos – como, por exemplo, inventários, testemunhos orais, jornais de época, acervos paroquiais, enfim uma gama de dados possibilitaram que outras questões ainda não estudadas, fossem abordadas.

No caso da história da assistência à infância, esses dados possibilitaram estudos sobre instituições que acolhiam as crianças pobres, modalidades de atendimento, análises sociológicas da legislação sobre a criança, a infância abandonada, pesquisas que apontavam aspectos sobre a condição infantil, análises históricas sobre a assistência à criança pobre, enfim, uma infinidade de aspectos referentes à assistência à criança. Contudo, enquanto algumas temáticas são minuciosamente destrinchadas, outras estão à espera para serem estudadas, investigadas e aprofundadas. (KUHLMANN, 1991)

Partindo desse princípio, consideramos esta pesquisa necessária, pela importância que a Fundação FEAC tem na história das políticas de assistência e educação no município de Campinas, durante os seus quarenta anos de existência, através da elaboração e implementação de programas e projetos sociais e educacionais para suas entidades filiadas que atendem crianças,

adolescentes, adultos, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais e pelo fato de representar uma referência nacional com relação ao seu modelo de gestão social.

Investigarmos portanto o processo de implementação da Fundação FEAC, desde a sua criação até os dias de hoje, apontando a sua estrutura organizacional sua forma de atendimento, da forma de gestão, seus procedimentos de captação de recursos financeiros, os recursos humanos, quais foram os atores sociais, quais são os programas e projetos desenvolvidos, quais são as entidades filiadas à Fundação FEAC, a região e segmento de atuação das entidades filiadas.

Acreditamos que os resultados obtidos na pesquisa possam contribuir para outras pesquisas referentes às políticas de assistência e educação para crianças, principalmente àquelas ligadas ao estudo de caso de uma fundação de direito privado, de cunho filantrópico e utilidade pública que tem diversas entidades a ela filiadas que atendem aos mais diversos segmentos de atuação – como educação infantil e atendimento complementar à escola, educação infantil, atendimento complementar, abrigo para idosos, reinserção social, saúde, centros comunitários, pessoas portadoras de deficiência, abrigo para crianças e adolescentes, que organiza programas e projetos sociais e educacionais e realiza parcerias com empresas e o poder público como ocorre com a Fundação FEAC.

A Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” (Fundação FEAC), foi criada em 1964 por um grupo de filantropos, composto por empresários, advogados, médicos, juristas, preocupados com a situação precária de arrecadação de recursos das entidades filiadas que atendiam a população pobre visando a organização e racionalização das ações do sistema de assistência social da cidade de Campinas.

A Fundação FEAC em 2004 reunia 100 entidades filiadas a ela, divididas por 10 segmentos de atuação que compreendem, 06 abrigos para crianças e adolescentes, 02 abrigos para idosos, 19 entidades de atendimento complementar, 06 centros comunitários, 21 entidades de educação infantil, 11 entidades de educação infantil e atendimento complementar à escola, 04 entidades que atuam em outras áreas não especificadas, 15 entidades para atendimento de pessoas portadoras de necessidades, 10 entidades de reinserção social e saúde, abrangendo um público-alvo direto de aproximadamente de 29.911 usuários.

Para desenvolver as suas atividades a Fundação FEAC conta com uma gestão institucional composta por Conselho Curador e Diretoria executiva formada por cinco vice-

presidentes voluntários e a gestão administrativa composta por 08 departamentos – Departamento Financeiro, Departamento de Recursos Humanos, Departamento de Marketing, Departamento de Engenharia e Arquitetura, Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional, Departamento Jurídico, Departamento de Comunicação e Departamento de Gestão de Programas de Voluntários os quais ofereciam às entidades filiadas.

Enfim, ao longo dos seus 40 anos de existência a Fundação FEAC oferece às entidades filiadas assistência e assessoria técnica, científica, jurídica, contábil e financeira para o bom desempenho e desenvolvimento dos programas e projetos sociais.

Abordagem e Procedimentos Metodológicos

Segundo Ham&Hill (1993, p.14)¹, o escopo da análise de políticas se preocupa com o estudo do processo da política, ou seja, com a construção da agenda com o processo de formação, elaboração, implementação e avaliação das políticas que correspondem às causas e conseqüências da ação de governo. Mas, afinal, o que é política? Segundo Abranches (1987, p.10), política é,

conflito. Oposição e contradição de interesses. Conflito negociado, regulamentado por instituições políticas de natureza vária, condicionado por mediações que tornam possível reduzir os antagonismos e projetá-los em movimento positivo. Política é, também, poder, transformando-se, freqüentemente, em um jogo desequilibrado que expõe os meios dos mais poderosos e reduz as chances dos mais fracos. Quem detém instrumentos eficazes de pressão tem maior probabilidade de obter mais da ação do Estado do que aqueles dependentes dessa própria ação para conseguir o mínimo indispensável à sua sobrevivência.

A política expressa um comportamento característico dela própria, ou seja, o seu comportamento tem um propósito, uma intenção planejada de diversas decisões de atores participantes do processo, que se põem em movimento para alcançar certos objetivos, através de determinados meios, ela é uma ação com sentido – até mesmo, na não ação, ela pode expressar uma estratégia frente a uma questão.

Portanto, a real política, luta pelo poder em função de interesses e vantagens que se expressam e efetua no processo de elaboração das políticas. As questões que uma política quer

¹ HAM, Christopher & HILL, Michael. *The policy process the modern capitalist state*. New York: Haverster Wheatsheaf, 1993. Tradução de Renato Amorim e Renato Dagnino. Mimeo.

tratar e a maneira como ela é tratada, acabam por fortalecer ou debilitar os interesses e as expectativas dos grupos sociais que nela estão interessados (AGUILAR VILLANUEVA, 1996, p.31).

Nas arenas políticas, compostas por variados grupos de interesses, é que ocorre o processo de formular hipóteses sobre a composição, dinâmica e desempenho da política. Estas arenas são espaços de resistência e consenso, nelas as decisões são caracterizadas conforme os impactos de custo e benefício que os grupos de interesse esperam de uma determinada política. Como consequência, será neste campo de ação que as política serão definidas, como sendo política social, política econômica, política fiscal, política de saúde, etc (VIEIRA, 2001, p.18).

Neste contexto, Nascimento (2001, p.09) apoiada em Thoenig (1985) afirma:

- a) uma política pública é constituída por um conjunto de medidas concretas que formam a sua substância;
- b) ela compreende decisões ou formas de destinação de recursos cuja natureza é mais ou menos autoritária. Quer ela seja explícita ou somente latente, a coerção é sempre latente;
- c) uma política pública se inscreve em um quadro geral de ação, o que permite, em princípio, distingui-la de simples medidas isoladas;
- d) uma política pública tem um público (ou públicos), ou seja, indivíduos, grupos ou organizações cuja situação é afetada por ela;
- e) uma política pública define obrigatoriamente objetivos e metas a cumprirem função de normas e valores.

Completando, “(...) o sentido de uma política não é necessariamente aquilo apregoado pelo gestor, podendo haver um sentido explícito e um implícito; ou ainda, uma política pode consistir exatamente em nada fazer” (NASCIMENTO, 2001, p.09).

E para que um determinado problema seja inscrito na agenda política, segundo Nascimento (2001, p.08) apoiada em Padioleau (1982, p.25), precisa responder a três características:

(...) (a) as elites (sindicatos, administradores, políticos) e os cidadãos devem estar mais ou menos organizados para definir uma situação como *problemática* porque percebem *desregramentos entre aquilo que é e aquilo que deveria ser*, (b) a descoberta do problema é acompanhada de um “*procedimento de etiquetagem*” que qualifica como *de competência das autoridades públicas*, (c) a intervenção da sociedade política é esperada ainda que isto possa significar nada fazer.

Desta forma, a agenda política é definida, segundo Nascimento (2001, p.08), como “*aquilo que os Estados nacionais ou que uma determinada coletividade local compreende como*

o conjunto de problemas que demandam um debate público visando às intervenções que as autoridades políticas legítimas acabarão por determinar”.

São diversos os fatores que influenciam na construção da agenda política, segundo Viana (1996) citado por Palmen (2004, p.15), dentre eles estão os participantes ativos, que podem ser classificados como atores governamentais ou não-governamentais.

No primeiro momento, os atores governamentais são aqueles que compõem os cargos administrativos de alto escalão e se utilizam de recursos legais. Segundo Palmen (2004, p.15), eles são tidos como *“vitais para a construção da agenda, mas menos vitais para a fase de especificação de alternativas e menos ainda para a fase de implementação”.*

Já os atores não-governamentais, que se inserem no cenário da nossa pesquisa, são representados pelos grupos de pressão ou interesse, grupos acadêmicos, pela mídia, partidos políticos e de opinião pública (PALMEN, 2004, p.16).

Nesse contexto, a Fundação FEAC se constitui como um grupo de pressão, de interesses para a formulação e implementação das políticas. E tem sido um importante agente formado por atores não-governamentais, para a definição da agenda política da Assistência Social em Campinas. Em momentos, ela, em parceria com o poder público é quem formula e implementa as políticas de assistência, através de programas em suas entidades filiadas.

Portanto, segundo Rus Perez (2001, p.66), se a formulação de políticas, implica na constituição da agenda, na definição do campo de interesse e na identificação de alternativas, a formulação da política ocorrerá quando forem definidas as metas, objetivos, estratégias e recursos. Já o processo de implementação ocorrerá com a transformação da política em programa.

Ainda, segundo Rus Perez (2001, p.71), para compreendermos como as políticas foram formadas e formuladas, precisamos analisar o processo de implementação. Para tanto, a leitura especializada nos indica três dimensões de análise desse processo, que são:

a primeira dimensão trata das relações entre o desenho ou a formação da política, de um lado, e os formatos que os programas adquirem ao final do processo, de outro. **A segunda é a dimensão temporal do processo e seus efeitos diferenciados no tempo sobre a organização em que se processam, sobre os atores que implementam (resistências e adesões) e as modificações das condições iniciais.** A terceira refere-se às condições que propiciam ou entram o processo de implementação.

No que diz respeito à nossa pesquisa, para analisarmos o processo de implementação dos programas e projetos desenvolvidos pela Fundação FEAC, para crianças e adolescentes das

entidades filiadas, a segunda dimensão de análise, caracterizada pela temporalidade do processo e os seus efeitos diferenciados no tempo sobre a organização em que se processam, sobre os atores que implementam (resistências e adesões) e as modificações das condições iniciais, foi a dimensão adotada.

Obedecendo tal dimensão de análise do processo de implementação temporal das políticas, organizamos o processo em três fases temporais – que definimos como sendo: primeiro momento de criação (1958 – 1972), segundo momento de expansão (1972 – 1994) e terceiro momento de transformação (1994 – 2004) - para facilitar a análise das variáveis.

Entendemos que o primeiro momento, o de criação, que abarca os anos de 1958 a 1972, compreendeu os passos iniciais para a concretização da Fundação FEAC, pois identificamos que foi esse o período em que a estrutura organizacional foi elaborada e paulatinamente implementada para oferecer o serviço de assessoria jurídica, contábil e técnica para as entidades filiadas. As estratégias de ação da instituição estavam direcionadas para convencer e apresentar, para os diversos segmentos da sociedade, a importância da Fundação FEAC para a organização do sistema de arrecadação de recursos das entidades assistenciais, que atendiam a população pobre, através do Sistema de Fundo Unido e da Hora da Comunidade.

Os programas desenvolvidos no primeiro momento foram influenciados pelas organizações internacionais da UNICEF e UNESCO, sendo realizados em parceria com o poder público. Tinham como objetivo inicial atender a população pobre e incentivar o treinamento de voluntários para atuarem nas comunidades carentes, ou seja, tinham como característica marcante a promoção social dos excluídos. Os aspectos apontados acima sofreram mudanças no segundo momento (1972 – 1988) e, também, terceiro momento (1988 – 2004).

Chamamos o segundo momento de momento de expansão. Compreende os anos de 1972 a 1988, pois identificamos que foi nesse período que a estrutura organizacional foi se reestruturando para consolidar o serviço de assessoria jurídico, contábil, financeiro e técnico para as entidades filiadas e desenvolver recursos de auto-suficiência financeira para a instituição. A estratégia de ação da instituição tinha como objetivo integrar as ações das entidades filiadas com os recursos e serviços públicos e privados, disponíveis na comunidade, e expandir a parceria com o poder público.

O perfil dos programas e projetos do segundo momento assumiram uma nova direção e campo de atuação. A Fundação FEAC, em sintonia com as políticas de assistência social do

Município de Campinas e as Políticas de Bem-Estar do Menor, passou a ter como objetivo a integralização da criança e da família na comunidade.

Assim, o terceiro momento de transformação trata das ações que caracterizaram as mudanças da Fundação FEAC. Esse período que correspondeu aos anos de 1988 a 2004, apontamos como aquele período em que a estrutura organizacional ganhou uma nova engenharia de gestão interna e externa para administrar as entidades filiadas, a ampliação de parceiros para a realização de programas e projetos e os procedimentos de obtenção de recursos. A estratégia de ação da instituição tinha como objetivo oferecer um atendimento profissional e qualificado para seus usuários.

Os objetivos dos programas e projetos implantados no terceiro momento, conclamavam a educação para promover a inclusão social e o acesso aos direitos de cidadania. Além de atenderem as demandas sociais identificadas como sendo a assistência a meninos e meninas nas ruas, adolescentes em situação de risco face o mundo das drogas, treinamento e capacitação de profissionais da rede escolar, creches e/ ou escolas de educação infantil, campanhas e programas de educação para direitos humanos, civilidade no trânsito, prevenção de doenças e da AIDS, educação ambiental, pautaram, ainda, profissionalização de adolescentes e pessoas portadoras de deficiência para atuarem no mercado de trabalho, atividades esportivas para crianças carentes dentre outros (PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE), 2004; GOHN, 2005, p.17).

Desta forma, as nossas hipóteses são: em primeiro lugar a Fundação FEAC é uma instituição que surgiu a partir da visão de atores sociais motivados por convicções políticas, religiosas e filantrópicas com relação à precária assistência aos pobres, em segundo lugar as dificuldades financeiras das instituições de assistência foram importante motivação desses atores, em terceiro lugar os programas que foram desenvolvidos pela Fundação FEAC priorizam ações em parceria com o poder público, em quarto lugar, o aparecimento da Fundação FEAC acarretou o surgimento de inúmeras instituições assistenciais de caráter privado para atender a população desprovida da assistência pública, finalmente, como quinta hipótese, acreditamos que a função social da Fundação FEAC enquadra dentro do projeto neoliberal, em que as responsabilidades do Estado passaram a ser responsabilidade dos próprios portadores de necessidades, de ações filantrópicas, além de depender da solidariedade voluntária e da organização da sociedade.

Segundo Ruz Perez (2001, p.71), ao levarmos em conta as dimensões de análise do processo de implementação de políticas, podemos estruturar esse tipo de pesquisa, baseada em três categorias que são:

1. As variáveis dependentes (correspondem aos graus e formas da implementação):

Como a implementação da Fundação FEAC aconteceu: foi um processo de tramitação lenta ou sem interrupções? Tratava-se de uma proposta experimental ou desde o início já constituía como um programa permanente? Os formuladores são também implementadores?

2. As variáveis intervenientes (dizem respeito ao comportamento dos agentes envolvidos na implementação):

Quais as ações dos atores do processo de implementação da Fundação FEAC? Como se mobilizaram? Qual o grau de sua participação na formulação e implementação da Fundação FEAC? Esses atores participam da formulação de programas e projetos sociais? Esses atores funcionaram como um grupo de pressão, negociação ou o processo de tramitação foi pacífica? Como os formuladores e os implementadores trabalharam nesse processo?

3. Variáveis independentes (são as estruturas de operação da rede envolvendo as dimensões organizacionais, jurídicas, financeiras e de apoio logístico) :

Como a Fundação FEAC, dentro de sua estrutura administrativa, se organiza e opera juridicamente e financeiramente os recursos arrecadados? Como ocorre a distribuição de verbas para as entidades filiadas? Para a sua efetivação a Fundação FEAC contou e conta com respaldos (financeiros, de infra-estrutura) municipais, estaduais ou federais?

Ressaltamos que a dinâmica de ação dos atores, com relação ao grau de conhecimento do processo, sistema de incentivo e de punição, opiniões, interesses etc. e o tempo do processo de implementação (inicial, intermediário e final) estão implicitamente correlacionados à dinâmica dessas variáveis. Nós organizamos as nossas categorias de análise a partir de alguns indicadores que geraram as nossas variáveis.

Os indicadores que geraram as variáveis são:

- Dados referentes a criação da Fundação FEAC;
- A criação da Fundação FEAC visou atender que atores?
- A sua estrutura organizacional.
- Quais são as entidades filiadas à Fundação FEAC? Por que?

- A gestão da Fundação FEAC (Como é: centralizada, descentralizada? Como se determinou essa forma de gestão? Quais são os seus gestores?)
- Quem são os seus implementadores?
- Que políticas, programas e projetos sociais a Fundação FEAC realiza?
- Qual o grau de participação da Fundação FEAC nas instâncias deliberativas da Secretaria Municipal de Assistência Social? (Como participa no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente)
- Qual o seu quadro profissional?

QUADRO 01. Variáveis e Indicadores da Pesquisa

VARIÁVEIS	Dependentes Grau e forma da implementação	Intervenientes Dinâmica dos Agentes	Independentes Estrutura de Organizacional
INDICADORES	<p>Ano de fundação</p> <p>Para atender a demanda do que? De quem?</p> <p>Grau do processo de implementação, lenta ou imediata?</p>	<p>Qual a participação dos atores no processo de implementação</p> <p>Formas de participação, como grupos de resistência, pressão, cooperação</p> <p>Formas de negociação</p> <p>Os formuladores são ou não os implementadores?</p> <p>Os atores têm participação no processo de formulação das políticas?</p>	<p>Nº. de entidades filiadas</p> <p>Para quem, como e onde se dá o atendimento</p> <p>Qual a sua estrutura de funcionamento?</p> <p>Qual a sua infraestrutura (física e material)</p> <p>Os recursos financeiros</p>

Fonte: RUS PEREZ(2001); PALMEN (2004).

É importante ressaltar, com relação ao indicador de recursos financeiros, que somente apontamos os procedimentos de arrecadação de recursos financeiros, ou seja, não tratamos dos valores em espécie devido à incerteza da veracidade das fontes de informação, utilizadas na pesquisa. Portanto, na pesquisa indicamos somente os procedimentos de arrecadação dos recursos da Fundação FEAC.

Desta forma, poderemos, ao final da pesquisa, mostrar a relação existente entre formuladores e implementadores e as políticas de assistência e educação para crianças elaboradas e implementadas no município de Campinas. Contudo, convém destacarmos que “(...) *a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre em um ambiente caracterizado por continua mutação*” (ARRETCHE, 2000, p.54).

Ao longo da pesquisa, a diversidade de fontes que consultamos, fez optarmos por trabalhar tanto com documentos escritos quanto com depoimentos. Assim nossa pesquisa está pautada em fontes primárias e secundárias.

A primeira fase, da pesquisa foi a realização do levantamento das fontes secundárias, compreendeu a leitura de artigos de jornais de diversas bibliotecas - em especial, de artigos da coleção João Trinca da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp, de artigos da Biblioteca Municipal de Campinas “Prof. Ernesto Manoel Zink”, de artigos de sites da Internet, referentes ao objeto de pesquisa, de textos da Base LEGIS (Banco de Dados Legislativa sobre a Infância e Juventude) organizado pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância: Centro de Referência na Infância e da Adolescência (CIESPI), da PUC-Rio, de folhetos informativos, de teses e dissertações sobre a história da cidade de Campinas que mencionam a Fundação FEAC.

Tais informações foram necessárias, para que delimitássemos e focalizássemos o nosso objeto e objetivo de pesquisa, para, assim, chegarmos na definição das categorias de análise e suas variáveis e, então, elaborarmos os roteiros de pesquisa e entrevista.

Na etapa da pesquisa trabalhamos com as fontes primárias tais como: planos de ação das entidades filiadas que atuam nos segmentos de educação infantil e atendimento complementar, cadastro de todas as entidades filiadas, leitura dos programas e projetos desenvolvidos por elas. Coletamos dados, também, dos departamentos de: recursos humanos, marketing, contabilidade, financeiro, gestão de programas de voluntários, engenharia e arquitetura, tecnologia e informação, acerca da estrutura de funcionamento, atendimento, público-alvo atendido, objetivos, função, número de funcionários, enfim uma série de dados para que pudéssemos abranger as variáveis propostas nesta pesquisa.

Ressaltamos que, além das fontes documentais, foram coletados depoimentos de pessoas que atuam ou atuaram no processo de implementação da Fundação FEAC.

Consideramos importante apontarmos quem foram as pessoas que entrevistamos indicando qual foi o papel de cada um delas no processo de implementação da Fundação FEAC.

Pudemos contar com a participação do Superintendente Executivo da Fundação FEAC Sr. Arnaldo Rezende, que foi o nosso primeiro contato com a instituição. O Sr. Rezende é engenheiro mecânico e assumiu o cargo de Superintendente Executivo da Fundação FEAC em outubro de 2000, desde então se responsabiliza pela execução das atividades da Fundação FEAC, tendo realizado várias reestruturações internas na instituição (entrevista concedida em 02 maio 2005).

Vanessa Taufic, gestora do Departamento de Marketing da Fundação FEAC, foi quem nos assessorou durante todo o nosso período de trabalho de campo, esclarecendo dúvidas à cerca do funcionamento, atendimento, história da Fundação FEAC. A Sra. Taufic é jornalista e entrou no antigo Departamento de Comunicação no ano de 2000. Desde então vem sendo responsável, juntamente com a sua equipe, pela divulgação, para os meios de comunicação de massa, das ações da Fundação FEAC e das suas entidades filiadas (entrevista concedida em 10 maio 2005).

Maria José Fonseca Diniz, gestora do Departamento de Recursos Humanos da Fundação FEAC, nos relatou a história, as funções e objetivos do departamento. Além de nos fornecer dados relativos à estrutura organizacional da Fundação FEAC (entrevista concedida em 19 maio 2005).

A gestora do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE), Sra. Maria Bernadete Gonçalves de Sousa e pedagoga, começou a trabalhar na Fundação FEAC em 1979, no Departamento de Promoção Social, e está no departamento há vinte seis anos. Sua entrevista contribuiu para esta pesquisa, com dados referentes ao processo de reestruturação, criação e execução dos programas e projetos que foram desenvolvidos pelo departamento ao longo dos anos, ou seja, relatou-nos a história do departamento, responsável pela execução de programas e projetos sociais e educacionais nas entidades filiadas (entrevista concedida em 01 nov. 2005).

A Assistente Social Maria Aparecida Mansur Simões de Lima, nos assessorou no Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE), durante a pesquisa.

A Pedagoga Silvia Elena Basseto Lima Villas Boas do DDSE, contribuiu para esta pesquisa com as suas preciosas informações a respeito do funcionamento, atendimento e elaboração dos programas e projetos que o departamento desenvolve (entrevista concedida em 30 maio 2005; 29 out. 2005)..

Entrevistamos, também, a Terapeuta Ocupacional do DDSE, Andréa Rebollo, que coordena 24 Grupos de Mulheres do Programa Mulher, Arte e Cidadania. Rebollo entrou na

Fundação FEAC em 2003 e é a segunda terapeuta ocupacional do departamento. Consideramos importante a entrevista de Rebollo, pelo fato de ela coordenar um dos projetos mais antigos da Fundação FEAC (entrevista concedida em 03 nov. 2005).

Entrevistamos a gestora do Departamento Gestão de Programas Voluntários, Márcia Beatriz Leal Osório, que entrou na Fundação FEAC em 1993 como assistente social, coordenando as regiões do Centro e do São Marcos no Departamento de Relações com Entidades. Até 1995, ela atuou como assistente social tanto no departamento quanto na elaboração de um projeto de voluntariado para executivos. Em 1996, Osório passou a coordenar o recém criado Departamento de Voluntários, estando como gestora de um dos departamentos mais importantes da Fundação FEAC. O seu relato contribuiu com dados referentes à história do departamento, a estrutura de funcionamento, organizacional, público alvo de atendimento, programas desenvolvidos (entrevista concedida em 08 nov. 2005).

O gestor do Departamento de Contabilidade, Sr. Laércio Frezzato, trabalha nesse setor desde 1972 e o Sr. Antônio Carlos da Silva que está na Fundação FEAC desde 1976 contribuíram com informações valiosas sobre o funcionamento e atendimento desse departamento (entrevista concedida em 28 out. 2005).

Também entrevistamos o Sr. Dr. Darcy Paz de Pádua, idealizador e fundador da Fundação FEAC. O seu relato foi fundamental para a coleta de informações. Nos concedeu informações relativas aos atores sociais que participaram da criação da instituição, sobre o processo de implementação, a estrutura organizacional, os primeiros programas desenvolvidos pela instituição no combate à mendicância, a criação do Centro de Treinamento de Voluntários, a participação de eventos internacionais, enfim uma infinidade de detalhes da história da Fundação FEAC que os artigos de jornais e as referências bibliográficas não descreviam.

Enfim, também entrevistamos o Sr. Padre Haroldo Joseph Rahm, que participou da criação da Fundação FEAC. De origem norte-americana, o Padre Haroldo começou há quarenta e um anos atrás sua história em Campinas, quando veio para a cidade realizar uma tese sobre o que os padres jesuítas poderiam fazer para ajudar o social. Terminada a tese, o Padre fundou o Centro Presidente Kennedy que tinha como objetivo oferecer cursos profissionalizantes para adolescentes de famílias de baixa renda. Durante esse período, o Padre Haroldo foi convidado a participar das reuniões que aconteciam semanalmente na sede da Associação Comercial de Indústria de Campinas para a criação da Federação de Entidades Assistenciais de Campinas.

Hoje, o Padre Haroldo é presidente da Associação Promocional Oração e Trabalho – APOT Instituição Padre Haroldo, que desenvolve trabalho com pessoas alcoólicas e drogadas. Consideramos o seu relato do Padre Haroldo importante, pois além de trazer informações históricas a cerca da Fundação FEAC, ele também foi responsável por diversos programas sociais difundidos por todo o Brasil, como por exemplo o Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC) que hoje reúne mais de 9 milhões de pessoas.

Ao longo do processo da coleta de dados pudemos perceber que, apesar do volume de informações geradas pela leitura de artigos de jornais, documentos e entrevistas, encontramos dificuldade de aprofundar a nossa análise referente aos nossos indicadores. Nem sempre pudemos encontrar o dado buscado em outros momentos os dados se encontravam dispersos e a tarefa de organizá-los em um todo coerente nem sempre foi possível.

Ademais, também a Fundação FEAC é vítima da ausência de percepção da importância de se resguardar as fontes primárias como uma forma de prestação de contas à sociedade e de preservação da memória histórica da instituição. Segundo um dos nossos depoentes, *“a grande dificuldade que a gente tinha e tem até hoje que é histórica é a questão do registro, nosso registro é muito falho, de todas as coisas que aconteceram e tal”*.

Felizmente a Fundação FEAC tem mais recentemente se preocupado com este aspecto. Como exemplo pode-se citar a publicação dos livros do jornalista José Pedro Martins (1998; 2003; 2004; 2005) que relatam a história da Fundação FEAC e dos programas desenvolvidos por ela, o processo de organização do arquivo histórico e a criação do departamento de comunicação.

Desta forma, diante dos obstáculos encontrados, convém dizer que em se tratando de uma instituição que atua no município de Campinas há mais de quatro décadas na área de assistência social para os diversos segmentos de atuação da sociedade, a questão do não registro ou falta de organização de dados históricos referentes as suas ações dificulta uma avaliação mais precisa do processo de implementação, tanto da instituição como dos programas e ações realizadas durante toda a sua história.

No Capítulo I tratamos dos passos iniciais para a concretização da Fundação FEAC dentre os anos de 1958 a 1972. Indicamos o processo de elaboração e fundação da instituição, os atores sociais que participaram, a forma de gestão institucional e administrativa concebida, a abrangência do atendimento proposto, as entidades que se filiaram, os procedimentos de obtenção

de recursos, os programas e projetos desenvolvidos em parceria com o poder público, os recursos humanos disponíveis para sua implantação.

O Capítulo II tratamos do crescimento e expansão das ações da Fundação FEAC entre os anos de 1972 a 1988. Apontamos a reestruturação organizacional da instituição, os programas desenvolvidos para a integração da criança e da família na comunidade, a estratégia de ação da instituição na integração das entidades filiadas aos recursos e serviços disponíveis na comunidade, os procedimentos de arrecadação de recursos, os profissionais que atuaram no processo de expansão da instituição.

Logo no Capítulo III apontamos as ações que caracterizaram as transformações da Fundação FEAC entre os anos de 1988 a 2004. Tratamos da nova forma de gestão administrativa adotada, a ampliação e profissionalização do atendimento, as entidades filiadas quanto ao segmento de atuação, os novos procedimentos de captação de recursos, as parcerias estabelecidas com agências internacionais de financiamento de programas em países em desenvolvimento, com o poder público e a iniciativa privada.

Para concluir apresentamos quais foram as tônicas dos três momentos que compreenderam a história da Fundação FEAC, apontando os indicadores referentes ao grau e forma de implementação, a dinâmica dos agentes e a estrutura organizacional, ou seja, os atores sociais, a forma de gestão concebida, a abrangência do atendimento proposto, os programas e entidades filiadas, os recursos humanos disponíveis para sua implantação.

Esta pesquisa foi financiada pela CAPES/ MEC – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e visa à obtenção do título de Mestre em Educação conforme determina o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP.

CAPÍTULO I
MOMENTO DE CRIAÇÃO
(1958 – 1972)

Este primeiro capítulo trata dos passos iniciais para concretização da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” (Fundação FEAC)

Foi denominado de Momento de Criação pelo fato de apresentar os primeiros passos para a concretização da instituição: os atores sociais, a forma de gestão concebida, a abrangência do atendimento proposto, os programas e entidades filiadas, os recursos humanos disponíveis para sua implantação.

Este primeiro momento abarca os anos de 1958 a 1972, pois identificamos que este foi o período em que a estrutura organizacional foi elaborada e paulatinamente implementada para oferecer o serviço de assessoria jurídica, contábil e técnica para as entidades filiadas. As estratégias de ação da instituição estavam direcionadas para convencer e apresentar para os diversos segmentos da sociedade a importância da Fundação FEAC, para a organização do sistema de arrecadação de recursos destinados às entidades assistenciais que atendiam a população pobre, através do Sistema de Fundo Unido e da Hora da Comunidade.

Apontamos, também, que os programas que foram desenvolvidos no primeiro momento, foram influenciados pelas organizações internacionais da UNICEF e UNESCO, sendo realizados em parceria com o poder público. Os programas tinham como objetivo inicial atender a população pobre e incentivar o treinamento de voluntários para atuarem nas comunidades carentes, ou seja, tinham como característica marcante a promoção social dos excluídos. Os aspectos apontados acima sofreram mudanças a partir do segundo momento (1972 – 1988) e, posteriormente, no terceiro momento (1988 – 2004).

O primeiro capítulo foi organizado obedecendo à ordem cronológica dos acontecimentos, para melhor compreensão do leitor.

1. Um pouco da história de Campinas:

A origem da cidade de Campinas

A importância da cidade de Campinas, dentro do cenário histórico tanto paulista, quanto brasileiro não é de hoje. Segundo Semeghini (1991, p.12), ao contrário do que pensamos,

(...) o município possui uma rica história no que se refere às transformações econômicas, políticas e sociais, especialmente ao processo de urbanização. Teve papel central na gestação do complexo cafeeiro capitalista e na formação da burguesia paulista ligada aos negócios do café. Sua importância política, no Império e na Primeira República, é por demais conhecida, notadamente pelo grande número de políticos de nível nacional que nela se forjou.

A origem da cidade de Campinas deu-se em meados do início do século XVIII, no período Colonial, por volta de 1722, quando bandeirantes à procura das “Minas de Guaiases” – tinham que atravessar um pequeno campo rodeado de uma mata espessa existente entre as Vilas de Jundiá e Mogi-Guaçu. Como a travessia era muito demorada, começaram a ser pedidas e concedidas sesmarias para fazendeiros às margens do Caminho de Goiás, que com o intenso fluxo de viajantes aventureiros para o interior do país, tornou a construção de pousos ao longo da estrada um negócio rendoso, logo a região de pousos ficou conhecida como “Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso.”²

Por volta, da década de 1745, o pequeno pouso, por causa do declínio da mineração no interior de Minas Gerais e a diminuição de fluxo de pessoas que transitavam do pouso para a Vila de Jundiá, se emancipou da Vila tornando-se Bairro do Mato Grosso das Campinas, um bairro rural que só tinha a crescer e ganhar com as primeiras instalações de colonos e migrantes lavradores que procuravam a região, por conta de suas terras produtivas.

Durante quase trinta anos, a população do bairro do Mato Grosso das Campinas, além de crescer sensivelmente, também obtinha destaque pela grande fatura de mantimentos comercializados em função da prática da policultura. Os habitantes da região sentiam necessidade de formar um povoado e obter autorização do poder eclesiástico para a criação de uma Freguesia e a construção de uma Igreja, já que os fiéis do bairro não podiam freqüentar sempre os sacramentos religiosos realizados na Vila de Jundiá, muito distante. Em 1772, o bairro conquistou o status de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, um dos fatores que contribuíram foram a construção do Cemitério Bento (hoje desativado, onde se localiza a Igreja de São Benedito) e o encaminhamento do pedido de autorização ao Bispo-Geral de São Paulo para a construção da Igreja Matriz - que somente ocorreu em 1773, com a autorização do Bispo Frei Manuel da Ressurreição, de Jundiá.

² CAMPOS JR, Teodoro de Sousa. História da Fundação de Campinas (Subsídios) In Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p.5-18.

Em 14 de julho de 1774, juntamente com a realização da primeira missa na Igreja Matriz, o Governador de São Paulo, D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeou Francisco de Barreto Leme e José de Souza Siqueira que foram os primeiros sesmeiros, colonizadores abastados e líderes da Freguesia, como os fundadores do povoado que passou a ser denominado como Campinas de Mato Grosso.

Incumbidos da missão de povoarem a Freguesia, os administradores responsáveis iniciaram uma campanha que deveria atrair casais voluntários dispostos a estabelecerem residência no povoado, ganhando em troca terras, ferramentas e outros privilégios. A organização do espaço urbano da nova Freguesia possuía um projeto previa a disposição das casas, ruas e quadras. Isso garantiu que em 1793 a Freguesia fosse elevada à condição de vila, denominada de Vila de São Carlos.

O povoamento e crescimento do núcleo urbano da Vila de São Carlos se deram em todos os sentidos. No que diz respeito à economia, assim como em todo o Oeste Paulista, houve o estabelecimento definitivo de uma elite agrária, juntamente com a prática da cultura da cana-de-açúcar baseada na exploração da mão-de-obra escrava - prática somente substituída em 1888 com a abolição da escravatura. Por volta de 1842, com a decadência da produção da cana-de-açúcar, Campinas entraria definitivamente para o cenário nacional, com o desenvolvimento da cafeicultura, ganhando prestígio político e social em todo o país.

Até princípios da década de 1840, a agroindústria do açúcar seria a economia dominante, imprimindo suas características na organização espacial e funcional da Vila que assim, desempenhava basicamente um papel de cunho administrativo e religioso, complementar à vida dos engenhos, centrada nas fazendas. (BADARÓ, 1996, p.23)

No âmbito social, como conseqüência do desenvolvimento e crescimento desordenado do núcleo urbano, os problemas relacionados à pobreza começavam a surgir, iniciou-se um lento processo de deslocamento da produção rural para o conglomerado urbano, ao invés de trabalhadores rurais permanecerem em suas terras e trabalharem para o seu próprio sustento, instalavam-se nos centros urbanos, a fim de terem melhores condições de vida, muitos desses trabalhadores casavam e constituíam famílias numerosas, quando a situação econômica não lhes permitia criar seus filhos, estes os abandonavam ou faziam da esmola e da caridade um meio de sobrevivência. Segundo Martins (1998, p.17),

a prática de pedir esmolas seria muito comum nesse momento de constituição do núcleo urbano, sobretudo pelas mulheres que chefiavam as respectivas famílias. De acordo com os documentos históricos, 31,7% dos “fogos” – as unidades familiares da época, como registradas pelos censos – eram chefiados por mulheres na área urbana, número alto para a época, e que seria indicador da migração feminina para as áreas urbanizadas, em função do duro trabalho na zona rural. O número de “fogos” na área urbana chefiados por mulheres apenas aumentaria para 40,5% em 1829, e a alternativa de sobrevivência era o recurso à mendicância.

Outras conseqüências da urbanização indicavam a falta de estratégias e despreparo das autoridades locais para enfrentarem o aumento dos necessitados, os altos índices de mortalidade infantil, juvenil e os surtos de doenças – entre moradores principalmente entre os escravos – denunciavam a ausência de recursos médicos na região, fatores estes que se intensificaram no final do século XIX, quando a cidade sofreu um surto de dez anos de febre amarela que reduziu a população pela metade.

A Caridade em Campinas

Até a primeira metade do século XIX a assistência à infância exposta em Campinas dependia da informalidade, ou seja, da prática do sistema de filhos de criação, denominado por Marcílio (1998), a iniciativa, influenciada pela caridade, consistia na ação de famílias ou indivíduos de recolherem ou agregarem recém-nascidos ou crianças abandonadas e expostas aos seus núcleos familiares.

Em Campinas essa prática foi bastante utilizada, principalmente pelos fazendeiros que viam no sistema de criação vantagens econômicas que este lhes oferecia – numa sociedade escravista (não assalariada) os expostos representavam uma mão-de-obra gratuita, além de os senhores receberem das Câmaras Municipais o pagamento pela criação de cada criança agregada.

Mesmo com a chamada Lei dos Municípios de 1826, que transferia para as Santas Casas a obrigação de recolherem os expostos sob o subsídio das Assembléias Provinciais, em Campinas a assistência formal à infância e aos desvalidos somente ocorreu na segunda metade do século XIX.

Até meados de 1836, a população de Campinas era composta por 6.689 moradores dentre eles 3.919 eram escravos, ou seja, os escravos representavam 56% da população. Quatro anos depois, Campinas era conhecida como um dos principais centros do mercado negreiro do Brasil. Desta forma, o fato da população escrava superar a população livre causava uma certa

insegurança e ameaçava a ordem social estabelecida. Portanto, as mazelas da sociedade, decorrentes do crescimento urbano, tornaram-se as principais preocupações dos representantes da sociedade.

A ordem do dia tornou-se, segundo Rizzini (1997, p.26), atuar sobre os focos de doenças e desordem, ou seja, sobre a pobreza, a fim de moralizá-la, e o caminho seria a profilaxia e a educação. Assim, em 1836, para atender os excluídos da sociedade foi criado o “Asylo dos Morphéticos”, primeira iniciativa de assistência secular pública – a caridade pública, que funcionava com subsídios da Câmara Municipal. Segundo Martins (2004, p.20),

depois, com o aumento dos custos, passaram a serem utilizados instrumentos como um imposto municipal e recursos de loterias federais, além de doações como da Sociedade Artística Beneficente e de cidadãos como Antônio Galdino de Abreu Soares, que destinava verbas arrecadadas com espetáculos no Teatro São Carlos.

Outras iniciativas sem sucesso para assistir aos excluídos foram tentadas, vale a pena destacarmos a iniciativa de Joaquim Corrêa de Melo, “(...) *farmacêutico e botânico, respeitadíssimo em escala internacional pelos conhecimentos sobre o café, e que na época era delegado de polícia*” (MARTINS 1998, p.28). Em 1854, ele apresentou para a Câmara Municipal um projeto que visava a construção de um hospital de lazarentos, para atender o grande contingente de enfermos que a cidade já acumulava, no entanto, pelo grande custo que a obra acarretaria para os cofres do Município, o projeto foi negado, proporcionando assim para cidade no final do século XIX grandes perdas para a população e, principalmente, para a cidade.

No âmbito da educação, as iniciativas se deram a partir de 1835, atendendo uma demanda muito diversificada de famílias: negras e escravas, negras e libertas, diferentes grupos de imigrantes, famílias da elite branca conservadora, famílias da elite branca republicana e liberal e camadas médias urbanas. As iniciativas relacionadas à educação, além de visarem a melhoria das condições de saúde, da qualidade de vida da cidade, enfim, diminuir os custos sociais com a assistência, segundo Nascimento (1999, p.16), “*constituíram-se como formas de transmissão de valores e estratégias sócio – políticas – culturais voltadas para a construção de uma sociedade civilizada e progressista (embora extremamente estratificada e discriminadora).*”

Segundo Negrão (2002, p.48-49), embora, no final do século XIX, a cidade de Campinas fosse conhecida pela sua projeção cultural, por uma elite abastarda, composta por um número significativo de fazendeiros, barões de café e fosse considerada a capital agrícola da Província de

São Paulo, a sociedade era extremamente estratificada, havia falta de planejamento urbano e infra-estrutura como saneamento, água encanada e cuidados necessários de higiene pública, além, da Câmara Municipal vetar a construção de casas de saúde, hospitais e estabelecimentos médicos para o tratamento de enfermidades e doenças contagiosas.

A estratégia política adotada pela Câmara Municipal de Campinas, em não aprovar a construção de estabelecimentos de saúde para atender a população tinha como objetivo segundo Negrão (2002, p.53), incentivar iniciativas de obras sociais de caridade pública³ ou instituições filantrópicas⁴.

A Filantropia em Campinas

Somente em 1876 é que a Câmara Municipal de Campinas supriu a ausência de políticas de saúde e sociais com a aprovação da criação de um Hospital da Santa Casa de Misericórdia para atender à população pobre, mas sem a instalação de uma Roda de Expostos⁵, ficando a cargo dos que não queriam assumir os filhos bastardos, a utilização do anonimato da Roda de São Paulo. Portanto, ficava claro nesse momento que para a elite campineira, uma sociedade composta por um número significativo de famílias de estirpe e aparentemente plena de costumes e comportamentos ilibados, a instalação de uma Roda representava uma mancha social, um lugar de depósito de crianças enjeitadas, portanto, a instalação desta era tida como um fato inadmissível e não acatado (NEGRÃO, 2002, p.43).

³ Denominamos de obras sociais de Caridade Pública, aquelas obras sociais de caridade de cunho religioso (não leigas), mas, que recebem subvenções públicas ou doações do setor privado para a sua manutenção. Temos como exemplo de caridade pública no Brasil, os Hospitais das Santas Casas de Misericórdia. Neste caso, os recursos arrecadados pelas obras sociais de caridade pública, tem uma finalidade já determinada (DONZELOT, 1980; MARCÍLIO, 1998).

⁴ Denominamos de instituições filantrópicas, aquelas que são de iniciativas privadas leigas, sem qualquer cunho religioso, que recebem tanto recursos, doações da sociedade, de obras sociais de caridade, quanto do poder público. No entanto, os recursos arrecadados, neste caso, é a filantropia quem determina como, para que, para quem será destinado o uso dos recursos recebidos.

⁵ A Roda dos Expostos eram anexas aos Hospitais da Santas Casas de Misericórdia. Segundo Marcílio (1998), no Brasil, a primeira Roda foi instalada em 1726 em Salvador na Bahia, a segunda em 1738 no Rio de Janeiro e a terceira em 1789 em Recife. Somente por volta de 1824 que houve a instalação de mais doze Rodas por todo o território brasileiro que perpetuaram até meados de 1960. Os lugares de instalação foram, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Campos (RJ), Cuiabá, Vitória, Cachoeira (BA), Olinda, São João del-Rei e São Luís(MA). Ressaltamos que o sistema da Roda, além de representar uma opção de espaço de criação de filhos ilegítimos de mães adúlteras, convém enfatizarmos, também que a escravidão foi um dos fatores que possibilitaram e contribuíram para a utilização do sistema da Roda no Brasil.

No entanto, apesar da aprovação para a construção da Santa Casa de Misericórdia para atender a população pobre, a cidade de Campinas padecia de planejamento urbano e infraestrutura, o que acarretou uma série de surtos e epidemias de varíola, cólera, tuberculose e, sobretudo, de febre amarela que assolou a cidade durante onze anos, ocasionando um grande êxodo da população da cidade, das indústrias e comércios aqui instalados.

Em decorrência desses acontecimentos uma série de iniciativas públicas, caritativas e filantrópicas de grande importância foram criadas para atender aos diversos segmentos da sociedade, como: a Sociedade Feminina de Assistência à Infância – Creche Bento Quirino (1914), a Maternidade de Campinas (1916), o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira (1921), o Serviço Beneficente Social Adventista de Campinas (1922) e o Lar Escola Nossa Senhora do Calvário (1928) (MARTINS, 1998, 2000; NASCIMENTO, 1999).

Também, durante as duas primeiras décadas do século XX, foram fundadas várias instituições educacionais como o Colégio Progresso Campineiro, fundado em 1900 por quatro empresários políticos (Joaquim Álvaro de Souza Camargo, Luís de Campos Sales, Artur Leite de Barros e Orosimbo Maia); o Colégio São Benedito (1902), dirigido por um negro, que pretendia ser uma escola modelo sem diferenças raciais; o Externato Tiradentes (1904); o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1908); o Externato São João (1909); o Colégio Bento Quirino (1910) e a Escola Complementar que passou a se chamar, em 1936, “Carlos Gomes” em homenagem ao compositor campineiro, sendo a primeira escola mista de formação de professores, permitindo a profissionalização de mulheres (MARTINS, 1998, 2000; NASCIMENTO, 1999).

A economia da cidade de Campinas, mesmo prejudicada, voltou a se destacar como um importante pólo comercial e a apresentar um vasto parque industrial, através da criação de incentivos para os pequenos empresários que pretendiam instalar suas indústrias na região, produzindo os mais variados tipos de produtos. A cidade ganhou organização, saneamento e investimentos de infra-estrutura.

Campinas, no início do século XX era o centro do poder político com a participação de seus representantes cafeicultores no governo. Convém lembrarmos, alguns personagens importantes como o advogado Manuel Ferraz de Campos Salles, vereador da cidade entre 1873 e 1880, e eleito diversas vezes como deputado, tendo em 1889 assumido o Ministério da Justiça no Governo Provisório formado após a Proclamação da República, e o campineiro Francisco

Glicério de Cerqueira Leite, político que também ocupou cargos do primeiro governo republicano e foi Ministro da Agricultura (MARTINS, 2000).

Enfim, Campinas, no final da década de 1920, passou a configurar-se como oficina republicana de política e engenharia na consolidação do Estado Nacional e de um projeto de nação.

Entre as décadas de 1930 e 1950, a indústria nacional brasileira abalada pela crise de 1929 e a perda da capacidade de importar, ganhou autonomia, fortalecendo-se o setor de indústrias leves de bens de produção. Segundo Badaró (1996, p.103),

o capital industrial, atraído por inversões mais seguras e lucrativas, concentrava-se na expansão dos setores já implantados, na formação da indústria de bens duráveis leves ou derivava-se, muitas vezes, para o comércio de produtos agrícolas e para investimentos imobiliários urbanos.

O Plano de Melhoramentos Urbanos da cidade de Campinas, teve como ação municipal, nesse período, a construção de vilas operárias, incentivando tanto a iniciativa privada quanto “colaborando com a ação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões que financiavam conjuntos habitacionais para trabalhadores” (BADARÓ, 1996, p.114).

No período, foram realizados, no total, sete projetos que visaram à construção de 963 casas populares em vilas e bairros. Conseqüentemente a população operária cresceu significativamente acompanhando ao crescimento industrial da cidade. No entanto, segundo Badaró (1996, p.115), as iniciativas oficiais, foram “insuficientes para resolver as questões habitacionais, agravadas pelos baixos salários e pela intensidade da urbanização”.

Desta forma, para atender a demanda populacional, houve a necessidade da expansão dos serviços de assistência social, surgindo assim diversas instituições de importantes destaque. Dentre elas, segundo Martins (1998, p.67), a criação da Associação Beneficente Campineira (ABC), em 13 de junho de 1950, destinada ao atendimento e assistência às crianças e adolescentes pobres, na área de saúde. A Obra do Berço, criada em 18 de junho de 1951 pela iniciativa do Monsenhor João Loschi, confeccionava roupas para recém-nascidos filhos de mães de baixa renda, atendidas na maternidade da Santa Casa de Misericórdia, recém-inaugurada. Fundada em 17 de janeiro de 1954, a Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica, idealizada e presidida por Ernani Fonseca, com o apoio do Rotary Club, foi a primeira

instituição a se preocupar com a criança portadora de deficiências e, em 1958, se transformou na Casa da Criança Paralítica.

Ainda, em 06 de janeiro de 1955, foi fundado o Lar Evangélico Alice de Oliveira destinado a abrigar pessoas idosas que tivessem ou não vínculo familiar e que necessitassem de cuidados básicos para sobrevivência. Em 18 de dezembro de 1956, foi fundada a Casa da Criança de Sousas, pelo casal Maria de Almeida Magalhães e Tasso Magalhães, destinada a desenvolver trabalhos de puericultura. Em 02 de outubro de 1957, surgiu a Associação de Assistência São João Vianney.

Foi, entretanto, com a criação da Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”, em 1958, que as ações de assistenciais, para atender a camada pobre da sociedade em Campinas, se diferenciariam de todos os outros modelos, até então criados no país.

1.1. Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” (1958)

Em 1958, foi criada a Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” – idealizada pelo casal Lafayette Álvaro de Souza Camargo⁶ e Odila Egídio de Sousa Santos Camargo, que desde 1940, destacavam-se nos meios de assistência social, dentre a filantropia campineira, pela preocupação com o futuro das crianças pobres.

Lafayette Álvaro e a sua esposa eram proprietários das terras do Engenho do Mato Dentro. O casal, que não possuía filhos, destinou a produção de leite tipo A de uma de suas três fazendas – Granja Vila Brandina – para a realização de obras de promoção social. As outras duas seriam herdadas por familiares do casal.

⁶ Lafayette Álvaro de Souza Camargo (1887 – 1967), nasceu em 01 de novembro de 1887, filho de Antônio Álvaro de Souza Camargo e Olympia Lapa de Souza Camargo que eram cafeicultores. “Lafayette casou-se com Odila Egídio de Souza Santos Camargo, também filha de cafeicultores, e os dois moraram juntos por algum tempo na Usina Ester, em Cosmópolis. Ele era gerente da Usina, e dona Odila dava aulas na escola rural. Após deixar a Usina Lafayette passou a se dedicar integralmente a suas propriedades em Campinas”. Foi prefeito de Campinas eleito pelo Estado Novo entre 22 de julho de 1941 a 04 de novembro de 1941. Durante esse período, sensibilizou e passou a preocupar-se com a proliferação de cortiços na região central de Campinas. “Em contato com o amigo Estanislau Ferreira de Camargo, rico fazendeiro na região de Lins, auxiliou na construção de uma vila operária no Cambuí, entre a rua dos Alecrins e a avenida José de Sousa Campos. É a Vila Estanislau, cujas casas foram adquiridas pelos moradores, pelo empenho de Lafayette em obter empréstimo junto ao banco local. Em sua Fazenda Vila Brandina, Lafayette trocou o plantio de café pela produção de leite tipo A. Parte dessa renda era destinada a crianças de famílias pobres.” Em 1958, criou a Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” destinada a dar assistência social aos pobres, logo em 1964 realizou a junção de sua fundação com a FEAC, tornando-se a Fundação FEAC. Lafayette faleceu em 12 de setembro de 1967 (Casal Símbolo de Ação Social em Campinas: tem homenagem do Shopping Iguatemi. **Jornal FEAC**. Campinas, n°.54, ano 10, abril/ maio de 2004, p.03).

Segundo Pádua (06 jun. 2005),

o casal Odila e Lafayette Álvaro, havia criado em 58, seis anos antes da FEAC, uma Fundação, com a sugestão do historiador que também era amigo de Lafayette o Celso Maria Melo Pupo, essa Fundação passou a se chamar Fundação Odila e Lafayette Álvaro. Tinha quinze conselheiros, mas ela somente começaria a funcionar depois que o último membro do casal falecesse, porque o patrimônio da Fundação, que estava reservado, era uma fazenda onde vivia o casal, que se chamava Fazenda Vila Brandina. Nessa fazenda, o Dr. Lafayette que era um engenheiro agrônomo, foi um dos introdutores do gado holandês, preto e branco. E, com esse gado de alto nível, muito selecionado, ele tinha uma granja e uma pecuária que produzia leite tipo A. Sua preocupação era de fornecer esse leite para as crianças. A fazenda era assim, no início a fazenda de café, depois se transformou em granja, e, depois ele passou para mim essa granja e começou a criar cavalos de puro sangue inglês, cavalos de corrida, era apaixonado pelo Jóquei.

Segundo Pádua (06 jun 2005) foi o Dr. Mário Altenfelder Silva, médico pediatra, que coordenou o Departamento Nacional da Criança (DNCR), exerceu o cargo titular do Serviço de Menores (SAM) de São Paulo (1958), presidiu entre 1965 a 1977 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e foi Secretário da Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo entre 1975 – 1976, no governo de Paulo Egydio Martins (1975 – 1978), quem estimulou o Dr. Lafayette Álvaro a criar a Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”, conforme o depoimento abaixo:

Mas, nessa ocasião, ele já tinha criado a Fundação e para criação dessa Fundação, ele teve um estímulo muito grande de um médico de São Paulo que dedicou quase a vida toda dele para tratar e cuidar de crianças e adolescentes, que era o Dr. Mário Altenfelder Silva. O Dr. Mário que era diretor do Departamento da Criança de São Paulo, numa das visitas que fez a Campinas, visitou o casal. Depois, escreveu uma carta, que tenho, escrita de próprio punho, tenho a original dela, em que ele ficou emocionado com a proposta do casal de destinar o seu patrimônio, já que o casal não tinha filhos. O Dr. Mário dizia já que o casal não tinha filhos iriam ter um legião de filhos, pelo desenvolvimento dessa Fundação que eles iriam criar.

E a Fundação tinha como objetivo, acolher crianças abandonadas e dar a elas uma formação profissional encaminhando-as, para a integração social e o exercício da cidadania. Então, com esse estímulo, essa visita ao Dr. Lafayette foi dois anos antes, em 58 eles criaram a Fundação (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Martins (1998, p. 69) afirma que a assembléia em que ocorreu a criação, discussão do estatuto e eleição da primeira diretoria da Fundação aconteceu, oficialmente, no dia 16 de outubro de 1958 na sede do Partido Democrata Cristão (PDC) em Campinas, dirigido pelo Dr. Darcy Paz de Pádua.

Na entrevista com o Dr. Darcy Paz de Pádua foi possível coletar dados que mostram que, desde sua criação, a Fundação é aglutinadora de forças políticas, jurídicas e institucionais de Campinas, uma característica que se mantém até hoje:

Foi aprovada em assembléia em 16 de outubro de 1958 e para a realização dessa assembléia de fundação, foi pedida a sessão na sede do Partido Democrático Cristão (PDC), que era na cidade, na rua Benjamin Constant, 1214, na esquina da Barão de Jaguará. Porque o presidente do PDC era casado com uma das sobrinhas do Dr. Lafayette, era o Dr. Carlos Foot Guimarães que foi diretor da Faculdade de Direito desde a criação em 52, 51 até morrer. O Foot foi presidente. Como ele foi diretor da Faculdade de Direito ou melhor presidente do PDC e eu era vice-presidente, ele teve o escrúpulo em não ceder sem me consultar também. Ele me disse: “- Olha eu sou suspeito para ceder”. Aí, nós concordamos em ceder e na sede do nosso Partido Democrático Cristão, foi criada a Fundação. (PÁDUA, em 06 jun. 2005)

A Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” foi constituída como uma instituição de pessoa jurídica de direito privado tendo como primeiro presidente o Dr. Edmundo Barreto e vice-presidente Dr. Carlos Foot Guimarães. Seus dois primeiros secretários foram Sylvio do Amaral e Sérgio Barros Barreto, sendo eleito, ainda, um Conselho Administrativo integrado por nove outros membros (MARTINS, 1998, p.69).

Assim, desde os meados de 1950, a participação dos futuros fundadores e dirigentes da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas já era marcante, quando passaram a morar em Campinas executivos de grandes empresas, que trouxeram para cidade uma nova visão de organização social. Segundo Badaró (1996, p.103), a partir de 1956, o

desenvolvimento industrial brasileiro manifestou-se em Campinas estimulada por incentivos municipais destinados à atração de novas e importantes indústrias. A cidade confirmou-se como pólo alternativo, apto a receber os excedentes do crescimento industrial de São Paulo, pois além de oferecer isenção de impostos municipais e facilidades de aquisição de terrenos, acenava com disponibilidade de água, energia e excelentes condições de transporte.

Como representante desses novos atores destacou-se o Dr. Eduardo de Barros Pimentel. Formado em Engenharia Civil, Administração de Empresas e Direito. Veio morar em Campinas na década de 1950, inicialmente convidado para trabalhar na Fogões Dako, tornando-se depois diretor da Bendix do Brasil, e, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Desde o início, Pimentel participou de diversas campanhas comunitárias. Dentre elas, em 1955, participou da criação do Conselho de Entidades de Campinas, por iniciativa da Associação Comercial e do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, sob a secretaria executiva de Ruy Rodrigues. O Conselho agregava vários representantes de segmentos da sociedade, tendo como objetivo viabilizar soluções relativas a assuntos de interesse coletivo (MARTINS, 2001).

O Conselho era composto por Eduardo de Barros Pimentel, Ary de Arruda Veiga e Ruy Rodrigues juntamente com a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC) por meio de seu presidente, Roberto Franco do Amaral. Segundo Martins (2001, p.18)⁷, uma das primeiras resoluções deste Conselho ocorrera em 1960 quando reiniciaram a Campanha Pró-Instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas, idealizada originalmente pelo jornalista Luso Ventura. A partir de então, foram organizadas, pelo Conselho de Entidades, onze comissões a fim de mobilizarem a comunidade, a imprensa e os prefeitos da região, visando pressionar o governo do Estado e a Assembléia Legislativa a cumprirem a Lei de criação de uma Universidade em Campinas, resultando assim, em 1962, na criação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Assim, vê-se que a criação da Fundação FEAC compõe um rol de ações das elites campineiras, preocupadas não só com a situação da “infância desvalida”, mas também com a necessidade de adequação da cidade às demandas que se impunham face à opção do desenvolvimento econômico adotado.

O momento histórico de criação da Fundação FEAC foi bastante conturbado em função do regime militar, vigente entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse período constatamos que um universo de organizações não governamentais internacionais, associadas e referenciadas às estruturas da ONU, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Cruz Vermelha, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura), dentre outras tiveram expressiva influência em várias partes do mundo, em particular nos países subdesenvolvidos como o Brasil, com estratégias de planejamento de políticas sociais e ações a fim de promoverem o desenvolvimento do país (VIEIRA, 1988; ROSEMBERG, 1992; GOHN, 2005).

⁷ MARTINS, Neire do Rossio. **Unicamp 35 Anos: Ciência e Tecnologia na Imprensa**. Campinas, São Paulo: Editora a Unicamp, 2001.

Segundo Gohn (2005, p.76), no Brasil, a influência dessas Organizações Não-Governamentais, especialmente durante a ditadura militar, encontraram um campo de ação bastante fértil.

Surgem ONGs de luta contra o regime político, em função da questão dos presos políticos, torturas etc.; e ONGs para atuarem no campo da organização popular, de luta por direitos e condições mínimas de sobrevivência cotidiana no que diz respeito às necessidades básicas. Estes campos delinearão novos perfis às ONGs, que denomino de ONGs cidadãs e militares.

Desta forma, assim como foram criadas várias organizações não-governamentais, durante as décadas de 1960 e 1970, para lutarem contra o regime político militar, outras, como a Fundação FEAC, foram criadas para atuarem na organização das comunidades, ou seja, na promoção de assistência aos excluídos. Essas organizações, chamadas de militares ou cidadãs por Gohn (2005), foram influenciadas e respondiam às estratégias de planejamento e desenvolvimento social que as organizações não governamentais internacionais – UNICEF, UNESCO, ONU, FAO - implantavam nos órgãos do governo.

Segundo Vieira (1988, p.05), as estratégias e técnicas de planejamento social propostas pelas organizações não governamentais internacionais - como *UNICEF*, *UNESCO*, *Fundo das Nações Unidas para a Alimentação (FAO)*, *Organização Mundial de Saúde* dentre outras - além de terem como objetivo resolver o problema de subdesenvolvimento do país, atribuído à falta de serviços de assistência na área da saúde, educação e nutrição, havia um interesse político, segundo a autora, “*o desamparo de populações pauperizadas do Terceiro Mundo poderia ameaçar a ordem capitalista e abrir caminho para o desenvolvimento e a penetração de ideologias revolucionárias, a exemplo do que havia ocorrido em Cuba*”

No caso da Fundação FEAC, percebemos que no primeiro momento de sua implantação, a influência dessas ONGs Internacionais, em especial da UNICEF e UNESCO, foi bastante presente nas ações adotadas pela instituição.

Notamos essa influência desde a escolha dos pressupostos metodológicos, utilizados na organização e desenvolvimento da instituição, que se referiam ao Desenvolvimento e Organização de Comunidades (DOC), até, de fato, quando a Fundação FEAC participou, em 1966, da 15ª- Conferência Internacional dirigida à Assistência Social e ao Serviço Voluntário, realizada pela UNESCO na Argentina, na cidade de Rosário, e requereu filiação ao Centro

Regional Latino Americano de Serviço Voluntário e ao Comitê Coordenador do Serviço Voluntário Internacional (CCSVI) da UNESCO.

Desta forma, identificamos que a organização e o desenvolvimento da instituição e o perfil dos programas e projetos desenvolvidos pela Fundação FEAC tiveram influência tanto da UNESCO quanto da UNICEF.

1.2. Busca de Soluções para a Assistência Social em Campinas: Criação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC)

Membro do Rotary Club de São Paulo desde 1959, Pimentel, um ano depois, foi nomeado para a Comissão de Serviços à Comunidade do Rotary Club de Campinas-Norte, o que o inseriu definitivamente, na trajetória do trabalho de promoção social. Pimentel estava insatisfeito com a assistência social tradicional e as formas como as entidades arrecadavam recursos financeiros, “(...) *que em muitas vezes se resumia na realização de jantares para arrecadação de fundos destinados a obras sociais*” (MARTINS, 1998, p.72). Tal insatisfação o levou a procurar alternativas de trabalhos sociais em outros países, na tentativa de organizar a estrutura das obras sociais realizadas em Campinas.

Dois programas de promoção social, praticados nos Estados Unidos, chamaram a atenção de Pimentel – o primeiro foi o Community Guest (Comunidade Convidada), que se caracterizava pela reunião de profissionais e lideranças locais, atuando no sentido de tornar mais eficiente as ações assistenciais.

O segundo programa de promoção social que poderia resolver a dificuldade de sobrevivência das entidades em Campinas foi o United Fund, traduzido como Fundo Unido, em que os moradores de uma determinada cidade norte-americana contribuía, anualmente, com recursos financeiros destinados para os trabalhos sociais. A prática do Fundo Unido possibilitava a concentração de recursos arrecadados que depois seriam repassados para as entidades que desenvolviam projetos sociais. A grande questão estava no sistema da possibilidade de destinar os recursos para os projetos prioritários de forma a evitar desperdícios e esforços desnecessários.

Pádua (06 jun.2005) confirma a importância que tais projetos para a organização da Fundação:

havia dois movimentos lá nos Estados Unidos – United Fund e Community Guest, dessas duas a que Pimentel achou que nós pudéssemos, implementar em Campinas um Fundo Unido.

Do ponto de vista estratégico, a concepção desses programas norte-americanos chamou a atenção de Pimentel. É provável que sua formação em administração de empresas tenha contribuído para que ele percebesse que tais modelos poderiam:

- a) potencializar a utilização dos recursos disponíveis;
- b) facilitar os processos de gestão administrativa e financeira;
- c) instaurar um clima de cooperação ao invés de disputas entre as várias entidades filantrópicas então existentes;
- d) dar coesão entre suas ações específicas e ao mesmo tempo, delimitar o raio de atuação de cada instituição.

A esse respeito Pádua (06 jun.2005) diz:

O que era isso? Era eliminar uma situação existente de quase competição entre as entidades de ganhar recursos da comunidade. Porque o principal problema das entidades filantrópicas daquela ocasião e como hoje, era a questão dos meios, a dificuldade de recursos. Então para aumentar a capacitação desses recursos, as entidades competiam entre si, procurando pessoas e oferecendo coisas que eram oferecidas em troca de uma retribuição, eram normalmente rifas ou coisas assim. Sempre as mesmas pessoas, e as mesmas empresas iam procurá-las. Eduardo entendeu que com o Fundo Unido, haveria uma única arrecadação, que depois seria repartida entre as entidades existentes. Com esta idéia ele começou uma mobilização de toda a comunidade, e, especialmente junto às entidades para instituir essa idéia.

Outros entraves faziam-se presentes. Ainda que as instituições pudessem ter o mesmo objetivo, ou seja, minimizar a situação de penúria, quase sempre suas motivações as colocavam em situação de conflito potencial. Tratava-se do caráter religioso que as movia.

Uma outra grande dificuldade era que quase todas as entidades eram vinculadas a uma religião, ou a religião católica, ou evangélica mesmo que mantivesse denominações, ou era espírita, ou maçônicas. Enfim, isto poderia separar as instituições, pois ainda não havia Conselho Ecumênico (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Ademais, não raro, a instituição era condicionada pelo empirismo de seus criadores, pela ausência de profissionais especificamente preparados no trato das questões assistenciais, e não havia parceria com o poder público.

As entidades eram dirigidas empiricamente, quero dizer, alguém com espírito filantrópico, caritativo, humanitário, criava uma entidade, ele próprio passava a dirigi-la, criava um grupo que o ajudasse nisso, mas não havia nenhum embasamento técnico, para desenvolver isso. Naquele tempo nenhuma das entidades tinha assistente social, nem a Prefeitura tinha departamento, secretaria de promoção, o Estado não tinha Secretaria de Promoção Social, a Prefeitura e as obras muito menos, não tinham assistente social, não havia psicólogos, pedagogos nas entidades, então não havia técnicos para ajudarem os dirigentes.

Nota-se que, em seus aspectos fundamentais, a estrutura proposta por Pimentel se mantém até os dias de hoje: captação de recursos para um fundo comum; distribuição entre as instituições filiadas; autonomia de ações; mobilizações de lideranças empresariais e políticas no sentido de consolidar um grupo de pressão que representa os interesses da assistência social empreendida no município.

Pimentel inspirado nos dois modelos norte-americanos de promoção, começou a realizar reuniões na Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC) com os representantes dos vários segmentos da sociedade. Logo, encontrou um homem que também se destacava nos trabalhos de serviços a comunidade, Ruy Rodrigues, então presidente da Associação Comercial de Campinas, segundo Pádua (06 jun. 2005),

o Ruy (...) já tinha a idéia de acudir os menores, que eram chamados assim, os meninos que ficavam na rua naquele tempo, cuidando de automóveis. Era a antiga “guardinha”, que era ligada a Associação Comercial, que tinha a única função de cuidar dos automóveis e com isso ter alguma forma de manutenção. E ele entendia que haveria uma outra forma de atender esses meninos, criando uma instituição que cuidasse da educação e encaminhamento para o emprego. Então Ruy acolheu logo essa idéia de Eduardo e ofereceu a Associação Comercial para fazermos os encontros, as audiências. E foi lá que nós nos encontramos.

Assim, importantes setores da economia e outros prestadores de serviços em Campinas uniram-se ao Conselho de Entidades de Campinas ampliando sua composição, tais como dirigentes do Rotary Club, Lions Club, delegado do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), ACIC, representantes do Clube dos Engenheiros, entidades de agrônomos, médicos e instituições de assistência. Tal fórum de mobilização levaria à criação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) inicialmente chamada de Federação de Assistência Social.

Na época, funcionava ativamente o Conselho de Entidades de Campinas, constituído por dirigentes dos três Rotary Clubs, dois Lions Clubs, delegacia do CIESP, ACIC, Clube dos Engenheiros e entidades de agrônomos, médicos, entre outros setores, em um total de 23 instituições. O Conselho foi o fórum de mobilização que levaria à FEAC (MARTINS, 1998, p.72).

Pádua (06 jun. 2005) participou desde a primeira reunião do Conselho de Entidades de Campinas. Para apresentar a idéia de criação de uma Federação de Entidades Assistenciais.

Eu compareci logo na primeira audiência. Foi aprovada a idéia de que se criasse uma Federação, uma instituição que reunisse todas as entidades e que cuidasse da solução de problemas que cada entidade isoladamente não podia encontrar. Então, elas viviam completamente isoladas entre si, além dessa coisa que eu disse, assim com um pouco mais de ênfase, talvez nem fosse tanto assim, mas esse espírito de competição, quero dizer de ganhar recursos financeiros, mas haviam outros problemas.

O mesmo Pádua (06 jun.2005) explicita estratégias utilizadas para superar o isolamento sem ferir a identidade das instituições. Focava-se a substituição da competição pela busca de financiamento, enfatizando e que a soma de esforços resultaria em um fundo comum com maior eficiência na sua gestão.

Nós não chegamos a fazer reuniões com entidades de origens diferentes, quanto à vinculação religiosa, nós não fizemos isso. Mas, foi uma mobilização da comunidade para criar uma consciência da necessidade de unir. Então, o que a FEAC pregava na ocasião, primeiro, nem era FEAC, era a idéia que se difundia que se divulgava, talvez fosse possível, criar uma única fonte arrecadadora, que se chamava fundo unido, e as entidades que se filiassem a essa instituição, depois se reuniriam para discutir um plano de distribuição desse fundo, essa era a idéia. Então, qual era o ponto central, o ponto importante dessa idéia e da proposta, era criar uma instituição que fizesse uma integração das entidades, que desse as entidades apoio, e que criasse entre as entidades o espírito de solidariedade.

Três metas são enfatizadas:

Então, eram essas três questões fundamentais: integração, apoio e solidariedade, não apareciam essas três expressões assim, mas era o que estava informando todo o movimento (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Em 1963, Pimentel foi convidado para dirigir a Divisão Regional da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Campinas. Neste período Pimentel e Darcy Paz de Pádua, começaram a elaborar e redigir os estatutos da FEAC. Paulatinamente a estrutura organizacional foi definida:

o trabalho da Federação seria estruturado na ação de três conselhos. O Conselho de Entidades (depois intitulado Conselho Administrativo) que reuniria os dirigentes das entidades sociais. O Conselho de Contribuintes representaria os contribuintes – financeiros e em termos de idéias – das obras assistenciais. E o Conselho Deliberativo que seria integrado por membros de destaque da comunidade (MARTINS,1998, p.73).

1.3 Junção da FEAC com a Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” (1964)

A primeira reunião pública, para apresentar a criação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), foi realizada em janeiro de 1964, na sede da ACIC, onde foram apresentados os seus objetivos gerais, que consistiam em *“integrar o trabalho social, articular e centralizar a arrecadação de fundos para as entidades e proporcionar orientação técnica e jurídica às obras sociais”* (MARTINS, 1998, p.73).

Ressalta-se que a estrutura organizacional que estava sendo proposta possibilitou resguardar a independência e especificidade de cada instituição federada. Aqui nos permitimos fazer uma analogia com o sistema político pautado no federalismo⁸. Ou seja, diversos Estados se reúnem numa só nação, conservando cada qual a autonomia para tudo que diga respeito a interesses comuns (ou questões internacionais). Tais Estados federados são regulados por uma Constituição e dispõem de poderes suficientes para gozarem de relativa autonomia, ou seja, de direito de auto-governo. Como nos explica, Lins (2005),

O Federalismo é, assim, o ponto de equilíbrio: cada músico tem autonomia para tocar o instrumento que lhe é peculiar, aquele que ele sabe tocar bem. Todos se orientam pela mesma partitura (a Constituição) e o maestro (o governo), que também tem que seguir a partitura, apenas coordena e inspira os músicos. O maestro não deve tomar o violino do violinista e tentar tocar ele mesmo, porque ele não sabe e não é sua atribuição. Inclusive, mesmo que ele toque bem, a orquestra ficará descoordenada e recairá na anarquia. Ou seja na boa orquestra, no Federalismo, o "maestro" não interfere diretamente com o trabalho de cada "músico", não toma a si a responsabilidade de fazer o que é de cada um, ele respeita o direito ao auto-governo e de escolha, isto é, a autonomia de cada um. Mas

⁸ Federação (Dicionário, p. 765), “1. União política entre Estados ou Províncias que gozam de relativa autonomia e que associam sob um governo central”. Segundo Almeida (1996, p.41), “(...) o federalismo é um sistema baseado na distribuição territorial de poder e autoridade entre instâncias de governo, constitucionalmente definida e assegurada, de tal forma que os governos nacional e subnacionais sejam independentes na esfera própria de ação”. Ainda o autor discorre sobre federalismo dual, federalismo centralizado e federalismo cooperativo. Segundo Bobbio (1993) e Lins (2005), o federalismo é uma estratégia de administração pública de gestão de sociedades, ou seja, a sua organização permite que o povo controle e fiscalize as decisões do governo a fim de impedir o abuso de autoridade dele.

está ativo e presentemente coordenando tudo o tempo todo, prestando atenção para que ninguém "desafine".

O mesmo ocorreu com a estrutura organizacional que estava sendo criada pela Federação das Entidades Assistências de Campinas (FEAC). Por um lado, semelhante ao sistema federativo, as instituições federadas a ela, teriam plena autonomia para se autogovernarem, sem interferência da FEAC na sua forma de gestão, decisões e escolhas. Por outro lado, ficava a cargo da FEAC a atribuição de coordenar, assessorar juridicamente e financeiramente as instituições a ela federadas.

Desta forma, segundo Martins (1998, p.73), após a primeira reunião pública foram criadas 18 comissões de trabalho, as quais seriam responsáveis pela estruturação da futura Federação,

uma comissão coordenaria os estudos gerais, outra estudaria a elaboração dos estatutos definitivos, uma terceira trataria dos aspectos relacionados à arrecadação de recursos e outra exerceria a função de relações públicas com a imprensa e a comunidade. As demais comissões tratariam das diferentes áreas de atendimento social, a idosos, crianças carentes e adolescentes, hospitais e outras.

Esta reunião chamou atenção do Dr. Lafayette Álvaro que, interessado na iniciativa da criação de uma Federação, propôs a junção da Fundação Odila e Lafayette Álvaro em 1958, à Federação, com a condição de que o seu patrimônio fosse destinado aos trabalhos de promoção social de Campinas e que os membros da direção de sua Fundação integrassem, ao menos provisoriamente, a direção do novo órgão que seria constituído (MARTINS, 1998, p.73).

O Dr. Eduardo recebeu essa idéia de fundir, e o Dr. Lafayette explicava que ele teve essa idéia de propor essa fusão porque ele via na Federação uma amplitude maior, a Fundação que ele havia criado era para cuidar de crianças, meninos, e ele via na Federação uma idéia mais ampla de conter todas as entidades, desde creches que cuidariam de bebês até aos asilos, que já existiam, como o Asilo dos Inválidos que hoje é o Lar do Velhinhos. Então, havia um espectro muito grande, desde criança até o idoso e neste entremio nós tínhamos toda a espécie de necessitado. Então, havia o tratamento a saúde, aos deficientes, a APAE nem existia naquele tempo, mas havia sempre a intenção de criar de cuidar do deficiente, de cuidar, enfim, dos desvalidos, do menor abandonado, daqueles que não tivessem família. Mas, por essa amplitude maior, ele achou que seria uma boa idéia em oferecer uma Fundação que já existia como base para essa Federação que se propunha.

Então, Eduardo trouxe o estatuto da Fundação, nós examinamos juntos e praticamente reformamos o estatuto da Fundação e passou a existir o estatuto da nossa FEAC com pequenas adaptações, mas já com o nome de Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação Odila e Lafayette Álvaro. Então, a natureza jurídica que antes era

uma sociedade civil, passou a ser uma Fundação. A assembleia aprovou isso e nós registramos no cartório (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Desta forma, Pimentel, presidente da comissão executiva provisória da futura Federação, apresentou, no dia 05 de abril de 1964, a proposta do Dr. Lafayette Álvaro à comissão provisória, que a aceitou. Foi, então, realizada, na sede da ACIC, no dia 14 de abril de 1964, uma assembleia geral, na qual houve a aprovação dos novos estatutos da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) e Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”, marcando definitivamente a criação da Fundação FEAC. Portanto, a partir daqui estaremos nos remetendo à Fundação FEAC.

É importante ressaltar que a partir de então a gestão institucional da Fundação FEAC passou a enquadrar-se como uma instituição de pessoa jurídica de direito privado, composta pela organização da Fazenda Granja Vila Brandina – Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”, tendo como finalidade a assistência às crianças e famílias de baixa renda. A Fundação FEAC não possui proprietários, titulares e nem sócios. Todo o patrimônio é gerido por Curadores, que integram um Conselho, responsável por traçar as metas e diretrizes da entidade a fim de que sejam alcançadas as finalidades para as quais ela foi criada e que estão previstas no estatuto, tendo também a função de aprovar o orçamento e as contas da entidade (Art.40 ao 69 do Código Civil).

De acordo com o estatuto, a Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” destinou para a FEAC, somente a Fazenda da Granja Vila Brandina, correspondente a uma área de 184 alqueires e nenhum tipo de recurso financeiro, pelo contrário, segundo entrevista concedida pelo Padre Haroldo Joseph Rahm (29 jul. 2005), a FEAC após a assinatura do contrato de junção das duas instituições, assumiu a administração da Fazenda Granja Vila Brandina, assim como os encargos de indenização dos empregados que trabalhavam na fazenda.

Dr. Lafayette se aproximou, dizendo que queria dar essa Fazenda para nós. E graças a Deus ele deu. E nós recebemos e assinamos o contrato, legalizamos o nosso grupo para fazer todas essas coisas. E tivemos um problema, tivemos dois problemas, tínhamos muitos empregados e tínhamos que indenizarmos eles (RAHM, 29 jul. 2005).

O estatuto também apontava a área de atuação da Fundação FEAC e as formas de arrecadação e distribuição de recursos.

de acordo com os estatutos, a FEAC atuaria de modo prioritário na área de proteção às crianças de famílias de baixa renda. Outro item dos estatutos, que singulariza a atuação da FEAC no campo da ação social no Brasil, era o fato de que a Federação ofereceria às entidades filiadas 20% a mais do que os recursos arrecadados por cada uma junto à comunidade, como forma de estimular a busca de novos sócios (MARTINS, 1998, p.73).

A criação da Fundação FEAC representou no modelo de atendimento das políticas de assistência à infância o marco do fim da caridade pública e o início da filantropia em Campinas. Ela será aquela que racionalizará a assistência social, instaurará os procedimentos de conservação e formação da população, através da “*polícia das famílias*” e gestão da pobreza (DONZELOT, 1980)

1.4. Primeira Gestão (1964 - 1966): Diretoria Executiva Provisória da Fundação FEAC

A primeira diretoria executiva provisória (biênio 1964 -1966) da Fundação FEAC foi presidida pelo Dr. Edmundo Barreto, sobrinho do Dr. Lafayette Álvaro e presidente da Fundação Odila e Lafayette Álvaro. A diretoria executiva provisória era integrada ainda pelo primeiro vice-presidente Dr. Eduardo de Barros Pimentel e segundo vice-presidente Dr. Darcy Paz de Pádua, sendo tesoureiros o Dr. Nivaldo Novaes e José Maria Xavier. Os secretários eram Dr. Sérgio Barros Barreto e Dr. Rubens Duarte Segurado, sendo presidente do Conselho Deliberativo o Dr. Carlos Foot Guimarães.

No início, as primeiras reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação FEAC, que não possuíam uma sede própria, aconteciam no escritório de advocacia do Dr. Edmundo Barreto e Dr. Carlos Foot Guimarães na rua General Osório no centro de Campinas. Nessas reuniões, os dirigentes pensavam estratégias de convencimento da comunidade sobre a importância da integração das entidades de assistência social, denominadas no período como obras sociais.

1.4.1. Os Primeiros Passos da Fundação FEAC

No início de 1964 foram criadas diversas comissões de trabalho para a estruturação da Fundação FEAC. Uma delas foi à criação de uma comissão constituída por assistentes sociais voluntários da Divisão de Assistência Técnica Especializada (DATE) de Campinas, pela Diretora da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP)

Irmã Maria Mesquita Sampaio, pelo Secretário do Gabinete da Prefeitura Municipal, Sr. Cláudio Novaes, pelo Serviço Social do Estado (SSE), pela LBA e pelo Presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – setor de Campinas (APASP), para a elaboração de um anteprojeto para a criação de um Departamento de Serviço Social, que seria o órgão executivo da Federação. Elaborado o anteprojeto, este foi apresentado à diretoria da Fundação FEAC, que após apreciação aprovou-o, na íntegra, em 20 de julho de 1964. Também nesse período, foram feitos convites a advogados e contadores para organizarem os setores jurídico e administrativo da instituição (LANDGRAF, 1965, p.26; MARTINS, 1998, p.74).

Como a FEAC não podia contratar funcionários, nós tivemos uma colaboração extraordinária de voluntários. Como das assistentes sociais do SESI e eu era o advogado do SESI nessa ocasião, da Secretaria de Agricultura, chamada DATE antigamente, do Departamento de Assistência Técnica, do INCRA, da Secretaria da Saúde. Então, essas assistentes sociais se ofereceram para o trabalho voluntário, elas durante meses vinham gratuitamente trabalhar na FEAC. Esse trabalho voluntário também era solicitado e desenvolvido pelos contadores, pelo sindicato dos economistas que faziam gratuitamente para nós o trabalho de contabilidade das obras das entidades. A OAB, o Instituto dos Advogados indicou dois advogados que começaram a desenvolver o departamento jurídico, embora nós tivéssemos dois advogados lá que também eram, eu era uma deles e o outro era o Sérgio Barros Barreto que era filho do Edmundo e também era professor da faculdade de direito. Então nós começamos a desenvolver o nosso trabalho com o serviço voluntário, com a ajuda dos voluntários (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Vale chamarmos atenção para o fato de que o trabalho voluntário era pautado em ações profissionais e não no sentido de benemerência e solidariedade.

Em julho de 1964, a Fundação FEAC, a convite do presidente da LBA, Dr. Eduardo de Barros Pimentel, utilizou, provisoriamente, as instalações da instituição para seu funcionamento, na rua Padre Vieira, número 563, enquanto que a instituição hospedeira foi transferida para o porão. Deu-se então, início aos primeiros planos de trabalho. Segundo Martins (1998, p.74),

Com a assessoria de Dirce Marcondes, assistente social chefe da LBA, foi elaborado um plano de trabalho. Foram criadas uma Divisão de Serviço Social, com participação das assistentes Maria de Lourdes Suriam, Norma Damasceno e Elsie Tepedeiro, e uma Divisão de Defesa Social, com Leonor Amstalden, Ondina Bordin e Irmã Perolina.

1.4.2. O Departamento de Serviço Social (DSS)

O Departamento de Serviço Social (DSS), passou a ser o órgão técnico da Fundação FEAC. Seu objetivo era a organização do setor de bem-estar social, visando a racionalização dos trabalhos das obras sociais filiadas, atuando na comunidade e na mobilização de recursos humanos. O departamento contava com dois setores: Divisão de Serviço Social e Divisão de Defesa Social, ambos estudavam a situação sócio-econômica, recursos e necessidades das obras sociais, no entanto a sua ação era diferenciada.

A Divisão de Serviço Social, segundo Landgraf (1965, p.24), era encarregada de coordenar atividades de estudo, planejamento e execução de programas nas diversas áreas do campo do Serviço Social – que compreendiam o Serviço Social da Família, Serviço Social de Menores, Serviço Social Médico e Serviço Social do Trabalho – estando diretamente ligada com as obras sociais filiadas.

Já a Divisão de Defesa Social, ligada aos usuários das obras sociais filiadas, tinha como objetivo a elaboração de programas de caráter preventivo e promocional junto aos usuários das obras sociais filiadas ou não, assim como de populações marginalizadas (FARJALLAT, [1969?]; MARTINS, 2004, p.09).

Competia ainda, conforme o Regimento Interno do Departamento de Serviço Social⁹ da FEAC citado por Landgraf (1965, p.24),

manter serviço de informação sobre a situação social, recursos e necessidades do meio; formar a opinião pública sobre a realidade local, estimulando a promoção de recursos, desenvolver programas preventivos, através dos diversos meios de comunicação; organizar e manter determinado serviço carente da comunidade e atender provisoriamente pessoas e famílias atingidas por causas de calamidade pública ou por outras situações de emergência ou força maior.

⁹ Segundo Landgraf (1965, p.23), o Regimento Interno do Departamento de Serviço Social foi elaborado pelo Dr. Cláudio Novaes da Prefeitura de Campinas, pela Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCCAMP Irmã Maria Mesquita Sampaio, além de diversas assistentes sociais representantes do Serviço Social do Estado (SSE)/SP, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Divisão de Assistência Técnica Especializada (DATE), Associação Profissional dos Assistentes Social de São Paulo (APASP) e Presidente do Centro Acadêmico VII de Março da PUCCAMP.

1.4.2.1. Pressupostos Metodológicos utilizados na organização e desenvolvimento da instituição

Conforme levantamentos a organização da estrutura da FEAC também buscou inspiração em referências em voga no Serviço Social.

O Serviço Social foi implantado no Brasil em meados da década de 1930, através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), num período em que o a assistência começou a se configurar como sendo uma “*esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços, que como mecanismo político para amortecimentos de tensões sociais*” (SPOSATI, 1995, p.42). O Serviço Social é exercido pelo assistente social, que atua no campo das questões sociais, por meio das políticas nas áreas de saúde, educação, habitação e previdência social, entre outras, atendendo basicamente à população excluída, aos trabalhadores, crianças, idosos portadores de deficiência, por intermédio de instituições públicas e empresariais ou de organizações da sociedade civil e movimentos sociais¹⁰.

Especialmente detectamos três métodos de Serviço Social - Serviço Social de Organização de Comunidade (*Community Organization*); Serviço Social de Grupo (*Social Group Work*) e Serviço Social de Caso (*Social Case Work*) que se aplicam a uma variedade de ambientes que podem ser:

(1) serviços para os indivíduos e grupos desfavorecidos, doentes, incapacitados, indigentes, menores abandonados, pessoas idosas, grupos minoritários e os recém-chegados a comunidade; (2) serviços que oferecem proteção a indivíduos e grupos expostos a riscos e a reverses excepcionais, como ex-combatentes incapacitados; vítimas de desastres naturais, epidemias ou guerras; famílias de militares em serviço; e (3) serviços de proteção, de educação e de desenvolvimento de crianças e jovens, aposentados, índios e de grupos isolados que necessitam de integração na comunidade (FRIEDLANDER, 1972, p.23)¹¹.

Entre, os três métodos de Serviço Social, o Serviço Social de Organização de Comunidade foi o escolhido pelo Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC para nortear as ações das assistentes sociais do departamento.

¹⁰ Disponível em: <http://www.abrale.org.br/apoio_profissional/especialidades/serv_social.php> Acesso em: dez. 2005.

¹¹ FRIEDLANDER, W. A. Conceitos e métodos de serviço social. Rio de Janeiro, Agir, 1972.

A Organização de Comunidade tem como função buscar a solução de problemas da comunidade ou estabelecer meios para que a comunidade possa resolver os seus problemas. O papel do assistente social, nesse caso, se centraliza na modificação da situação da comunidade, ou seja, segundo Pinto (1986, p.46),

a Organização de Comunidade consiste na intervenção deliberada do agente técnico que, utilizando o processo natural de mudança, visa obter melhorias das condições de vida da comunidade, mediante o trabalho cooperativo de seus membros [...] O Serviço Social de Organização de Comunidade, com base nos princípios e objetivos do Serviço Social, visa conscientizar, politizar e capacitar uma comunidade para os seus desenvolvimentos econômicos, sociais, culturais, psicológicos e sua ação cooperativa.

Desta forma, o Serviço Social de Organização de Comunidade foi um método do Serviço Social que norteou as ações do Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC. Segundo Landgraf (1965) o trabalho de incentivar a organização de comunidades, era uma forma de mobilizar as pessoas de modo ordenado em torno de problemas comuns, identificados pela comunidade, a fim de buscarem sua solução. Esta seria uma forma de, segundo a autora, “adestrar” os homens e os grupos para o dinamismo da vida democrática, em que a *“sociedade deixa de ser um mecanismo estridente de movimentos de massas para ser as somas de múltiplos grupos articulados”*.

A Organização de Comunidades atendia a dois setores, o primeiro, referente aos serviços de bem-estar social que compreendiam a vida humana, saúde, educação, habitação, trabalho e o segundo referente, a comunidade. Inicialmente, porém, foi no setor de serviços de bem-estar social que o DOC atuou. Segundo Landgraf (1965, p.03), os serviços de bem-estar social tinham como finalidade a capacitação do homem para utilizar suas potencialidades para o desenvolvimento completo e sua integração na vida comunitária. Assim, as entidades que atuassem nesse setor deveriam ser organizações no sentido de exterminarem as causas dos males sociais, como também atacarem os efeitos dos mesmos sobre os indivíduos.

Segundo Friedlander (1972, p. 26),

o método de Organização de Comunidade é a função principal de instituições que não prestam serviço direto a indivíduos e a grupos sociais, mas que são organizadas para ajudar no planejamento e financiamento dos recursos comunitários, como por exemplo, os conselhos de bem-estar da comunidade, as caixas econômicas e as associações angariadoras de recursos financeiros.

Portanto, o método de Organização de Comunidade tinha características adequadas à constituição da Fundação FEAC, pois oferecia aporte para a criação de diversos serviços, desde a prestação de assistência técnica e organização de um fundo unido até a manutenção de fichários centrais e a criação de uma representação de obras sociais filiadas. Ressaltamos que, apesar do método dar aporte para a criação de diversos serviços, ele não propiciou que se detectasse a necessidade de tais serviços. Segundo Landgraf (1965, p.03) detectou-se os serviços:

a) Prestação de assistência técnica, partindo do princípio de que havia inúmeros problemas a serem resolvidos: a criação das obras, a legalização, estatutos e prestação de serviços. Deste modo, a Fundação FEAC proporcionaria a cada entidade federada, assistência jurídica, contábil, de serviço social, relações públicas e outro tipo de assistência que se tornasse necessária.

b) Organização de um fundo unido, visando centralizar a arrecadação dos recursos e sua distribuição para as obras sociais. Esse fundo poderia ser constituído de bens doados ou contribuições periódicas de contribuintes sócios.

c) Manutenção de um Fichário Central de Clientes – de pessoas beneficiadas e de um Fichário Central de Obras Sociais, objetivando a coordenação das obras e dos serviços prestados - além de evitar a criação de programas iguais e a dispersão de esforços.

d) Representação de Obras Sociais Filiadas, depois denominada Conselho de Entidades Filiadas (CEF), tendo como função reunir os dirigentes das entidades, possibilitando a busca de soluções para os problemas encontrados em sua entidade ou comunidade e buscando formas efetivas de contato com órgãos públicos na defesa de seus interesses e direitos.

Desta forma, a Fundação FEAC foi se estruturando a partir do método do Serviço Social de Organização de Comunidade, no entanto, apesar de não terem sido mencionados, outros dois métodos do Serviço Social foram identificados como aporte para as ações dos assistentes sociais:

O Serviço Social de Casos que tem como finalidade, segundo Pinto (1986, p.46) “*ajudar no desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, visando, num processo de mudança, o seu ajustamento à sociedade*”; e o Serviço Social de Grupo, segundo Konopka (1972) citado por Pinto (1986, p.46) que “*é um método do Serviço Social que ajuda as pessoas a aumentarem o seu funcionamento social através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz, os seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade.*”

1.4.2.2. Primeiro Plano de Trabalho do Departamento de Serviço Social (DSS)

A primeira atividade do Departamento de Serviço Social (DSS) foi a realização de um estudo preliminar da situação do bem estar social de Campinas através de um cadastro¹² das entidades existente e da elaboração de um questionário contendo três perguntas. Segundo Landgraf (1965), tal levantamento pretendia circunscrever os grupos organizados, as instituições assistenciais públicas e privadas, educacionais, culturais, religiosas, recreativas e clubes de serviços do município, em 1965. A estratégia possibilitou, também, uma primeira aproximação com as entidades.

Foram computadas 546 instituições, assim identificadas 166 assistenciais (públicas ou privadas), 146 educacionais, 74 recreativas, 68 ligadas a repartições públicas, 12 ligadas a clubes de serviços e associações cívicas, 25 ligadas a sindicatos e 55 vinculadas a cultos (**TABELA 01**).

TABELA 01. Instituições de Campinas (1965)

Instituições	Nº.	(%)
Assistenciais (pública e privada)	166	30.4
Educacionais	146	26.7
Recreativas	74	13.5
Repartições Públicas	68	12.5
Clubes de Serviços e Associações Cívicas	12	2.2
Sindicatos	25	4.6
Cultos	55	10.1
TOTAL	546	100

Fonte: LANDGRAF (1965).

Das 166 instituições assistenciais (pública e privada), 89 responderam o questionário: apenas 52 colocaram-se no rol das entidades assistenciais e 37 nas demais¹³. Segundo Landgraf (1965, p.28), das 52 entidades assistenciais, aproximadamente 82% eram entidades privadas e 18% eram ligadas a órgãos públicos.

¹² LANDGRAF (1965, p.27), “esta tarefa foi realizada pelas assistentes sociais do grupo de Trabalho e alunas da Faculdade de Serviço Social, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Prefeitura Municipal, Serviço Social do Estado, Fichário de Obras da LBA e outras fontes. Este levantamento permitiu um fichário que, posto a disposição da comunidade, tem sido consultado para fins diversos.”

¹³ Segundo LANDGRAF (1965, p.27), as 37 instituições restantes, denominaram-se como sendo de outra área de atuação.

A primeira pergunta do questionário tratava dos problemas sociais da comunidade. Três aspectos não excludentes foram identificados com maior relevância: o primeiro foi o menor abandonado com 60%, o segundo a mendicância, com 40% o último problema identificado foi a à carência de habitação e de serviços públicos, com 20% de respondentes.

Os demais problemas levantados estabeleceram conexão muito íntima com os já mencionados, e se referem ao desamparo das famílias, a ignorância, o analfabetismo, a falta de formação social, de saúde e moral, ao desemprego, a mãe solteira, mulheres decaídas, casais separados, publicações pornográficas, mau cinema, jogo, alcoolismo, alimentação deficiente, preços dos medicamentos, falta de compreensão das obras sociais pelo público, desamparo das empregadas domésticas, falta de creche, falta de entrosamento das obras sociais e do fichário central.

Segundo Rizzini (1997, p.104), os males da sociedade eram identificados de acordo com a escala de moralidade, que classificava dois tipos de pobres, os dignos, que trabalhavam, que mantinham a família unida, os filhos na escola, enfim eram aqueles que seguiam o grau de moralidade estabelecida e os pobres viciosos, que *“eram aqueles que já haviam se entregado ao hábito do vício e permaneciam no ócio, recusando-se a observar os termos do bem viver”*. Ou seja,

Enquanto trabalhavam, não constituíram problema, mas qualquer eventualidade poderia modificar a situação, como por exemplo, a perda do emprego ou a morte de um dos responsáveis pela família, o que os levaria a se entregarem aos vícios comuns aos pobres, como alcoolismo e a preguiça, ou a contrair doenças, tais como a sífilis e a tuberculose. Acreditava-se que pertencessem a uma classe biológica e socialmente mais vulnerável aos vícios e às doenças, era pois, necessário manter a vigilância para evitar que esses focos epidêmicos à saúde e à moralidade se irradicassem, dada a insalubridade de seu ambiente e a promiscuidade de suas moradias, amontoadas uma às outras (FOUCAULT (1982) citado por RIZZINI, 1997, p.90).

Desta forma, os problemas que o levantamento da pesquisa apontou são tidos como males da sociedade, sobre os quais a filantropia, através da sua vigilância e racionalização, irá atuar.

A segunda pergunta do questionário, solicitava que fossem apontados os problemas que dificultavam o bom funcionamento das obras assistenciais, 80% dos investigados referiram-se à falta de recursos financeiros e à precariedade das instalações e dos serviços, 10% apontaram a falta de pessoal, de cooperação da comunidade e do poder público e 4% indicaram a questão da baixa renda de seus usuários.

Já a terceira pergunta questionava como e de que forma a entidade achava que a Fundação FEAC poderia contribuir para a solução de seus problemas, dos problemas apontados, 35% foram unânimes ao dizer que esperavam da Fundação FEAC auxílios financeiros, 12% “(...) *vêem o tipo de prestação de serviços condicionado a um estudo preliminar da obra, e ao estudo e planejamento do setor do bem estar social em Campinas*” (LANDGRAF, 1965, p.29); 11% responderam que esperavam auxílio pessoal e orientação técnica, 9% esperavam atuações junto aos órgãos públicos, 7% indicaram o atendimento ao problema do menor, pela coordenação, criação das obras sociais e de serviços carentes e, ainda, programas educativos, 5% indicaram o atendimento ao problema da habitação e apenas 1% indicou o treinamento de pessoal.

O que nos chama a atenção é o fato de que, para as instituições, a integração e interação entre elas não era uma questão relevante para a minimizar os entraves detectados (apenas 7% se referia a esse ponto). De outra parte, verifica-se que o ponto central para todas elas dizia respeito a recursos.

Era um horror, muito grande porque a gente não tinha dinheiro para nada, mas era tão grande a certeza que nós tínhamos que o trabalho fosse produzir efeitos que nós fizemos essa promessa. Mas, a entidade não acreditava muito nessa promessa. Quando a entidade vinha filiar-se ela perguntava qual é o dinheiro que vocês tem? Nós respondíamos que não tínhamos nenhum. Então a entidade não se filiava (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Tal situação não defere do que ainda hoje ocorre, mesmo que a política de assistência, no país, seja bastante diversa.

1.4.3. Estratégia de Convencimento da Comunidade sobre a integração das Obras Sociais: Fundo Unido e Hora da Comunidade

Pautando-se na importância da questão financeira, para as entidades, é que a Fundação FEAC organizou estratégias para adesão do maior número possível de instituições.

Nós prometemos no Estatuto, que cada entidade que se filiasse, traria a relação de seus sócios com o valor final dos recursos, valor total. Então se entidade recebesse cem cruzeiros, a FEAC se propunha a dar a elas todo mês, no mínimo cento e vinte, ou seja, a FEAC se propunha a dar cento e vinte a mais do que ela trouxesse (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Entre as comissões de trabalho, para a estruturação da Fundação FEAC, havia a preocupação de integração do financiamento das entidades sociais. Segundo Pádua (06 jun. 2005), a maior dificuldade encontrada pela Fundação FEAC era fazer com que as obras sociais acreditassem em uma instituição para gerenciar a arrecadação de recursos de todos os sócios contribuintes das obras, a partir de um misto de Fundo Unido e coordenar as entidades. A estrutura planejada pela Fundação FEAC oferecia vantagens às entidades filiadas e também àqueles que quisessem contribuir financeiramente, ou seja, os contribuintes pagariam apenas a uma só instituição que se encarregava de ratear mensalmente o arrecadado. Ademais, enquanto o contribuinte podia deduzir do Imposto de Renda a contribuição e as entidades filiadas poderiam, em conjunto, fiscalizar a arrecadação e sua aplicação (FEAC – União de Forças. **Diário do Povo**. Campinas, 18 jun. 1971).

Era difícil às entidades acreditarem numa instituição que as acolhesse e se propusesse a ampará-las, independente da sua vinculação ideológica ou religiosa. Porque no Estatuto nós colocamos uma cláusula muito arrojada. Nós nem sabíamos como íamos fazer, mas resolvemos fazer. No estatuto dizia, que a entidade que se filiar, ela nos traz a relação dos seus sócios - contribuintes e a partir daí ela não arrecada mais nada e a FEAC se propõe a fazer a arrecadação, não só dos sócios que já tem, mas, fazer um grande movimento na comunidade para aumentar a arrecadação (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Ainda com a finalidade de obter recursos financeiros e confiança das obras sociais, a Fundação FEAC elaborou um plano chamado “Hora da Comunidade” que compreendia a doação de uma hora de salário, por mês, de trabalhadores de empresas, firmas ou fábricas que seria descontados da folha de pagamentos das mesmas.

Mas nós começamos a fazer campanhas, nós diretores nas entidades, nas empresas, nas repartições públicas, nos hospitais. E nos propúnhamos aos operários naquela ocasião que contribuíssem com uma hora de serviço por mês. Então a primeira grande empresa que nos acolheu além da Bendix foi a Clark, situada em Valinhos e o presidente naquela ocasião era o Jorge de La Torre, ele acolheu logo a nossa idéia, e os operários da Clark assinavam uma folha da qual tinha o valor da sua contribuição e autorizava a firma descontar em folha. Então a empresa nos dava no fim do mês um cheque correspondente aos operários, a relação que ela nos mandava dos contribuintes. Aí nós pedíamos para ela a contribuição dela própria e ela nos dava outro cheque igual ao da empresa. Com esta contribuição de uma hora de trabalho por mês nós conseguimos ter aumentar a nossa arrecadação (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Vale ressaltar que esta é uma estratégia para que os próprios usuários sejam os mantenedores do serviço. Assim ao final de 1964, em seu primeiro ano de existência, a Fundação FEAC, apesar de não possuir ainda nenhuma entidade filiada a ela, conseguiu potencializar seus esforços para a estruturação de seus departamentos a fim de iniciarem suas ações. A Fundação FEAC, através da ação do Departamento de Serviço Social, assumiu e começou a realizar a distribuição dos donativos arrecadados pela campanha de Natal, antes realizada por empresas da região – respeitando ainda o critério de distribuição adotado pelas empresas, que observavam o tipo de assistência dada, o número de beneficiários e a situação econômica (LANDGRAF, 1965).

Dentre as empresas que executaram a doação estavam: Merck Sharp & Dhome, Equipamentos Clark, Bendix do Brasil e Cia, Química Rhodia Brasileira – as doações foram o resultado da arrecadação de gêneros de primeira necessidade dos funcionários e operários das empresas. No total foram arrecadados e distribuídos CR\$ 3.218.642 ou 9.198.714 Kg de produtos (LANDGRAF, 1965).

1.4.4. Primeiras entidades filiadas a Fundação FEAC

A partir do ano de 1965, a Fundação FEAC adquiriu destaque no campo da assistência social, quando, em janeiro de 1965, pediu seu reconhecimento, junto ao poderes municipais, estaduais e federais como instituição de utilidade pública.

Nos primeiros meses de 1965 a estratégia de convencimento da comunidade sobre a importância de integração das entidades sociais começou a surtir efeitos, a Fundação FEAC começou a receber as primeiras solicitações de filiação. Entre os meses de fevereiro e março, onze obras sociais requereram filiação, mas somente em maio os pedidos de filiação foram aceitos (**QUADRO 02**). Segundo Martins (1998, p.74), no final do ano, nove entidades sociais filiaram-se a Fundação FEAC.

Nós começamos a ter confiança das entidades, porque nós passamos a cumprir tudo aquilo que o estatuto prometia, passamos a dar as entidades um apoio à ordem jurídica e ordem contábil, nós fazíamos a contabilidade para as entidades, porque quase todas tinham contabilidade quase atrasada, elas não tinham dinheiro para pagar contador. Então era um amigo, um compadre, um parente que fazia a contabilidade quando tinha tempo. O estatuto da entidade nem sempre atendia as exigências do Estado ou da Prefeitura

QUADRO 02. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1965)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
1.	Casa dos Menores de Campinas (Cidade dos Meninos)	1949	13/05/1965	Abrigo para Crianças e Adolescentes
2.	Serviço Beneficente Social Adventista de Campinas depois passou a se chamar Instituto Paulista Adventista de Educação e Assistência Social – Núcleo Social Profa. Cássia Rodrigues Lasca	1922	13/05/1965	Atendimento Complementar
3.	Sociedade das Filhas Nossa Senhora Sagrado Coração – Creche Maria Luiza Hartner e Creche Madre Anastácia	1965	13/05/1965	Educação Infantil
4.	Sociedade Feminina de Assistência à Infância – Creche Bento Quirino I	1914	13/05/1965	Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola
5.	Associação de Assistência e Proteção aos Menores - Instituto Dom Nery (depois se tornou Instituto Dom Nery)	1933	29/07/1965	Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola
6.	Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira	1921	29/07/1965	Saúde
7.	Obra do Berço	1951	27/08/1965	Outros
8.	Lar Escola Nossa Senhora do Calvário	1928	01/10/1965	Atendimento Complementar
9.	Maternidade de Campinas	1916	06/10/1965	Saúde

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Com relação à definição do segmento de atuação ou campo de ação das entidades que se filiaram à Fundação FEAC, identificamos que esta foi paulatinamente ao longo dos anos, redefinida de acordo com a especificidade do atendimento oferecido pelas entidades. Segundo Pupo (1978)¹⁴ o segmento de atuação ou campo de ação de cada entidade filiada em meados da década de 1970, eram definidos como: atendimento ao menor de 0 a 06 anos, atendimento escolar e adolescente institucionalizado de 07 a 18 anos, atendimento a idosos, atendimento em regime dispensarial e/ou ambulacional, atendimento em regime médico-hospitalar, atendimento ao imigrante, atendimento ao deficiente, atendimento à família e atendimento a toxicômanos.

¹⁴ PUPO, Benedito Barbosa. O que significa a FEAC para Campinas. **Correio Popular**. Campinas, 25 out. 1978.

No entanto, para esta pesquisa utilizamos a definição atual dada pela Fundação FEAC¹⁵ para identificarmos o segmento de atuação das entidades filiadas, que são: abrigo para crianças e adolescentes, abrigo para idosos, atendimento complementar, centro comunitário, educação infantil, educação infantil e atendimento complementar à escola, outros, pessoas portadoras de deficiência, reinserção social e saúde, totalizando 10 segmentos de atuação.

Desta forma, dentre as 09 entidades que se filiaram a Fundação FEAC em 1965 de acordo com a **TABELA 02**, notamos que 01 entidade atuava no segmento de abrigo para crianças e adolescentes, 01 entidade de educação infantil e 01 entidade que atua no segmento de outros, as demais 02 entidades que atuavam no segmento de atendimento complementar, 02 educação infantil e atendimento complementar a escola e 02 entidades que atuavam no segmento de saúde.

TABELA 02. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1965)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	01	11.1
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	02	22.2
4. Centro Comunitário	0	0
5. Educação Infantil	01	11.1
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	02	22.2
7. Outros	01	11.1
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	0	0
9. Reinserção Social	0	0
10. Saúde	02	22.3
TOTAL	09	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

No mês de maio de 1965, o Departamento de Serviço Social incluiu no plano de trabalho, um novo estudo, agora focado em obras sociais que prestavam serviços de saúde e de atendimento ao menor e à família. O estudo tinha como objetivo revelar a situação das obras sociais para que a Fundação FEAC pudesse objetivar a sua atuação no plano de melhoramento dessas obras. Além disso, o resultado do estudo seria apresentado na “I Semana do Voluntário” que foi realizado em abril de 1966 em Campinas.

¹⁵ CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

1.4.5. Serviço de Repressão a Mendicância

Nesse mesmo mês, maio de 1965, a Fundação FEAC e os outros segmentos do poder público representados pela Prefeitura Municipal, Delegacia Regional da Polícia, da Guarnição Militar do 8º. Batalhão Policial, do SESI, da LBA (FEAC – trabalho unido em favor dos necessitados. **Diário do Povo**. Campinas, 19 de outubro de 1969), Juizado de Menores, Polícia Feminina (que pela primeira vez saiu da capital para realizar um trabalho de tal natureza) e outros organismos como a Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno (MARTINS, 1998, p.74), promoveram uma campanha chamada de “Serviço de Repressão à Mendicância¹⁶” (que durou cerca de três anos – até 1968).

Segundo Donzelot (1980) e Rizzini (1997), para a filantropia, o pauperismo e a fragmentação das classes sociais são interpretados como um *problema de ordem moral e social*, o significado de pobreza, ao contrário da definição dada pelo modelo de assistência caritativa, em que a pobreza era um estado de espírito que aproximava o indivíduo de Deus e quem o mantivesse encontraria sua salvação. No modelo de assistência filantrópica, esse significado muda, a pobreza passa a ser identificada como aquela que desvirtua as boas condutas da sociedade, ou seja, a pobreza desqualifica o ser humano, pois ele é visto como incapaz, um problema para o Estado, sendo necessário policiar os excluídos da sociedade.

Desta forma, a importância que o combate à mendicância tem para a filantropia é não só moralizar as camadas pobres da sociedade para obter a *economia social*¹⁷, agrupando todas as formas de assistência com a finalidade de diminuir o custo social da reprodução da pobreza, como também atualizar novas modalidades de atribuição dos socorros, na busca de procedimentos que permitam, ao mesmo tempo, discriminar o “indigente fictício” da “verdadeira pobreza” e introduzir, na assistência, a exigência da sua necessária supressão, no futuro. Assim, a

¹⁶ A questão da mendicância, por volta do final do século XVIII, passou a tornar-se um problema para o Estado, pois organizados em bandos, esses mendigos adquiriam tributos na base de ameaças e chantagens das famílias de bens. Segundo MARCÍLO (1998, p.59-60), “a palavra “mendicante” carrega-se de nuances maldosas, inquietantes, reprovadoras. O verdadeiro pobre passou a estar comprometido com a turba de vagabundos, preguiçosos, portadores de epidemias, criminosos em potencial... A política municipal, bem como a do Estado, em relação ao pobre, tornou-se repressiva (vigilância rigorosa, envio a galerias, prisões, constrangimentos a trabalhos forçados). A tendência foi transformar o hospital em uma instituição de defesa social, tanto quanto de beneficência. Surgia, assim, a “polícia dos pobres” dos tempos modernos”.

¹⁷ Segundo Donzelot (1980, p.22), “a economia social seria colocar todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com o mínimo de gastos públicos o que convencionou a chamar de filantropia”.

filantropia, ao contrário da caridade, procurará estudar quais as causas da pobreza, para então propor estratégias de ação para solucioná-la ou amenizá-la (DONZELOT, 1980, RIZZINI, 1993).

Os resultados da pesquisa realizada pela Fundação FEAC em 1964 apontaram a questão da criança abandonada, a habitação e a mendicância como sendo os problemas sociais de maior atenção. Frente a esses apontamentos a Fundação FEAC identificou que o problema da mendicância era aquele que não dispunha de recursos, medidas, programas e ações focadas para combatê-lo, já que a questão da criança abandonada estava sob a responsabilidade do Juizado de Menores e a habitação sob a coordenação do Banco Nacional de Habitação (BNH) com o financiamento para a construção de diversos núcleos habitacionais. Assim, a mendicância foi eleita como o primeiro alvo de ação da Fundação FEAC (FEAC – trabalho unido em favor dos necessitados. **Diário do Povo**. Campinas, 19 de out. de 1969).

O objetivo do “Serviço de Repressão à Mendicância” (denominado por Martins (1998, p.74) como “Campanha de Erradicação da Mendicância”) se referia ao não oferecimento de esmolas aos mendigos, com o intuito de acabar com o quadro deplorável dos pedintes – tudo com a colaboração da população (E OS MENDIGOS voltaram... **Correio Popular**. Campinas, 05 mar.1969).

O serviço entrou em funcionamento em outubro de 1965 com a criação de uma Central de Atendimento na Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno que recolhia os mendigos, fazia triagem e os encaminhava para serviços sociais de acordo com as necessidades específicas de cada um. Segundo Martins (1998, p.74),

de modo paralelo, com o recolhimento dos mendigos foi desenvolvida campanha para convencer a população à não dar esmolas. As eventuais doações seriam feitas às entidades, que se encarregariam da assistência social adequada.

A Campanha durou três anos, no entanto, o problema da mendicância superava os esforços locais. Entre os fatores que contribuía para o crescimento da mendicância no município destacava-se o fato de que, por determinação da Secretaria de Segurança do Estado, nenhum órgão de assistência social do interior podia fornecer passes de trem para a capital. Enquanto isso entidades de outras cidades emitiam o passe para Campinas, já que as principais ferrovias passavam por aqui. Assim, a Fundação FEAC e o Serviço de Repressão à Mendicância

ficavam com alguns problemas a mais a resolver – além da mendicância “local”, deveriam dar conta dos que aqui chegavam sem recursos mínimos.

A participação da Fundação FEAC deu-se pela emissão de passes para os necessitados, até os limites do Estado de São Paulo – excluindo-se a capital. Assim, por exemplo, se uma família fosse do Mato Grosso, somente teria direito a passe até Bauru. Dali pra frente ela não contaria com o apoio da Fundação FEAC, porque o transporte seria feito pela Noroeste, que não tinha convênio firmado com os organismos assistenciais do Estado, para o fornecimento de tais passes (FEAC – trabalho unido em favor dos necessitados. **Diário do Povo**. Campinas, 19 de out. de 1969).

Em 1969, ao final da Campanha de Erradicação a Mendicância, a Fundação FEAC e a Secretaria de Promoção Social formaram uma equipe para elaborar um novo plano objetivando enfrentar o problema da mendicância em Campinas. Dentre as medidas propostas pelo plano, a equipe sugeriu a instalação de uma Casa de Triagem que funcionaria na Sociedade Amiga dos Pobres – “Albergue Noturno” e a construção de um Centro de Recuperação e Integração Social (CRIS) para os migrantes e indigentes, na Fazenda da Granja Vila Brandina da Fundação FEAC – proposta que, somente em 1972, ganhou atenção, durante o Congresso de Serviços de Obras Sociais, realizado em Piracicaba.

Essa Campanha, em 1965, foi importante, pois inseriu definitivamente a Fundação FEAC no campo da assistência social na cidade de Campinas – acarretando o aumento da procura de obras sociais interessadas em se filiar a Fundação FEAC e o aumento de doações e contribuições significativas de empresas como da Bendix, Curtume Cantúcio, Clark e Singer (MARTINS, 1998, p.75).

A partir desse levantamento cabe-nos a dizer que além de policiar os excluídos da sociedade, como propunha o Serviço de Repressão à Mendicância, outras estratégias de ações foram utilizadas pela filantropia para organizar e racionalizar a população.

Assim, aliados à filantropia, a medicina social, com o intuito de intervir na degradação do corpo social, com a sua atuação, esquadrinhará toda a população, se preocupando em analisar e estudar os elementos prejudiciais à saúde, a fim de, elaborar propostas que reorganizam o espaço urbano de forma que a vigilância e o controle das autoridades ocorra. Já a Justiça irá desempenhar a responsabilidade de regular a proteção das crianças através de uma educação disciplinadora, associada a sanções. Enfim surge, através dessas estratégias, um crescente

interesse pela questão da família e da criança abandonada por parte de políticos, médicos e juristas. (RIZZINI, 1997; RIZZINI, 1993¹⁸)

1.5. Segunda Gestão (1966 – 1968): Primeira Diretoria Definitiva

Passada a fase de reformulação e implementação das primeiras ações, a Fundação FEAC, através da 1ª. Diretoria definitiva, estrutura novas ações, visando atacar a marginalização de famílias. Assim, novas estratégias são pensadas na expansão da filiação de entidades e capacitação dos voluntários.

Essa mesma diretoria pretendia alcançar a difusão da Fundação FEAC na sociedade, através da inserção na discussão e capacitação do Serviço Voluntário e atuação a partir do Projeto Clube de Mães ligado à questão da marginalização das famílias e às condições sócio-econômicas destas, visando a realização de atividades artesanais com fins de geração de renda.

1.5.1. A Consolidação da Fundação FEAC

Segundo Martins (1998, p.75), *“uma nova etapa da vida da FEAC, consolidando a sua implantação, começou com a cessão de direitos hereditários definitivos de Lafayette Álvaro sobre a Fazenda Vila Brandina. Os papéis chegaram ao cartório no dia 26 de agosto de 1965”*. No dia 19 de dezembro de 1965 foi lavrada a escritura de doação à FEAC dos direitos sucessórios da Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”.

Assim, após o período de transição da Diretoria Executiva Provisória (1964 – 1966) da Fundação FEAC, foi eleita, em 1966, a primeira Diretoria definitiva, segundo Martins (1998, p.73), presidida pelo Dr. Eduardo de Barros Pimentel, sendo integrada por Darcy Paz de Pádua, Antônio Orlando, Gilberto Prado, Mário Cândido Pedroso, Jorge de La Torre e José Pugliesi Filho. Também nessa ocasião foi constituído o primeiro Conselho Administrativo composto pelas 13 entidades que haviam se filiado à Fundação FEAC até então. Ou seja, as 09 entidades que haviam se filiado no ano anterior, acrescidas da Associação Beneficente Campineira (ABC), Asilo dos Inválidos (depois se tornou Lar dos Velhinhos de Campinas), Lar Evangélico Alice de

¹⁸RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil – uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

Oliveira e Associação de Assistência Social São João Vianney, conforme **QUADRO 03** Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1966).

1.5.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC em 1966

Desta forma, se filiaram a Fundação FEAC em 1966 as seguintes entidades (**QUADRO 03**):

QUADRO 03. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1966)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
10.	Associação Beneficente Campineira (ABC) – Unidade I: Núcleo Jardim São Marcos	1950	17/02/1966	Atendimento Complementar
11.	Asilo dos Inválidos (depois se tornou Lar dos Velhinhos de Campinas)	1904	03/03/1966	Abrigo para Idosos
12.	Lar Evangélico Alice de Oliveira	1955	03/05/1966	Abrigo para Idosos
13.	Associação de Assistência Social São João Vianney	1957	05/12/1966	Outros

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Notamos que filiaram-se à Fundação FEAC (**TABELA 03**), 04 entidades que atuam em 03 segmentos, ou seja, 02 entidades, o Lar dos Velhinhos de Campinas e o Lar Evangélico Alice de Oliveira atuam no segmento de abrigo para idosos, 01 entidade, a Associação de Assistência Social São João Vianney, atua como centro comunitário e a Associação Beneficente Campineira (ABC) – Unidade I: Núcleo São Marcos que atua no segmento de atendimento complementar.

TABELA 03. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1966)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	0	0
2. Abrigo para Idosos	02	50
3. Atendimento Complementar	01	25
4. Centro Comunitário	01	25
5. Educação Infantil	0	0
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	0	0
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	0	0
9. Reinserção Social	0	0
10. Saúde	0	0
TOTAL	04	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

1.5.3. Profissionalização dos Funcionários da Fundação FEAC

A segunda ação relevante desenvolvida pela Fundação FEAC foi a profissionalização de seus funcionários, a partir de 1966. A assistente social Maria José Mangili foi contratada para chefiar o Departamento de Serviço Social, juntamente com Dirce Marcondes, que, anteriormente, trabalhara na LBA, para a coordenação geral do Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC. Assim, segundo Pádua (06 jun. 2005),

Nós começamos a desenvolver o nosso trabalho com o serviço voluntário, com a ajuda dos voluntários. Até que com essa entrada de dinheiro, com o esforço que nós fazíamos e íamos à guarda civil naquele tempo pedir contribuição, para a escola de cadetes, para os hospitais. Então, nós pudemos contratar a primeira assistente social que tinha sido a nossa aluna na faculdade, mas que estava em Brasília, que era a Maria José Mangili, a Zeza. Então, nós a trouxemos para a FEAC e ela foi a primeira assistente social contratada, passando a desenvolver o departamento. Depois nós fizemos um “concurso público” e passamos a contratar um gerente administrativo, e com isso nós começamos a criar uma estrutura profissional na FEAC.

Outra ação também chama atenção no período, trata-se da destinação dos recursos arrecadados para suprir necessidades das entidades filiadas, segundo Martins (1998, p.75),

(...) a religiosa que representava a Creche Madre Anastácia solicitou empréstimo para reformar o teto da instituição que apresentava avarias em pleno período de fortes chuvas. Presente à reunião, Elisa Bittencourt, representante da Associação Beneficente Campineira (ABC), ligada à Igreja Metodista, disse que era contrária ao empréstimo sendo favorável, sim à doação integral dos recursos para a Creche. “Nesse momento nasceu a FEAC”, afirmou imediatamente o vice-presidente Darcy Paz de Pádua.

Esse acontecimento marcou o momento em que estavam sendo eliminadas as barreiras religiosas no âmbito da FEAC, “*que confirmava seu papel na integração efetiva da ação social em Campinas*” (MARTINS, 1998, p. 75; PÁDUA, 06 jun. 2005).

1.5.4. A Fundação FEAC se apresenta ao mundo – Comitê Coordenador do Serviço Voluntário Internacional da UNESCO (1966)

Em fevereiro de 1966, a Fundação FEAC foi convidada¹⁹ para participar da 15ª Conferência Internacional dirigida à Assistência Social e ao Serviço Voluntário, realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO²⁰) na Argentina, na cidade de Rosário.

Na condição de convidada, a Fundação FEAC ganhou atenção pelo trabalho de integração que realizava com as obras sociais em Campinas. Nessa ocasião, a Fundação FEAC e a Associação Brasileira do Voluntário (Abravo), sediada em São Paulo, foram as primeiras instituições brasileiras a se filiarem ao Centro Regional Latino Americano de Serviço Voluntariado e ao Comitê Coordenador do Serviço Voluntário Internacional²¹, ambos vinculados à UNESCO (MARTINS, 2003, p.13, 2005, p.07).

¹⁹A Fundação FEAC foi convidada pelo Centro de Proteção a Infância e Maternidade (CEPIM) que funcionava em Taboão da Serra/ SP pela responsável Maria da Glória Cardoso Ferraz.

²⁰ UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

²¹ Criado em 1948 sob os auspícios da UNESCO, o Comitê Coordenador para o Serviço Voluntário Internacional (CCSVI) é uma ONG internacional que promove o voluntariado internacional ao nível das suas bases. Ao longo dos anos o CCSVI tem-se esforçado por estar na dianteira da inovação no voluntariado. Entre os seus sucessos conta-se à promoção de intercâmbios de voluntariado entre os blocos de poder da Guerra Fria, para além de ter desempenhado um importante papel na promoção do voluntariado - particularmente campos de trabalho para jovens - em Países do Terceiro Mundo, nomeadamente através da organização de diversos cursos de formação para líderes regionais na Ásia, África e América Latina durante os anos 50 e 60. Disponível em <<http://www.worldvolunteerweb.org/events/iyv/networking/newsletters/gu2001/portu/GU17por.htm>>. Acesso em: 03 de out. de 2005.

Fui participar como convidado, não era delegado, porque nós não éramos filiados. E nesse Congresso eu pedi filiação, e eles ficaram de estudar e etc. Terminado o Congresso, o Presidente do Serviço Voluntário da Unesco, do Comitê Coordenador do Serviço Voluntário Internacional, veio a Campinas, nos visitar para saber como nós éramos, e a partir dessa visita eles fizeram a reunião na sede em Paris. E eles concederam filiação, e nós passamos a ser cidade filiada (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Entre 25 e 29 de abril de 1966, a Fundação FEAC promoveu a 1ª. Semana do Voluntário em Campinas, com a participação de 176 pessoas. No evento a Fundação FEAC apresentou o resultado do estudo realizado pelo Departamento de Serviço Social em 1965, sobre a situação das obras sociais que prestavam serviço de saúde e atendimento ao menor e à família em que se constatou que as obras sociais não possuíam um quadro de profissionais qualificados, sendo estes substituídos por um número elevado de voluntários.

Mas mesmo assim, a carência de pessoal dedicado ao trabalho nas obras sociais e em programas de bem-estar social e a impossibilidade das obras sociais remunerarem seu pessoal pela prestação de serviço, apontaram para a necessidade de aproveitamento dos voluntários em potencial – e treiná-los para o trabalho social (LANDGRAF, 1965, p.49; VOLUNTARIADO. **Diário do Povo**. Campinas, 19 jul.1970).

1.5.5. Programa de Educação de Base - Projeto Clube de Mães (1967)

Em 1967, o Departamento de Serviço Social – Divisão de Defesa Social da Fundação FEAC foi criado, segundo Farjallat ([1969?]), para “*elaborar programas de caráter preventivo-promocional para atuação junto a usuários de obras sociais filiadas ou não, bem como de populações periféricas marginalizadas, conceituando marginalização em seus aspectos sócio-econômicos e geográficos.*” A divisão buscou inspiração no “Arrastão Movimento de Promoção Humana”²², idealizado por Lucy Franco Montoro, Maria da Glória Cardoso Ferraz, Maria Tereza Coutinho Nogueira e Lúcia Vidigal, que iniciou as suas atividades em 1963, através da mobilização de voluntárias para a promoção de trabalhos de ação social junto a mulheres de baixa renda, na região de Campo Limpo, bairro de zona sul de São Paulo, com a criação de um clube de mães, que disponibilizavam tempo na confecção de trabalhos artesanais, visando a geração de renda para suas famílias. Nos mesmos moldes criou-se o Programa de Educação de Base –

²² Disponível em <<http://www.marcospauloreis.net/novo/arrastao.asp>> Acesso em 14 out. 2005.

Projeto Clube de Mães em Campinas, sob a supervisão da Fundação FEAC, destinado às mulheres de baixa renda, que não possuíam educação escolar ou qualquer noção de higiene, puericultura e economia doméstica.

O Projeto Clube de Mães tinha como foco de ação a questão da marginalização das famílias de comunidades periféricas e as precárias condições sócio-econômicas-culturais das mesmas (FARJALLAT, [1969?]). Segundo Martins (2004, p.11),

desde o primeiro momento, Projeto considerava como seu público-alvo as mulheres de baixa renda e também considerava o caráter assistencialista então predominante nas entidades sociais. Além disso, indicava o subemprego e desemprego como sérios desafios a serem enfrentados.

O convívio entre mulheres (mães), em grupo, conduziria à reflexão sobre temas referentes aos assuntos do cotidiano, relacionados aos problemas de sua comunidade como: a escola de seus filhos, a água poluída que todos bebiam, a falta de higiene dos lugares onde moravam, além de proporcionar noções de higiene e puericultura para assim cuidarem melhor de seus filhos. Assuntos sobre os quais essas mulheres não tinham conhecimento (FARJALLAT, [1969?]).

Dentre outros, os objetivos do Projeto Clube de Mães, assim como do modelo inspirador da iniciativa o “Arrastão Movimento de Promoção Humana” eram, segundo Martins (2004, p.11),

reunir mães de famílias de baixa renda em torno de atividades artesanais que possibilitassem a geração de rendimentos e construir espaços para o debate de temas ligados diretamente ao cotidiano dessas mulheres, como os seus relacionamentos interpessoais, assuntos de sexualidade e até questões mais complexas, vinculadas à vida do País.

Partindo desse princípio, segundo Martins (2004, p.13), a assistente social responsável Maria Aparecida Souza Pinto do Departamento de Serviço Social – Divisão de Defesa Social da Fundação FEAC iniciou o processo de implantação do Projeto Clube das Mães, com o treinamento das voluntárias – que seriam as coordenadoras destinadas a trabalhar com os grupos de mulheres, em que as participantes eram instruídas sobre como coordenarem e atuarem em grupo e como estimularem os talentos artísticos das mulheres, afim de que os *“conceitos transmitidos para as mães fossem transmitidos para o seu núcleo familiar.”*

A dinâmica dos Projetos Clubes de Mães constituía em reuniões semanais com duração de duas horas. Os primeiros trinta minutos eram reservados para os assuntos relacionados a temas

vivenciais, do cotidiano das mulheres, sendo o restante do período destinado à realização de atividades artesanais com fins lucrativos (CLUBE das Mães: meta prioritária da FEAC. **Diário do Povo**. Campinas, 02 jul.1971). Ficava a cargo do Departamento de Serviço Social – Divisão de Defesa Social da Fundação FEAC, a assessoria, coordenação do treinamento das voluntárias para os Clubes, supervisões periódicas, organização de encontros mensais com as coordenadoras voluntárias.

No decorrer do Projeto Clube de Mães, segundo Martins (2004, p.13),

as coordenadoras dos Clubes de Mães deixaram de ser voluntárias da sociedade e os grupos passaram a serem coordenados por lideranças do bairro. Os grupos que se formaram nesse percurso já eram criados por movimentos locais e coordenados pelas lideranças dos bairros.

1.6. Terceira Gestão (1968 – 1970): Segunda Diretoria Executiva da Fundação FEAC

A terceira gestão da Fundação FEAC foi presidida pelo Dr. Darcy Paz de Pádua, tendo como vice-presidente o Sr. Antônio Orlando, como tesoureiros Sr.Gilberto Prado e Sr.Avelino Valente, secretários Sr.Múcio Drumond Murgel e Sr.Walter Gabetta (FEAC arregimenta generosidade campineira. **Correio Popular**. Campinas, 29 jun. 1968).

Foi uma fase marcada pela criação do Centro de Treinamento de Voluntários (CETREVO) e pela inserção da Fundação FEAC como modelo de instituição assistencial, no âmbito nacional e internacional, com o Seminário Regional de Capacitação de Líderes do Serviço Voluntário, promovido pelos consultores do Centro Regional Latino Americano do Serviço Voluntário da UNESCO. A partir daí, a instituição reforçou seus laços com organismos internacionais.

A Fundação FEAC, em 1969, era considerada única em seu modelo de administração, ou seja, no oferecimento de assessoria técnica, contábil, jurídica, no sistema de arrecadação e distribuição de renda, através do que se denominava como Misto de Fundo Unido e Hora da Comunidade, além de oferecimento dos mais diversos serviços relacionados ao serviço social da família, serviço social dos menores, serviço social do trabalho e Projeto Clube de Mães. Tornou-se, então, um modelo para a criação de outras instituições similares a ela, em Curitiba e Nova Friburgo onde foi fundada a Federação das Entidades Assistenciais (FEA), além da criação da

Fundação das Obras Sociais (FOS) em São Paulo (FEAC – Trabalho unido em favor dos necessitados. **Diário do Povo**. Campinas, 19 out. 1969).

1.6.1. Departamento de Serviço Social – Projeto Clube de Mães e Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1969)

A partir de 1969, o Programa de Educação de Base – Projeto Clube de Mães do Departamento de Serviço Social, funcionava em sete núcleos. O núcleo do Hospital Álvaro Ribeiro foi o primeiro criado com a supervisão da Fundação FEAC em 1967, para mães que tinham filhos atendidos pelo mesmo hospital, em seguida vieram os núcleos da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, da Sociedade Beneficente Adventista Dorcas, do Ambulatório São Roque, do Jardim São Vicente, do Posto de Puericultura Santa Odila, da Creche Vila Lemos e da Creche Vila Tofanelo.

Em 1970, foi realizada a 1ª. Feira de Artesanato dos Clubes de Mães, segundo Martins (2004, p.19), a partir desse ano as feiras começaram a serem realizadas, anualmente, em espaços cedidos pela comunidade.

Durante a terceira gestão (1969 – 1970), apenas uma instituição filiou-se à Fundação FEAC, o Centro Social Presidente Kennedy (Centro Kennedy), fundado em 1965 pelos padres Haroldo Joseph Rahm, Roberto Hillingsworth e Antônio Coco, no bairro São Bernardo, tendo como objetivo o oferecimento de cursos profissionalizantes para adolescentes de baixa renda e orientação para as famílias (MARTINS, 1998, p.77).

Apesar da entidade atender adolescentes e oferecer cursos de profissionalização e atuar como uma entidade que promove a reinserção social, o seu segmento de atuação conforme a nomenclatura da Fundação FEAC, é definido como outros (**QUADRO 04**).

QUADRO 04. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1969)

Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
14. Centro Social Presidente Kennedy (Centro Kennedy)	1965	16/12/1969	Outros

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

1.6.2. CETREVO – Centro de Treinamento de Voluntários

Após a 1ª. Semana do Voluntário em Campinas foi elaborado um plano que previa, dentre outras ações, a criação, que teve início em 1968, de um Centro de Treinamento de Voluntário (CETREVO) – que consistia, segundo sistema usado pela UNESCO, em treinar adultos e jovens de várias regiões para que atuassem, depois, em diferentes áreas como: educação, saúde e profissionalização. A sua missão previa a conscientização sobre o papel de cada um na comunidade, em busca de soluções para as dificuldades sociais (O MENDIGO de hoje será um trabalhador amanhã. [S.I.]. Campinas, [1970?]).

Naquela época, os jovens correspondiam a mais da metade da população brasileira, sendo aqueles com as melhores condições para compreenderem, atuarem e acelerarem o desenvolvimento do país, desta forma a Fundação FEAC através do CETREVO, realizou o treinamento de jovens. Os objetivos do CETREVO eram:

a) criar condições para uma formação prática e teórica de dirigentes juvenis e voluntários que possam contribuir e conduzir eficazmente programas nas organizações de juventude às quais pertencem e nas comunidades em que vivem; b) promover o conhecimento mútuo e a compreensão entre jovens de diferentes organizações, Estados e cidades brasileiras (VOLUNTARIADO. **Diário do Povo**. Campinas, 19 jul.1970).

Em 1970, o CETREVO completou dois anos de atividade, tendo reunido, até então, cerca de 2000 jovens. Interessada em dar continuidade aos treinamentos, a Fundação FEAC e a Secretaria de Promoção Social do Município de Campinas e do Estado elaboraram e realizaram uma semana de curso, no período de férias, tendo como eixos temáticos o Serviço Voluntário, Dinâmica de Grupo, Desenvolvimento de Comunidade, Planejamento, Avaliação do Treinamento com os seguintes objetivos:

a) capacitações de jovens através do treinamento para uma realização eficaz do trabalho voluntário; b) organização de equipes voluntárias que serão coordenadoras de trabalhos comunitários a serem desenvolvidos nos bairros de Campinas; c) implantação de projetos através da utilização de recursos humanos e materiais da comunidade de Campinas (VOLUNTARIADO. **Diário do Povo**.Campinas, 19 jul. 1970).

1.6.3. Seminário Regional de Capacitação de Líderes em Serviço Voluntário

A experiência do CETREVO foi fundamental para a realização, em julho de 1969, na Fazenda Granja Vila Brandina da Fundação FEAC, do Seminário Regional de Capacitação de Líderes em Serviço Voluntário, promovido pelos consultores do Centro Regional Latino Americano do Serviço Voluntário, vinculado à UNESCO. Segundo o relato de Pádua (06 jun. 2005), participaram do evento em torno de 70 profissionais representantes de vários Estados brasileiros, de países como o Canadá, o Estados Unidos, de outros da América Latina e até mesmo da Suécia, que se hospedaram em acampamentos na fazenda, sede das discussões.

Da Suécia, veio uma loira linda com quase dois metros de altura. Como nós tínhamos trabalho voluntário no campo e na cidade, essa loira colocava chapéu de palha, enxada na mão e ia cavucar fossa lá no lado da fazenda Pau d'Alho, na estrada de Mogi (PÁDUA, 06 jun. 2005).

O Seminário teve a duração de uma semana de discussões, em que foram realizados trabalhos voluntários tanto na área urbana quanto rural. “*O projeto urbano envolveu ações com moradores do Jardim Conceição. O projeto rural constou de trabalho de educação de adultos com moradores da Fazenda São José, mais conhecida como Chacrinha*” (MARTINS, 2003, p.13).

Depois houve a ditadura na Argentina porque a sede do Comitê Latino Americano era lá, eles mudaram para o Chile. Depois houve a ditadura no Chile, e aí sumiu, o Comitê Latino Americano sumiu, nós perdemos a vinculação com a UNESCO e acabou. Mas, com isso nós começamos a desenvolver o Centro de Voluntários (PÁDUA, 06 jun. 2005).

1.7. Quarta Gestão (1970 – 1972): Problema do Menor e Recuperação do Marginalizado

A terceira Diretoria Executiva, correspondente à quarta gestão (biênio 1970 a 1972), foi indicada pelos três Conselhos que compunham a Fundação FEAC – o Conselho Deliberativo, Conselho Administrativo e o Conselho de Contribuintes que reelegeram para presidente o Dr. Darcy Paz de Pádua, vice-presidentes Dr. Sérgio de Barros Barreto e Sr. Afrânio Afonso Ferreira, tesoureiros Sr. Gilberto Prado e Sr. Carlos Novaes, como secretários Sr. Antônio Orlando e Sr.

Mário Demario dos Santos (O MENDIGO de hoje será um trabalhador amanhã. [S.I.]. Campinas, [1970?]).

1.7.1. Plano de Ação: Esquadramento

As intenções da nova diretoria representaram, para a Fundação FEAC, um período cujas metas indicaram uma nova estratégia de ação, com a intensificação do trabalho junto às obras sociais federadas, o início da capacitação dos funcionários das entidades, a elaboração de um conjunto de programas que buscavam novas soluções para o problema do menor e a recuperação do marginalizado, assim como condições necessárias para o seu (re)ingresso no mercado de trabalho, a partir do estudo do problema social e dos fatores que o geravam.

O plano da Fundação FEAC para lidar com o problema do menor e a recuperação do marginalizado enfatizava que não bastava apenas retirá-lo da rua, o primeiro passo seria propiciar sua educação e recuperação. A cidade seria dividida por áreas, para assim serem identificadas às regiões onde se concentrava, com maior ou menor intensidade, a população marginalizada, para facilitar a ação. No entanto, a maior dificuldade encontrada pela FEAC era a captação de recursos necessários, tanto do poder público quanto do setor privado, para a efetivação de soluções.

1.7.2. Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas (1970)

Outra ação que marcou o período foi a Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas, realizada entre os dias 06 e 11 de abril de 1970, sob a organização da Fundação FEAC, Juizado de Menores, Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo – Divisão Regional de Campinas e Secretaria da Promoção Social de Campinas.

Segundo Martins (1998, p.80), para essa Semana de Estudos foi preparado um documento, elaborado pelos técnicos da organização do evento, intitulado ‘Marginalização Social e Abandono do Menor’, que apontava para a discussão de uma série de questões, referentes ao trabalho social com menores e adolescentes como:

a criação de oficinas escolas nos grupos escolares; necessidade de pessoal especializado para o trabalho, criação de um abrigo regional para o menor infrator; criação de oficina pedagógica e iniciação profissional do menor excepcional; transferência da verba destinada ao Serviço de Colaboração Familiar as instituições de amparo ao menor;

necessidade de se atualizar ou modernizar a legislação do menor; criação de centro comunitários; criação de uma instituição regional para menores excepcionais; organização de serviços de orientação e colocação profissional; ampliação de instituições abrangendo menores em todos os grupos de idade, enfatizando os menores de 0 a 14 anos.

Ainda mais, segundo Martins (1998, p.81), foram apresentadas sugestões gerais como:

a criação em âmbito federal de um Ministério de Promoção Social, com o objetivo de traçar uma Política de Bem Estar Social na qual o setor de menores tivesse um lugar de destaque, atendimento regional aos problemas de menores; criar centro comunitários nas periferias das cidades, desenvolvendo atividades educacionais, ocupacionais e recreativas; associar aos Planos Habitacionais, planos de atendimento ao menor de maneira a atingir populações marginalizadas.

Essa semana de estudos foi uma preparação, segundo Martins (1998), para um encontro estadual²³ que se realizaria em julho, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo além de incentivar novas iniciativas, como a proposta intitulada a “Cruzada”, elaborada por Ruy Rodrigues, que propunha várias ações conjuntas, lideradas pela Fundação FEAC, a fim de equacionar o problema do menor na cidade.

1.7.3. CEPROM - Coordenação de Entidades para a Promoção do Menor (1971)

Ao final, como produto dessas intensas discussões e produções a respeito de soluções para a questão do menor e do adolescente, elaborou-se então um Plano de Coordenação de Entidades para a Promoção do Menor (CEPROM), que foi aprovado em reunião, na Fundação FEAC, no dia 9 de junho de 1971, segundo Martins (1998, p.82),

O documento final com as linhas do Plano foi firmado pelos presidentes das quatro instituições envolvidas: Luiz Roccato, da Casa dos Menores de Campinas; Gilberto Prado, da Associação de Assistência e Proteção aos Menores – Instituto Dom Nery; Ruy Rodrigues, da Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha”; e Darcy Paz de Pádua, da FEAC.

Além de trabalhos com o menor, as três entidades citadas, também, buscavam a *“melhoria das condições de infra-estruturas físicas, organizacionais e de recursos humanos”* para melhor atenderem o seu público alvo. A Casa dos Menores de Campinas, localizada no meio

²³ Em 1971 ocorreu em São Paulo o XI Seminário de Estudos do Problema do Menor.

rural, atendia menores entre 06 e 12 anos, que recebiam educação primária, serviço de saúde, serviço social, recreação dirigida e práticas agrícolas.

Já a Associação de Assistência e Proteção aos Menores – Instituto Dom Nery, funcionava como pensionato e treinamento profissional para menores entre 11 e 17 anos, nessa instituição os menores continuavam recebendo o mesmo atendimento da Casa dos Menores de Campinas, sendo apenas trocadas as atividades agrícolas pelas de formação profissional – em agricultura, comércio e indústria – conforme as aptidões dos menores.

A Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha”, funcionava como semi-internato onde era oferecido estágio profissional para menores entre 11 e 17 anos. No Instituto Dom Nery, os menores também eram treinados, juntamente com os semi-internos da Associação de Educação do Homem de Amanhã para serem “Guardinhas”, ganharem seu próprio sustento, ajudarem a família e terem uma Caderneta de Poupança e Seguro Social (PROMOÇÃO do Menor une obras Assistenciais. **Correio Popular**. Campinas, 10 jul. 1971).

1.7.4. Estrutura Organizacional da Fundação FEAC

Em 1970, a estrutura organizacional da Fundação FEAC era administrada por uma Diretoria Executiva composta por 07 membros voluntários, eleitos por dois anos, dentre eles três diretores eram eleitos pelo Conselho Deliberativo, dois pelo Conselho Administrativo e os outros dois eleitos pelo Conselho de Contribuintes.

O Conselho Deliberativo era composto por vinte conselheiros vitalícios, nomeados pela Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”, que se preocupavam com o patrimônio. Já o Conselho Administrativo era formado pelos presidentes de todas as obras filiadas, tendo como função decidir sobre a distribuição mensal dos fundos, arrecadados pela Fundação FEAC para as obras e discutir assuntos de interesse das entidades. O Conselho de Contribuintes era eleito por dois anos e composto por vinte membros representantes dos contribuintes da Fundação FEAC. Além de julgarem as contas, apreciavam o relatório da diretoria.

Todos os diretores e conselheiros eram considerados sócios da Fundação FEAC, trabalhavam voluntariamente, ou seja, não eram remunerados, não recebiam vantagens ou benefícios de qualquer natureza (TIRAR Mendigos das Ruas: Missão da FEAC não é essa. **Correio Popular**. Campinas, 28 jul. 1974).

Havia dois departamentos: o Departamento de Serviço Social, subdividido em Serviço Social (ligado diretamente com as entidades filiadas) e Defesa Social (preocupado com o atendimento dos usuários) responsável pelos projetos CETREVO e Projeto Clube de Mães, possuía três assistentes sociais e dezenove entidades filiadas; o Departamento Administrativo, subdividido em Jurídico, Financeiro e Contábil.

Em 1966, o Departamento Administrativo da Fundação FEAC, no setor contábil, possuía sete funcionários que recebiam arrecadação de 10 mil contribuintes – a despesa do departamento com a mão-de-obra das entidades era muito grande e não obedecia nenhum padrão. Em 1971, o setor contábil possuía o mesmo número de funcionários, mas o número de contribuintes havia duplicado para cerca de 21 mil. No entanto, com a implantação de computadores da IBM fornecidos pela Empresa Clark, o setor contábil da Fundação FEAC, pôde aprimorar o seu serviço de cobrança de contribuintes, através de recibos, e ter um controle maior de suas finanças, introduzindo a instituição na era dos computadores. *“As entidades enfrentavam sérios problemas e tinham apenas “livro caixa” para controle das suas atividades e ainda gastavam com funcionários e cobradores”* (AS ATIVIDADES internas da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 24 de jun. de 1971).

O sistema de recibos funcionava assim: a Fundação FEAC possuía uma ficha de controle mensal de seus 21 mil contribuintes, os recibos eram processados pelo computador que os imprimia, neles constava a região da cidade (eram oito regiões para facilitar a ação dos cobradores), nome, endereço e valor da contribuição. Eram três formas de cobranças, a primeira pelo cobrador, a segunda com desconto na folha de pagamento e a terceira com depósito em bancos da cidade.

A cidade estava dividida em 8 regiões, em cada uma delas havia um cobrador que, obedecendo ao regimento interno da Fundação FEAC, deveria, duas vezes ao mês, prestar contas de suas arrecadações na sede a Fundação FEAC, apresentando justificativa para os recibos que não haviam sido pagos. Para que os recibos não saíssem atrasados da sede, cada cobrador tinha uma ficha de conta corrente, onde suas atividades eram controladas, assim para retirar os recibos do mês seguinte o cobrador, obrigatoriamente, deveria ter saldo zero na sua conta (AS ATIVIDADES internas da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 24 de jun. de 1971).

A Fundação FEAC realizava uma previsão orçamentária anual, para conduzir as suas atividades financeiras, elaborava relatórios mensais que eram transferidos para um gráfico onde

constavam as arrecadações, distribuição de contribuições para as obras filiadas, despesas gerais e a reserva (saldo mês) que formava o Fundo Unido, do qual saíam as verbas complementares, a décima terceira verba e o abono de fim de ano. Consta que o sistema de distribuição de fundos arrecadados, adotado pela Fundação FEAC, funcionou entre 1965 a 1973.

Em números redondos a FEAC aplica mensalmente a arrecadação que obtém da seguinte forma: 75 % às obras filiadas; 10% aos funcionários administrativos; 5% a materiais diversos que consome e 10 % em fundo de reserva para despesas eventuais (TIRAR Mendigos das Ruas: Missão da FEAC não é essa. **Correio Popular**. Campinas, 28 de jul. 1974).

Esses dados apontam que a instituição obteve êxito quanto ao objetivo de integrar os recursos.

1.7.5. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1970 – 1972)

Durante o biênio de 1970 e 1972, quatro entidades filiaram-se à Fundação FEAC somando-se 18 entidades filiadas. As novas filiações foram o Centro Cultural Louis Braille de Campinas, Convívio Aparecida, Associação de Educação do Homem de Amanhã (Guardinha) e Lar Escola Jesus de Nazaré.

A saber, filiaram-se à Fundação FEAC as seguintes entidades (**QUADRO 05**):

QUADRO 05. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1970 - 1972)

Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
15. Centro Cultural Louis Braille de Campinas	1969	24/03/1970	Pessoas Portadoras de Deficiência
16. Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha”	1965	15/07/1971	Atendimento Complementar
17. Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Convívio Aparecida”	1965	15/07/1971	Abrigo para Crianças e Adolescentes
18. Lar Escola Jesus de Nazaré	1970	25/04/1972	Educação Infantil

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Identificamos que filiaram-se à Fundação FEAC entre os anos de 1970 e 1972, 04 entidades que atuavam em 04 segmentos (**TABELA 04**), ou seja, a Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Convívio Aparecida” no segmento de abrigo para crianças e adolescentes, a Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha” no segmento de atendimento complementar, o Lar Escola Jesus de Nazaré no segmento de educação infantil e o Centro Cultural Louis Braille de Campinas, a primeira entidade à filiar-se a Fundação FEAC, com atuação no segmento de pessoas portadoras de deficiência.

TABELA 04. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1970 - 1972)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	01	25
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	01	25
4. Centro Comunitário	0	0
5. Educação Infantil	01	25
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	0	0
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	01	25
9. Reinserção Social	0	0
10. Saúde	0	0
TOTAL	04	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

1.8. Síntese do Primeiro Momento de Criação da Fundação FEAC (1958 – 1964)

Identificamos que o primeiro momento, que abarcou os anos de 1958 a 1972, correspondeu aos primeiros passos da concretização da Fundação FEAC.

Apontamos que os atores sociais envolvidos, desde a elaboração e implementação, foram representantes de vários segmentos da sociedade, empresários, advogados, juristas, presidentes de entidades, engenheiros, comerciantes e membros do Lions Club e Rotary Club.

Notamos que alguns dos atores que participaram da criação da Fundação FEAC foram os mesmos que compuseram as quatro primeiras gestões institucionais da instituição. É importante ressaltarmos que o Dr. Darcy Paz de Pádua participou de todas as gestões institucionais do

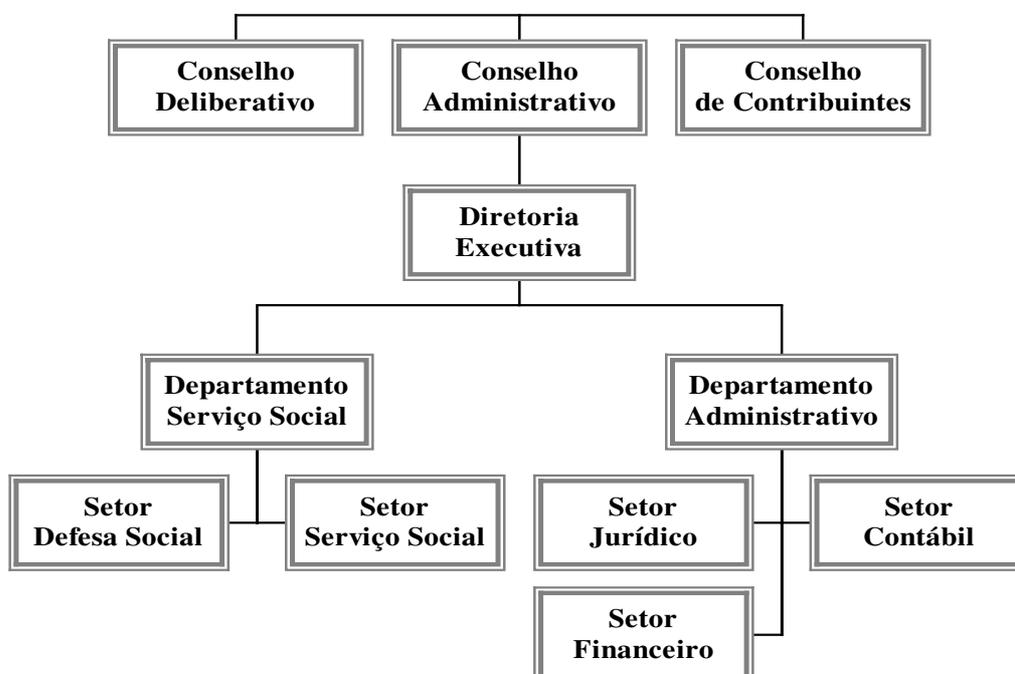
primeiro momento, um aspecto que se repetirá nos próximos dois momentos da história da Fundação FEAC.

Percebemos que estrutura organizacional da Fundação FEAC foi paulatinamente se consolidando conforme aumentaram: o número de entidades que se filiaram, o número de usuários, assim como a procura dos serviços prestados às entidades de assessoria jurídica, contábil e técnica, também das contribuições provindas dos sócios contribuintes das entidades, das empresas e dos seus funcionários.

Podemos apontar que a estrutura organizacional da Fundação FEAC foi organizada compreendendo o Conselho Deliberativo, o Conselho Administrativo, o Conselho de Contribuintes e a Diretoria Executiva que compunham a gestão institucional. A gestão administrativa, com o Departamento de Serviço Social, subdividido em setor de Defesa Social e setor de Serviço Social e o Departamento Administrativo, subdividido em três setores – setor Jurídico, setor Contábil e setor Financeiro (**ORGANOGRAMA 01**).

ORGANOGRAMA 01.

Estrutura Organizacional da Fundação FEAC no 1º. Momento (1964 – 1972)



Fonte: AS ATIVIDADES internas da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 24 jun. 1971.

a) Gestão Institucional:

O Conselho Deliberativo (depois denominado Conselho Curador), compunha-se de 20 membros vitalícios, com destaque na sociedade, nomeados pela Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”, cuja preocupação era o patrimônio. O Conselho de Administrativo (depois denominado Conselho de Entidades), era formado pelos presidentes das entidades filiadas e o Conselho de Contribuintes eleito por dois anos, era composto por 20 membros, representando os contribuintes.

A Diretoria Executiva, no primeiro momento, foi composta por sete membros que ocupavam as posições de presidente, vice-presidentes, diretores financeiros, de patrimônio, secretários, tesoureiros, relações públicas e relações sociais. Os membros da Diretoria Executiva eram escolhidos pelo Conselho Curador, dois pelo Conselho Administrativo e dois pelo Conselho de Contribuintes.

Convém lembrarmos que os conselheiros e os diretores que participaram da gestão institucional da Fundação FEAC eram considerados com sócios e trabalhavam voluntariamente.

b) Gestão Administrativa:

O Departamento de Serviço Social, no primeiro momento, foi implantado na Fundação FEAC em 1965, subdividido em dois setores, o setor de Defesa Social (preocupado com o atendimento aos usuários), tendo coordenado o projeto CETREVO e o Programa de Educação de Base – Projeto Clube de Mães, e o setor de Serviço Social que assessora as entidades filiadas. Ao final do primeiro momento, compunham o departamento três assistentes sociais.

O Departamento Administrativo surgiu em paralelo com a gestão institucional. Faziam parte dele três setores, o setor Contábil, responsável por contabilizar as contribuições arrecadadas (é importante lembrarmos que inicialmente a contabilidade das contribuições era realizada pelo Sindicato dos Contabilistas). Ao final do primeiro momento, a Fundação FEAC já havia estruturado o setor, possuindo 07 funcionários, que realizavam o serviço de contabilidade dos valores arrecadados com as contribuições.

O setor jurídico auxiliava as entidades, quanto à legalização de seus estatutos, contratos. Buscava solucionar todas as questões legais necessárias para o funcionamento, tanto da Fundação FEAC quanto das entidades filiadas. O setor financeiro tinha entre suas atribuições organizar a distribuição de contribuições para as entidades filiadas, e acertar as despesas.

Identificamos que a estrutura organizacional da Fundação FEAC, no primeiro momento, possuía aproximadamente 10 funcionários contratados remunerados, ou seja, conforme dados

coletados eram 03 assistentes sociais e 07 contadores. Contava com 65 voluntários que compunham a gestão institucional da Fundação FEAC, ou seja, 20 membros do Conselho Deliberativo, 20 membros do Conselho de Contribuintes, 18 membros do Conselho Administrativo e 07 membros da Diretoria Executiva. Ao todo participaram da implementação do primeiro momento da Fundação FEAC 75 atores sociais.

Com relação à abrangência do atendimento, proposto pela Fundação FEAC, identificamos que, no primeiro momento, ela atendeu 18 entidades filiadas que atuavam em 09 segmentos: abrigo para crianças e adolescentes, abrigo para idosos, atendimento complementar, centro comunitário, educação infantil, educação infantil e atendimento complementar à escola, outros, pessoas portadoras de deficiência e entidades que atuavam na área de saúde (TABELA 05).

TABELA 05.

Segmento de Atuação no 1º Momento de Criação da Fundação FEAC (1965 – 1972)

Segmento de Atuação	1965 -1972	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	2	11.1
2. Abrigo para Idosos	2	11.1
3. Atendimento Complementar	4	22.2
4. Centro Comunitário	1	5.6
5. Educação Infantil	2	11.1
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a escola	2	11.1
7. Outros	2	11.1
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	1	5.6
9. Reinserção Social	0	0
10. Saúde	2	11.1
TOTAL	18	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

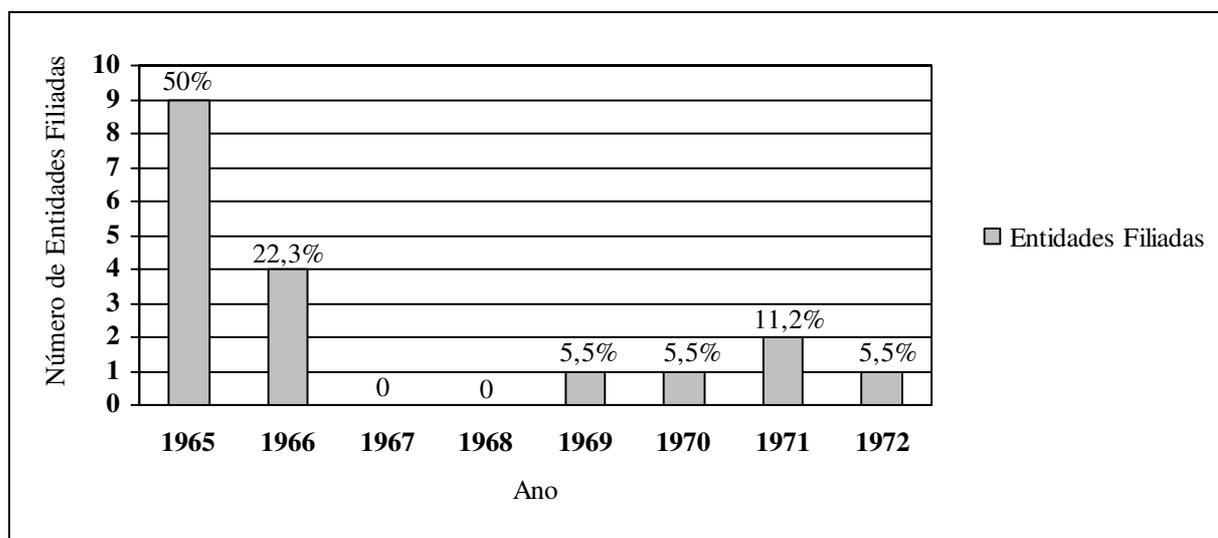
Notamos que, no primeiro momento, o maior número de entidades filiadas à Fundação FEAC atuavam no segmento de atendimento complementar, representando 22,2% do total de entidades filiadas no período. Também identificamos os segmentos de abrigo para crianças e adolescentes, abrigo para idosos, educação infantil, educação infantil e atendimento complementar a escola, outros e saúde, apresentaram o mesmo percentual de entidades filiadas

que foi de 11,1%, as demais entidades dos segmentos centro comunitário e pessoas portadoras de deficiência também obtiveram o mesmo percentual de 5,6% do total de entidades filiadas.

Conforme o **GRÁFICO 01**, podemos notar a evolução do número de entidades filiadas a Fundação FEAC no primeiro momento:

GRÁFICO 01.

Número de Entidades Filiadas a Fundação FEAC no 1º. Momento (1965 – 1972)



Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Identificamos que se filiaram à Fundação FEAC, no primeiro momento, 18 entidades, sendo que em 1965 filiaram-se 09 entidades representando 50% do total, em 1966 filiaram-se 04 entidades. Notamos que entre os anos de 1967 e 1968 não ocorreram filiações, e a partir de 1969 ocorreu uma diminuição no número de entidades que se filiaram à Fundação FEAC.

É importante ressaltarmos que as primeiras entidades filiadas à Fundação FEAC eram de destaque na sociedade campineira onde atuavam desde do início do século XX, representando assim um aspecto importante para a consolidação da implementação da instituição em Campinas.

Identificamos que a primeira ação da Fundação FEAC em seu primeiro momento, foi direcionada a combater a mendicância na cidade de Campinas – com a criação, em 1965, em parceria com o poder público, do Serviço de Repressão à Mendicância. Esse serviço consistiu no combate à doação de esmolas; para evitar a proliferação de mendigos e na criação de um espaço onde pudesse haver sua recuperação. Apontamos ainda que, por muito tempo, a Fundação FEAC

insistiu nesse tipo de programa, destinado à reintegração dos mendigos e suas famílias na sociedade. Lembramos, os programas implantados no segundo momento (1972 – 1988), o Centro de Recuperação e Integração Social (CRIS) e a Casa de Triagem, dentre outras iniciativas que não perduraram por muito tempo.

Ademais os outros programas que foram desenvolvidos ao longo do primeiro momento, ao contrário do Serviço de Repressão à Mendicância, tiveram como particularidade a influência dos programas da UNICEF e da UNESCO, tais como o Clube de Mães e o Centro de Treinamento de Voluntários (CETREVO).

Identificamos em 1967, a implantação do Clube de Mães – um programa criado em 1952 no Brasil que fazia parte das ações conjuntas da UNICEF e do Departamento Nacional da Criança (DNCr). Esse programa tinha por finalidade *combater a mortalidade infantil e fixar e valorizar a mulher no lar pela educação*. Segundo Rosemberg (1988, p.23) esse programa era

orientado por uma filosofia de assistência social baseada na participação da comunidade, apoiava-se no trabalho voluntário de monitoras (ou dirigentes) instruídas por pessoal técnico qualificado e funcionando em locais disponíveis onde ocorresse afluência de mães.

O Clube de Mães foi implantado pela Fundação FEAC nas comunidades e entidades filiadas, além de representar explicitamente o movimento das políticas de assistência, proteção e atendimento à criança e à mãe no primeiro momento, tornou-se, ao longo de quatro décadas da história da Fundação FEAC, o programa de maior referência de atuação nessa área. O Programa Mulher, Arte e Cidadania – Grupo de Mulheres, como passou a ser chamado a partir de 1998 pela Fundação FEAC, é o resultado concreto das propostas da UNICEF de proporcionar a educação de mães, com relação à puericultura, higiene e a criação de atividades que gerassem renda para estimular o desenvolvimento das comunidades.

Além desse programa, em 1968 a Fundação FEAC criou o Centro de Treinamento de Voluntários (CETREVO), um sistema usado pela UNESCO que consistia em treinar adultos e jovens de várias regiões do país para que atuassem nas áreas de educação, saúde, profissionalização e outros campos. Analisando a criação do CETREVO, identificamos que a Fundação FEAC elege o voluntariado como principal agente de disseminação, tanto das diretrizes que a UNESCO propunha para politizar e doutrinar a juventude, para propiciar o desenvolvimento do país, através dos preceitos do capitalismo, a fim de evitar o surgimento de

idéias revolucionárias que ameaçariam a sua estrutura, quanto de disseminação da importância da organização da comunidade, através da ação voluntária.

Ressaltamos que a criação do CETREVO tinha objetivos duplos, ao mesmo tempo que enfocava a ação voluntária para a organização das comunidades pobres, era também, um espaço de pressão e discussão do regime político militar da época que reprimia qualquer tipo de manifestação que contrariasse os seus preceitos.

A partir desse momento, a Fundação FEAC marcou o seu espaço de atuação e ação no que se refere às políticas de assistência social, representando um grupo de pressão e ao mesmo tempo de negociação, além de disseminar as propostas da UNICEF e UNESCO.

No início da década de 1970, percebemos que a Fundação FEAC, no que se refere ao seu campo de atuação, passou a direcionar sua atenção para as soluções do problema da criança em situação de risco e a sua recuperação.

Enfim, percebemos que no primeiro momento da Fundação FEAC, a gestão dos recursos financeiros foi relacionada à organização e racionalização do sistema de arrecadação de verbas das entidades, com o Sistema de Fundo Unido e a Hora da Comunidade que contavam com a contribuição de empresas associadas aos membros do Conselho Deliberativo da instituição, de operários que doavam uma hora de trabalho por mês e de sócios contribuintes das entidades, para tornar-se conhecida.

Concluimos, então que esses foram os passos iniciais que caracterizaram o primeiro momento de criação da Fundação FEAC abarcando os anos de 1958 a 1972.

CAPÍTULO II
MOMENTO DE EXPANSÃO
(1972 -1988)

Este segundo capítulo trata do crescimento e expansão das ações da Fundação FEAC dentre os anos de 1972 a 1988. Foi denominado de momento de expansão dado que apresenta: as ações de crescimento da instituição, o aumento do número dos atores sociais, a consolidação da forma de gestão adotada, o crescimento do atendimento proposto, os programas desenvolvidos, as entidades filiadas, os recursos humanos disponíveis, a captação de recursos financeiros e as parcerias estabelecidas para o processo de expansão da Fundação FEAC.

O segundo momento abarca os anos de 1972 a 1988, pois identificamos que este foi o período em que a estrutura organizacional foi se reestruturando para consolidar o serviço de assessoria jurídico, contábil, financeiro e técnico para as entidades filiadas e desenvolver recursos de auto-suficiência financeira para a instituição. A estratégia de ação da instituição tinha como objetivo integrar as ações das entidades filiadas com os recursos e serviços públicos e privados, disponíveis na comunidade, e expandir a parceria com o poder público.

O perfil dos programas e projetos do segundo momento assumiram uma nova direção e campo de atuação, a Fundação FEAC. Em sintonia com as políticas de assistência social do Município de Campinas e com as Políticas de Bem-Estar do Menor, tinham como objetivo a integração da criança e da família na comunidade.

O segundo capítulo foi organizado, obedecendo a ordem cronológica dos acontecimentos para melhor compreensão do leitor.

2.1. Quinta Gestão (1972 – 1974): Discussão de Soluções e Propostas para o Menor

A quinta gestão (biênio 1972 – 1974), correspondente à quarta Diretoria Executiva da Fundação FEAC e foi presidida pelo Sr. Gilberto Prado. Sendo vice-presidentes o Sr. Sérgio Barros Barreto, o Sr. Antônio Orlando e o Sr. Saulo Monte Serrat, diretor financeiro o Sr. Trento Colucini, tesoureiro o Sr. Hilário Vannuci Neto, secretário o Sr. Lino Tato, tendo como responsáveis pelas relações e divulgação o Sr. Ruy Rodrigues, pelo serviço social o Dr. Darcy Paz de Pádua e como diretor de patrimônio o Sr. Carlos Novaes (TOMA Posse hoje nova diretoria da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 13 dez. 1972).

Nessa gestão, iniciaram-se estudos referentes a um Plano Diretor de Urbanização da área que compreendia a Fazenda da Vila Brandina, para aproveitamento de seus 184 alqueires, conforme foi firmado na criação da Fundação FEAC. Dentre os objetivos, visava-se a extinção do

Sistema de Fundo Unido e a criação de um empreendimento que gerasse recursos para a promoção social. Esse plano foi desenvolvido com a colaboração do arquiteto Fábio Penteadó (A FEAC em casa nova para um melhor atendimento. **Correio Popular**. Campinas, 06 set. 1972).

Entre os anos de 1972 e 1974, a Fundação FEAC começou a ter expressiva participação na comunidade promovendo em parceria com as entidades filiadas, instituições de assistência social, comunidades de bairro, empresariado local, poder público, Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo e do município de Campinas, uma série de seminários, debates e discussões. Segundo, Pádua (06 jun. 2005),

a participação da FEAC começou a ter expressão na própria comunidade, o Juízo de Menores nos prestigiava muito, fazíamos vários debates, encontros, seminários. Nós discutíamos os problemas da cidade, especialmente o da criança e do adolescente. Nós tínhamos visitas dos juizes de menores de São Paulo. Então, nós tínhamos um intercâmbio muito grande com o tribunal. Nós queríamos a criação de uma Vara Afirmativa de Menores que não existia, mas a FEAC começou a empenhar-se muito para isso. Houve promessas, mas somente muito depois que foi criada a primeira vara privativa e hoje o nosso conselheiro vitalício que compõe a mesa do conselho curador, o Dr. Rubens Noronha foi o primeiro Juiz de Menores²⁴, depois foi para o tribunal se aposentou e hoje é conselheiro da FEAC, foi o primeiro Juiz de Menores.

Nesse período, também ocorreram reuniões a respeito da elaboração do Plano de Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na Região de Campinas, que apresentaria propostas e medidas a serem implantadas para atender e solucionar a questão do menor, mas efetivadas somente a partir de 1975.

Analisando os artigos de jornais²⁵ da época, as ações realizadas pela Secretaria de Promoção Social de Campinas tinham a Fundação FEAC como parceira de seus programas. Vale lembrar que, nesse momento, a Secretária e Diretora do Departamento de Promoção Social era a Sra. Maria José Mangili – primeira assistente social contratada pela Fundação FEAC.

Os objetivos propostos e ações que ocorreram nesse período foram (**QUADRO 06**):

²⁴ O Dr. Rubens de Andrade Noronha foi o primeiro Juiz de Menores entre os anos de 1974 a 1979 da Vara Privativa de Menores de Campinas.

²⁵ PLANO de ação da Secretaria de Promoção Social. **Correio Popular**. Campinas, 23 fev. 1973; HUMANIZAÇÃO da cidade – AR-7: Pioneirismo em Administração. **Correio Popular**. Campinas, 10 ago. 1975.

QUADRO 06. Principais ações e objetivos da Fundação FEAC (1972– 1974)

Ano	Ações	Objetivos
1972	Elaboração do Plano Diretor de Urbanização da Fazenda Vila Brandina da Fundação FEAC	Criação de uma instituição neutra que gerasse recursos para serem aplicados na promoção social e a extinção do Sistema de Fundo Unido
1972	Elaboração do Plano de Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na Região de Campinas	Proposta de medidas para a solução do problema do menor em Campinas
1972	Criação do Centro de Recuperação e Integração Social (CRIS)	Enfrentamento da mendicância em Campinas, com cursos de formação profissional e capacitação para esse segmento social.
1973 - 1974	Entidades Filiadas a Fundação FEAC	Entre 1973 e 1974 três entidades filiaram-se a Fundação FEAC Ao final de 1974 a Fundação FEAC possuía 21 entidades filiadas
	Organização da Estrutura Organizacional Interna da Fundação FEAC	1. Departamento Técnicos – compreendem os Departamento de Serviço Social, Departamento Jurídico e o Escritório Central de Contabilidade; 2. Departamentos Administrativos – compreendem a Secretaria, o Serviço de Cobrança, tesouraria, Fundo Unido, Relações Externas, Divulgação e o Serviço da Fazenda Vila Brandina

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Passaremos agora a apresentar as ações desenvolvidas pela Fundação FEAC no período de 1972 a 1974.

2.1.1. Algumas Ações da Secretaria de Promoção Social de Campinas em parceria com a Fundação FEAC

Desde 1969, a Campanha de Erradicação da Mendicância, realizada em Campinas, com a parceria da Fundação FEAC e segmentos do poder público, perdeu a sua eficácia. A Prefeitura

Municipal de Campinas, a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo²⁶ começaram a pensar em alternativas para conter o avanço da mendicância. Dentre elas, registrou-se a instalação de uma Central de Atendimento que funcionou junto à Sociedade Amiga dos Pobres (Albergue Noturno), realizando a triagem dos indigentes e migrantes e encaminhando-os aos serviços específicos para atender às suas necessidades. De maneira geral os encaminhamentos referiam-se a pernoites no albergue, tratamento médico, confecção de documentos e indicação para emprego. Registra-se, ainda, a elaboração do plano de construção de um Centro de Recuperação e Integração Social (CRIS) (CENTRO de Profissionalização de Domésticas em Campinas. **Diário do Povo**. Campinas, 8 jun. 1973).

Em 1972, a Prefeitura Municipal de Campinas implantou Postos de Atendimento Integrado (PAI's) em sete regiões²⁷ do município para atender a população de baixa renda proporcionando-lhe assistência social, médica, odontológica, educacional e jurídica. Em 1973, a Secretária e Diretora Sra. Maria José Mangili da Promoção Social de Campinas, com o intuito de aprimorar o atendimento prestado pelos PAI's, propôs a criação de Centros de Convivência integrados aos postos de atendimento.

Os Centros de Convivência tinham como objetivo a promoção de palestras sobre higiene, puericultura, saúde, dentre outras atividades. Os centros propunha também, melhorias nas instalações e no atendimento dos PAI's, reexame de todos os convênios, a dinamização de Centros de Convivência em bairros da periferia, o rígido controle do movimento migratório e a criação efetiva de uma infra-estrutura ao serviço de promoção comunitária (PLANO de ação da Secretaria de Promoção Social. **Correio Popular**. Campinas, 23 fev.1973).

²⁶ No dia 28 de janeiro de 1969 foi instalada a agência regional de promoção social em Campinas, que atenderia mais de sete regiões como, Águas de Lindóia, Mogi Mirim, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista. A criação de uma Agência de Promoção Social no interior paulista compreendia os primeiros passos para a descentralização da Secretaria de Promoção Social do Estado, que no período era administrada pelo Secretário Sr. José Felício Castellano (INSTALADA Agência de Promoção Social. **Diário do Povo**. Campinas, 29 jan. 1969).

²⁷ Compreendem as sete regiões: Primeira região os bairros jardim Madalena, Conceição, Tofanello, Flamboyant, Boa Esperança, Parque Brasília e trecho do alto da Barra. Segunda região: Jardins Santa Marcelina, Paranapanema, Baronesa, Ouro Branco, São Fernando, Santa Eudóxia, Itatiaia, Andorinha, New York e Villa Lemos. Terceira região: Jardim das Oliveiras, Amazônia, São Vicente, São Gabriel, Bonsucesso, Tupi, São Pedro, Vila Georgina, Cura D'Ars, Carminha e Ipê. Quarta região: Jardim do Trevo, Nova Europa e Parque da Figueira. Quinta região: Jardim Londres, Jardim Paulicéia, Campos Elíseos, Novo Campo Elíseos, Santa Amália, Aero Continental, Maria Eugênia, Jardim do Lago, Jardim Ieda, Capivari, Santa Lúcia, Vila Pompéia, Vila Mimosa e Cidade Jardim. Sexta região: Jardim Aurélia, Jardim Magnólia, Interlagos, Pacaembu, Bandeirantes, IV Centenário, Eulina, Vila Proost de Souza e Chácara do Vovô. Sétima região: Jardim Santa Mônica, Campineiro e Campo dos Amarais (POSTOS de Atendimento para menos Favorecidos. **Diário do Povo**. Campinas 28 mai. 1972).

Ao final de 1973, a Secretaria de Promoção Social supervisionava uma série de programas dentre eles, a saber: a Central de Atendimento que funcionava na Sociedade Amiga dos Pobres (Albergue Noturno), os Centros Infantis, o Programa de Colocação e Orientação Profissional (PROCOP) – tendo como destaque o Curso Básico de Formação de Domésticas²⁸, composto de aulas práticas e teóricas para mulheres sem qualificação para trabalharem como empregadas domésticas, os Postos de Atendimento Integrado (PAI's) e orientava, coordenava as entidades assistenciais no que se referia a verbas, auxílios e orientação técnica (CENTRO de Profissionalização de Domésticas em Campinas. **Diário do Povo**. Campinas, 8 jun. 1973).

2.1.1.1. CRIS – Centro de Recuperação e Integração Social (1974)

A idéia para a construção de um Centro de Recuperação e Integração Social (CRIS) para migrantes e indigentes, na Fazenda da Granja Vila Brandina da Fundação FEAC, surgiu no final de 1969, após a Campanha de Erradicação a Mendicância, quando a Fundação FEAC e a Secretaria de Promoção Social elaboraram um novo plano para o enfrentamento da mendicância em Campinas. No entanto, somente em 1972, durante o Congresso de Serviços de Obras Sociais, realizado em Piracicaba, é que o plano ganhou atenção e apoio do poder público.

A proposta do Centro de Recuperação e Integração Social (CRIS) previa a construção de um verdadeiro complexo habitacional comunitário para aproximadamente quinhentas pessoas²⁹, contendo desde moradias para as famílias de migrantes e indigentes até a estrutura de creche, hospital e escola profissionalizante.

²⁸ Desde 1970 funcionava junto ao Serviço de Coordenação de Recursos Sociais da Secretaria de Promoção Social o Programa de Colocação e Orientação Profissional (PROCOP), cujo objetivo era atender a mão de obra não qualificada e sem emprego. Em virtude de haverem muitas mulheres sem qualificação para trabalharem como empregadas domésticas, o PROCOP, sentiu a necessidade de criar um curso básico de formação de domésticas com aulas práticas e teóricas. O curso proporcionava aulas de noções de higiene pessoal, relações humanas, atendimento de emergência e prevenção de acidentes, noções de puericultura, serviços domésticos propriamente ditos e arte culinária, habilitando as mulheres para os requisitos de cozinheira, lavadeira, passadeira, pagem e copeira. O curso era ministrado por três voluntárias a Sra. Antonieta Chebabi Licio, Sra. Dirce Sampaio de Almeida e Sra. Amélia Forster, o curso também, além de ser oferecido na Secretaria de Promoção Social, poderia ser ministrado em diversas entidades conforme a solicitação destas (LEONCINI, Neuza M. Camillo. Seria ótimo se elas fossem assim: mas este curso pode mudar muita coisa. **Correio Popular**. Campinas, 19 ago. 1973).

²⁹ As pessoas passaram pela triagem da Central de Atendimento instalada na Sociedade Amiga dos Pobres – “Albergue Noturno”

O projeto previa a edificação de oito blocos: o primeiro compreendendo o setor da portaria; o segundo, os dois conjuntos de 60 casas que abrigariam as famílias; o terceiro e o quarto, os dormitórios coletivos para as pessoas solteiras; o quinto prédio da administração; o sexto, o refeitório, a cozinha e a lavanderia; o sétimo, a creche, os ambulatórios médico-odontológicos e um pequeno hospital; o oitavo por último, englobando os salões de trabalho, estudo e profissionalização.

Eram anunciadas, além disso, várias áreas de recreação, com quadras de basquete e campos de futebol. Para o desenvolvimento das atividades culturais e espirituais, um pequeno gramado, descoberto, onde seria possível inclusive celebrar missas campais (Projeto do CRIS pronto para ser executado (Mas quem fornecerá as verbas?). [S.I.]. Campinas, [1975?])

O objetivo proposto pelo CRIS era o oferecimento de cursos intensivos de formação profissional – com a duração de um mês para a formação de pedreiro, eletricista, marceneiro, encanador e mecânico para os homens tanto solteiros quanto casados objetivando, após um mês, introduzi-los no mercado de trabalho. Com os salários dos novos trabalhadores, propunha-se que 75% destes fossem depositados em uma conta ou poupança de um banco, para que possibilitasse ao final de seis meses, período máximo de estadia no CRIS, estabilidade financeira para que esses indivíduos não retornassem à mendicância/ estado de pobreza (CRIS: deverá funcionar no ano bicentenário! **Correio Popular**. Campinas, 24 jul. 1973, p.09).

Para as mulheres solteiras o objetivo do CRIS era proporcionar cursos de capacitação e formação de domésticas ou datilógrafas, em parceria com o Programa de Colocação e Orientação Profissional (PROCOP) da Secretaria de Promoção Social. Já as mulheres casadas também receberiam essa capacitação, mas trabalhariam no próprio CRIS, executando atividades na cozinha, lavanderia, horta e até mesmo nos ambulatórios médicos. Os filhos das famílias migrantes e dos indigentes recolhidos no CRIS receberiam assistência educacional, moral e física, devendo freqüentar a escola fora do complexo habitacional comunitário (Projeto do CRIS pronto para ser executado (Mas quem fornecerá as verbas?). [S.I.] Campinas, [1975?]).

Além dos cursos intensivos de formação profissional e capacitação oferecidos, tanto para homens quanto para mulheres, o CRIS também propunha o desenvolvimento de atividades agrícolas em horticultura, fruticultura na granja da própria Fazenda da Granja Vila Brandina, da Fundação FEAC.

A idéia, de acordo com a Secretaria de Promoção Social era “dar trabalho a todos”. As casas não teriam acabamento interno (entregue a cargo de cada chefe-de-família) e os poucos funcionários contratados desempenhariam funções de direção e coordenação em cada um dos setores, apenas organizando os serviços das pessoas admitidas.

Poucas verbas seriam também aplicadas na manutenção do CRIS. Os especialistas que atuavam nas unidades de atendimento médico e dentário e na orientação educacional seriam, em sua maioria estagiários das Faculdades de Ciências Médicas, Sociais, Odontológicas, Psicologia e Pedagogia – fato que transformava o Centro num “ótimo campo de trabalho para os estudantes” (Projeto do CRIS pronto para ser executado (Mas quem fornecerá as verbas?). [S.I.] Campinas, [1975?]).

Em 1974, a prefeitura de Campinas e a Secretaria de Promoção Social, apoiando o plano de construção do Centro de Recuperação e Integração Social na Fazenda da Granja Vila Brandina da Fundação FEAC, solicitaram ao Governo Federal um empréstimo em torno de Cr\$ 130 milhões, para iniciar as obras do CRIS e concluir outras iniciativas. Infelizmente, a construção do CRIS não foi efetivada devido a não aprovação do empréstimo pelo Ministério da Fazenda.

No entanto, apesar do plano de construção do CRIS não ter se efetivado, surgiram, em função dele, outros planos semelhantes, como a iniciativa do governo do Estado de São Paulo, em 1973, de instalar, na Fazenda São Roque, o Primeiro Curso de Profissionalização para Indigentes (CRIS: deverá funcionar no ano bicentenário! **Correio Popular**. Campinas, 24 jul. 1973, p.09).

Somente a partir de 1975 é que as ações envolvendo parceria entre a Fundação FEAC, a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo e a Divisão Regional de Promoção Social de Campinas se intensificaram, em estratégias de intervenção, a partir de programas de suplementação alimentar, tanto para gestantes quanto para crianças pré-escolares e em estratégias de ação preventiva à marginalização social, ou seja, ações focadas na família, na educação profissional e integração social do menor, através do Plano de Integração do Menor na Comunidade (PLIMEC) (ALTENFELDER, 1977, p.62-63).

Chamamos a atenção para o fato de que a assistente social da Fundação FEAC se tornou Secretária da Promoção Social de Campinas, o que tornou intensa a parceria da Fundação FEAC com a Secretaria. Segundo Rizzini (1993), a aliança entre o Estado e a assistência privada, corresponde a uma das estratégias da filantropia, ou seja, inserir-se no poder público, visando seus objetivos.

2.1.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1972 – 1974)

Durante o biênio de 1972 – 1974, filiaram-se à Fundação FEAC três novas entidades, dentre elas a União Cristã Feminina, fundada em 03 de outubro de 1972, a partir da iniciativa de

mulheres do bairro Jardim Santa Mônica que buscavam melhorias para os problemas sociais de sua comunidade (MARTINS, 1998, p. 86). Desde a sua criação, o foco de atuação e de destaque foi a prevenção da desnutrição através do oferecimento de refeições às crianças de 0 a 6 anos e o combate à mortalidade infantil. Em 1974, a União Cristã Feminina inaugurou a sua sede própria sendo considerado segundo Martins (1998, p.87) um verdadeiro Centro Comunitário, por conta dos inúmeros serviços sociais prestados³⁰.

As outras duas entidades filiadas à Fundação FEAC, o Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente (NACA – Núcleo SETA) e a Sociedade Educativa Trabalho e Assistência (SETA), foram criadas segundo Martins (1998, p.91), em 26 de março de 1973,

inicialmente atuando no Taquaral, distribuía roupas, alimentos, remédios e matérias escolares a cerca de 200 famílias. Depois os trabalhos foram ampliados e reformulados, e a SETA tornou-se referência em atividades sócio-educativas com crianças e adolescentes.

Ao final de 1974, a Fundação FEAC computava 21 entidades filiadas a ela. A seguir, mostramos o **QUADRO 07** das entidades filiadas a Fundação FEAC entre 1973 e 1974, a saber:

QUADRO 07. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1973 - 1974)

Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
19. União Cristã Feminina	1972	11/04/1973	Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola
20. Núcleo de Atenção a Criança e ao Adolescente (NACA – Núcleo SETA)	1973	01/04/1974	Atendimento Complementar
21. Sociedade Educativa Trabalho e Assistência (SETA)	1973	01/04/1974	Atendimento Complementar

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Notamos que dentre as entidades que se filiaram à Fundação FEAC nesse período, 02 atuavam no segmento de atendimento complementar e 01 no segmento de educação infantil e atendimento complementar à escola (**TABELA 06**).

³⁰ CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC: União Cristã Feminina. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

TABELA 06. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1973 - 1974)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	0	0
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	02	66.7
4. Centro Comunitário	0	0
5. Educação Infantil	0	0
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	01	33.3
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	0	0
9. Reinserção Social	0	0
10. Saúde	0	0
TOTAL	03	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

2.1.3. Departamentos Técnicos e Administrativos da Fundação FEAC: Estrutura Organizacional

Entre 1972 – 1974, processou-se uma organização da estrutura organizacional interna da Fundação FEAC. Havia duas áreas de execução, os departamentos técnicos – Departamento de Serviço Social, Departamento Jurídico e o Escritório Central de Contabilidade e os departamentos administrativos - a Secretaria , o Serviço de Cobrança, Tesouraria, Fundo Unido/ Relações Externas/ Divulgação e o Serviço da Fazenda Granja Vila Brandina.

Na área dos departamentos técnicos, o Departamento Jurídico era um órgão técnico-consultivo, com a finalidade de orientar, analisar, redigir e opinar a respeito de documentos, contratos, termos ou condições de interesse das entidades, assim como, assessorar os processos de filiação das entidades à Fundação FEAC, sugerir modificações ou alterações na estrutura legal das mesmas se necessário e colaborar com as demandas dos departamentos técnicos da Fundação FEAC a fim de fornecer subsídios apropriados e especializados (FEAC implanta o CRIS, no 10º. Aniversário. **Diário do Povo**. Campinas, 28 abr. 1974).

Já o Escritório Central de Contabilidade, tinha como função prestar serviços técnicos de contabilidade para as entidades filiadas, oferecendo préstimos para elaboração de contabilidade padronizada, balancetes mensais, balanço patrimonial e financeiro, escritura de livro contábil,

declaração de imposto de renda e realização de serviços para recursos humanos, como folha de pagamento, FGTS, PIS, INPS etc.

A partir de 1974, o Departamento de Serviço Social, passou a contar com 04 assistentes sociais e devido à diversificação e ampliação dos programas desenvolvidos e para melhorar o seu desempenho e ação foi reestruturado. Foram extintos os setores de Serviço Social e Defesa Social e criados dois novos setores, o setor de Ação Institucional (DAI) e o setor de Ação Comunitária (DAC). Além desses setores, o departamento passou a realizar o serviço de documentação e o serviço de estudos e pesquisas.

No mesmo ano, foi introduzido, a partir do Programa de Colocação e Orientação Profissional (PROCOP) da Secretaria de Promoção Social de Campinas, o Curso Básico de Formação de Domésticas, nas entidades filiadas a Fundação FEAC (FEAC implanta o CRIS, no 10º. Aniversário. **Diário do Povo**. Campinas, 28 abr. 1974).

Na área dos departamentos administrativos – ao serviço de cobrança era atribuída a tarefa de executar diretamente a cobrança dos contribuintes de três formas sendo familiar ou direta, com desconto em folha de pagamento ou com depósito bancário. O Fundo Unido, Relações Externas e Divulgação tinha como função a divulgação da Fundação FEAC, o estabelecimento de contatos, parcerias, apoios externos e a arrecadação de fundos para as entidades.

Finalmente, o Serviço da Fazenda Granja Vila Brandina, correspondia à manutenção e administração da Fazenda Granja Vila Brandina, desenvolvendo atividades agrícolas e pecuárias com a finalidade de angariar recursos para a Fundação FEAC.

2.2. Sexta Gestão (1974 – 1976): Reeducação do Menor Infrator

A quinta Diretoria Executiva da Fundação FEAC (biênio 1974 – 1976) foi representada com a reeleição do Sr. Gilberto Prado como presidente, tendo como vice-presidentes o Sr. Saulo Monte Serrat, o Sr. Leôncio Menezes, o Sr. Raphael de Sousas Queiroz. Nessa gestão, o demais representantes passaram a ocupar os cargos de diretores, sendo Diretor de Patrimônio o Sr. Carlos Novaes, Diretor Financeiro o Sr. Antônio Meneghetti, Diretor Tesoureiro o Sr. Santo Damazio. Como Diretor de Relações Públicas e Publicidade foi escolhido o Dr. Lino Tato, como Diretor Social o Dr. Darcy Paz de Pádua e como Diretor Secretário o Sr. Renato Shroder (“FEAC inaugura hoje sua sede própria”. **Correio Popular**. Campinas, 11 de dez. 1976).

Em reunião realizada na Câmara Municipal de Campinas, no dia 24 de abril de 1975 com a participação de diversos representantes da sociedade – Zeferino Vaz Reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Benedito José Barreto Fonseca, Reitor da PUCCAMP; José Carlos Scolfaro, Presidente da Câmara, Roberto Cardoso de Mello Tucunduva, Delegado Regional da Polícia; Roberval Baptista Sampaio, Juiz de Menores; Gilberto Prado, Presidente da Fundação FEAC; Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, Arcebispo Metropolitano de Campinas; Saulo Monte Serrat e Darcy Paz de Pádua assessorando o presidente da Fundação FEAC. Foi aprovado em votação, depois de uma intensa e calorosa discussão acerca do problema do menor abandonado, o plano de ação para a instalação de uma Vara Privativa de Menores em Campinas, além da apresentação da proposta elaborada pela Fundação FEAC, intitulada “Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na Região de Campinas”. Em nota citada entre aspas no artigo de jornal do Correio Popular de 25 de abril de 1975 cujo título era “Plano de Diretrizes para enfrentar o problema do menor”, relatou as intenções da Fundação FEAC na reunião:

“ - Não queríamos convocar as autoridades da cidade para discutir o problema, pois o mesmo, no campo teórico, está esgotado. No momento, precisamos de ação e podemos começar com alguma coisa de concreto que é o plano que trazemos pronto.”

O plano foi elaborado, durante o ano de 1974, por uma comissão da Fundação FEAC que tinha como objetivo levantar dados, refletir sobre eles e apresentar soluções para o problema do menor. O respectivo documento propunha o trabalho preventivo, através de quatro etapas para o desenvolvimento das diretrizes que eram:

1. Implantação do Centro de Reeducação do Menor Infrator;
2. Criação da Casa de Triagem;
3. Apoio às obras de assistência e promoção interessadas na sua adaptação ao plano;
4. Organização do grande Centro de Promoção “Lafayette Álvaro”, destinado à infância e juventude de ambos os sexos (PLANO de Diretrizes para enfrentar o problema do menor. **Correio Popular**. Campinas, 25 abr. 1975).

O Plano de Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na região de Campinas foi apresentado à FUNABEM (na cidade do Rio de Janeiro), que, através de sua Diretoria de Planejamento e de seu Delegado em São Paulo, aprovou a iniciativa.

O plano foi aprovado, sendo encaminhado para a criação de um Conselho Promotor, constituído por 10 membros cujas atribuições seriam atualizar e definir a política do menor em

Campinas. Foi criada uma Comissão Executiva na Secretaria de Promoção Social de Campinas, sem estipulação do número de membros, sendo representada pelas “*associações de classe, instituições e órgãos oficiais e particulares, clubes de serviços, escolas e entidades de assistência e promoção social*”. A comissão tinha como finalidade executar o plano e desenvolver a política que fosse determinada pelo conselho promotor e propor soluções. Enfim, a Coordenação do plano seria efetuada pela Fundação FEAC, a partir de seus diretores ou membros delegados, que dariam assessoria e coordenariam o Conselho Promotor e a Comissão Executiva, além de estabelecer ligação entre os mesmos (PLANO de Diretrizes para enfrentar o problema do menor. **Correio Popular**. Campinas, 25 abr. 1975).

Em 1975, o Estado começou a explicitar mais a sua preocupação com a questão social, em resposta aos anseios do período a Fundação FEAC, em parceria com a Secretaria de Promoção Social do Estado e a Divisão Regional de Promoção Social de Campinas, estreitaram relações e intensificaram as suas ações de intervenção, através de programas de alimentação e nutrição e ações preventivas focadas na reeducação do menor e a sua integração na comunidade.

Em função dessa parceria, foi inaugurado, em 1975, o Centro de Reeducação do Menor – Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida” implantando-se, ainda, diversos programas nacionais, como: o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN)³¹ (1975 – 1979), orientado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), intitulado pela Fundação FEAC como PRÓ-NUTRI; o Plano de Integração do Menor na Comunidade (PLIMEC) da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); a instalação de Centros de Triagem, Centros de Reeducação, Centro de Prevenção da FUNABEM. Outras propostas regionais semelhantes foram elaboradas como o Centro de Educação e Profissionalização do Menor e a criação de um Centro de Recuperação de Menores Infratores. Para compreender melhor as ações desse período veja o **QUADRO 08** abaixo:

³¹ NOGUEIRA, Rosana Maria. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

QUADRO 08. Principais ações e objetivos da Fundação FEAC (1974– 1976)

Ano	Ações	Objetivos
1975	Entidades Filiadas a Fundação FEAC	Entre 1974 e 1976 apenas 01 entidade filiou-se a Fundação FEAC – o Conselho Comunitário de Campinas Ao final de 1976 a Fundação FEAC possuía 22 entidades filiadas
1975	Elaboração do Plano de Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na Região de Campinas	O objetivo do plano era apresentar soluções para o problema do menor
1975	Criação da Comissão Executiva	Executar o Plano de Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na Região de Campinas
1975	Criação do Centro de Reeducação do Menor – Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida”	Resultado da primeira iniciativa relacionada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) para atender o menor infrator em Campinas. Essa iniciativa durou até 1976, quando a Prefeitura Municipal cancelou a subvenção destinada para as atividades do centro.
1974	Ampliação do quadro de profissionais do Departamento de Serviço Social com a contratação da primeira psicóloga.	O objetivo era introduzir o saber psicológico na análise dos diagnósticos realizados pela Fundação FEAC para elaborar o seu plano de ação, possibilitou a identificação de aspectos agora psico-sociais antes não observados.

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Passaremos agora a apresentar as ações desenvolvidas pela Fundação FEAC no período de 1974 a 1976.

2.2.1. Centro de Reeducação do Menor – Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida”

Entre 1974 e 1976, as relações da Fundação FEAC com a Secretaria de Promoção Social do Estado e a Divisão Regional de Promoção Social de Campinas se intensificaram em prol da interiorização da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) da Fundação Nacional do

Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que teve as suas diretrizes sancionadas no governo Castelo Branco (Lei n.4.513, de 01/12/1964).

A FUNABEM foi um órgão criado pelo governo para *formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executam a política*³². Segundo Rizzini (2004, p.36), a “segurança nacional” era o discurso do novo órgão de proteção aos *menores*, ou seja, a tônica do FUNABEM,

era a da valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade”. O mote “internar em último caso” figurava com insistência na produção discursiva da instituição. Como órgão normativo, o seu objetivo não era o atendimento direto. O planejamento e coordenação da ação assistencial e do estudo do *menor* eram a sua missão.

Para a interiorização do PNBEM nas regiões brasileiras, segundo Rizzini (2004, p.36), “*entre 1966 e 1973 investiu-se vultuosa soma no estabelecimento de 100 convênios para a execução de 605 projetos relativos ao menor – construção, ampliação, reforma, adaptação ou melhoria de obras, e treinamento de pessoal especializado*”. Ainda segundo Celina Celli (1975), citada por Rizzini (2004, p. 36), diretora de planejamento da FUNABEM, “*foram instalados 18 Centros de Triagem, 10 Centros de Reeducação e 30 Centros de Prevenção*”.

Desta forma, em Campinas, nesse período foi solicitado, pela Prefeitura Municipal de Campinas para a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, o financiamento e o convênio para a construção de um Centro de Recepção e Triagem para menores, implantado anos mais tarde. A primeira iniciativa relacionada ao PNBEM para atender ao menor infrator em Campinas, ocorreu, somente em 21 de junho de 1975, quando foi inaugurado um Centro de Reeducação do Menor Infrator – Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida”³³, através de convênio subvencionado entre a Secretaria de Promoção Social de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, Fundação FEAC e FUNABEM.

³² Lei n.4.513, de 01/12/1964

³³ Estado não tem verba para um centro de triagem em Campinas. **Diário do Povo**. Campinas, 19 de set. 1973. E o artigo: Bem-Estar do Menor em Campinas: Inaugura-se hoje o Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida”. **Correio Popular**. Campinas, 21 de jun. 1975.

Inaugurado em junho de 1975, o Colégio representou uma das primeiras iniciativas do gênero no Brasil, implementada por uma organização privada, mas sob a orientação direta da FEBEM e da FUNABEM, por meio do seu presidente Mario Altenfelder Silva” (MARTINS, 1998, p.85)

A aprovação da criação do Centro de Reeducação do Menor Infrator ocorreu depois de intensos debates e discussões a respeito do menor, promovidos pela Fundação FEAC e autoridades públicas de Campinas que elaboraram as “Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na região de Campinas” (Bem-Estar do Menor em Campinas: Inaugura-se hoje o Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida. **Correio Popular**. Campinas, 21 jun. 1975) .

O nome dado ao colégio do Centro de Reeducação do Menor Infrator foi escolhido para homenagear o Dr. Antônio Augusto de Almeida que se destacara nas atividades no campo social, prestara inúmeros serviços à sociedade campineira. Ele era médico oftalmologista do Hospital Penido Burnier, presidente do Conselho de Contribuintes da Fundação FEAC, também membro fundador do Lions Club de Campinas-Centro, fundador e Diretor da Faculdade de Medicina de Campinas.

Com a inauguração do Centro de Reeducação do Menor, a Fundação FEAC alugou uma chácara nos arredores de Campinas. Inicialmente foram internados 11 menores. O Centro era administrado pelo Capitão Joaquim Barbosa Neto. Eram ministradas aulas de instalação elétrica pelo Prof. Oswaldo Baglioni (que era Prof. do SENAI na época e hoje compõe a equipe de trabalho do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE) da Fundação FEAC), aula de cultura geral oferecida pelo Prof. Paulo Ludevico Spitzer (SENAI), aula de reforço escolar pela Profa. Rachel dos Santos Dias (Orientadora Educacional), havia ainda assistentes sociais, psicólogos, monitores, estagiários de educação física, vigilantes, cozinheira, todos prestando atendimento às crianças (REEDUCAÇÃO do Menor, obra que consagra Campinas.**Correio Popular**. Campinas, 30 de jul. 1975). Segundo Martins (1998, p.85),

A proposta educacional era o diferencial do Colégio Dr. Antônio Augusto de Almeida para Reeducação do Menor Infrator, que tinha vinculação com a Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha”.Em ambiente de liberdade, sem muros e guardas armados, os jovens infratores tinham aulas com uma professora primária e eram acompanhados por psicólogo e cinco estagiários de Psicologia. Alguns jovens freqüentavam o Grupo Escolar do bairro e outros a escola profissional dirigida pelos salesianos.

Em 1976, segundo Martins (1998, p.85), a Prefeitura Municipal de Campinas cancelou a subvenção destinada para as atividades do Centro de Reeducação do Menor Infrator – Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida”, acarretando no encerramento de suas atividades que duraram aproximadamente um ano, apenas.

Segundo Martins (1998, p.84), em 1975 a Fundação FEAC inspirada na iniciativa do Centro de Reeducação do Menor Infrator – Colégio “Dr. Antônio Augusto da Almeida”, elaborou uma proposta semelhante, propondo a construção de um Centro de Recuperação de Menores Infratores, na Fazenda da Granja Vila Brandina da Fundação FEAC. No período, o Dr. Mário Altenfelder Silva chegou a assinar um convênio com a Fundação FEAC, prevendo a instalação do Centro com subvenção do Estado de São Paulo e do Município de Campinas, para a construção e manutenção das atividades.

A proposta do Centro de Recuperação de Menores Infratores previa a realização de atividades sócio-educativas, voltadas para a reinserção comunitária dos menores. A sua estrutura física seria distinta das unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), sendo, segundo Martins (1998, p.84), um projeto arrojado e contando com apoio inicial do Estado. No entanto, o processo de instalação do centro foi paralisado, durante o governo de Paulo Salim Maluf (1979 – 1981), fazendo com que Campinas perdesse uma proposta inovadora na área de recuperação dos menores.

2.2.2. Ampliação do Departamento de Serviço Social: Olhar da Psicologia

Em 1975, o Departamento de Serviço Social ampliou pela primeira vez, o seu quadro de profissionais, com a contratação de uma profissional de psicologia para atuar junto às entidades filiadas.

A contratação de uma psicóloga faria a introdução do saber psicológico na análise dos diagnósticos, realizados pela Fundação FEAC, para elaborar o seu plano de ação, possibilitando a identificação de aspectos psico-sociais, antes não observados.

Com relação aos programas e projetos futuros, em elaboração para serem implementados, como o PLIMEC, o PRÓ-NUTRI, a Recreação Orientada dentre outros foi essencial e primordial para definir o campo de atuação onde as ações de intervenção, prevenção e educação aconteceriam.

Em decorrência da contratação da psicóloga, as ações do Departamento de Serviço Social e Psicologia, intensificaram-se junto às entidades filiadas com a introdução de novos recursos e a execução do Curso Básico de Formação de Domésticas do PROCOP da Secretaria de Promoção Social de Campinas, nas entidades filiadas a Fundação FEAC.

O **QUADRO 09**, mostra a reestruturação organizacional do Departamento de Serviço Social e Psicologia da Fundação FEAC em 1975:

QUADRO 09. Estrutura Organizacional do Departamento de Serviço Social (1975)

Nome do Departamento:	Departamento de Serviço Social
Setores:	<p>Setor de Ação Institucional (DAI): - Programa de Ação Institucional Centrado no Menor</p> <p>Setor de Ação Comunitária (DAC): - Programas e Projetos de Ação Comunitária</p>
Serviços Oferecidos:	Serviço de Documentação e Serviço de Estudos e Pesquisas
Profissionais:	<p>03 Assistentes Sociais</p> <p>01 Psicóloga</p>

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004; FEAC implanta o CRIS, no 10º. Aniversário. **Diário do Povo**. Campinas, 28 de abril de 1974.

2.2.3. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1975)

Ao final da sexta gestão, em 13 de outubro de 1975, filiou-se à Fundação FEAC o Conselho Comunitário de Campinas, fundado em 1971 pelo Dr. Wladimir Valler, Juiz de Direito da 3ª. Vara Criminal de Campinas, que tinha como objetivo atender detentos egressos do sistema penitenciários e seus familiares (**QUADRO 10**).

QUADRO 10. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1975)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
22.	Conselho Comunitário de Campinas (Conselho Comunitário)	1971	13/10/1975	Reinserção Social

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

2.3. Sétima, Oitava e Nona Gestão (1976 – 1982): Promoção Social

Pode-se dizer que este foi o mais intenso período de expansão das ações da Fundação FEAC, visando a promoção social do menor e da família. Uma série de programas e projetos foram elaborados e implantados nas entidades filiadas, tais como no setor de Ação Institucional o Programa de Ação Institucional com o Projeto de Atendimento ao Menor Institucionalizado; no setor de Ação Comunitária, com o Programa de Ação Comunitária, o Projeto Clube de Mães, o Projeto de Economia Doméstica e o Projeto de Mobilização e Integração de Recursos na Comunidade; o Programa de Recreação e Lazer com o Projeto Oficina de Brinquedos e o Programa de Valorização dos Idosos na Comunidade com o Projeto Idosos, no total foram desenvolvidos ao longo desse período 4 programas e 6 projetos..

O Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC, para adequar-se à agenda política da Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo e da Divisão Regional de Promoção Social de Campinas, reestruturou-se internamente e direcionou as suas ações para a integração do menor na comunidade.

Outros acontecimentos marcaram esse período como: a inauguração da sede própria da Fundação FEAC em 11 de dezembro de 1976, no Jardim das Paineiras. Também, a partir de 1976, a Fundação FEAC iniciou as primeiras negociações com a Construtora Alfredo Mathias S.A. para a instalação de um Shopping Center na área da Fazenda Vila Brandina, que foi inaugurado em 1980. No contrato para a construção do Shopping Center, foi firmado que a Fundação FEAC receberia uma porcentagem do capital movimentado que seria utilizado e aplicado nos programas e projetos sociais desenvolvidos por ela.

A seguir, mostraremos no **QUADRO 11** com as principais ações e seus objetivos da Fundação FEAC que aconteceram no período de 1976 a 1982:

QUADRO 11. Principais ações e objetivos da Fundação FEAC (1976 – 1982)

Ano	Ações	Objetivos
1977	Implantação do PLIMEC e do PRÓ-NUTRI no Núcleo Comunitário Jardim Santa Lúcia	O PLIMEC tinha como objetivo interligar e preparar a comunidade para dinamizar e montar equipamentos ao menor e sua família, propiciar ao menor o atendimento compensatório de suas necessidades de nutrição, educação, saúde, recreação e segurança além de promover a criação de mecanismos para a sua capacitação profissional.
1979	Reestruturação do Departamento de Serviço Social que passou a chamar-se Departamento de Promoção Social	Adequar o departamento ao novo perfil que os programas do departamento caracterizavam
1979	O Departamento de Promoção Social contratou a Pedagoga Maria Bernadete Gonçalves de Sousa	Coordenar o PLIMEC e PRÓ-NUTRI no Núcleo Comunitário do Jardim Santa Lúcia até 1986.
1980	Inauguração do Shopping Center Iguatemi	Captação de recursos para serem investidos nas entidades filiadas a Fundação FEAC
1981	Feiras de Artesanato do Clube de Mães	Com a inauguração do Shopping Center Iguatemi as Feiras de Artesanato do Clube de Mães ganharam um espaço permanente para a comercialização de seus produtos.
1982	A Fundação FEAC assumiu o Núcleo Comunitário do Jardim Santa Lúcia passando a chamar-se de Projeto Jardim Santa Lúcia	Continuação dos grupos de trabalho e fortalecimento da comunidade.
1982	Extinção do Sistema Fundo Unido	Evitar que as entidades perdessem o quadro de contribuintes

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Apontaremos nos próximos tópicos a trajetória do auge de expansão da Fundação FEAC na cidade de Campinas.

2.3.1. Fundação FEAC e Shopping Center Iguatemi (1980)

Em 1975, a Fundação FEAC apresentou à Prefeitura de Campinas, o Plano Diretor de Urbanização da área que compreendia a Fazenda da Vila Brandina. Nesse plano, elaborado pelo arquiteto Fábio Penteadado, a Fundação FEAC destinava 20% de seus 182 alqueires para a construção de um centro de lazer, que seria um Shopping Center.

Dos 500 mil metros quadrados iniciais que serão urbanizados, 120 mil foram destinados à construção de um moderno Shopping Center, que terá aproximadamente 50 mil metros quadrados de área construída, a cargo da firma Alfredo Mathias (“Segundo Centro de Lazer”. Diário do Povo. Campinas, 25 dez. 1975).

Segundo Pádua (06 jun. 2005), durante a elaboração do Plano Diretor de Urbanização propunha-se a criação de uma instituição neutra que fosse responsável por centralizar o interesse de vários segmentos e que estimulasse a construção de um Shopping Center atraindo o interesse de vários empreendedores – como, por exemplo, empresários, comerciantes, categorias sindicais, que, ao ganharem com o investimento, trariam para a cidade novos investimentos e verbas impulsionando o desenvolvimento social da cidade, além de gerarem mais recursos para o desenvolvimento de programas e projetos sociais para as camadas desprivilegiadas.

Elaborarmos um plano diretor, ele foi feito pelo arquiteto Fabio Penteadado, e nesse plano diretor se propunha à criação de uma entidade que fosse neutra, que fosse responsável por centralizar interesses no desenvolvimento. E nós tivemos a presença da maior construtora de tinha em São Paulo, que era a Construtora Alfredo Mathias. Ela se propôs a criar o Shopping Center em Campinas. O Alfredo Matias veio, criou o Shopping. Nós vendemos para ele 120 mil metros quadrados de terreno que ele nos pagou em área construída. Nós não queríamos o dinheiro, nós queríamos participar. Então nós passamos a ter participação no Shopping na área física (PÁDUA,06 jun.2005).

O acordo firmado entre a Fundação FEAC, a Construtora Alfredo Mathias e a Prefeitura de Campinas ficaria sob responsabilidade da Fundação FEAC com a doação de praças, áreas verdes de sua propriedade para a prefeitura. Já a Prefeitura Municipal se responsabilizaria pela construção de vias de acesso ao Shopping e aprovação do loteamento da área reservada para a construção. Por fim, ficou acordado com a Construtora Alfredo Mathias o repasse de uma porcentagem do capital, movimentado pelo Shopping para a Fundação FEAC (Prefeito Amaral ratifica acordo com a FEAC. **Diário do Povo**. Campinas 06 fev. 1977).

Segundo Martins (1998, p.102), “durante a fase de implantação do Shopping, a Construtora entrou em dificuldades financeiras e o projeto foi assumido pelo Grupo La Fonte, dirigido por Carlos Jereissati”. Em 1980, o Shopping Center chamado de Iguatemi foi inaugurado. A partir de 1981 a Fundação FEAC começou a receber parte da renda do Shopping.

O Shopping foi inaugurado em 1980. E a partir de 1981 nós começamos a ter alguma renda do shopping, com essa renda nós pudemos desenvolver mais as nossas atividades, auxiliando, apoiando as entidades. Mas, ao mesmo tempo criando programas próprios e especialmente na área de educação (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Dentre os objetivos que o Plano Diretor de Urbanização da área da Fazenda Vila Brandina propunha, estava a extinção do Sistema de Fundo Unido e a Hora da Comunidade³⁴ que seriam substituídos pelos recursos recebidos do Shopping Center Iguatemi.

Conforme afirma Pádua (06 jun. 2005) a Fundação FEAC, após 17 anos de existência, funcionando com recursos e contribuições da comunidade, entendeu que o Sistema de Fundo Unido, o responsável pelas arrecadações, estava prejudicando as entidades filiadas, pois muitas delas estavam perdendo o seu quadro de sócios contribuintes diretos ou colaboradores, ou seja, na hora da renovação dos sócio-contribuintes das entidades filiadas, os colaboradores passavam a ser da Fundação FEAC e não das entidades.

A FEAC viveu 17 anos lutando só pelo aporte de recursos, pela captação de recursos, pela comunidade. Então, era a comunidade que mantinha as obras através da FEAC. Nós mantivemos esse fundo unido por muitos anos, depois extinguímos o fundo unido, porque nós entendemos que num determinado instante, nós estávamos prejudicando as entidades. Embora, tivéssemos mais recursos, elas estavam perdendo os seus quadros de contribuintes. Então, na hora de renovação dos quadros, os colaboradores passavam a ser da FEAC e não das entidades. Nós estávamos despersonalizando as entidades. Então nós estávamos diminuindo, exaurindo esse quadro de contribuintes (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Em decorrência desse problema, apontado por Pádua (06 jun. 2005), a Fundação FEAC propôs a extinção do Sistema de Fundo Unido, sugerindo às entidades filiadas retomarem a administração e a captação de recursos, junto às pessoas físicas da comunidade. A Fundação FEAC ficaria responsável pela realização de campanhas, junto aos empresários.

³⁴ Convém lembrarmos que tratamos do Sistema de Fundo Unido e da Hora da Comunidade no item 1.4.3 Estratégias de Convencimento da Comunidade sobre a Integração das Entidades Sociais: Fundo Unido e Hora da Comunidade no I Capítulo.

Então, nós propomos para as entidades a eliminação do Fundo Unido. Nós propomos a cada entidade que fizesse empenho junto às pessoas físicas e a FEAC passaria a fazer campanha junto as empresas (PÁDUA, 06 jun. 2005).

Assim, em 1982, a Fundação FEAC extinguiu o Sistema de Fundo Unido que arrecadava recursos financeiros para as entidades filiadas. Com relação à Hora da Comunidade, a Fundação FEAC também a extinguiu, pois os funcionários das empresas não estavam mais aderindo à doação de uma hora ao mês de seus serviços, valor que era descontado na folha de pagamentos das empresas para a Fundação FEAC.

2.3.2. PLIMEC – Plano de Integração do Menor na Comunidade (1976 – 1982)

A partir de segunda metade de 1970, a Fundação FEAC iniciou uma nova etapa no que se refere ao desenvolvimento e implantação de programas de Organizações Governamentais (OG's) focados na ação assistencial que promovessem e estimulassem a *“participação comunitária no desenvolvimento, não só para distribuir os benefícios sociais, como para democratizar as decisões relacionadas com a melhoria da qualidade de vida da população”* (ALTENFELDER, 1977, p.61).

Nesse período foi através da Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, que o Estado visando desenvolver o corpo social para diminuir a estratificação e hipertrofias das classes sociais causada pela recessão econômica do país, propôs uma política distributiva, com programas sociais de prevenção e intervenção no corpo social na tentativa de equacionar as causas das diferenças sociais que geravam o ciclo vicioso da pobreza. Desta forma, foram desenvolvidas diversas propostas de promoção social (ALTENFELDER, 1977; SPOSATI, 1995).

Os programas sociais da Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, elaborados nas áreas de educação, saúde e promoção social, visavam atuar nas causas que geravam a pobreza – sendo apontados a hereditariedade patológica, o alcoolismo, a desorganização familiar, a mendicância, o desemprego, a permanência no ócio, a falta de instrução primária e a insuficiência de instrução profissional como fatores que impossibilitavam o desenvolvimento social e aumentavam o custo do Estado com a prestação de serviços públicos de assistência (ALTENFELDER, 1977; RIZZINI, 1993).

Altenfelder (1977, p.62) em discurso proferido no Congresso da Organização Mundial de Educação Pré-Escola, realizado em São Paulo no dia 16 de julho de 1976, afirmou

a estratégia do Governo Paulo Egydio compreende, na área da intervenção – Promoção Social – uma recomendação aos Secretários da Promoção Social, da Saúde e da Educação, no sentido da elaboração e implantação de um projeto a ser estendido a todo o Estado, para atendimento psicológico, social, educacional da gestante e do menor pré-escolar, em consonância com o programa nutricional para o mesmo grupo etário.

Como medida de ação preventiva, para conter a marginalização social, propôs-se atendimento às necessidades básicas da criança, com as seguintes prioridades,

- a) Preparação dos recursos humanos que vão se responsabilizar por esse atendimento;
- b) Instituição de programas de higiene pré-natal e de assistência à gestante, bem como, cuidados com o recém nascido e orientação da mãe;
- c) Implantação de unidades educacionais substitutas da família, destinadas ao atendimento ao pré-escolar recomendando-se iniciar os trabalhos com crianças de 2 a 6 anos em virtude de tal faixa assegurar a continuidade do atendimento, por ser de montagem mais fácil e menos onerosa (ALTENFELDER, 1977, p.63).

Desta forma, o Estado de São Paulo elaborou e planejou um plano racional para ser executado em todas as secretarias. Ficou a cargo da Secretaria de Promoção Social a responsabilidade de implementar o Plano de Integração do Menor na Comunidade (PLIMEC) com o objetivo de atender “*os primeiros segmentos da idade pré-escolar*”. O PLIMEC também foi implantado em resposta às diretrizes estipuladas pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), visando a prevenção da marginalização, o fortalecimento da família e integração dos recursos comunitários (ALTENFELDER, 1977, p.63, 78).

Constavam do Plano de Integração do Menor na Comunidade três programas de atuação técnica: Programa de Educação Complementar para Menores (PRECOM), Programa de Educação Complementar dos Pais (PRECOP) e Programa de Atuação Indireta (PRAI).

O Programa de Educação Complementar para Menores (PRECOM), tinha como objetivo desenvolver a personalidade do menor e propiciar sua progressiva integração nas atividades econômicas e culturais existentes na comunidade em que vivia. O Programa de Educação Complementar dos Pais (PRECOP), deveria atuar junto aos pais dos menores que participavam do PRECOM, a fim de estimulá-los para a reflexão das funções sociais desenvolvidas na família, proporcionando-lhes ainda orientação quanto à integração e o ajustamento sociais de seus filhos.

Finalmente, o Programa de Atuação Indireta (PRAI), visava sensibilizar o Poder Público e o setor privado, para que contribuíssem com recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros para o desenvolvimento do PLIMEC, nas comunidades necessitadas de recursos e serviços de assistência social. Além dos três programas desenvolvidos nas comunidades, as unidades do PLIMEC ofereciam educação de base, ginástica, higiene, recreação, merenda e serviços de orientação.

Em Campinas, a Secretaria da Promoção Social, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário e Divisão Regional de Promoção Social, em resposta às Diretrizes para uma Política de Promoção do Menor na região, apresentada pela Fundação FEAC no início de 1975, começou, no final do mesmo ano, o planejamento de implantação do PLIMEC, cabendo à mesma, em convênio com aqueles órgãos públicos, a responsabilidade pela administração dos programas e pela seleção e contratação dos profissionais para desenvolverem as atividades em núcleos comunitários (PROMOÇÃO Social se reuniu para a escolha do coordenador geral. **Correio Popular**. Campinas, 07 nov. 1975).

É importante ressaltarmos que a Fundação FEAC não era responsável pela implantação do PLIMEC. Era, no máximo, uma parceira da esfera pública (estatal, municipal e mesmo federal) para o desenvolvimento do programa.

O PLIMEC se propunha a atender menores entre 03 e 18 anos, tendo como objetivo interligar e preparar a comunidade para dinamizar e montar equipamentos destinados ao menor e sua família, propiciar ao menor o atendimento compensatório de suas necessidades de nutrição, educação, saúde, recreação e segurança além de promover a criação de mecanismos para a sua capacitação profissional.

A primeira fase de implantação do PLIMEC em Campinas ocorreu no segundo semestre de 1976, atendendo 928 usuários divididos em quatro núcleos comunitários da cidade: o Jardim Yeda, a Vila Boa Vista, a Vila Rica e o Jardim Eulina.

Dentre os quatro núcleos comunitários, o do Jardim Yeda foi aquele que teve maior adesão da comunidade local, atendendo 395 usuários, ou seja, correspondeu 42,6% do total de atendidos em todos os núcleos; o núcleo da Vila Boa Vista atendeu 265 usuários, representando 28,5% do total de atendidos em todos os núcleos; o núcleo comunitário da Vila Rica atendeu 186 usuários, correspondendo a 20% do total de atendidos e o núcleo comunitário do Jardim Eulina

foi que teve menor participação da comunidade local atendendo apenas 82 usuários, ou seja, 8,9% do total de atendidos em todos os núcleos (**TABELA 07**).

TABELA 07. Núcleos Comunitários e Número de Usuários que foram Atendidos pelo PLIMEC em 1976 em Campinas

	Nome do Núcleo Comunitário	Nº- de Usuários Atendidos	%
1.	Jardim Yeda	395 usuários	42,6
2.	Vila Boa Vista	265 usuários	28,5
3.	Vila Rica	186 usuários	20
4.	Jardim Eulina	82 usuários	8,9
	TOTAL	928 usuários	100

Fonte: INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?].

Nos núcleos comunitários havia seis grupos de trabalho, divididos por faixa etária, que eram denominados como, G-zero para menores entre 03 a 06 anos, G-1 para menores entre 06 a 09 anos, G-2 entre 09 a 12 anos, G-3 entre 12 a 15 anos e G-4 para menores entre 15 a 18 anos³⁵ (**TABELA 08**).

TABELA 08. Número de Usuários dos Grupos de Trabalho dos Núcleos Comunitários do PLIMEC em 1976

	Grupo de Trabalho	Nº. de Usuários Atendidos	%
1.	G-zero (03 a 06 anos)	49 crianças	5,3
2.	G-1 (06 a 09 anos)	295 crianças	31,8
3.	G-2 (09 a 12 anos)	380 crianças	40,9
4.	G-3 (12 a 15 anos)	168 crianças e adolescentes	18,1
5.	G-4 (15 a 18 anos)	36 adolescentes	3,9
	TOTAL	928 usuários	100

Fonte: INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?].

³⁵ Infelizmente, as informações coletadas que mostramos na **TABELA 08**, somente relataram o número total de usuários atendidos por faixa etária nos grupos de trabalhos em todos os núcleos, ou seja, não sabemos o número de usuários atendidos por faixa etária em cada núcleo comunitário por grupo de trabalho.

Foram atendidos no grupo de trabalho G-zero, 49 menores, ou seja, apenas 5,3% dos usuários atendidos em todos os núcleos comunitários possuíam idade entre 03 a 06 anos; no grupo de trabalho G-1, foram atendidos 295 menores, correspondendo a 31,8% de usuários entre a faixa etária de 06 a 09 anos; já a faixa etária do grupo de trabalho G-2, entre 09 e 12 anos, foi a que apresentou o maior número de usuários atendidos, correspondendo a 40,9% do total, ou seja, dos 928 usuários, 380 compreendiam essa faixa etária.

O grupo de trabalho G-3, cuja a faixa etária era de 12 a 15 anos apresentou uma diminuição no número de atendidos, correspondendo a 18,1% do total de usuários; sendo o grupo de trabalho G-4, aquele que apresentou o menor número de usuários atendidos, adolescentes entre 15 e 18 anos, com apenas 3,9% do total.

Portanto, identificamos que, no primeiro semestre de implantação do PLIMEC, nos quatro núcleos comunitários de Campinas foram atendidas, em maior número, as crianças entre 09 a 12 anos de idade (40,9%), em seguida aquelas entre 06 e 09 anos (31,8%), depois adolescentes entre 12 a 15 anos de idade (18,1%). Aqueles situados entre 03 a 06 anos representaram 5,3% do total, e, finalmente, os adolescentes entre 15 e 18 anos apenas 3,9%.

Durante o primeiro semestre de implantação do PLIMEC, nos quatro núcleos comunitários de Campinas, os grupos de trabalhos se reuniam duas vezes por semana, durante duas horas, em espaços da própria comunidade. Eram desenvolvidas atividades educativas e recreativas que buscavam atender aos objetivos propostos pelo Programa de Educação Complementar para Menores (PRECOM) do PLIMEC.

Cada grupo de crianças reunia-se duas vezes por semana, num período de duas horas, num encontro onde eram desenvolvidas atividades educativas e recreativas, procurando atingir aos objetivos do PLIMEC, quais seja propiciar um atendimento à criança em suas necessidades básicas de amor, compreensão, saúde, recreação, educação e segurança social. Todas estas atividades se desenvolviam dentro de um clima de tranquilidade e orientação proporcionado pelos monitores todos muito dedicados, fazendo com que as crianças gostassem e comparecessem com a assiduidade as citadas reuniões (INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?]).

Além das atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho de crianças e adolescentes havia o grupo de trabalho dos pais. Tratava-se do Programa de Educação Complementar dos Pais (PRECOP). Segundo os coordenadores do PLIMEC, esse foi o programa que mais exigiu atenção

e empenho dos responsáveis nos núcleos comunitários (INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?]).

As reuniões dos grupos de trabalho dos pais aconteciam quinzenalmente, à noite, nos núcleos comunitários. No entanto, apenas 286 pais freqüentaram as reuniões do PRECOP, correspondendo a aproximadamente 30% do total de pais. Isso se deu por causa da localização dos núcleos comunitários em bairros de periferia, e sem iluminação nas ruas e em função dos pais não terem com quem deixar os seus filhos, à noite. Mesmo com os núcleos disponibilizando monitores para ficarem com os crianças, durante as reuniões do PRECOP, a participação dos pais não teve nenhuma mudança significativa no final de 1976 (INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?]).

Nas reuniões os pais, recebiam orientações sobre as atividades desenvolvidas na comunidade, eram encaminhados para o MOBREAL, havia, até, prescrição de receitas médicas.

Além dessas atividades, uma série de serviços sociais eram oferecidos para a comunidade como a merenda escolar, através do auxílio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), da Central de Abastecimento de Campinas (CEASA) e de indústrias locais, atendimento médico, odontológico, atendimento hospitalar com internações, fornecimento de medicamentos, exames de laboratório feitos pelo Instituto Adolfo Lutz, inscrições na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), encaminhamento de matrículas na rede escolar, inscrições em cursos profissionalizantes no SENAC, encaminhamento de menores para a Guardinha e Patrulheiros Mirins. Havia, também, a realização de excursões ao Bosque dos Jequitibás, ao Centro de Convivência, à Biblioteca Municipal, ao Aeroporto de Viracopos, à Coca-Cola, ao 28º BIB, ao Parque Taquaral e ao Corpo de Bombeiros.

Ao final do primeiro semestre de implantação do PLIMEC em 1976, os núcleos comunitários da Vila Rica e da Vila Boa Vista, tiveram seus contratos de funcionamento com a LBA, COHAB e Promoção Social do Estado encerrados. O núcleo comunitário do Jardim Eulina, também teve que encerrar o seu funcionamento, porque o espaço em que eram realizadas as atividades não era localizado dentro do bairro.

O núcleo do Jardim Yeda foi o que apresentou maior êxito nas ações desenvolvidas pelos programas do PLIMEC, conforme já afirmado com o maior número de menores e adultos atendidos, maior adesão e aceitação da comunidade para o desenvolvimento dos programas. A infra-estrutura do prédio onde ocorriam as atividades, comparada com a dos outros três núcleos,

era melhor o que possibilitava o funcionamento dos programas nos três períodos (matutino, vespertino e noturno). Apesar dos objetivos do PLIMEC não terem sido alcançados ao longo do seu primeiro ano de funcionamento no núcleo Jardim Yeda, as experiências adquiridas, puderam ser aperfeiçoadas e modificadas nos anos seguintes para atingirem as metas apontadas pelo plano (INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?]).

O núcleo do Jardim Yeda foi o único que pôde continuar em funcionamento em 1977. O local foi “*apontado como de maior incidência de menores em ociosidade e expostos à marginalização, além do que, ali os resultados foram os melhores possíveis, fazendo com que haja necessidade de permanência no atendimento*”.

Pelo fato da inexistência de um prédio para realizar os programas do PLIMEC no bairro Jardim Yeda, a Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Campinas cedeu um prédio, no bairro Jardim Santa Lúcia, para a realização dos programas, sendo, portanto, transferidas todas as atividades do Jardim Yeda para o novo núcleo comunitário (INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?]).

A atuação da Fundação FEAC na implantação do PLIMEC, em Campinas foi, assim mencionada por Pádua (06 jun. 2005):

O Dr. Mario implantou o programa espetacular de acolhimento de crianças pobres da periferia, chamado PLIMEC - Plano de Integração do Menor na Comunidade. Nessa ocasião ele me chamou para São Paulo e eu fui com o Prof. Saulo Monte Serrat. E ele nos disse isso:

“- Eu quero implementar em Campinas o PLIMEC, agora ou eu faço com a FEAC ou eu não faço em Campinas. Eu só quero fazer com a FEAC!”

Segundo tal afirmação, a Fundação FEAC foi importante parceira para a concretização do programa em Campinas.

Então, o nosso relacionamento foi muito estreito, nós aceitamos a incumbência e ele pediu para nós escolhermos um bairro onde seria implementado o PLIMEC. Nós fomos, a FEAC foi escolhida para fazer a seleção do pessoal que ia trabalhar e nos escolhemos o bairro da Santa Lúcia e lá foi feito PLIMEC.(PÁDUA, 06 jun. 2005).

Desta forma, a partir de 1977 a Fundação FEAC, através da atuação de seu Departamento de Serviço Social, a Secretaria de Promoção Social do Estado e a Divisão Regional de Promoção Social de Campinas implantaram o PLIMEC no bairro do Jardim Santa Lúcia juntamente com o

II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), do INAN, vinculado ao Ministério da Saúde, intitulado pela Fundação FEAC como PRÓ-NUTRI. Os programas funcionaram até 1982, quando a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo rompeu o convênio.

A segunda fase de implantação do PLIMEC e do PRÓ-NUTRI, em 1977, no Jardim Santa Lúcia, propunha a criação de novos cursos de capacitação de monitores, ampliação dos serviços sociais existentes na comunidade e a introdução do programa de suplementação alimentar para gestantes e crianças pré-escolares.

2.3.3. PRÓ-NUTRI

Como medidas de intervenção, os secretários da saúde, da educação e agricultura foram incumbidos de elaborar e executarem “*um programa contínuo de suplementação de alimentos, cientificamente balanceada à gestante e ao menor pré-escolar*” (ALTENFELDER, 1977, p.62), além de ampliarem e fortalecerem o Programa de Merenda Escolar (PME)³⁶. Sendo implantado entre 1975 e 1979, o II Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), norteado pelo II Plano de Desenvolvimento (PND) tinha como objetivo:

Ampliar o enfoque dado aos programas nutricionais vinculados à modernização do sistema de produção e comercialização dos produtos básicos, e estimular o pequeno produtor através dos programas de suplementação alimentar. O II PRONAN entendia suplementação alimentar como de caráter emergencial e transitório, enquanto aguardava-se medidas que modificassem a distribuição de renda.

Para a suplementação alimentar, propôs distribuição alimentar a grupos materno-infantil e aos escolares e subsídios de alimentos para trabalhadores e famílias moradoras em regiões do Nordeste. (NOGUEIRA, 2005).

2.3.4. Projeto Núcleo Comunitário Jardim Santa Lúcia

Em 1979, o Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC passou a chamar-se Departamento de Promoção Social, sob a responsabilidade de Darcy Paz de Pádua, também representante da Fundação FEAC no Conselho de Promoção Social da Divisão Regional da Secretaria de Promoção Social do município de Campinas.

³⁶ Mais informação consultar NOGUEIRA, Rosana Maria. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP. Campinas, SP:[s.n.], 2005.

Essa reestruturação visou adequar o departamento aos novos programas. Foram contratados quatro profissionais: três assistentes sociais e uma pedagoga para coordenar especialmente, o PLIMEC e o PRÓ-NUTRI no núcleo comunitário do Jardim Santa Lúcia e quinze estagiárias para potencializarem as ações e suprirem o aumento da demanda das entidades, no desenvolvimento dos programas. Ao todo dez profissionais passaram a compor a equipe técnica do Departamento de Promoção Social da Fundação FEAC.

Maria Bernadete Gonçalves de Sousa³⁷ (Entrevista concedida em 01 de nov. 2005), relatou a sua trajetória na coordenação do PLIMEC e PRÓ-NUTRI, no núcleo comunitário do Jardim Santa Lúcia:

Eu entrei aqui em 1979 para coordenar o PLIMEC que era o Plano de Integração do Menor na Comunidade, e o Pró-Nutri . O PLIMEC era um programa do governo do Estado, foi o primeiro programa em parceria que a FEAC teve de execução direta. Ele funcionava lá no Santa Lúcia e eu fiquei lá oito anos. Então, eram dois programas - o Pró-Nutri era de alimentação complementar de nutrição para crianças e o PLIMEC era de atendimento complementar, era um programa de prevenção, digamos para que a criança não chegasse na rua.

Em 1982, nós rompemos o convênio com governo do Estado, que era quem tinha o programa do PLIMEC. Porque o programa foi caindo e o repasse de recursos foi diminuindo. Então, como nós tínhamos um trabalho muito grande na comunidade que ia desde crianças a adolescentes, nós passamos a ter grupo de idosos, a gente passou a ter um grupo de moradores, fizemos todo um trabalho com representantes da comunidade. Então a FEAC enquanto parceira não interessava mais, pois praticamente ela já estava mantendo o programa e ela resolveu assumir como dela próprio.

A partir de 1982, a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo rompeu o convênio estabelecido com a Fundação FEAC para a execução do PLIMEC e PRÓ-NUTRI, desenvolvidos no núcleo comunitário do Jardim Santa Lúcia. Em decorrência disso, a Fundação FEAC, que já vinha mantendo os dois programas há algum tempo, os assumiu integralmente, intitulado-os Projeto Jardim Santa Lúcia. Com esse projeto a Fundação FEAC criou um centro comunitário, com a ajuda de recursos da própria comunidade, para dar continuidade às diversas atividades de integração, educação, orientação, promoção que o anterior programa já oferecia.

³⁷ A pedagoga contratada foi a Maria Bernadete Gonçalves de Sousa, que começou a trabalhar no Departamento de Promoção Social em 1979 e completou em 2005, vinte e seis anos de trabalho e história na Fundação FEAC. Ao longo desses anos, ela coordenou durante oito anos, entre 1979 e 1986 os Programas de Ação Comunitária no núcleo comunitário do Jardim Santa Lúcia , a partir de 1986, ela retornou para o Departamento de Promoção Social para trabalhar com as entidades filiadas, em 1995, administrou o Departamento de Cursos e Pesquisas, coordenando o movimento de Aliança de Campinas pela Educação, tornando-se em 2003 gestora do atual Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional da Fundação FEAC.

Era o Programa Comunitário do Jardim Chapadão. Depois disso, a comunidade e a FEAC abriu lá na Santa Lúcia, o que nos chamávamos de casa comunitária, um embrião de um centro comunitário. Porque era o único recurso da comunidade que a gente tinha de fato. Tinha a igreja católica que tinha o catecismo, a igreja evangélica fazia o não sei o que lá, a associação de favela se reunia no prédio, a gente cedia para os moradores do bairro. Então todos os eventos da comunidade, tudo o que acontecia na comunidade, acontecia lá dentro. E a gente trabalhava integrado com todos (SOUSA, 01 de nov. 2005).

Segundo o relato de Sousa (01 nov. 2005), a primeira grande ação, em conjunto com toda a comunidade, aconteceu quando organizaram um Natal comunitário que reuniu todos os grupos de trabalho no centro comunitário do Jardim Santa Lúcia.

A nossa primeira grande ação em conjunto com a comunidade, foi o que chamamos de Natal comunitário. Nós fizemos o Natal comunitário, porque de Natal mesmo, tinha pouco. É lógico, tinha papai Noel, distribuimos balas, essas coisas. Mas, desse Natal comunitário, nós fizemos como se fosse o ponto de encontro de todos os grupos da comunidade. Então, tinha o grupo de jovens, o grupo de capoeira, o grupo de idosos que fez uma apresentação, porque eles participavam das oficinas de brinquedos da FEAC. Então, eles vendiam os brinquedos que eles fabricavam. Então era assim, tinha grupo lá da comunidade que fez uma apresentação de violão. Então a gente fez uma celebração com todos os grupos da comunidade. E a gente chamou de Natal comunitário, porque foi a primeira coisa que a gente conseguiu fazer juntos, depois continuou por alguns anos.

A Fundação FEAC coordenou o Projeto Jardim Santa Lúcia até 1984, quando transformou o projeto em entidade social com personalidade jurídica. Segundo Martins (1998, p.101),

No início da década de 80 o Estado desestruturou o PLIMEC e o núcleo passou a ser mantido pela FEAC, que também assistiu a transição para a institucionalização do Centro Comunitário, em outubro de 1985. O Centro Comunitário foi o espaço a partir de onde nasceram várias ações que resultaram em melhorias para o Jardim Santa Lúcia.

Segundo o relato de Sousa (01 nov. 2005), em meados de 1984 a Fundação FEAC considerou que a comunidade do Jardim Santa Lúcia estava pronta para assumir sozinha o projeto e iniciou-se o trabalho de estruturação para a criação de uma organização não-governamental.

E quando a FEAC considerou que a comunidade estava pronta, para assumir. Nós fomos trabalhando para que eles assumissem aquilo como deles. Daí que foi criado o centro comunitário do Jardim Santa Lúcia, enquanto uma ONG autônoma da FEAC. Então ela já nasceu filiada, porque aí a gente continuou com uma assessoria bem direta por um tempo, até eles contratarem a sua primeira assistente social e caminharem sozinhos.

O Plano de Integração do Menor na Comunidade (PLIMEC), sendo um programa nacional que tinha como objetivo a interiorização do PNBEM, através da FUNABEM, foi desenvolvido em 166 municípios em Núcleos Preventivos ou nos Centro Comunitários. Conforme, a análise de Bazílio (1985), Rizzini (1997), Bittencourt (2005), o PLIMEC apesar de apresentar uma proposta inovadora como, todos são unânimes em afirmar, “*não prosperou devido o seu caráter centralizador e padronizador, que não permitia o entrosamento dos Núcleos Preventivos na realidade local, não alcançando a sua meta*”.

Não podemos afirmar que o PLIMEC desenvolvido no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia não alcançou as suas metas, pelo contrário, o trabalho desenvolvido nessa comunidade, através dos programas propostos pelo plano e em paralelo com os programas desenvolvidos pela Fundação FEAC, surtiram bons resultados, ou seja, houve a integração de todos os segmentos da comunidade no combate à marginalização do menor, mesmo depois que o plano foi extinto. E ainda, as metas do PLIMEC não teriam sido alcançadas, se ele não estivesse sendo coordenado pela Fundação FEAC.

2.3.5. Departamento de Promoção Social: Outros Projetos e Programas (1976 – 1982)

Durante o período de 1976 a 1982, o Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC, desenvolveu outros programas e projetos.

Em 1976, desenvolveu o Programa de Ação Institucional, centrada no menor que tinha como objetivo a qualificação das atividades desenvolvidas com crianças nas entidades filiadas, a partir do Projeto de Atendimento ao Menor Institucionalizado. Esse projeto tinha como objetivo a realização de um levantamento da realidade das creches, para a elaboração do plano de ação das mesmas.

Também foi desenvolvido o Programa de Recreação e Lazer, através do Projeto de Recreação Orientada que começou a ser realizado, inicialmente, na entidade Lar Nossa Senhora

do Calvário em 1976 e depois foi implantado em todas as entidades filiadas à Fundação FEAC que atendiam crianças. Os objetivos desse projeto eram semelhantes aos objetivos propostos pelos Centros de Recreação, implantados na década de 1960 pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr), através do Programa de Proteção ao Pré-Escolar em áreas anexas às igrejas. Nesses centros, a recreação, segundo Kramer (2001, p.66), era considerada a “*arma principal na luta contra atitudes anti-sociais*”.

Em decorrência desse projeto e da nova amplitude de ação do Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC, na área de educação para crianças, foi contratada a primeira pedagoga para coordenar o programa, conforme mencionado.

Logo em 1978, o Departamento de Serviço Social da Fundação FEAC iniciou a ampliação do seu campo de ação com o Projeto Idosos, realizado com as duas entidades filiadas à Fundação FEAC: o Lar dos Velhinhos de Campinas e o Lar Evangélico Alice de Oliveira, até hoje atuando no segmento de abrigo para idosos. O projeto também foi implantado no Jardim Santa Lúcia, onde era desenvolvido o PLIMEC. Consistiu na mobilização de recursos materiais humanos e financeiros, na atuação direta junto aos profissionais administrativos e usuários das entidades, visando racionalizar e organizar a prestação de seus serviços. Em 1980, o Projeto de Idosos passou a compor o Programa de Valorização dos Idosos na Comunidade. (FEAC desenvolve programa para valorizar os idosos. **Correio Popular**. Campinas, 05 de fev. 1980).

No final de 1979, com a reestruturação do Departamento de Serviço Social que passou a chamar-se Departamento de Promoção Social, o Projeto Recreação Orientada do Programa Recreação e Lazer passou a chamar-se Projeto Oficina de Brinquedos. Seu objetivo era a confecção de brinquedos, a partir da utilização de sucata. Estes, depois de prontos, eram usados nas entidades filiadas que atuavam no segmento de educação infantil. As oficinas foram ministradas pelos estagiários da Faculdade de Terapia Ocupacional da PUCCAMP que, voluntariamente, sob a assessoria da Terapeuta Ocupacional e da Pedagoga do Departamento de Promoção Social, organizavam os trabalhos e classificavam os materiais recicláveis (FEAC: Oficina de Brinquedos e as razões de sua implantação. **Correio Popular**. Campinas, 18 set. 1979).

Em 1981, a equipe técnica do Departamento de Promoção Social aumentou, passando a ser composta por 21 profissionais, com 11 assistentes sociais, 04 psicólogas, 03 pedagogas, 01 terapeuta ocupacional, 01 economista doméstica, 01 professora de educação artística e 11

estagiárias (ver **TABELA 09**). Surgiram novos programas e projetos que passaram a ser assessorados pelos novos profissionais contratados. Também foi implantado, no Programa de Ação Institucional a delimitação das áreas de atuação das entidades filiadas.

O Projeto Oficinas de Brinquedos passou a ser assessorado e coordenado pelas novas psicólogas, pedagogas, pela professora de educação artística e pela terapeuta ocupacional, além de contar com a participação voluntária das estagiárias da Faculdade de Terapia Ocupacional da PUCAMP. Houve a introdução no Programa de Ação Comunitária, do Projeto de Mobilização e Integração de Recursos na Comunidade.

Também foi criado o Projeto de Economia Doméstica, semelhante ao Programa de Colocação e Orientação Profissional (PROCOP), desenvolvido em anos anteriores pelo Serviço de Coordenação de Recursos Sociais da Secretaria de Promoção Social, oferecendo Curso Básico de Formação de Domésticas. Esse projeto seria coordenado e assessorado pela profissional de economia doméstica contratada.

A partir de 1981, o Programa de Ação Institucional, visando ampliar os serviços prestados às entidades, passou a classificá-las, conforme a problemática e área de atuação de cada uma, ou seja, conforme sua especificidade e particularidade de atendimento³⁸: idoso, família, reeducação, saúde, educação especial, ação comunitária (PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004).

Até então, as entidades eram classificadas conforme as categorias da Divisão Regional da Secretaria de Promoção Social - atendimento ao menor de 0 a 6 anos; atendimento escolar e adolescente institucionalizado de 07 a 18 anos; atendimento a idosos; atendimento em regime dispensarial e/ou ambulatorial; atendimento em regime médico-hospitalar; atendimento ao imigrante; atendimento aos deficientes; atendimento à família e atendimento a toxicômanos. (SUPLEMENTO Especial – Número VI. O que significa a FEAC para Campinas. **Correio Popular**. Campinas, 25 out. 1978.).

Neste mesmo ano de 1981, com a inauguração do Shopping Center Iguatemi, as Feiras de Artesanato do Projeto Clube de Mães ganharam um espaço permanente para a comercialização de

³⁸ Ressaltamos que, a compreensão da especificidade do campo de ação das entidades filiadas a Fundação FEAC, corresponde ao momento histórico-social-econômico-político em que elas estavam passando. Portanto, se analisarmos algumas denominações como, por exemplo, menor, como sendo a nova definição dada para as entidades que atuavam no campo de atendimento ao menor de 0 a 06 anos, correspondeu tanto aos programas e projetos que a Fundação FEAC estava desenvolvendo no período, quanto à influência do Novo Código de Menores instaurado em 1979, que criou uma nova categoria de menor, que passou a ser menor em situação irregular.

seus produtos artesanais. Isto aconteceu até meados de 1985, quando as feiras voltaram a ocorrer anualmente. Segundo Martins (2004, p.19), as feiras de artesanato tinham como objetivo,

dar maior visibilidade ao trabalho dos grupos e especificamente o talento das mulheres; possibilitar o trabalho conjunto dos grupos e arregimentar novas voluntárias para ação social, por meio da visão concreta de uma possibilidade de atuação.

A partir de 1982, novas propostas de trabalho foram implantadas no Departamento de Promoção Social e para dinamizar e organizar o fluxo de voluntários, foi implantada uma Central de Voluntários e Estágios³⁹. Visando o fortalecimento da administração, operacionalização e organização da infra-estrutura dos Programas de Ação Comunitária que compreendiam o Projeto Clube de Mães, Projeto de Idosos na Comunidade, o Projeto Jardim Santa Lúcia, o Projeto Oficina de Brinquedos e o Projeto de Economia Doméstica, a equipe técnica do departamento começou a realizar treinamentos com monitores, voluntários e coordenadores de tais projetos.

No mesmo ano, a equipe técnica do Departamento de Promoção Social, novamente foi alterada, passando a ser composta por 19 profissionais, com 10 assistentes sociais, 04 psicólogas, 02 pedagogas, 01 professora de educação artística, 01 economista doméstica e 01 terapeuta ocupacional e 12 estagiárias. Veja a seguir a TABELA 09, que mostra a evolução dos profissionais contratados entre 1977 e 1982.

TABELA 09. Profissionais do Departamento de Promoção Social (1977 – 1982)

Profissionais	1977	1978	1979	1980	1981	1982
1. Assistente Social	04	04	07	07	11	10
2. Psicóloga	01	01	01	01	04	04
3. Pedagoga	--	01	02	02	03	02
4. Terapeuta Ocupacional	--	--	--	--	01	01
5. Economista Doméstica	--	--	--	--	01	01
6. Professora de Educação Artística	--	--	--	--	01	01
TOTAL	05	06	10	10	21	19

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). Fundação FEAC. Campinas, 2004.

³⁹ Na Fundação FEAC, o trabalho com voluntários sempre existiu desde a sua criação. É importante lembrar, que o primeiro programa com voluntários foi o CETREVO – Centro de Treinamento de Voluntários funcionou até meados de 1980. Em 1982, o Departamento de Promoção Social, implantou a Central de Voluntários e Estágios com o objetivo de organizar o fluxo de voluntários. Somente a partir de 1994, que a Fundação FEAC começou a elaboração para a criação de um Departamento de Voluntários, que efetivou-se em 1995, sob a coordenação da Assistente Social Márcia Beatriz Leal Osório.

Notamos que até 1977 o número de profissionais que compunham a equipe técnica do Departamento de Promoção Social (antes denominado Departamento de Serviço Social), era baixo comparado ao número de programas e projetos que o departamento coordenava, envolvendo apenas 05 profissionais, ou seja, 04 assistentes sociais e 01 psicóloga.

A partir de 1978 até 1980, apesar do departamento ser composto por assistentes sociais, psicólogas e pedagogas, percebemos que o número de profissionais foi crescendo gradativamente, no ano de 1978 eram 06 profissionais, em 1979 e 1980 compunham o departamento 10.

Em 1981, devido à diversificação dos programas e projetos e a classificação das entidades por área de atuação, para dinamizar o trabalho da equipe técnica, o número de profissionais foi para 21 funcionários. No entanto, em 1982 o número de profissionais diminuiu para 19. A partir da segunda metade da década de 1980, a carga horária e o quadro de profissionais da Fundação FEAC, já haviam sido reduzidos, devido à política interna de redução de gastos.

No próximo **QUADRO 12**, demonstraremos a estrutura organizacional do Departamento de Promoção Social em 1982, apontando os programas e projetos em desenvolvimento, os serviços oferecidos e o número de profissionais que passaram a compor a equipe técnica do departamento:

QUADRO 12. Estrutura Organizacional do Departamento de Promoção Social (1982)

Nome do Departamento:	Departamento de Promoção Social	
Setores:	Setor de Ação Institucional (DAI):	
	1. Programas de Ação Institucional: - Projeto de Atendimento ao Menor Institucionalizado;	
Setores:	Setor de Ação Comunitária (DAC):	
	1. Programas e Projetos de Ação Comunitária: - Projeto Clube de Mães; - Projeto de Economia Doméstica; - Projeto de Mobilização e Integração de Recursos na Comunidade 2. Programa de Recreação e Lazer: - Projeto Oficina de Brinquedos 3. Programa de Valorização dos Idosos na Comunidade: - Projeto de Idosos	
Segmento de Atuação - conforme a problemática específica de cada área:	- Atendimento ao Menor - Atendimento ao idoso - Atendimento a família - Reeducação	- Saúde - Atendimento ao excepcional - Ação comunitária
Profissionais:	10 Assistentes Sociais 04 Psicólogas 02 Pedagogas 01 Terapeuta Ocupacional 01 Economista Doméstica 01 Professora de Educação Artística	
Estagiários:	11 Estagiárias	

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

2.3.6. Entidades Filiadas a Fundação FEAC entre 1977 e 1980.

Durante o período de 1977 a 1980, filiaram-se à Fundação FEAC 12 entidades. As entidades que se filiaram foram, a saber (**QUADRO 13**):

QUADRO 13. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1977 – 1980)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
23.	Centro Assistencial Cristo Te Ama - Unidade I	1973	25/1/1977	Reinserção Social
24.	Grupo Oração Esperança (GOE) - Lar Infantil Maria Antônia	1977	30/6/1978	Educação Infantil
25.	Instituto Educacional Profa. Maria do Carmo Arruda Toledo (Instituto Carminha)	?	16/11/1978	Pessoas Portadoras de Deficiência
26.	Centro Espírita Allan Kardec - Educandário Eurípedes	1962	14/3/1979	Atendimento Complementar
27.	Centro Espírita Allan Kardec - Creche Gustavo Marcondes	1976	14/3/1979	Educação Infantil
28.	Centro Espírita Allan Kardec - Creche Mãe Luiza	1969	14/3/1979	Educação Infantil
29.	Centro Espírita Allan Kardec - Instituto Popular Humberto de Campos	1938	14/3/1979	Educação Infantil e Atendimento Complementar
30.	Centro Espírita Allan Kardec - Casa de Apoio à Vida	?	14/3/1979	Reinserção Social
31.	Associação Promocional Oração e Trabalho - APOT Instituição Padre Haroldo	1978	5/5/1979	Reinserção Social
32.	Serviço Promocional Social Paróquia São Paulo Apóstolo - Creche Cenáculo	?	19/12/1979	Educação Infantil
33.	Centro Assistencial Cândida Penteadado de Queiroz Martins - Creche Santa Rita	1979	21/8/1980	Educação Infantil
34.	Grupo das Servidoras Léa Duchovni Campinas	1968	21/11/1980	Educação Infantil

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Conforme a **TABELA 10**, 03 entidades atuam no segmento de reinserção social, 06 atuam no segmento de educação infantil, 01 atende pessoas portadoras de deficiência, 01 faz atendimento complementar e 01 entidade atua na educação infantil e atendimento complementar à escola.

TABELA 10. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1977 - 1980)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	0	0
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	01	8.3
4. Centro Comunitário	0	0
5. Educação Infantil	06	50
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	01	8.3
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	01	8.4
9. Reinserção Social	03	25
10. Saúde	0	0
TOTAL	12	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

2.4. Décima a Décima Segunda Gestão (1982- 1988): Mobilização Social

A década de 1980 foi um período marcado por intensa mobilização e organização de todos os segmentos da sociedade em prol da democratização do país. Assim como em todo o país, em Campinas, a primeira metade da década, no campo da promoção social, em resposta ao movimento nacional que ocorria naquela época, identificamos que foi dedicada segundo Rizzini (1995, p.316),

a aprender com quem estava fazendo , além de ter sido um período de acúmulo de forças, que “levaria em 1985, a concretização de uma nova identidade política, que enfeixava os grupos que, em diversas esferas, haviam se distinguido pela militância em favor de crianças e adolescentes.

Nesse contexto, a Fundação FEAC adotará a mesma estratégia como orientadora de suas ações, estimulando o fortalecimento dos *movimentos sociais populares urbanos*, através da integração da rede de entidades com os serviços sociais existentes.

Ressaltamos ainda, que esse movimento de articulação das entidades ganhou fôlego especialmente em função da nomeação do Dr. Darcy Paz de Pádua, fundador e membro do Conselho Deliberativo da Fundação FEAC, como Secretário da Promoção Social de Campinas (1983 – 1987).

Identificamos que nesse período a Fundação FEAC, através de seus departamentos e no sentido de otimizar o seu serviço às entidades filiadas, começou a trabalhar de forma regionalizada, tendo como parâmetro a divisão administrativa do Município, utilizada pela Prefeitura. Isso tudo com a finalidade de efetivar a integração de serviços e recursos de cada região, para que se estimulasse o trabalho em rede.

Outras ações da Fundação FEAC também marcaram o período como a criação do Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia em 1984 (que apontamos no tópico anterior), a criação de Grupos de Terceira Idade nos bairros onde as entidades filiadas atuavam, a participação na elaboração e implantação da Central de Atendimento a Migrantes, Itinerantes e Mendicantes (Camim) e a redução da carga horária e da equipe técnica da Fundação FEAC em 1986. Além da implantação da Campanha de Cartões de Natal (1984) e da construção do Hipermercado Eldorado (1988) ao lado do Shopping Center Iguatemi (MARTINS, 1998). Em 1987, a Fundação FEAC possuía 49 entidades filiadas

A seguir, mostraremos um **QUADRO 14** com as principais ações da Fundação FEAC realizadas a partir de 1983 a 1988 e seus objetivos:

QUADRO 14. Principais ações e objetivos da Fundação FEAC (1983– 1988)

Ano	Ações	Objetivos
1. 1984	Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia	O Projeto Jardim Santa Lúcia transformou-se em entidade social.
2. 1984	Programa Regionalização - criação de 09 regiões de atuação em rede – conforme a divisão administrativa do Município de Campinas	Identificar as necessidades de cada região para a realização de um trabalho em rede e integrado no que diz respeito na articulação e atribuição de recursos de várias instâncias.
3. 1984	Campanha Cartões de Natal	Arrecadação de Recursos.
4. 1986	Participação na elaboração e implantação da Central de Atendimento a Migrantes, Itinerantes e Mendicantes (CAMIM)	Convênio entre Prefeitura e Fundação FEAC para abrigar migrantes, itinerantes e mendicantes.
5. 1986	Redução da Equipe Técnica e Redução de Carga Horária	Redução de Gastos.
6. 1987	Intensificação da Ação Regionalizada	Integrar recursos sociais disponíveis nas comunidade para a criação de um espaço de discussão a cerca do comprometimento com a ação social.

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Passaremos agora a apresentar as ações desenvolvidas pela Fundação FEAC no período de 1983 a 1985.

2.4.1. Programa de Ação Regionalizada e Secretaria de Promoção Social de Campinas

Em 1983, o Dr. Darcy Paz de Pádua Diretor de Promoção Social da Fundação FEAC, foi nomeado pelo Prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira (1983 – 1987), Secretário da Promoção Social de Campinas.

Durante a permanência do Dr. Darcy Paz de Pádua na Secretaria de Promoção Social, em função da falta de recursos para a promoção social, foi adotada uma sistemática que visava integrar o trabalho das entidades assistenciais com os serviços e recursos tanto do poder público quanto da iniciativa privada, para a elaboração e efetivação de programas sociais, destinados para os diversos segmentos de atuação da sociedade.

A Fundação FEAC, seguindo a política adotada pela Secretaria de Promoção Social, começou a implantar essa nova sistemática, adotando em 1984 o Programa de Regionalização, em que entidades foram agrupadas conforme a região onde atuavam.

Segundo Martins (1998, p.101),

Com a divisão em regiões, a Fundação FEAC procurava atingir uma visão mais ampla e integrada das necessidades sociais de uma determinada área geográfica do Município. Com isso seria possível maior articulação entre as entidades filiadas e outros recursos sociais da região, fossem eles públicos, privados ou de caráter comunitário.

Segundo Sousa (01 nov. 2005), a partir do Programa de Regionalização, cada profissional que compunha a equipe técnica do Departamento de Promoção Social da Fundação FEAC ficou responsável por coordenar uma região, desenvolvendo o trabalho com as entidades, de acordo com a área de atuação de cada uma. Estabelecida as regiões e seus coordenadores, iniciou-se o trabalho integrado entre as entidades e os serviços e recursos do poder público e de iniciativa privada.

Segundo Sousa (01 nov. 2005), esse trabalho integrado fortaleceu a atuação das entidades para a busca de solução de problemas e necessidades da comunidade de determinada região. No entanto, alguns projetos propostos pelas entidades para tal trabalho nem sempre ocorriam pela falta de recursos humanos, físicos ou materiais.

Em decorrência do trabalho de regionalização e integração de serviços e recursos, novas entidades assistenciais foram fundadas, na tentativa de solucionarem os problemas de sua região.

2.4.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1983 – 1987):

Entre os anos de 1983 a 1987, notamos que se filiaram à Fundação FEAC 16 entidades que atuavam em 07 segmentos. Constatamos que ao final de 1987 a Fundação FEAC possuía, no total, 50 entidades filiadas.

A saber, o **QUADRO 15** mostra as entidades filiadas:

QUADRO 15. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1983 - 1987)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
35.	Casa da Criança Meimei	1964	25/8/1983	Educação Infantil
36.	Congregação das Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia - Creche e Ambulatório "Dr.Cláudio Souza Novaes"	1973	29/9/1983	Educação Infantil e Atendimento Complementar
37.	Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)	1980	23/11/1983	Reinserção Social
38.	Casa de Repouso Bom Pastor	?	23/11/1983	Saúde
39.	Creche Ilce da Cunha Henry	1982	27/11/1983	Educação Infantil
40.	Associação Campineira de Recuperação da Criança Paralítica - Casa da Criança Paralítica	?	29/11/1983	Pessoas Portadoras de Deficiência
41.	Sociedade Brasileira de Pesquisa e Reabilitação Crânio Facial (Sobrapar)	1975	16/12/1983	Saúde
42.	Centro Educacional de Assistência Social Menino Jesus de Praga -Creche Menino Jesus de Praga	1980	30/3/1984	Educação Infantil
43.	Centro Infantil Tia Nair	1982	30/3/1984	Educação Infantil
44.	Grupo Espírita Cairbar Schutel - Creche Mãe Cristina	1977	30/3/1984	Educação Infantil
45.	Sociedade Pró-Menor Barão Geraldo	?	26/2/1985	Atendimento Complementar
46.	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	?	1/9/1985	Reinserção Social
47.	Centro Educacional Integrado (CEI)	1981	18/6/1987	Pessoas Portadoras de Deficiência
48.	Centro Assistencial Romília Maria	1973	22/10/1987	Centro Comunitário
49.	Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia	1984	22/10/1987	Centro Comunitário
50.	Centro de Investigação Hemot. Dr. Domingos A. Boldrini (Boldrini) - Unidade I: Núcleo de Apoio ao Câncer Infantil	?	22/10/1987	Saúde

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Conforme a **TABELA 11**, 16 entidades foram filiadas das quais 05 foram de educação infantil, 01 de educação infantil e atendimento complementar à escola, 02 foram de reinserção social, 03 de saúde, 02 de pessoas portadoras de deficiência, 01 de atendimento complementar e 02 centros comunitários.

TABELA 11. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1983 e 1987)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	0	0
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	01	6.2
4. Centro Comunitário	02	12.5
5. Educação Infantil	05	31.3
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	01	6.2
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	02	12.5
9. Reinserção Social	02	12.5
10. Saúde	03	18.8
TOTAL	16	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

2.5. Síntese do Segundo Momento de Expansão da Fundação FEAC (1972 – 1988)

Identificamos que o segundo momento abarcou os anos de 1972 a 1988 e compreendeu o período de crescimento da Fundação FEAC.

Percebemos que as ações foram direcionadas para a integração das entidades com os serviços e recursos do poder público, tendo como objetivo a expansão da atuação da Fundação FEAC.

Notamos que os atores sociais que participaram desde a criação da Fundação FEAC continuaram sendo os mesmos. Ressaltamos novamente que o Dr. Darcy Paz de Pádua continuou participando de todas as gestões institucionais.

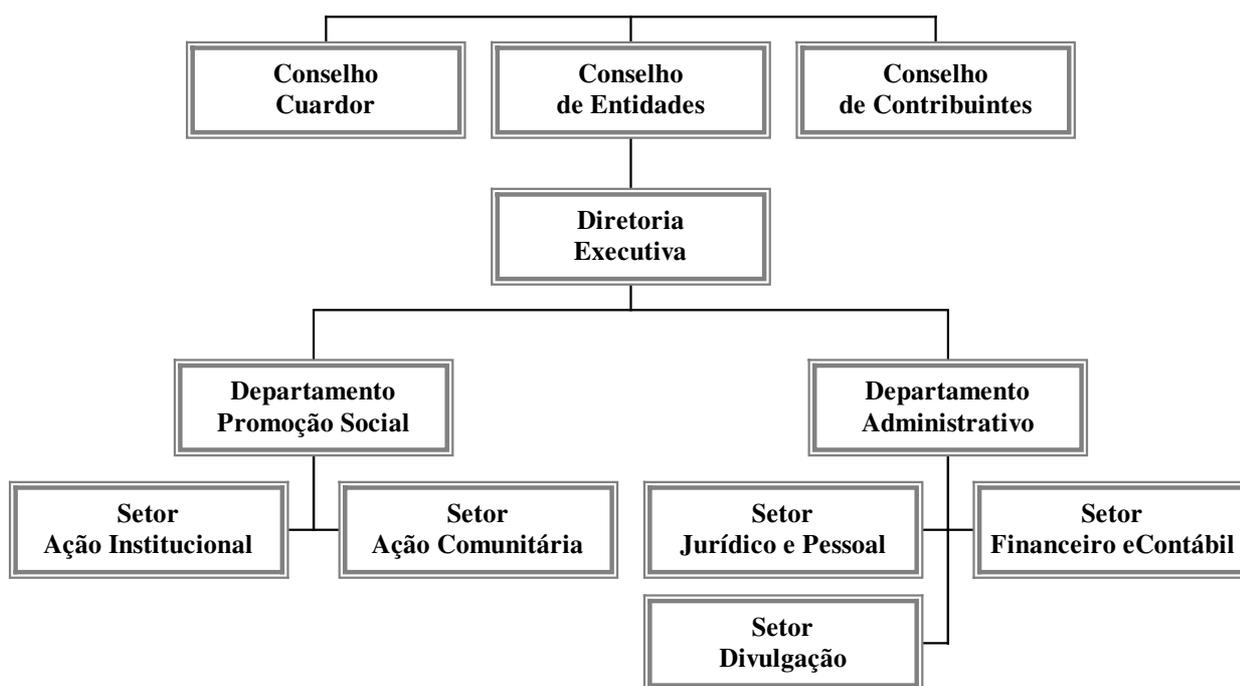
A estrutura organizacional da Fundação FEAC no segundo momento, foi marcada por uma denominação para os conselhos e pelos processos de reestruturação dos departamentos que

tinham como objetivo atenderem a demanda de assessoria das entidades filiadas, os programas e projetos que foram implantados durante o período.

Podemos apontar que ao final do segundo momento a estrutura organizacional da Fundação FEAC estava organizada em gestão institucional, composta por Conselho Curador, Conselho de Entidades, Conselho de Contribuintes e Diretoria Executiva e gestão administrativa, composta pelo departamento de Promoção Social, subdividido em setor de Ação Institucional e setor de Ação Comunitária e o Departamento Administrativo subdividido em setor financeiro e contábil, setor jurídico e pessoal e setor de divulgação (ver **Organograma 02**).

ORGANOGRAMA 02.

Estrutura Organizacional da Fundação FEAC no 2º.Momento (1973 – 1988)



Fonte: A PALAVRA de quem comanda a verba das entidades. **Jornal de Domingo**. Campinas 17 maio 1987.

a) Gestão Institucional:

Percebemos que a estrutura e objetivos dos conselhos continuaram as mesmas, no entanto, receberam outra denominação, ou seja, o Conselho Deliberativo passou a se chamar Conselho Curador e o Conselho Administrativo, Conselho de Entidades.

A Diretoria Executiva, no segundo momento, era composta por dez membros que ocupavam os cargos de presidente, vice-presidentes, diretor de patrimônio, diretor financeiro, diretor de Relações Públicas e Divulgação, diretor administrativo, secretário e diretor de promoção social.

b) Gestão Administrativa:

O Departamento de Serviço Social foi reestruturado em 1979 sendo denominado de Departamento de Promoção Social e subdividido em dois setores, o setor de Ação Institucional com o Projeto de Atendimento ao Menor Institucionalizado e o setor de Ação Comunitária que desenvolveu cinco projetos: Projeto Clube de Mães, Projeto de Economia Doméstica, Projeto de Mobilização e Integração de Recursos na Comunidade, Projeto Oficina de Brinquedos e Projeto de Idosos. Ao final do segundo momento o departamento contava com 19 profissionais.

O Departamento Administrativo foi ampliado com a introdução do setor de divulgação e a área de pessoal ligada ao setor jurídico, além da integração do setor financeiro ao contábil.

Enfim, identificamos que a estrutura organizacional assim como o funcionamento da Fundação FEAC, no segundo momento, passaram por reestruturação e ampliação.

Com relação à abrangência do atendimento proposto pela Fundação FEAC, identificamos que, no segundo momento, a instituição atendeu 32 entidades filiadas que atuavam em 07 segmentos compreendendo o segmento de atendimento complementar, centro comunitário, de educação infantil, educação infantil e atendimento complementar à escola, pessoas portadoras de deficiência, reinserção social e saúde (**TABELA 12**).

TABELA 12.**Segmento de Atuação do 2º. Momento de Expansão da Fundação FEAC (1972 – 1988)**

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	0	0
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	04	12.5
4. Centro Comunitário	02	6.2
5. Educação Infantil	11	34.4
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	03	9.4
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	03	9.4
9. Reinserção Social	06	18.7
10. Saúde	03	9.4
TOTAL	32	100

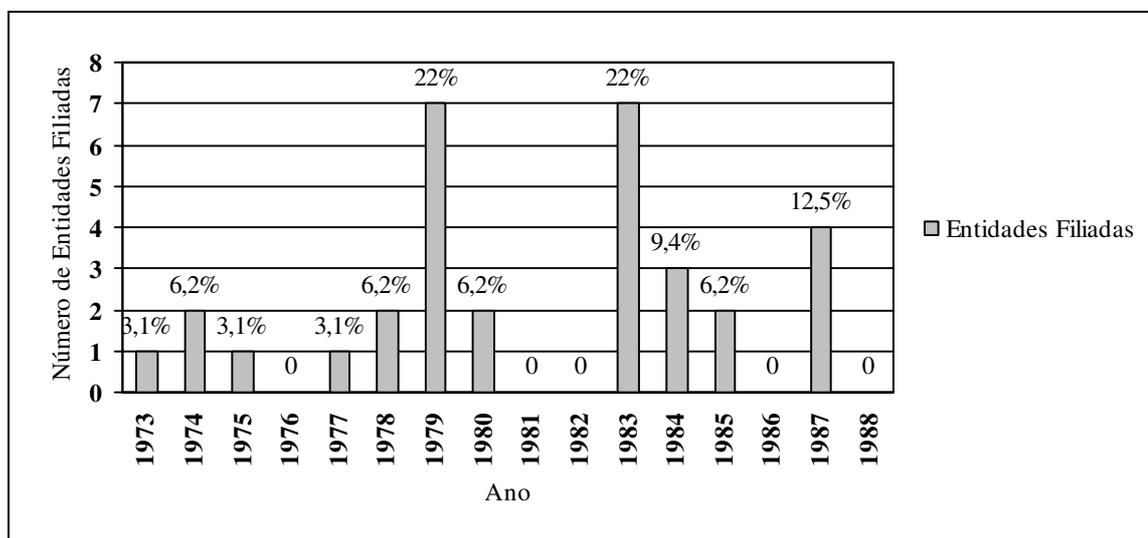
Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Notamos que, no segundo momento, o maior número de entidades que se filiaram a Fundação FEAC atuava no segmento de educação infantil, representando 34,4% do total de entidades filiadas no período. Também identificamos que o segundo segmento em número de entidades filiadas foi o de reinserção social com 18,7%, seguindo do terceiro segmento de atendimento complementar com 12,5% das entidades filiadas. O segmento centro comunitário foi o que teve o menor número de entidades filiadas com 6,2%. Os demais segmentos de educação infantil e atendimento complementar a escola, pessoas portadoras de deficiência e saúde tiveram o mesmo número de entidades filiadas.

Conforme o **GRÁFICO 02**, podemos notar a evolução do número de entidades filiadas à Fundação FEAC no segundo momento:

GRÁFICO 02.

Número de Entidades Filiadas a Fundação FEAC no 2º.Momento (1973 – 1988)



Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Identificamos que se filiaram à Fundação FEAC, no segundo momento, 32 entidades, sendo que os anos de 1979 a 1983 apresentaram o maior número de entidades filiadas, com 22% do total. Notamos que os anos de 1975, 1981, 1982, 1984 e 1988 não foram registrados nenhuma filiação. O segundo ano que apresentou o maior número de entidades filiadas foi o de 1987, com 12,5% do total.

Percebemos que o perfil dos programas e projetos do segundo momento assumiu uma nova direção e campo de atuação. A Fundação FEAC, em sintonia com as políticas de assistência social do Município de Campinas e as Políticas de Bem-Estar do Menor, passou a promover a integração da criança e da família na comunidade, tendo como tônica dessa ação o trabalho voluntário.

É importante ressaltarmos que as ações do segundo momento da Fundação FEAC ganharam um novo elemento, o Projeto de Ação Regionalizada que tinha como um dos seus objetivos intensificar a atuação dos técnicos operacionais do Departamento de Promoção Social nas entidades filiadas.

Notamos, ainda, que a Fundação FEAC, no segundo momento, não deixou de criar programas e projetos destinados à terceira idade, à pessoa portadora de deficiência, no entanto com menor intensidade e importância.

Finalmente, identificamos que, no segundo momento da Fundação FEAC os procedimentos de arrecadação de recursos não tiveram os mesmos objetivos do primeiro momento, e sim visaram a criação de formas de arrecadação de verbas que fossem permanentes, suficientes para manter as entidades e a Fundação FEAC. Pudemos constatar a mudança em meados de 1970, quando a Fundação FEAC elaborou o Plano Diretor de Urbanismo, para a região da Fazenda da Vila Brandina, com a finalidade de criar um empreendimento que gerasse recursos permanentes para a Fundação FEAC e para as entidades filiadas se manterem.

Como resultado foi inaugurado o Shopping Center Iguatemi, foi criado o Projeto Cartões de Natal, intensificaram-se os jantares beneficentes, as festas e campanhas de doações. Além disso a Fundação FEAC extinguiu o Sistema de Fundo Unido e a Hora da Comunidade, retornando novamente, para as entidades filiadas à gestão de suas arrecadações e de seus sócio-contribuintes.

CAPÍTULO III
MOMENTO DE TRANSFORMAÇÃO
(1988 – 2004)

Este capítulo trata das ações que caracterizaram as mudanças da Fundação FEAC a partir de 1988. Foi denominado de terceiro momento de transformação dado que apresenta as ações de mudança dos atores sociais, a forma de gestão adotada, a ampliação e profissionalização do atendimento, os novos programas implantados, as entidades filiadas, os recursos humanos disponíveis.

O terceiro momento abarca os anos de 1988 a 2004, pois identificamos que este foi o período em que a estrutura organizacional ganhou uma nova engenharia de gestão interna e externa, para administrar as entidades filiadas. Houve ampliação de parceiros para a realização de programas e projetos e os procedimentos de obtenção de recursos foram alterados. A estratégia de ação da instituição passou a ter como objetivo o oferecimento de atendimento profissional e qualificado para seus usuários.

Os objetivos dos programas e projetos implantados no terceiro momento, passaram a conclamar a educação para promover a inclusão social e o acesso aos direitos de cidadania. Passaram, também a atender as demandas sociais identificadas como sendo assistência aos meninos e meninas nas ruas, adolescentes em situação de risco face o mundo das drogas, treinamento e capacitação de profissionais da rede escolar, creches e/ ou escolas de educação infantil, campanhas e programas de educação para direitos humanos, civilidade no trânsito, prevenção de doenças e da AIDS, educação ambiental, ainda mais, profissionalização de adolescentes e pessoas portadoras de deficiência para atuarem no mercado de trabalho, atividades esportivas para crianças carentes dentre outros (PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE), 2004; GOHN, 2005, p.17).

Desta forma, o terceiro capítulo foi organizado obedecendo a ordem cronológica dos acontecimentos, para melhor compreensão do leitor.

3.1. Décima terceira a Décima quarta Gestão (1988 – 1992): Consolidação de Direitos

O período entre 1988 a 1992 foi marcado por diversas transformações legislativas, que ocorreram após a Promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, e marcaram as políticas de atendimento a crianças e adolescentes, com a implantação da Lei Complementar Nº. 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (EAC), e as políticas de assistência social com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Nº. 8.742/93).

Durante esse período, notamos que as ações da Fundação FEAC foram direcionadas para a articulação e criação de grupos de discussão com os diversos segmentos da sociedade para que tais leis entrassem em vigor. A Fundação FEAC em parceria com a Prefeitura, instituições do Estado e ONGs criou o Grupo de Estudos da Criança e do Adolescente (GECA), que realizou na ocasião um *diagnóstico dos recursos comunitários direcionados ao trabalho com crianças e adolescentes no Município* (MARTINS,1998, p.105).

Como resultado do diagnóstico dos recursos comunitários, a Fundação FEAC elaborou o Manual de Recursos do Município de Campinas, que indicava todas as entidades assistenciais que atuavam no município, os serviços que elas ofereciam, o público-alvo de atendimento, além de incluir todos os outros serviços e recursos sociais que havia em Campinas até então.

Com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e mais tarde com a Lei Orgânica da Assistência (LOAS) em 1993, a Fundação FEAC começou o processo de implantação da nova diretriz política referente ao atendimento à criança e ao adolescente.

3.1.1. Ações do Departamento de Promoção Social (1988 – 1992)

A partir de 1989, um novo perfil de trabalho foi adotado no Departamento de Promoção Social, a nova meta era transformar cada entidade filiada num órgão educador do poder público, ou seja, entendia-se que, por exemplo, a creche não era apenas um lugar que cuidava das crianças enquanto as mães trabalhavam, mas também um espaço em que as noções de higiene, saúde, hábitos alimentares, economia doméstica, relações humanas eram ensinadas. Dessa forma, em 1989, o Departamento de Promoção Social ampliou o Programa de Ação Institucional intensificando as oficinas de capacitação dos dirigentes das entidades filiadas.

É importante ressaltarmos que apontamos, no segundo momento, a existência de oficinas de capacitação para os dirigentes das entidades filiadas, porém essas oficinas aconteciam esporadicamente e a frequência de participação das entidades filiadas era baixa. No terceiro momento, as oficinas de capacitação tornaram-se periódicas e com alto grau de participação das entidades. Outros programas foram desenvolvidos ao longo desse período como o Projeto de Oficina de Marcenaria Integrada e a reestruturação do Projeto Ação Regionalizada.

Em 1989, a Fundação FEAC, através do Departamento de Promoção Social, assumiu o Projeto de Oficina de Marcenaria Integrada, desenvolvido pelo Centro de Orientação do Menor de Campinas (Comec) e SENAI.

Esse foi o primeiro projeto integrado realizado pela Fundação FEAC, como resultado do Projeto de Ação Regionalizada para a integração de recursos e serviços do poder público e da iniciativa privada. Identificamos que quatro entidades filiadas a Fundação FEAC participaram do Projeto de Oficina de Marcenaria Integrada: a Associação de Assistência Social São João Vianney, o Centro Assistencial Romília Maria e o Grupo das Servidoras Lea Duchovni, além, também, do próprio Comec.

As oficinas de marcenaria tinham como objetivo oferecer educação profissional a adolescentes entre 12 e 14 anos que, após um ano de oficina, recebiam o certificado do SENAI e eram encaminhados para o mercado de trabalho (Obras Assistenciais Inauguram Marcenaria. **Correio Popular**. Campinas, 07 mar. 1989).

Em 1990, o Projeto Ação Regionalizada foi reestruturado, passando a compreender 4 regiões. Nesse mesmo ano, a equipe técnica-operacional do Departamento de Promoção Social ampliou as oficinas de capacitação, que passaram a ser oferecidas para todo o quadro de funcionários das entidades filiadas. A ampliação das oficinas de capacitação tinha como objetivo melhorar a qualidade do atendimento e serviço prestado aos usuários das entidades filiadas.

Foram dados muitos cursos para o pessoal das entidades: culinária, medicina alternativa, economia doméstica e artes. Aliás, alguns destes cursos chegaram também ao público externo, pois foi grande o interesse e a procura (FEAC quer melhorar serviços às entidades e à comunidade. **Correio Popular**. Campinas, 30 dez.1992).

3.1.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1991)

Durante o período de 1988 a 1992, devido à crise financeira que a Fundação FEAC enfrentou entre os anos de 1988 a 1990, notamos que apenas no ano de 1991, a instituição tornou a aceitar os pedidos de filiação. Nesse ano se filiaram 06 entidades dentre elas, a saber (**QUADRO 16**): Grupo Comunitário Criança Feliz, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas (APAE), Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (Apascamp), Centro de Educação Especial Síndrome de Down (CEESD), Pró-visão Sociedade Campineira e Sorri Campinas.

QUADRO 16. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1991)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
51.	Grupo Comunitário Criança Feliz (Criança Feliz)	1980	23/5/1991	Centro Comunitário
52.	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas (APAE)	?	22/8/1991	Pessoas Portadoras de Deficiência
53.	Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (Apascamp)	1986	22/8/1991	Pessoas Portadoras de Deficiência
54.	Centro de Educação Especial Síndrome de Down (CEESD)	1981	22/8/1991	Pessoas Portadoras de Deficiência
55.	Pró-visão Sociedade Campineira (Pró-visão)/Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual	1982	22/8/1991	Pessoas Portadoras de Deficiência
56.	Sorri Campinas (Sorri)	?	22/8/1991	Pessoas Portadoras de Deficiência

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Conforme a **TABELA 13**, identificamos que entre as entidades que se filiaram a Fundação FEAC em 1991 83,4% atuavam no segmento atendimento de pessoas portadoras de deficiência, sendo que apenas uma, 16,6% atuava no segmento de centro comunitário.

TABELA 13. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1983 e 1987)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
2. Abrigo para Crianças e Adolescentes	0	0
3. Abrigo para Idosos	0	0
4. Atendimento Complementar	0	0
5. Centro Comunitário	01	16.6
6. Educação Infantil	0	0
7. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	0	0
8. Outros	0	0
9. Pessoas Portadoras de Deficiência	05	83.4
10. Reinserção Social	0	0
Saúde	0	0
TOTAL	06	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

3.2. Décima quinta Gestão (1992 – 1994): Conceito de Qualidade e Produtividade

Em 1992, a Diretoria da Fundação FEAC aprovou o documento intitulado “*O que somos e o que queremos*”, o documento apontava qual seriam as diretrizes que norteariam as ações da instituição, desde o recrutamento de voluntários até a execução dos programas nas entidades filiadas.

A estratégia de trabalho da instituição consistia no aumento da divulgação das ações da Fundação FEAC e de suas entidades, com o intuito de tornar suas ações claras para o poder público, iniciativa privada e para a sociedade. A nova fase propôs a melhoria dos serviços prestados às entidades filiadas e as suas respectivas comunidades. Ademais, buscava-se incentivo à participação da sociedade, tanto através de contribuições e doações quanto de trabalho voluntário.

Em 1992, a Fundação FEAC implantou o Departamento de Engenharia para prestar assistência às entidades filiadas, com relação aos “*serviços técnicos preliminares, necessários à construção, ampliação e reforma, além de participar financeiramente na fase de execução*” (FEAC quer melhorar serviços às entidades e à comunidade. **Correio Popular**. Campinas 30 dez.1992).

Em 1993, a Fundação FEAC introduziu o conceito de qualidade e produtividade, com o objetivo de estimular as entidades filiadas a criarem projetos de auto-sustento que gerassem recursos permanentes para as mesmas, já que os recursos do poder público eram cada vez escassos.

foram desenvolvidos programas de *autosustento*, para estimular atividades que gerem receitas permanentes para as entidades; e de eventos beneficentes, como o realizado em outubro, uma partida de futebol entre as seleções brasileira e campineira de veteranos, que rendeu 50 mil dólares líquidos, rateados integralmente entre as entidades (FEAC quer melhorar serviços às entidades e à comunidade. **Correio Popular**. Campinas 30 dez.1992).

Com o objetivo de ampliar o leque de opções para a captação de recursos, a Fundação FEAC criou o Grupo de Projetos Internacionais (GPI) no sentido de estabelecer contanto com as agências internacionais de financiamento para subsidiarem tanto os programas da Fundação FEAC quanto das entidades filiadas. O GPI foi composto por pessoas que viajavam ao exterior a trabalho tendo contato com fundações que financiavam projetos sociais em países em

desenvolvimento (FEAC quer melhorar serviços às entidades e à comunidade. **Correio Popular**. Campinas 30 dez.1992).

Através dos contatos estabelecidos com as agências internacionais de financiamento, a Fundação FEAC constatou que havia interesse das mesmas em financiar os programas da instituição e suas respectivas entidades filiadas, mediante a qualidade do serviço prestado pelas entidades e a administração dos recursos. Para tanto, a Fundação FEAC começou a elaborar as primeiras normas de qualidade que se tornariam, em 1997, indicadores de qualidade, fazendo parte do planejamento estratégico da instituição.

3.2.1. Departamento de Promoção Social (1992 – 1994): Sistema de Rede

O Departamento de Promoção Social da Fundação FEAC, com a intenção de receber financiamento de agências internacionais, para o desenvolvimento de seus programas e visando a profissionalização dos serviços prestados pelas entidades filiadas, aumentou o número de oficinas de capacitação dadas às entidades.

Além disso redefiniu as regiões de atuação que integravam o Projeto de Ação Regionalizada (PAR) para melhorar as assessorias técnicas dos profissionais do Departamento de Promoção Social. Foram adotados cinco regiões e dez pólos que compunham as entidades filiadas, os serviços e recursos públicos e privados disponíveis na comunidade.

A redefinição das regiões de atuação do PAR tinha como meta, além dos objetivos já propostos de integração das entidades com os serviços e recursos disponíveis na comunidade, a criação de um sistema de rede de atendimento⁴⁰.

A meta principal é implantar o que se chama de Sistema de Rede e que a partir de 1994 começa a ser implementado em algumas regiões como na Vila Brandina, por exemplo (FEAC implanta conceito de qualidade e produtividade nas entidades. **Correio Popular**. Campinas 25 dez.1993).

⁴⁰ Segundo Glossário do Terceiro Setor elaborado pela Fundação FEAC em 2000, a Rede de Atendimento, “reúne os vários recursos sociais disponíveis em uma comunidade, e que podem ser acionados para atender às demandas de um grupo específico (idoso, criança, adolescente, portador de deficiência etc) ou da sociedade em geral”.

Segundo Sousa (01 nov.2005), havia a proposta de um trabalho em rede, na Vila Brandina, que tinha como objetivo integrar as entidades filiadas da Fundação FEAC com os serviços de educação e saúde do poder público.

Tivemos a proposta de um projeto de atendimento em rede que não chegou acontecer. Mas, a proposta era aqui Vila Brandina e Nova Campinas, nessa região da Brandina. Então, o projeto começava com o atendimento da criança de zero anos, na creche Ilce da Cunha Henry, daí essa criança ia para a pré-escola no equipamento público municipal, depois ela ia para a escola estadual ou municipal, durante esse trajeto a criança seria atendida aqui na Brandina até os 18 anos quando seria encaminhada para profissionalização. Então tivemos a proposta de um projeto de atendimento em rede, visando o atendimento da criança, que não chegou a acontecer. Mesmo, porque na época era muito difícil, porque a gente não tinha nada informatizado, a entidade menos ainda, então ficava naquele impasse que tinha que fazer a ficha, passa a ficha para o outro, então, ele não acabou acontecendo mesmo.

Ou seja, o sistema de rede que a Fundação FEAC propunha era o acompanhamento da criança desde os seus primeiros anos de vida até os 18 anos, em todos os aparatos disponíveis naquela região, ou seja, na entidade filiada à Fundação FEAC, no centro de saúde, na escola de ensino fundamental, no cursos profissionalizante etc. No entanto, segundo Sousa (01 nov. 2005) o projeto não aconteceu, em função da ausência de recursos, de investimentos, da inexperiência dos profissionais assim como da falta de diálogo entre os serviços disponíveis naquela região. É importante ressaltarmos que, apesar do sistema em rede não ter alcançado seus objetivos, o PAR continuou em funcionamento com os mesmo objetivos iniciais propostos.

Entre os anos de 1992 e 1994, o Departamento de Promoção Social desenvolveu uma série de eventos, treinamentos na área de educação e capacitação de pessoal, cursos de economia doméstica, cursos de educação artística, curso de serviço social e curso para a terceira idade, no total foram 86 projetos realizados durante esse período.

3.2.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1992 – 1994)

Identificamos que no período de 1992 a 1994 se filiaram a Fundação FEAC 12 entidades. Dentre elas havia entidades de grande destaque na sociedade que atuavam no segmento de pessoas portadoras de deficiência, a saber (**QUADRO 17**),

QUADRO 17. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1992 - 1994)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
57.	Centro de Controle de Inv. Imunológica Dr. Antonio Carlos Corsini (Centro Corsini) - Unidade de Atendimento Infantil/UAI	1987	10/12/1992	Abrigo para crianças e Adolescentes
58.	Núcleo Assistencial Educacional da Criança e do Adolescente (Naeca)	?	10/12/1992	Atendimento Complementar
59.	Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação	1959	10/12/1992	Educação Infantil
60.	Associação Pestalozzi de Campinas	?	26/7/1993	Pessoas Portadoras de Deficiência
61.	Casa Maria de Nazaré - Unidade II: Casa Betel / Unidade III: Casa Hosana	?	9/12/1993	Abrigo para Crianças e Adolescentes
62.	Casa Maria de Nazaré - Unidade I: Núcleo Casa dos Anjos	?	9/12/1993	Atendimento Complementar
63.	Grupo Primavera	1981	9/12/1993	Atendimento Complementar
64.	Projeto Gente Nova (Progen)	1984	9/12/1993	Atendimento Complementar
65.	Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas (Adacamp)	1989	9/12/1993	Pessoas Portadoras de Deficiência
66.	Fundação Síndrome de Down – Centro de Educação Especial Síndrome de Down	1981	9/12/1993	Pessoas Portadoras de Deficiência
67.	Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores	1976	9/12/1993	Pessoas Portadoras de Deficiência
68.	Casa Maria de Nazaré - Unidade IV: Casa Divina Pastora	?	9/12/1993	Reinserção Social

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Dentre as entidades que se filiaram à Fundação FEAC, apontamos o Centro de Controle de Investigação Imunológica Dr. Antônio Carlos Corsini (Centro Corsini), fundado em 1987 para oferecer serviço integrado à população, atuando e desenvolvendo pesquisa de prevenção e assistência multidisciplinar a portadores de HIV/Aids. O Centro Corsini representou uma das primeiras instituições criadas no Brasil com tal finalidade, tendo seu trabalho reconhecido internacionalmente.

Em 1992, o Centro Corsini desenvolveu um projeto de educação e prevenção chamado Projeto Colméia dirigido às mulheres de baixa renda e baixa escolaridade da periferia de Campinas. O objetivo desse projeto era formar agentes multiplicadores sobre como prevenir doenças sexualmente transmissíveis, HIV/Aids e gravidez precoce⁴¹.

O projeto até 1995 foi financiado pelo Ministério da Saúde, quando passou a ser patrocinado pela Fundação FEAC. O projeto foi implantado nos Clubes de Mulheres que funcionavam nas entidades filiadas à Fundação FEAC que atuam com educação infantil. Foi confeccionada uma cartilha com orientações sobre a AIDS, dedicada às mulheres de baixa renda (MARTINS, 1998, p. 99).

Também se filiaram a Associação Pestalozzi de Campinas, destinada a adolescentes e adultos de baixa renda, portadores de necessidade especiais; a Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas (Adacamp), que desenvolve o trabalho com pessoas com síndrome de autismo, sendo a única entidade da região que lida com a questão; a Fundação Síndrome de Down - Centro de Educação Especial Síndrome de Down, que desde 1981 oferece vários programas para pessoas com síndrome de Down e o Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores, que oferece programas para adolescentes a partir de 15 anos de idade, funcionando em regime de abrigo transitório ou semi-internato.

As demais entidades que se filiaram foram, o Núcleo Assistencial Educacional da Criança e do Adolescente (Naeca), o Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação, Casa Maria de Nazaré - Unidade I: Núcleo Casa dos Anjos, o Grupo Primavera e a Casa Maria de Nazaré - Unidade IV: Casa Divina Pastora.

Notamos que se filiaram à Fundação FEAC 02 entidades que atuam no segmento de abrigo para crianças e adolescentes, 04 entidades no segmento de atendimento complementar, 01 entidade no segmento de educação infantil, 04 no atendimento de pessoas portadoras de deficiência e 01 no segmento de reinserção social (**TABELA 14**). Ressaltamos que, em 1994, a Fundação FEAC possuía 68 entidades filiadas.

⁴¹ Disponível <<http://www.centrocorsini.org>> .Acesso: dez. 2005.

TABELA 14. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1992 -1994)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	02	16.6
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	04	33.4
4. Centro Comunitário	0	0
5. Educação Infantil	01	8.3
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	0	0
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	04	33.4
9. Reinserção Social	01	8.3
10. Saúde	0	0
TOTAL	12	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

3.3. Décima Sexta Gestão (1994 – 1996)

A partir de 1994, a Fundação FEAC firmou parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Secretaria de Promoção Social de Campinas para a implantação do Programa de Apoio à Criança e ao Adolescente em Circunstâncias Especialmente Difíceis na cidade de Campinas, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento⁴².

E em 1995 reestruturou o Departamento de Promoção Social, criando quatro novos departamentos dentre eles: o Departamento de Relações com Entidades, o Departamento de Cursos e Pesquisas, o Departamento de Profissionalização e o Departamento de Voluntários. Apontamos que todos os três primeiros departamentos, apesar envolverem programas com especificidades distintas, tinham como objetivo promoverem a educação, quanto ao Departamento de Voluntários tinha como objetivo atender a demanda empresarial.

⁴² A referência do Programa de Apoio a Criança e Adolescente em Circunstância Especialmente Difíceis na Cidade de Campinas financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento no BID é (ATN/SF – 4580-BR)

3.3.1. Programa de Apoio a Criança e Adolescentes em Circunstâncias Especialmente Difíceis na Cidade de Campinas (BID / Fundação FEAC / Secretaria Municipal de Promoção Social de Campinas)

O Programa de Apoio a Criança e Adolescente em Circunstâncias Especialmente Difíceis na cidade Campinas foi um programa firmado envolvendo parceria da Secretaria Municipal de Promoção Social da Campinas, da Fundação FEAC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O programa, como um todo foi desenvolvido em 06 cidades brasileiras: Salvador na Bahia, Recife em Pernambuco, Fortaleza no Ceará, São Luis no Maranhão, Teresina no Piauí e em Campinas no Estado de São Paulo com a duração de 48 meses, ou seja, de 1994 a 1998. O público alvo eram crianças que viviam em situação de risco e em condições extremas de pobreza. O programa tinha como objetivo realizar atividades de caráter assistencial e preventivo.

As atividades de caráter assistencial compreendiam casas de apoio, casas de recolhimento, casas de recuperação, atenção especializada para crianças, programas de atenção legal para crianças em situação de risco. As atividades de caráter preventivo compreendiam abrigos para crianças e adolescentes de 0 a 08 anos, programas de profissionalização, creche e educação pré-escolar e projetos abrangendo áreas periféricas (PLANO de Operações do Programa de Atenção a Menores em Circunstâncias Especialmente Difíceis em Seis Cidades do Brasil TC-94-01-14-2BR).

Segundo Martins (1998), em Campinas, o programa representou uma das iniciativas mais importantes e eficazes de prevenção à marginalização de crianças e adolescentes em situação de risco já realizadas.

O programa foi estruturado em seis subprogramas, desenvolvidos nas cidades participantes. Em cada cidade, havia uma instituição responsável para coordenar o programa. Em Campinas, a Fundação FEAC foi quem coordenou a execução dos projetos e gerenciou os recursos financeiros destinados para as entidades sociais que participaram do programa.

Para coordenar as atividades do programa a Diretoria da Fundação FEAC criou o Departamento de Planejamento de Projetos. O Dr. Darcy Paz de Pádua foi o coordenador e consultor do Programa BID em Campinas. Compunham ainda o departamento, o Sr. Henrique Oppermann e o Sr. José Fernandes Braga. Segundo Durigan (2000),

o Sr. Henrique Oppermann, que foi o coordenador assistente, responsável pelo acompanhamento e pelos relatórios técnicos, que auxiliou e assessorou diretamente o diretor Sr. Darcy Paz de Pádua, coordenador do Programa, e um controlador financeiro, o Sr. José Fernandes Braga, que acompanhava, controlava todo o fluxo de recursos financeiros.

A Fundação FEAC convidou 21 entidades para elaborarem propostas de programas que focalizassem tanto ações preventivas quanto ações assistenciais. As propostas foram apresentadas para o BID que as aprovou. No entanto, apenas 09 propostas foram selecionadas, sendo consideradas suficientes para abordar os problemas que o programa propunha.

Segundo Durigan (2000, p.160), os projetos selecionados foram todos de caráter preventivos, dentre eles: projeto de ação preventiva em meio aberto, com contato nas ruas do centro da cidade; projeto de abrigo; projeto de ação preventiva, com atuação em bairro e projeto de escola profissionalizante.

As entidades que executaram os respectivos projetos foram: Casa Amarela da Secretaria de Promoção Social, Externato São João, Associação Promocional Ação e Trabalho (APOT), Cidade dos Menores de Campinas, Lar Caminho da Verdade, Associação de Beneficência Salém, Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia, Gente Nova e Centro Profissional Dom Bosco.

Abaixo, o **QUADRO 18** com os projetos selecionado pelo BID e as respectivas entidades que os desenvolveram:

QUADRO 18. Projetos Selecionado pelo BID e as Entidades que os Desenvolveram

Projetos do BID	Entidades
1. Projetos de Ação Preventiva em meio aberto, com contato nas ruas do centro da cidade:	Secretaria de Promoção Social - Casa Amarela
	Externato São João
	Associação Promocional Ação e Trabalho (APOT);
2. Projeto de Abrigo:	Cidade dos Menores de Campinas;
	Lar caminho da Verdade;
3. Projeto de Ação Preventiva, com atuação em bairros:	Associação de Beneficência Salém;
	Centro Comunitária Jardim Santa Lúcia
	Gente Nova
4. Projeto de Escola Profissionalizante:	Centro Profissional Dom Bosco

Fonte: DURIGAN (2000, p.160)

Entre novembro de 1993 a dezembro de 1998, o Programa BID atendeu aproximadamente 8.770 crianças e adolescentes. Sendo que em 1993, foram atendidas 798 crianças e adolescentes e o último ano em 1998 foram atendidas 1.748 crianças e adolescentes. Observe a **TABELA 15**.

TABELA 15. Número de Crianças Atendidos por Entidade Filiada por Ano

Entidades	Nov. 1993	Dez. 1994	Dez. 1995	Dez. 1996	Dez. 1997	Dez. 1998	Total	(%)
Associação Promocional Ação e Trabalho (APOT)	130	148	155	128	138	114	813	9.2
Secretaria de Promoção Social - Casa Amarela	70	355	273	322	393	326	1.739	19.8
Externato São João	--	128	216	252	264	377	1237	14.1
Centro Profissional Dom Bosco	318	406	370	363	355	370	2182	24.9
Cidade dos Menores de Campinas;	60	92	116	119	115	127	629	7.1
Lar caminho da Verdade;	30	35	46	40	46	47	244	2.8
Centro Comunitária Jardim Santa Lúcia	10	11	18	65	114	65	283	3.2
Associação de Beneficência Salém;	80	170	125	139	147	152	813	9.2
Gente Nova	100	140	140	140	140	170	830	9.4
TOTAL	798	1485	1459	1568	1712	1748	8.770	100

Fonte: DURIGAN (2000, p.166)

Notamos que o maior número de crianças e adolescentes atendidos pelo programa se situou no Centro Profissional Dom Bosco, com 24,9% do total de crianças atendidas de 1993 a 1998. O menor número de atendimento foi no Lar Caminho da Verdade com 2,8% do total de atendidos. Percebemos conforme a **TABELA 16**, que três entidades apresentaram um quadro de atendidos decrescente quanto que seis apresentaram crescimento no número de atendidos.

TABELA 16. Número total de Crianças e Adolescentes atendidos pelo BID por Ano (1993 – 1998)

Ano	N. total de atendidos por ano	(%)
1. 1993	798	9.1
2. 1994	1.485	17
3. 1995	1,459	16.6
4. 1996	1.568	17.9
5. 1997	1.712	19.5
6. 1998	1.748	19.9
TOTAL	8.770	100

Fonte: DURIGAN (2000, p.166)

Percebemos que o percentual total de crianças e adolescentes atendidos, por ano, foi crescendo gradativamente. No início em 1993 foram atendidos 9,1% do total e ao final em 1998 o programa atendia 19,9%, ou seja, 1.748 usuários beneficiados.

Enfim, os resultados finais obtidos pelo programa surpreenderam tanto o BID quanto os coordenadores da Fundação FEAC e das entidades que participaram, superando as expectativas.

Conforme Documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre o Plano de ações do Programa de Apoio a Criança e Adolescentes em Circunstâncias Especialmente Difíceis, realizado em seis cidades do Brasil, sabe-se que este financiou aproximadamente US\$ 4.487 milhões somados aos aportes locais que foram US\$ 1.571 milhões. Foram investidos, no total, US\$ 6.058 milhões na execução do projeto.

3.3.2. Departamento de Promoção Social: Subdivisão – Criação de Novos Departamentos de Execução Técnica (1995)

Em 1995, o Departamento de Promoção Social, sentindo necessidade de expandir e multiplicar seus programas sócio-educativos nas entidades filiadas, em parceria com outros órgãos financiadores e executores, subdividiu o departamento. Foram criados quatro novos departamentos, coordenados por quatro profissionais do antigo departamento – Departamento de

Relações com Entidades, Departamento de Cursos e Pesquisas, Departamento de Profissionalização e Departamento de Voluntários (**QUADRO 19**).

Ressaltamos que os novos departamentos não deixaram de oferecer assessoria técnica às entidades filiadas, conforme a região em que elas atuam. O que ocorreu foi a reorganização dos tipos de programas, para a especificidade de cada departamento.

QUADRO 19. Novos Departamentos e seus respectivos Projetos (1995)

Departamentos	Projetos
1. Departamento de Relações com Entidades	Projeto Clube de Mães
	Projeto Brinquedoteca
	Projeto Biblioteca Viva
2. Departamento de Cursos e Pesquisas	Movimento Aliança de Campinas pela Educação (1995 – 1997)
3. Departamento de Profissionalização	Programa Profissionalização Dom Bosco
	Programa Profissionalização Educandário Eurípides e COMEC
4. Departamento de Voluntários	Projeto Voluntários Gestores
	Projeto Mediadores da Leitura
	Projeto Cidadania e Voluntariado Jovem
	Projeto de confecção do material publicitário das entidades

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

3.3.2.1. Departamento de Relações com Entidades: Programas em Parcerias (1995)

O Departamento de Relações com Entidades foi coordenado pela Assistente Social Sra. Rita de Cássia Angarten Marchiore⁴³. A função do departamento era trabalhar diretamente com programas desenvolvidos nas entidades filiadas que, a partir de 1995, aumentaram o número de programas e projetos realizados em parceria com órgãos financiadores.

⁴³A Assistente Social Sra. Rita de Cássia Angarten Marchiore que entre os anos de 2003 e 2004 foi Secretária da Secretaria de Assistência Social e foi eleita em 2005 Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Em 1996, segundo Martins (1998, p.116), como fruto dessas parcerias, nasceu o Projeto Brinquedoteca, que foi implantado em 32 entidades filiadas à Fundação FEAC, e a Biblioteca Viva realizado através da parceria entre a Fundação FEAC e a Fundação Abrinq.

A Biblioteca Viva foi um programa desenvolvido pela Fundação Abrinq sob patrocínio do Citigroup e desde 1995 vem sendo implantada, também, com a parceria de ONG's, em entidades assistenciais.

Trata-se de uma ação cultural que considera o livro um direito e a leitura fundamental para o exercício pleno da cidadania. O programa possibilita o acesso de crianças e adolescentes à leitura e a outras atividades culturais importantes para o seu processo formativo e desenvolvimento pessoal⁴⁴.

O objetivo do programa se liga à implantação de bibliotecas em entidades assistenciais de comunidades de baixa renda, para estimular o exercício da leitura, já que o acesso e a aquisição de livros nessas comunidades é muito restrito além de ter um custo alto. O programa Biblioteca Viva visava à criação de mediadores da leitura.

Conforme, informações que estão no site da Fundação Vitae, a parceria com outras organizações sociais propiciou a criação de 280 Bibliotecas Vivas em várias cidades do país, possibilitando que mais de 69,3 mil crianças e adolescentes tivessem acesso à leitura e à escrita.

Em Campinas, a Biblioteca Viva foi implantada com parceria da Fundação FEAC em suas 32 entidades filiadas, dentre elas as atuantes no segmento de educação infantil, segmento de educação infantil e atendimento complementar à escola e segmento de atendimento complementar.

Além desses projetos, no mesmo ano de 1995, o Projeto Clube de Mães foi reestruturado, passando a ser coordenado por uma arte – educadora do Departamento de Relações com as Entidades (DRE). Os novos objetivos traçados para o projeto propuseram a suspensão das feiras e o início de oficinas de artesanato, tendo como objetivo a melhoria da qualidade dos produtos oferecidos e o treinamento das mães como agentes multiplicadoras nos grupos.

Em 1996, o Departamento de Relações com as Entidades (DRE) elaborou um Projeto de Capacitação de Coordenadoras e Auxiliares de Coordenação dos Clubes de Mães. As feiras de

⁴⁴Disponível em : < http://www.fundabrinq.org.br/portal/alias__abrinq/lang__pt-BR/tabid__370/default.aspx>. Acesso em dez. 2005.

artesanato passaram a serem chamadas de Art em Casa, com logomarca própria, sendo realizadas no centro de compras do Shopping Center Outlet.

3.3.2.2. Departamento de Cursos e Pesquisas : “Movimento Aliança de Campinas pela Educação” (1995 – 1997)

O Departamento de Cursos e Pesquisas foi criado com duplo objetivo. O primeiro era oferecer cursos de capacitação para as equipes técnico-operacionais internas da Fundação FEAC e para o quadro de funcionários das entidades filiadas. E o segundo objetivo foi desenvolvido pela Biblioteca, que consistia na organização da hemeroteca existente sobre a Fundação FEAC e realizar pesquisas referentes às questões sociais.

Segundo a Pedagoga Maria Bernadete Gonçalves de Sousa (01 nov. 2005),

Quando o departamento foi criado, ele tinha como objetivo trabalhar com a questão de qualificação, tanto interna da FEAC quanto externa. Porque RH não tinha naquela época. Mas aí, inclusive com o objetivo de quando a gente dizia que era pesquisa, não era pesquisa só na área social, por isso que a biblioteca veio para o meu departamento que era todo um resgate da história, de dados da FEAC.

Sousa (01 nov. 2005) afirma que a capacitação das equipes técnico-operacionais internas da Fundação FEAC e das entidades filiadas ocorreu, mas a realização de pesquisas, na verdade nunca, se efetivou.

Foi criado esse Departamento de Cursos e Pesquisas, do antigo Departamento de Promoção Social que foi subdividido. E eu fui convidada a assumir esse departamento e fui responsável pela capacitação das entidades. E tal pesquisa, de verdade nunca aconteceu.

A capacitação para as equipes técnico-operacionais tinha como objetivo a melhoria da qualidade de atendimento aos usuários das entidades filiadas. O Departamento de Cursos e Pesquisas da Fundação FEAC entendia que investir em educação era o meio pelo qual se diminuiria a exclusão social, frente à realidade nacional daquela época.

Para orientar as ações do departamento, a Fundação FEAC contratou a consultoria do Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa⁴⁵ para assessorar o departamento, na elaboração de uma proposta que objetivasse a mobilização de toda comunidade em prol da educação.

Em 1996, a Fundação FEAC começou a mobilizar todos os segmentos da sociedade tais como empresários, líderes comunitários, políticos, associações, sindicatos, credos, dentre outros para começarem a pensar sobre a importância da educação. Essa mobilização conquistou a atenção desses segmentos que passaram a chamá-la de “Movimento Aliança de Campinas pela Educação”, cujo lema era: “Nenhuma criança fora da escola e ensino de qualidade”.

Segundo Sousa (01 nov. 2005), esse foi um movimento que mobilizou todos os setores e segmentos da comunidade numa união de forças em prol da educação para todos, ou seja, desde a educação infantil até a alfabetização de jovens e adultos.

A Aliança, ela pretendeu ser um movimento de mobilização de todos os setores da comunidade, desde emprego, escola, propriedade. Enfim, de maneira geral, era um esforço conjunto que a gente queria que todos estivessem com olhos voltados pela educação. E tanto, é que o professor Antonio Carlos Gomes da Costa criou para a gente um vírus que era “Ingresso, regresso, permanência e Sucesso da criança na escola”, era isso que a gente objetivava, que todos fizessem movimentos em prol da educação, e educação em todos os sentidos. A questão da criança na escola era prioridade, mas aí também pensar em alfabetização de adultos, pensar em sucesso da criança na escola, nós tivemos um papel estratégico nesse movimento de acharmos que o movimento é fazendo eventos de mobilização.

A partir desse momento, o Departamento de Cursos e Pesquisas começou a coordenar o movimento, promovendo seminários, palestras, fóruns de discussão com a participação de todos os representantes de segmentos da sociedade que trouxeram várias propostas e idéias.

No entanto, apesar da Fundação FEAC ter coordenado os eventos e terem surgido várias alternativas e sugestões, nenhum segmento da sociedade e muito menos a Fundação FEAC queriam assumir o movimento naquela época. Segundo Sousa (01 nov. 2005), o “Movimento de Aliança de Campinas pela Educação”, não era da Fundação FEAC, mas sim resultado da participação de todos, ou seja, a aliança pela educação para e de todos.

A Fundação FEAC entendeu então, que chamar todos os segmentos da sociedade, em prol da educação, não obteria resultados. O Departamento de Cursos e Pesquisas, elaborou um projeto

⁴⁵ O Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa é consultor da UNICEF e tem uma empresa de consultoria chamada de Modus Faciendi.

piloto que foi desenvolvido no bairro Jardim Santa Mônica. Para a realização desse projeto piloto foi criado um Comitê Executivo formado “*por membros do Conselho Tutelar, entidades religiosas e empresariais, Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal da Educação, diretores de escolas e a própria FEAC*” (MARTINS, 1998, p.116).

O projeto piloto implantado no bairro Jardim Santa Mônica tinha como meta a mobilização da comunidade local em prol da educação, com os mesmos objetivos propostos pelo Movimento de Aliança de Campinas pela Educação.

Nós começamos o projeto no Jardim Santa Mônica - delimitamos uma região geográfica. Fizemos a mobilização de todos os recursos da comunidade, tivemos facilidade, pois tínhamos uma entidade filiada ancora que era a União Cristã Feminina e tivemos uma escola aderiu à proposta (SOUSA, 01 nov. 2005).

Com a parceria do Conselho Tutelar, a primeira fase do projeto consistiu na realização de um censo da comunidade do bairro Jardim Santa Mônica para identificar quais eram as crianças e adolescentes que estavam fora da escola, a idade, razão, desde quando, enfim uma série de indicadores (como por exemplo, condição sócio econômica, fracasso escolar, rebeldia, trabalho infantil, falta de informação dos pais etc) que apontaram as causas da evasão escolar naquela região.

A realização do censo, operacionalizada pela equipe técnico-operacional do Departamento de Cursos e Pesquisa da Fundação FEAC, contou com a participação de adolescentes voluntários da própria comunidade. A segunda fase do projeto começou com o trabalho de convencimento da comunidade, dos pais e filhos quanto à importância do regresso dessas crianças e adolescentes para o sistema escolar. Foi também, firmado um pacto com as escolas para incentivarem a permanência dos reingressantes.

Nós trabalhamos num censo com jovens voluntários da escola, fomos de casa em casa, um para ver quem era a criança que estava fora da escola. Nós sabíamos quando se dizia que tinham tantos por cento de crianças fora da escola, era um dado estatístico. Mas agora eu só posso fazer essa criança voltar para a escola, se eu soubesse quem ela era, qual era a razão de ela estar fora. Então, a gente fez um censo de casa em casa, levantando todas as crianças que estavam fora da escola. E algumas que haviam sido expulsas pela própria escola, nós fizemos um pacto com a escola de ela aceitar essas crianças de novo e de lutar pela permanência dela e não colocá-la para fora (SOUSA, 01 nov. 2005).

A terceira fase do projeto tinha como objetivo ações voltadas para a permanência da criança e do adolescente na escola. A primeira estratégia, adotada para garantir a permanência da criança e do adolescente na escola, foi a organização de uma festa logo no princípio das aulas. As demais estratégias consistiram na criação de um espaço, na comunidade, que fosse permanente para a realização de aulas de reforço, leitura, oficinas. Sempre contando com a participação voluntária de profissionais da comunidade. Segundo Sousa (01 nov. 2005),

nós instituímos uma coisa que era o início das aulas, fizemos festa de início de aula, porque o primeiro dia de aula para criança era a morte, é aquele horror, e nós transformamos o início das aulas numa grande festa, com mil atrações para estimulá-la. Porque o início das aulas tinha que ser um dia de prazer. Daí nós criamos um programa que a gente trabalhava – era um espaço cedido pela comunidade que nós trabalhávamos com voluntários, mas com profissionais também, para que essas crianças tivessem um espaço que funcionasse como lição de casa, que era um lugar para onde ela podia ir para fazer a sua lição de casa, ter ajuda, ser estimulada a ler, para ter sucesso na escola.

Ainda conforme Sousa (01 nov. 2005), ao final do projeto do Jardim Santa Mônica, que teve a duração de dois anos (1997 – 1998), conseguiu-se elevar o número de crianças na escola. No entanto, o âmbito de sua ação ficou restrito a apenas uma determinada região, escolhida pela Fundação FEAC – semelhante ao que ocorreu com o PLIMEC em 1979, ou seja, somente uma comunidade foi privilegiada.

Devido aos resultados satisfatórios, obtidos com o Projeto do Jardim Santa Mônica, a Fundação FEAC, em parceria com a Prefeitura de Campinas, iniciou o desenvolvimento do “Movimento Aliança de Campinas pela Educação” na região do Campo Grande.

Nós resolvemos enfrentar o desafio de fazer um grande censo na região do Campo Grande, porque nós sabíamos que era a região menos favorecida de Campinas. A comunidade sabia que havia muita gente fora da escola. Então nós fizemos um censo que durou uns cinco, seis meses, onde nós trabalhávamos todos os fins de semana. Nós tínhamos vários parceiros, quem ia de fato executar éramos nós e a comunidade. Eu trabalhei seis meses todo sábado e domingo porque ia fazer também (SOUSA, 01 nov. 2005).

Conforme o relato de Sousa (01 nov. 2005), o censo da região do Campo Grande, durou aproximadamente seis meses. Foi um projeto que contou com muitas parcerias tanto privadas como do poder público, mas somente foi possível ser executado graças à participação dos líderes da comunidade, à ação voluntária dos moradores da região e à assessoria dos técnico-operadores

da Fundação FEAC. Segundo Sousa (01 nov. 2005), o censo trouxe muitos benefícios para a comunidade da região, como a confecção de um novo mapa, a instalação de Escolas Públicas e municipais, centros de saúde e policiamento.

No entanto, apesar da Fundação FEAC ter participado da realização e execução do censo, ela não realizou nenhum tipo de programa sócio-educativo, naquela região, como aconteceu na experiência do Jardim Santa Mônica.

E lá nós não fizemos nenhum programa porque a região era muito grande. Mas, nos apresentamos os nossos resultados. E um dos nossos diagnósticos foi que uma grande porcentagem de crianças e adolescentes que estavam fora da escola, era porque não tinha equipamento naquela região. Não tinha equipamento suficiente naquela região para atender a demanda. E o Estado construiu várias escolas naquela região, e a prefeitura melhorou muito o atendimento, criando novas salas. Então, assim quando eu tenho contato com o pessoal de lá eles dizem muito que aquele movimento que nós fizemos lá, eles tiveram aquela consequência.

Ao final da realização do censo da região do Campo Grande, o Departamento de Cursos e Pesquisas começou a elaborar e executar campanhas que poderiam oferecer resultados positivos aos diversos segmentos de atuação da comunidade, como a Campanha de Incentivo à Leitura e Arrecadação de Livros, Campanha de Doação de Brinquedos, Campanha de Incentivo para Captação de Sócios Contribuintes e ainda mais, segundo Sousa (01 nov. 2005),

fizemos algumas parcerias em prol da educação, como todo aquele movimento da rede globo de quinhentos anos para a educação, nos fomos parceiras em tudo. Daí fizemos várias coisas pontuais, desde campanha de arrecadação de livros par as bibliotecas, várias eventos.

3.3.2.3. Departamento de Profissionalização (1995)

Em 1995, o Departamento de Profissionalização da Fundação FEAC, coordenado pelo Pedagogo Sr. Oswaldo Baglioni, se tornou parceiro de dois programas de profissionalização que se iniciaram em 1995 e foram executados até 2004: o Programa de Profissionalização Educandário Eurípides e o Programa de Profissionalização Dom Bosco, desenvolvidos pelos parceiros, contando, com a assessoria técnica, encaminhamento de público-alvo, monitoramento, avaliação e financiamento da Fundação FEAC. Conforme Plano de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE) (2004): o Programa de Profissionalização

Educandário Eurípides e COMEC – era um programa desenvolvido no Educandário Eurípides do Centro Espírita Allan Kardec, que tinha como público alvo adolescentes de baixa renda, entre 15 e 17 anos de diversas regiões de Campinas, oferecendo *iniciação profissional e educação para o trabalho*, através de cursos profissionalizantes de instalação elétrica (residencial), curso básico de informática e panificação e confeitaria. Além dos cursos, os adolescentes recebiam recursos financeiros para custear o transporte escolar para o Educandário.

A partir de 1997, passaram, também, a participar do programa adolescentes do Centro de Orientação do Adolescente de Campinas (COMEC) que estavam em “liberdade assistida” e eram acolhidos pela entidade, participando do Programa de “Educação pelo Trabalho”.

Já o Programa de Profissionalização Dom Bosco era realizado no Centro Profissionalizante Dom Bosco, na Escola Salesiana São José, oferecido gratuitamente para jovens encaminhados pelas entidades e que podem optar pelos cursos profissionalizantes nas áreas de Mecânica Industrial, Eletricidade Industrial, Marcenaria, Desenho de Máquinas e Costura Industrial.

Desde 1994 a Fundação FEAC subsidiou auxílio vale-lanche para os jovens que estavam regularmente matriculados nos cursos. O Centro Profissionalizante Dom Bosco, além disso, premiava com bolsas de estudos os estudantes com excelente rendimento escolar.

Entre 1995 e 2004 foram beneficiados com esses auxílios 2.730 adolescentes, oriundos de famílias de baixa renda. Cerca de 90% desses usuários utilizam quatro conduções por dia e grande maioria deles encontra-se em defasagem escolar com relação à sua faixa etária. A vantagem desse centro educacional é que se matriculam adolescentes que tenham completado a 5ª série. Outra ação que favorece o desenvolvimento e motivação para esses adolescentes é o auxílio lanche, como complemento alimentar.

Dentre as metas propostas no plano de ação do programa estão: a formalização da parceria com o Centro Profissionalizante Dom Bosco e a efetivação da matrícula dos adolescentes atendidos pelas entidades filiadas à Fundação FEAC; o fornecimento de recursos financeiros para a compra de passes escolares entre os meses de fevereiro a novembro (exceção de julho), para os adolescentes das 22 entidades filiadas a Fundação FEAC que estão matriculados no C.P. Dom Bosco, além do custeio de 100% das despesas da cantina do C.P. Dom Bosco com vale-lanches para os adolescentes das entidades filiadas à Fundação FEAC que fazem parte do programa.

3.3.2.4. Departamento de Voluntários

A viabilidade de implantação de um Departamento de Voluntários na Fundação FEAC começou a ser estudada e elaborada em 1995. A proposta era que o Departamento desenvolvesse programas e projetos especificamente destinados ao voluntariado executivo.

Durante um ano, a assistente social Márcia Beatriz Leal Osório estudou o cenário, visitou diversas Organizações Não-Governamentais do Estado de São Paulo e através do diagnóstico obtido, elaborou o projeto para o voluntariado executivo, a estrutura e o plano de ação do futuro departamento. Segundo Osório (08 nov. 2005), o diagnóstico apontou para o fato de que os executivos estavam realmente interessados em atuarem na área social.

Em fevereiro de 1996, o projeto para o voluntariado executivo e a proposta para a implantação do Departamento Voluntário estavam prontos e foram aprovados pelo Conselho Curador da Fundação FEAC. Segundo Osório (08 nov. 2005),

Em fevereiro de 1996 o projeto estava pronto. Estava redigido, tinha as propostas formalizadas da constituição do departamento da equipe, com seu objetivo e toda a sistematização de como desenvolver esse projeto para executivo. E o Peter levou ao Conselho Curador da FEAC, e o Conselho Curador aprovou.

Com a aprovação para a implantação do Departamento de Voluntários, a assistente social Márcia Beatriz Leal Osório foi chamada para coordená-lo.

E eu fui chamada para me dedicar restritamente ao departamento de voluntário. Então eu saí do departamento que hoje é o DDSE, assumi o departamento de voluntários com a coordenação, e uma outra pessoal foi contratada para o DDSE que na época se chamava DRE, departamento de Relações com Entidades. Já não era mais DPS (OSÓRIO, 08 nov. 2005).

O Departamento de Voluntários foi implantado e começou a desenvolver o Projeto Voluntários Gestores destinado aos executivos e profissionais de empresas privadas que tinham interesse em contribuir com os seus “talentos” no aprimoramento da gestão administrativa das entidades filiadas à Fundação FEAC. Entre os anos de 1996 e 1997, foram realizadas quase trinta parcerias envolvendo mais de 150 executivos. Segundo Osório (08 nov. 2005), a proposta era que os executivos trabalhassem na área administrativo-financeira das entidades filiadas e introduzissem os conhecimentos empresariais de gestão administrativa no terceiro setor.

A alternativa era que eles trabalhassem na área administrativa gerencial das entidades, eles implementaram uma gestão em que utilizariam ferramentas da gestão empresarial, associadas, adequadas, alinhadas a especificidade desse terceiro setor, não era pegar a cultura do orçamento e engessá-las nas entidades, e nem a cultura do planejamento estratégico, nem a cultura do marketing, nada a essa atividade associada. Era perceber que essas ferramentas que são de gestão poderiam contribuir para a gestão de uma entidade social desde que a gente compreendesse o funcionamento da entidade. Então os executivos emprestavam os seus conhecimentos de gestão e absolviam o conhecimento na área social, até para entender. E as entidades por sua vez absolviam essas técnicas de gestão, para o melhor desenvolvimento das entidades (OSÓRIO, 08 nov. 2005).

A proposta de introduzir o voluntário executivo para gerenciar a administração-financeira das entidades vem aos poucos crescendo. No entanto, afirma Osório (08 nov. 2005), as entidades ainda não têm a clareza das vantagens que o conhecimento do executivo sobre a gestão dos processos administrativos e financeiros pode trazer para elas. Há entidades, porém que já perceberam o quanto é importante saber administrar.

Então já existem algumas que percebem que uma gestão administrativa financeira é importante, que uma gestão estratégica é importante, existe, mas é muito pequena. Existe no Grupo Primavera, existe no Boldrini, existe numa entidade como o Grupo Comunitário que é super simples, mas que tem uma base de conhecimentos da iniciativa privada que é muito forte. Porque também se estabeleceu um vínculo afetivo. Mas, a maioria das entidades, são administradas através de uma gestão empresarial e social (OSÓRIO, 08 nov. 2005).

Com isso, as entidades somente passarão a coordenar e administrar as suas finanças de forma a crescer e melhorar a sua qualidade de serviços e atendimentos quando tiverem na sua área administrativa, voluntários da área ou contratarem profissionais de administração.

Outros projetos para voluntários foram, ainda, desenvolvidos tais como:

- a) Projeto Mediadores da Leitura (1997) - formado por um grupo de alunos do curso de Letras da Universidade Paulista (UNIP) de Campinas, que contavam histórias para as crianças do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia;
- b) Projeto Cidadania e Voluntariado Jovem (1997) – tinha como objetivo criar oportunidades para que os adolescentes desenvolvessem habilidades e ações de cidadania;
- c) Projeto Responsabilidade Social (1998) – consistia na assessoria às empresas para melhorarem a qualidade de suas ações, junto às entidades filiadas à Fundação FEAC;

d) Projeto Gincana Social (2001) - atividade desenvolvida com jovens de entidades sociais, escolas públicas e particulares em que havia a discussão de assuntos relacionados à melhoria da qualidade de vida de suas comunidades.

e) Projeto Sorriso – consiste na ação voluntária de profissionais de odontologia da Uniodonto que atuam nas entidades assistenciais para melhorarem a saúde bucal das crianças e adolescentes.

Além desses projetos específicos, há um projeto para aqueles que procuram realizar uma atividade voluntária, nas entidades, dentro do seu campo de formação profissional. Tais voluntários são, por exemplo, médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, artistas plásticos, arquitetos dentre outros que querem desenvolver atividades de cidadania, ou seja, atividades que colaborem para a qualidade de vida de determinada comunidade. Esse projeto consiste em oficinas e palestras que orientam e discutem a ação voluntária dentro das entidades filiadas.

Ao longo dos anos, a ação do Departamento de Voluntários foi crescendo. Em 1999 realizou-se o 1º. Censo de Voluntários das Entidades Filiadas à Fundação FEAC. Foram computados 2.319 voluntários, sendo 1.497 mulheres e 822 homens. Em 2001, o 2º. Censo de Voluntários das Entidades Filiadas apontou 3.435 voluntários, sendo 2.088 mulheres e 908 homens.

Os projetos desenvolvidos, desde o início da criação do Departamento de Voluntários, que em 2004 passou a chamar-se Departamento de Gestão e trabalho com Voluntários, continuaram a ser realizados e cada vez mais específicos, para uma finalidade determinada.

3.3.4. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1994 – 1996)

Entre o ano de 1994 e 1996 filiaram-se a Fundação FEAC 11 entidades que atuavam em 08 segmentos, a saber (**QUADRO 20**):

QUADRO 20. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1994 – 1996)

	Nome da Entidade	Ano de Fundação	Data de Filiação	Segmento de Atuação
69.	ISA (Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação)	?	25/8/1994	Outros
70.	Creche Lar Ternura	1977	20/10/1994	Educação Infantil
71.	Instituto de Pedagogia e Terapêutica Prof. Noberto de Souza Pinto (Noberto de Souza Pinto)	?	20/10/1994	Pessoas Portadoras de Deficiência
72.	Centro Comunitário Irmão André (Cecoia)	?	16/2/1995	Atendimento Complementar
73.	Centro Promocional Tia Ileide (Tia Ileide) - Unidade III: Educação Infantil e Pré-escola	1990	16/2/1995	Educação Infantil e Atendimento Complementar
74.	Associação Evangélica Assistencial (AEA) - Unidade II	1986	24/8/1995	Educação Infantil
75.	Casa da Criança Vovô Nestor	1975	24/8/1995	Educação Infantil
76.	Associação Benfícete Assistencial Madre Cândida (ABAMAC) - Creche "Madre Nazareth Cordeiro do Vale"/ Núcleo de Educação Fundamental	1994	24/8/1995	Educação Infantil e Atendimento Complementar
77.	Associação Cornélia Maria Elizabeth V. Hylckma Vlieg (Cornélia Maria) - Núcleo de Oficinas de Trabalho	?	24/8/1995	Reinserção Social
78.	Associação de Apoio a Portadores de AIDS Esperança e Vida (AGAEVI)	?	24/8/1995	Saúde

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Notamos que 03 entidades atuavam no segmento de educação infantil, 02 no segmento de atendimento de educação infantil e atendimento complementar a escola, e as demais no segmento de outros, atendimento complementar, entidade de pessoas portadoras de deficiência, segmento de reinserção social, saúde e abrigo para crianças e adolescentes. No final do ano de 1996, havia 78 entidades filiadas à Fundação FEAC (**TABELA 17**).

TABELA 17. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1994 -1996)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	01	9.1
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	01	9.1
4. Centro Comunitário	0	0
5. Educação Infantil	03	27.2
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	02	18.2
7. Outros	01	9.1
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	01	9.1
9. Reinserção Social	01	9.1
10. Saúde	01	9.1
TOTAL	11	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

3.4. Décima Sétima e Décima Nona Gestão (1996 – 2000):Administração Profissional

A partir de 1996, a Fundação FEAC preocupada em ter uma administração profissional, contratou pela primeira vez um Superintendente, o Engenheiro José Luiz Camargo Guazzelli, segundo Pádua (06 jun. 2005),

Nós tínhamos a preocupação de fazer uma administração profissional aqui dentre. Então, o grande propulsor, foi o superintende que nos contratamos pela primeira vez, o superintendente José Luiz Camargo Guazzelli. Ele era engenheiro, tinha sido secretário de Obras do Magalhães Teixeira, foi até apontado pelo Magalhães como candidato a prefeito e ele não quis ser. Mas, nós o contratamos como superintendente, e ele criou isso, ele desenvolveu o sistema de informática que nós tínhamos aqui, e criou o programa de avaliação.

Assim, com a contratação de um Superintendente, a Fundação FEAC começou a reestruturar a gestão institucional. Com a preocupação da qualidade dos serviços prestados pela Fundação FEAC e pelas entidades, foi criado um sistema de avaliação qualitativa de projetos sociais. Segundo Pádua (06 jun. 2005),

Nós criamos aqui, pela primeira vez, talvez no Brasil, também não quero ser muito pretensioso. Nós criamos o sistema de avaliação de projetos sociais, não havia isso antes. O Estado investe, as empresas investem, mas não tinham o retorno disso, o que estava acontecendo. O Estado somente fazia a avaliação quantitativa, nós investimos tanto, vocês aplicaram onde. Então, você tinha o relatório dizendo para o Estado onde foi aplicado isso, para o tribunal de contas. Mas, era quantitativo, nós criamos um serviço de avaliação qualitativa. Não havia isso, foi uma coisa pioneira que nós fizemos, criar um sistema de avaliação.

Para a avaliação qualitativa foram criados uma série de indicadores – que se referiam ao padrão de qualidade e ao custo unitário por usuário. Para analisar esses indicadores a Fundação FEAC estabeleceu um termo de compromisso com as entidades, em que constava um plano de metas para serem alcançados. Segundo Durigan (2000, p.126), constava do plano de metas a busca por melhores resultados. Estes incluíam:

Aumento de receita, redução de despesas, redução do custo por usuário, melhoria da qualidade de atendimento, elevação da contribuição dos apoiadores (sócios) e aumento do seu número, bem como diminuição da dependência financeira das entidades em relação aos recursos destinados a elas pela FEAC.

Ressaltamos que o plano de metas assemelha-se à gestão de uma empresa, com a busca de melhores resultados com os recursos limitados de que se dispõe.

As obras resistiram muito a isso, como é que vocês vão avaliar o nosso trabalho, isso é uma intromissão. Mas, nos conseguimos dizer para elas que a FEAC, também estava se auto avaliando. Então nós criamos uma serie de indicadores, desde instalação física, saber como a pessoa atende ao telefone, como é que ela atende ao cliente, então uma série de indicadores usados com uma certa pontuação na variação.

Em 1998, foi contratado um outro Superintendente, o Engenheiro Sr. Arnaldo Rezende que continuou aprimorando a gestão institucional da Fundação FEAC, aperfeiçoando a gestão administrativa, o sistema de controle financeiro, assim como a criação do Departamento de Recursos Humanos.

As decisões passaram a ser tomada considerando o estabelecimento de metas de médio e longo prazo e a observação de novos instrumentos de gestão e monitoramento. O objetivo foi o de dar mais agilidade à estrutura administrativa e maior flexibilidade de ação para os diferentes setores, visando adequar a FEAC ao novo cenário global (Fundação FEAC. Relatório 1999 – 2002)

Outras mudanças ocorreram como o aprimoramento do plano de metas do termo de compromisso. A partir de 1999 passou a vigorar o Convênio de Cooperação, que as entidades passaram a renovar todos os anos. Para estabelecerem tal convênio as entidades passaram a entregar um plano de ação que detalhava suas atividades ao longo do ano.

Com o Convênio ficam claras as prioridades de ação de cada entidade filiadas. Com isso, a equipe profissional da FEAC tem noção exata do investimento técnico, de tempo, competência e recursos financeiros que poderá disponibilizar para cada entidade (Fundação FEAC. Relatório 1999 – 2002).

Desta forma, a cultura de planejamento estratégico, adotado, pela Fundação FEAC a partir de 1998, tornou-se a nova forma de gestão institucional com um novo perfil de gestão administrativa, mais sério e preocupado com a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados e do atendimento às entidades.

3.4.1. Departamentos – Relações com Entidades e Profissionalização

Entre os anos de 1996 e 2000, os Departamentos de Relações com Entidades e o Departamento de Profissionalização começaram a desenvolver programas e projetos com parceiros visando o fortalecimento e a consolidação dos valores de responsabilidade social de todos os segmentos da sociedade.

Programa Curumim

Em 1997, o Departamento de Relações com Entidades, com o objetivo de ampliar os programas sócio-educativos realizados em parceria com outras organizações, estabeleceu parceria com o SESC Campinas para desenvolver o Programa Curumim – Projeto Curumim.

Segundo o Plano de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional da Fundação FEAC / 2004, essa parceria entre o SESC Campinas e a Fundação FEAC teve início em 1997 com o apoio da CPFL, Comercial Automotiva LTDA, Unimóvel Empr. Constr. LTDA, Miguel Gilberto Paschoal.

Esse foi um momento em que o SESC Campinas buscava ampliar sua atuação na área social, *“vindo ao encontro do diagnóstico das entidades que trabalham com ações*

complementares à escola, situadas na Região São Marcos” – que não tinham locais apropriados para a prática de atividades esportivas e culturais (PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE), 2004).

A parceria entre ambas as instituições possibilitou que as entidades filiadas à Fundação FEAC que padeciam de falta de espaço físico para a realização de atividades esportivas e lúdicas com as crianças e adolescentes tivessem a oportunidade de participarem de atividades esportivas e culturais diferenciadas, de qualidade e realizadas por profissionais especializados.

O projeto Curumim que, continua, ainda sendo executado, teve ao longo de sua existência, adequações significativas com relação ao número de usuários e de entidades sociais incluídas no projeto, alcançando aspectos positivos que se refletiram no melhor desempenho escolar e fortalecimento das inter-relações das crianças e adolescentes que participaram dele.

Programa Aprendendo com o Esporte e o Lúdico

Outro programa que teve início em 1997 e continuava sendo executado até 2004 foi o Programa Aprendendo com o Esporte e o Lúdico. Esse programa foi executado pelo parceiro, com a assessoria técnica da Fundação FEAC, para o encaminhamento das entidades filiadas participantes com monitoramento, avaliação e financiamento.

Segundo o Plano de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE) (2004), o Programa Aprendendo com o Esporte e o Lúdico foi um programa realizado envolvendo a parceria da Fundação FEAC com o SESI de Campinas, contando com o apoio da FMC Química do Brasil LTDA, Comercial Automotiva LTDA, Unimóvel Empr. Constr. LTDA, Miguel Gilberto Paschoal, Miracema.

O programa tinha como objetivo oferecer às crianças e adolescente em situação de risco, práticas esportivas diferenciadas, realizadas por profissionais especializados, no espaço físico do SESI. O seu público alvo eram crianças e adolescentes entre 07 e 16 anos de idade das regiões do Jardim Santa Lúcia, Vila Brandina, Centro e Cura D’Ars e das entidades filiadas à Fundação FEAC.

Programa Grupo de Mulheres

Em 1997, segundo Martins (2004, p.19), o Projeto Clube de Mães passou a chamar-se Grupo de Mulheres, em “*função de suas novas características, incorporando participantes de várias faixas etárias*”. O projeto de Capacitação ampliou o seu âmbito de atuação, sendo oferecido para os técnicos das entidades que desenvolviam o projeto, além de ter sido elaborado o primeiro “Manual de Procedimentos”, para orientar e subsidiar as coordenadoras dos grupos na sua organização.

Em 1998, o Projeto de Capacitação de Coordenadoras e Auxiliares de Coordenação dos Clubes de Mães passou a ser denominado como Liderança e Arte Educação, prevalecendo os mesmos objetivos de capacitação das coordenadoras e auxiliares. No ano seguinte, em 1999 o projeto passou a ser coordenado pelo setor de Arte e Educação e recebeu uma nova denominação mantida até os dias de hoje, chamando-se Mulher, Arte e Cidadania. Entre esses dois anos, os objetivos do projeto para os Grupos de Mulheres foram direcionados para sua ampliação e consolidação, segundo Martins (2004, p.23-24), a partir do,

treinamento das coordenadoras e auxiliares; ampliação do número de grupos vinculados à FEAC; elaboração de instrumentais para organização dos grupos: como controle financeiro, material fornecido para confecção de artesanato, inventário de produção, registro de vendas, vendas realizadas durante o ano, relatório de monitoramento de grupo; aperfeiçoamento do manual de procedimentos.

Programa de Educação para o Trabalho

Em 1997, o Departamento de Profissionalização da Fundação FEAC começou a desenvolver o Programa de Educação para o Trabalho em parceria com o SENAC Campinas que executava as atividades. O projeto foi elaborado após a Fundação FEAC constatar que as entidades filiadas não dispunham de programas adequados para, preparar os adolescente para o mercado de trabalho.

De acordo com o Plano de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE) (2004), o programa tem como objetivo desenvolver habilidades e competências básicas: de apresentação pessoal, saúde, informática, higiene e organização nos serviços alimentares, organização de ambientes de vendas, tecnologia das transações comerciais,

recepção e atendimento ao cliente, destinadas a adolescentes entre 15 e 21 anos de idade que se encontram em situação de risco, para serem inseridos no mercado de trabalho.

O programa tem duração de 100 dias totalizando 300 horas de atividade que são desenvolvidos em diferentes ambientes laborais, realizados entre o Núcleo Central e as Estações de Trabalho que desenvolveram as competências básicas citadas acima.

Esse programa teve apoio do Sindicato do Comércio Varejista, Comercial Automotiva LTDA, Unimóvel Empr. Contr. LTDA e Miguel Gilberto Paschoal.

Programa Qualidade na Escola (PQE)

Em 1999, o Departamento de Relações com Entidades, influenciado pela Aliança de Campinas pela Educação, pensando estruturar melhor a ação na educação, firmou parceria com o Instituto de Qualidade no Ensino (IQE) da Câmara Americana de Comércio, Inter American Foundation (IAF) e várias empresas da região, para implantar o Programa Qualidade na Escola (PQE). Segundo Sousa (01 nov. 2005),

implantamos aqui em Campinas o Programa Qualidade na Escola que foi um programa de quatro anos de investimento de em capacitação de professor para melhor a qualidade na escola.

Os objetivos propostos pelo PQE eram:

- a) Conseguir o ingresso, o regresso (dos que saíram da escola), a permanência e o sucesso dos alunos de 07 a 14 anos, no ensino do primeiro grau;
- b) Proporcionar um ensino de boa qualidade nas escolas envolvidas;
- c) Os resultados concretos que o programa queria alcançar eram que pelo menos 75% por alunos dominassem no mínimo 70% dos padrões de aproveitamento, propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em língua portuguesa e matemática.

Para a realização do programa a Fundação FEAC interagiu com as delegacias Regionais de Ensino que indicaram dez escolas interessadas em participar do programa e que apresentaram propostas. A Fundação FEAC e o IQE, selecionaram quatro propostas e respectivamente as escolas que as desenvolveriam.

Segundo Durigan (2000, p.179), as escolas públicas estaduais selecionadas para participarem do Programa Qualidade na Escola foram: Professor Antônio Fernandes Gonçalves (Vila Castelo Branco); Coronel Firmino Gonçalves Siqueira (Parque São Quirino); Professor Marcelino Vélez (Nova Aparecida); Professor Dr. Paulo Mangabeira Albernaz (Nova Aparecida); Manoel Marcondes Machado (Jardim Morumbi).

O custo total previsto para o projeto estava estimado em R\$ 1.240.000,00, que significava um custo mensal aproximado de R\$ 7,38 por aluno. Durante a negociação de parceria com as empresas, a Fundação FEAC firmou contrato com todas elas, com objetivo de formalizar sua adesão e participação. Os termos implicavam na responsabilidade das empresas em acompanharem o andamento do programa, durante os quatro anos previstos, e no compromisso da Fundação FEAC em apresentar os resultados obtidos. Isso firmava, definitivamente, o papel e a responsabilidade social que a Fundação FEAC tinha como mediadora de programas e projetos sociais, voltados para justiça social (DURIGAN, 2000, p.180).

3.4.2. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1996 – 2000)

Identificamos que 17 entidades se filiaram à Fundação FEAC entre os anos de 1996 a 2000, a saber (**QUADRO 21**):

QUADRO 21. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (1996 – 2000)

	Nome da Entidade	Data de Filiação	Segmento de Atuação
79.	Associação Espírita Lar Caminho da Verdade - Unidade II: Projeto Intersetorial	18/1/1996	Abrigo para Crianças e Adolescentes
80.	Casa da Criança de Sousas	13/3/1996	Educação Infantil
81.	Centro Comunitário da Criança Parque Itajaí e Região	4/7/1996	Centro Comunitário
82.	Fundação Gerações - Creche Adélia Corrêa Hoog Zorning	4/7/1996	Educação Infantil e Atendimento Complementar
83.	Fundação Gerações - Programas Especiais de Atendimento	4/7/1996	Educação Infantil e Atendimento Complementar
84.	Serviço Social Nova Jerusalém	4/7/1996	Educação Infantil e Atendimento Complementar
85.	Centro de Formação Semente da Vida	20/10/1996	Educação Infantil
86.	Associação Beneficente Direito de Ser	29/5/1998	Atendimento Complementar
87.	Associação Beneficente da Boa Amizade (ABBA)	29/5/1998	Atendimento Complementar
88.	Instituto de Educação Especial Recriar (IEER)	29/5/1998	Pessoas Portadoras de Deficiência
89.	S.O.S. Adolescente	25/9/1998	Atendimento Complementar
90.	S.O.S. Ação Mulher e família	25/9/1998	Outros
91.	Associação Casa de Apoio Santa Clara	25/9/1998	Reinserção Social
92.	Creche Santa Genebra	21/12/1999	Educação Infantil
93.	SEARA - Espírita Joana de Ângelis	15/8/2000	Atendimento Complementar
94.	Núcleo de Ação Social (NAS)	15/8/2000	Saúde
95.	Instituto Souza Novaes	17/10/2000	Reinserção Social

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Notamos que se filiaram a Fundação FEAC entre os anos de 1992 a 2004, 17 entidades que atuavam em 09 segmentos (**TABELA 18**), identificamos que ao segmento de atendimento complementar se filiaram 22,2% das entidades. No segmento de educação infantil e atendimento complementar à escola identificamos que se filiaram 03 entidades, correspondendo a 16,6% do total.

TABELA 18. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (1996 - 2000)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	01	5.9
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	04	23.5
4. Centro Comunitário	02	11.8
5. Educação Infantil	02	11.8
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	03	17.6
7. Outros	01	5.9
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	01	5.9
9. Reinserção Social	02	11.8
10. Saúde	01	5.8
TOTAL	17	100

Fonte: CADAstro de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

3.5. Vigésima e Vigésima Primeira Gestão (2000 – 2004)

As duas últimas gestões da Fundação FEAC, que completa quatro décadas de história, continuaram a ser marcadas pelas reestruturações organizacionais visando melhorar a qualidade e o profissionalismo dos serviços prestados às entidades filiadas.

Em 2001, o Departamento de Relação com Entidades, transformou-se em Departamento de Gestão Social (DGS) e o Departamento de Projetos e Pesquisas em Departamento de Fomento de Programas Educacionais, para atender as novas demandas. Em 2003, entendeu-se que deveria haver uma integração entre os dois departamentos que realizavam programas e projetos com as entidades filiadas, o que resultou na transformação desses dois departamentos em um só, criando-se o Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE).

A missão do departamento era desenvolver ações junto às organizações sociais, educacionais e comunitárias, tendo como meta a qualidade do atendimento aos usuários. Como estratégia de ação, o Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional, concentrou-as em quatro áreas: área de capacitação de equipes técnicas operacionais – direcionado para dirigentes e coordenadores técnicos das entidades filiadas, área de ações em parcerias, área de ações comunitárias e biblioteca (**QUADRO 22**).

Na área de capacitação de equipes técnicas operacionais, o DDSE desenvolveu o Projeto Gestão Social, cujo objetivo foi à capacitação dos coordenadores técnicos das entidades filiadas para assegurar a qualificação do serviço oferecido. Esse projeto foi composto por cinco módulos que compreendiam: “Plano, Programa e Projeto”, que consistiu na orientação teórica e prática dada pela equipe do DDSE da Fundação FEAC para os coordenadores das entidades filiadas na elaboração de seus projetos e plano de ação.

O segundo módulo, “Monitoramento e Avaliação” teve como objetivo capacitar os coordenadores técnicos das entidades filiadas a Fundação FEAC, como monitorar e avaliar ao longo do ano seus projetos e planos de ação propostos. Esse módulo foi criado em 2004, pois se constatou que as entidades filiadas não realizavam essa prática até então.

O “Coordena Ação” foi um módulo de capacitação de profissionais, cujo objetivo em 2004 foi à realização da capacitação do coordenador técnico das entidades filiadas, direcionada para a área da pedagogia e do serviço social, pois eram as áreas de maior concentração de profissionais nas entidades. Na área de pedagogia a capacitação ocorreu em torno do papel do profissional de pedagogia na entidade de assistência social, quanto na área de serviço social o trabalho do profissional com a família.

O módulo quatro, “Prevenção de Acidentes”, foi a capacitação dos coordenadores técnicos com relação aos padrões mínimos de segurança, prevenção de acidentes no ambiente de trabalho e mapeamento das áreas de risco. No quarto módulo, “Nutrição”, ocorreu a capacitação de noções de alimentação, higiene e cuidados com os alimentos.

Na área de ações em parceria, o DDSE reorganizou os programas de acordo com as suas especificações, subdividindo-se em três programas:

Os programas executados por parceiros, mas com a assessoria técnica, encaminhamento de população alvo, monitoramento, avaliação e contra partida financeira da Fundação FEAC, dentre os programas desenvolvidos estão o Programa Curumim (SESC / FEAC); Programa Aprendendo com o Esporte e o Lúdico (SESI/ FEAC); Programa Educação para o Trabalho (SENAC / FEAC); Programa Forças no Esporte (28º Batalhão de Infantaria (leve) Blindada/ FEAC); Programa Qualidade na Escola, Programa de Profissionalização Educandário Eurípedes e COMEC e Programa de Profissionalização Dom Bosco (Centro Profissionalizante Dom Bosco na Escola Salesiana São José/ FEAC).

Os programas totalmente desenvolvidos pelos parceiros, através de capacitação, concursos e financiamento de projetos sociais. Para esses programas, a Fundação FEAC tem como ação indicar e participar da seleção das entidades, bem como monitorar os projetos financiados. Dentre os programas desenvolvidos estão: Programa Abrigar do Instituto Camargo Corrêa e Programa Juntos pela Educação, do Instituto ARCOR.

Os programas administrados e executados pela Fundação FEAC, com recursos de parceiros externos, como o Programa Ame a Vida Sem Drogas.

Já na área de ações comunitárias, são os programas coordenados pela Fundação FEAC para a comunidade, dentre eles estão o Programa Mulher, Arte e Cidadania – Grupo de Mulheres que funciona desde 1967, constituído por mulheres que produzem artesanato para o complemento familiar e o Programa Viva - Vida Independente para Viver o Amanhã, criado em 2000 para o segmento de pessoas portadoras de necessidades especiais tendo como objetivo *“a constituição de um fórum permanente de reflexão, discussão e encaminhamento de questões sociais, educacionais e políticas, relacionadas à inclusão de PDD/ e ou Necessidades Especiais na rede de atendimento do município de Campinas”* (PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE), 2004).

Ressaltamos que, dentre a variada gama de programas, desenvolvidos em parcerias com a Fundação FEAC, o DDSE tem alguns programas que são registrados no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, são eles: Programa Ame a Vida sem Drogas, Programa Curumim, Programa Aprendendo com o Esporte e o Lúdico, Programa de Educação para o Trabalho e Programa Qualidade na Escola. Isso significa que, além das entidades filiadas à Fundação FEAC que participam de tais programas outras entidades, não filiadas, também desfrutam mesmos.

QUADRO 22. Áreas de Concentração, Programas e Projetos do DDSE da Fundação FEAC

Áreas de Concentração	Programas/ Projetos
<p>1. Área de Capacitação de Equipes Técnico Operacionais: direcionado para dirigentes e coordenadores técnicos</p>	<p>1.1. Projeto Gestão Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Plano, Programa e Projeto; b) Monitoramento e Avaliação; c) Coordenação; d) Prevenção de Acidentes; e) Nutrição;
<p>2. Área de Ações em Parceria</p>	<p>2.1. Programas executados por parceiros, mas com assessoria técnica, encaminhamento de população alvo, monitoramento, avaliação contra partida financeira da Fundação FEAC:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Curumim (SESC / FEAC); b) Aprendendo com Esporte e o Lúdico (SESI/ FEAC); c) Educação para o Trabalho (SENAC / FEAC); d) Forças no Esporte; e) Programa Qualidade na Escola (PQE); f) Programa de Profissionalização – Educandário Eurípedes e Comec; g) Programa de Profissionalização – Dom Bosco; <p>2.2. Programas totalmente desenvolvidos pelos parceiros, através de capacitação, concurso e financiamento de projetos sociais. Para esses programas, a Fundação FEAC tem como ação, indicar e participar da seleção das entidades, bem como monitorar os projetos financiados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Programa Abrigar – Instituto Camargo Corrêa; b) Juntos pela Educação – Instituto Arcor; <p>2.3. Programas administrados e executados pela Fundação FEAC, com recursos de parceiros externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Programa Ame a Vida Sem Drogas.
<p>3. Área de Ações Comunitárias</p>	<p>3.1. Programas coordenados pela Fundação FEAC para a comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Programa Mulher, Arte e Cidadania; b) Programa Viva - Vida Independente para Viver o Amanhã
<p>4. Biblioteca</p>	<p>4.1. Organização do Acervo da Fundação FEAC</p>

Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

3.5.1. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (2001 – 2004)

Notamos que se filiaram a Fundação FEAC, 05 entidades entre os anos de 2001 a 2002, sendo que os anos de 2003 e 2004, a instituição não realizou filiações. A saber (**QUADRO 23**):

QUADRO 23. Entidades Filiadas a Fundação FEAC (2001 - 2004)

	Nome da Entidade	Data de Filiação	Segmento de Atuação
96.	Centro Sócio Educativo Semente Vida	20/2/2001	Atendimento Complementar
97.	Associação dos Benfeitores e Amigos de Meninos Bailarinos Atores (ABAMBA - Os Meninos de Barão)	27/3/2001	Atendimento Complementar
98.	Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa	17/7/2001	Centro Comunitário
199.	Cento de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (CEPROMM)	1/2/2002	Educação Infantil e Atendimento Complementar
100.	Instituição Assistencial Dias da Cruz (IADC)	?	Educação Infantil

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Identificamos conforme a **TABELA 19** que dentre as 05 entidades que se filiaram a Fundação FEAC, 03 entidades atuavam no segmento de atendimento complementar, sendo que 01 em centro comunitário e 01 no segmento de educação infantil.

TABELA 19. Número de Entidades Filiadas por Segmento de Atuação (2001 - 2002)

Segmento de Atuação das Entidades	Nº. de Entidades	(%)
1. Abrigo para Crianças e Adolescentes	0	0
2. Abrigo para Idosos	0	0
3. Atendimento Complementar	03	60
4. Centro Comunitário	01	20
5. Educação Infantil	01	20
6. Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	0	0
7. Outros	0	0
8. Pessoas Portadoras de Deficiência	0	0
9. Reinserção Social	0	0
10. Saúde	0	0
TOTAL	05	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

3.6. Síntese do Terceiro Momento de Transformação da Fundação FEAC (1988 – 2004).

Identificamos que o terceiro momento abarcou os anos de 1988 a 2004, correspondeu às ações de implantação de mudanças da Fundação FEAC.

Percebemos que as ações no terceiro momento de transformação da Fundação FEAC foram direcionadas para ampliar o número de parcerias, em especial com agências internacionais de financiamento, para a realização de programas e projetos na área de educação, na ampliação e profissionalização do atendimento aos usuários.

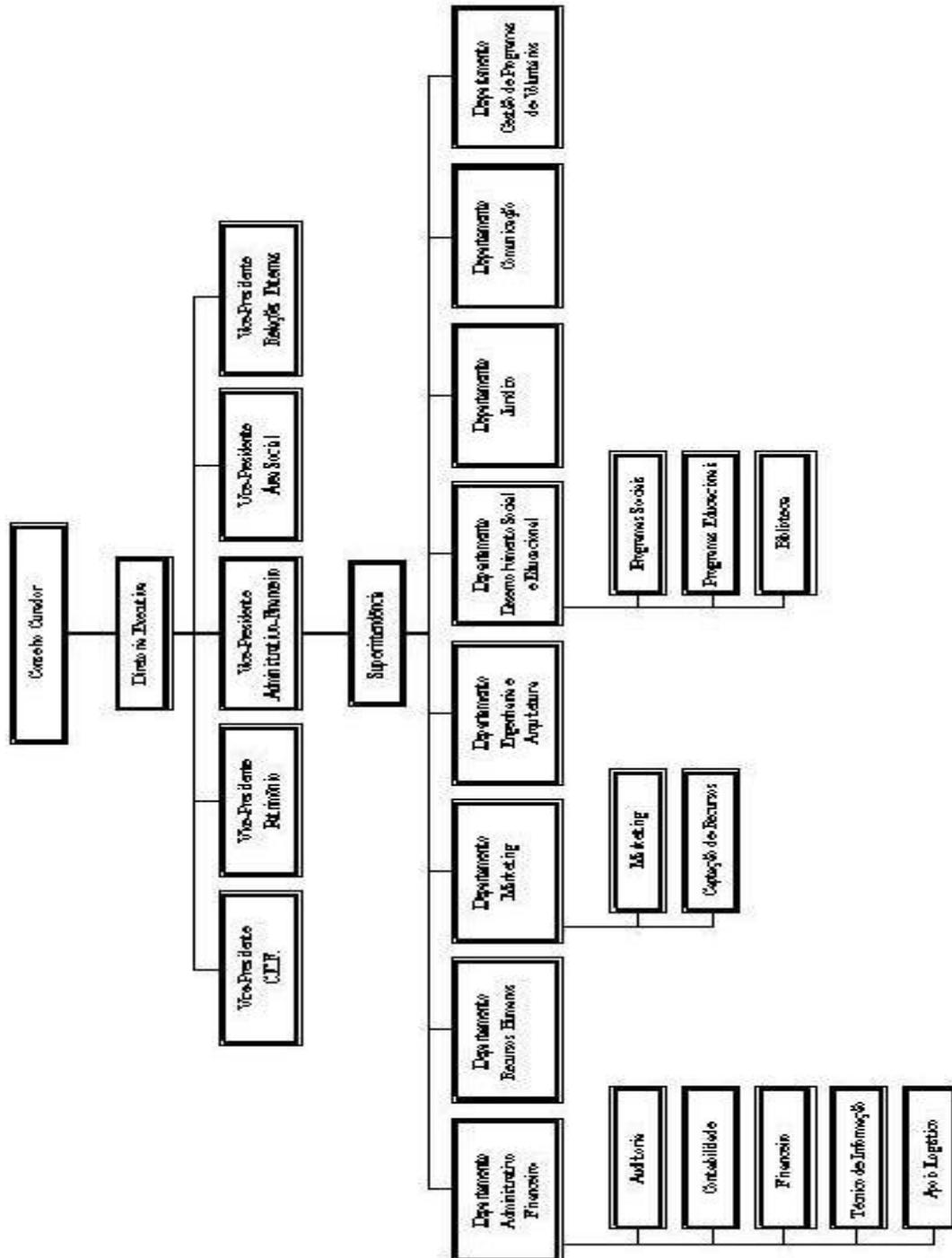
Notamos que a introdução de novos atores sociais, no momento de transformação da Fundação FEAC, patrocinou uma nova engenharia de gestão administrativa na instituição. Foram criados indicadores de atendimento e qualidade dos serviços prestados pelas entidades com o estabelecimento de um plano de metas para serem alcançadas no correr do ano por cada entidade filiada, foi implantado uma gestão administrativa semelhante a de uma empresa prestadora de serviços e assessoria contábil, jurídica, técnica e científica.

Identificamos que a estrutura organizacional da Fundação FEAC, no terceiro momento, foi modificada em função de novas parcerias estabelecidas, em especial com as agências internacionais, além da ampliação das demandas sociais que surgiram por volta da década de 1990.

Podemos apontar que a estrutura organizacional da Fundação FEAC se modificou passando a gestão institucional a ser composta apenas pelo Conselho Curador e a Diretoria Executiva. Na gestão administrativa foi introduzida uma Superintendência que coordena oito departamentos: departamento Administrativo Financeiro, departamento de recursos humanos, departamento de marketing, departamento de engenharia e arquitetura, departamento de desenvolvimento social e educacional, departamento jurídico, departamento de comunicação e departamento de gestão de programas de voluntários (ver **ORGANOGRAMA 03**).

ORGANOGRAMA 03.

Estrutura Organizacional da Fundação FEAC (1989 – 2004).



Fonte: PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE).Fundação FEAC. Campinas, 2004.

a) Gestão Institucional:

O Conselho Curador passou a ser formado por 25 conselheiros, sendo 20 com mandato vitalício e 5 com mandato de dois anos. Já a Diretoria Executiva é composta por um presidente e 5 vice-presidentes que são: vice-presidente do Conselho de Entidades Filiadas, vice-presidente Administrativo-Financeiro, vice-presidente de Patrimônio, vice-presidente de Área Social e vice-presidente de Relações Externas (antes esses vice-presidentes eram diretores). Sob o Conselho Curador e a Diretoria Executiva, se encontra à equipe remunerada.

b) Gestão Administrativa:

A gestão administrativa é composta por um Superintendente que tem como atribuição coordenar e administrar os 8 departamentos que compõem a instituição que são:

Departamento Administrativo Financeiro, composto pelos setores de contabilidade, financeiro, auditoria, técnico de informação e apoio logístico;

Departamento de Recursos Humanos, criado em 1998, antes denominado como Administração Pessoal. Esse departamento tem como função fazer a folha de pagamento dos funcionários das 73 entidades filiadas, que utilizam esse serviço disponibilizado pela Fundação FEAC. A maior demanda do departamento é a contratação de pessoal para a área técnica das entidades;

Departamento de Marketing que, ao longo dos anos, recebeu várias denominações sendo responsável pela Campanha de Cartões de Natal e outros eventos para a captação de recursos;

Departamento de Engenharia e Arquitetura, criado somente 1992, apesar de anteriormente haver um coordenador técnico que assessorava as entidades quanto às reformas, construções e orçamentos. Ressaltamos que o primeiro arquiteto contratado pela Fundação FEAC foi Fábio Pentead, que elaborou o Plano Diretor de Urbanismo da Fazenda da Vila Brandina em meados da década de 1970. Como resultado, em 1980, foi inaugurado o Shopping Center Iguatemi;

Departamento Jurídico que é responsável pelas questões legais da Fundação FEAC e das entidades. Ele gerencia a renovação de contratos, convênios e todas as tramitações legais;

Departamento de Comunicação, responsável pela Agência de Notícias, abastecendo a mídia em geral e os veículos de comunicação próprios da Fundação FEAC, na divulgação das ações da Fundação FEAC, das entidades filiadas e das iniciativas da área social e organizando, também o Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo, o Troféu Jornalístico Solidário e o Projeto Jornalista Cidadão;

Departamento de Gestão de Programas de Voluntários, criado em 1995, sendo chamado de Departamento de Voluntários. Apesar do Departamento ter completado 9 anos em 2004, a Fundação FEAC, desde que foi criada, sempre desenvolveu programas e projetos com voluntários como pudemos ver ao longo da pesquisa;

O Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional, que recebeu essa denominação em 2003 sendo um dos primeiros Departamentos criados na Fundação FEAC desde a sua fundação em 1965. Compõem este departamento os programas sociais, programas educacionais e a biblioteca. Ao final de 2004 o departamento contava com 15 profissionais.

Identificamos que a estrutura organizacional, assim como o seu funcionamento foram aprimorados e ampliados visando a profissionalização dos serviços prestados às entidades filiadas e aos usuários. Ao final de 2004, a Fundação FEAC contava com 54 funcionários e 02 voluntários.

Com relação à abrangência do atendimento, proposto pela Fundação FEAC, identificamos que, no terceiro momento, se filiaram 50 entidades, praticamente o dobro de entidades filiadas no segundo momento que foram 32. Dentre as entidades filiadas identificamos que elas atuavam em 9 segmentos: abrigo para crianças e adolescentes, atendimento complementar, centro comunitário, educação infantil, educação infantil e atendimento complementar, outros, pessoas portadoras de deficiência, reinserção social e saúde. Veja a **TABELA 20**.

TABELA 20.

Segmento de Atuação do 3º. Momento de Expansão da Fundação FEAC (1989 - 2004)

Segmento de Atuação das Entidades	1989 - 2004	(%)
Abrigo para Crianças e Adolescentes	04	8
Abrigo para Idosos	0	0
Atendimento Complementar	11	22
Centro Comunitário	03	6
Educação Infantil	08	16
Educação Infantil e Atendimento Complementar a Escola	06	12
Outros	02	4
Pessoas Portadoras de Deficiência	11	22
Reinserção Social	04	8
Saúde	01	2
TOTAL	50	100

Fonte: CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Notamos que, no terceiro momento, o segmento de atendimento complementar e de pessoas portadoras de deficiência foram aqueles que apresentaram maior número de entidades filiadas com 22% cada uma, em relação ao total de entidades filiadas no período de 1989 a 2004.

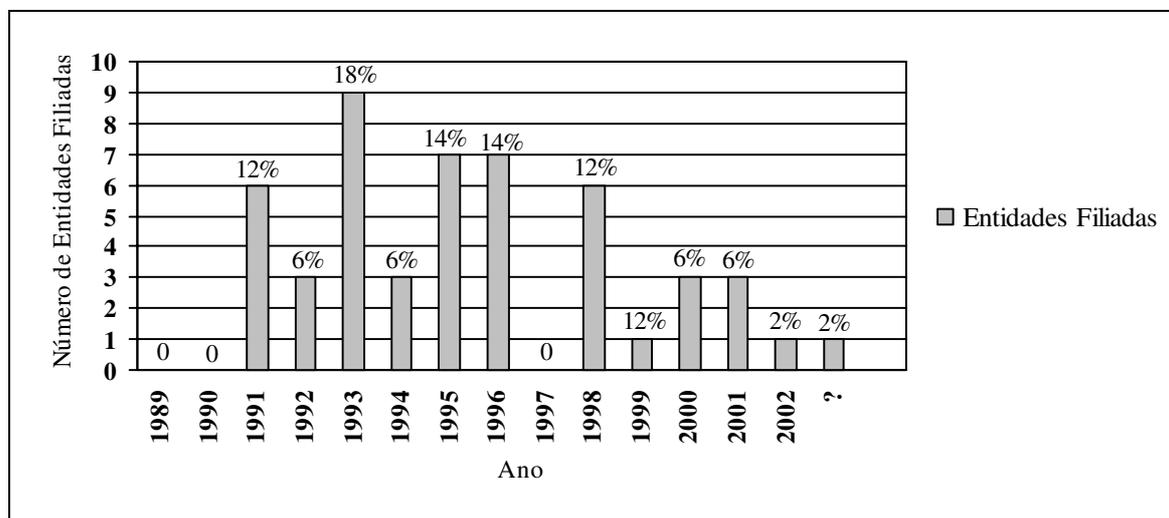
Identificamos que o segmento de saúde foi o que apresentou o menor número de entidades filiadas com apenas 2% do total. Percebemos, também, que houve um aumento no número de entidades filiadas ligadas ao segmento de atendimento complementar, em relação ao primeiro e segundo momento. No terceiro momento, se filiaram 11 entidades neste segmento.

Os demais segmentos de abrigo para crianças e adolescentes se apresentou 8% do total. O segmento centro comunitário com 6%, o segmento de educação infantil e atendimento complementar à escola com 12%, o segmento outros com 4% apenas e, finalmente, o segmento de reinserção social com 8% do total de entidades filiadas.

Conforme o **GRÁFICO 03**, podemos notar a evolução do número de entidades filiadas a Fundação FEAC no terceiro momento:

GRÁFICO 03.

Número de Entidades Filiadas a Fundação FEAC no 3º. Momento (1989 – 2002)



Fonte: CADAstro de Entidades Filiadas à Fundação FEAC. **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

Percebemos que se filiaram à Fundação FEAC, no terceiro momento, 50 entidades, sendo o ano de 1993 aquele que apresentou o maior número de filiações com 18%, seguido dos anos de 1995 e 1996 em que se filiaram 14% em cada ano. Notamos que os anos de 1989, 1990 e 1997

não foram registradas filiações. No final do período o número de entidade filiadas foi de apenas 2%, ou seja, apenas uma entidade se filiou em 2002.

Ao longo da história da Fundação FEAC se filiaram 100 entidades que atuavam em dez segmentos, como já apontamos acima.

Com relação aos programas e projetos desenvolvidos no terceiro momento, identificamos que a tônica da educação foi a que norteou o trabalho do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional que atuava em quatro áreas, dentre elas:

1. Área de Capacitação de equipes técnicas operacionais – direcionada para dirigentes e coordenadores técnicos, compreendendo projetos de gestão social e atuação sócio-educativa;
2. Área de Ações em Parceria que podem ser:
 - a. Programas executados por parceiros, mas com assessoria técnica, com encaminhamento de população alvo, monitoramento, avaliação e contra partida financeira da Fundação FEAC, envolvendo o projeto Curumim, realizado em parceria com o SESC, o projeto Aprendendo com o Esporte e o Lúdico, Educação para o Trabalho, Forças no Esporte, Programa Qualidade na Escola, Programa de Profissionalização Educandário Eurípides e COMEC, Programa de Profissionalização Dom Bosco;
 - b. Programas totalmente desenvolvidos pelos parceiros, através de capacitação, concursos e financiamento de projetos sociais. Para esses programas, a Fundação FEAC tem como ação indicar e participar da seleção das entidades, bem como monitorar os projetos financiados. Tais programas compreendem: Programa Abrigar – Instituto Camargo Corrêa e Juntos pela Educação – Instituto Arcor;
 - c. Programas administrados e executados pela Fundação FEAC, com recursos de parceiros externos como o Programa Ame a Vida Sem Drogas;
3. Área de Ações Comunitárias que compreendem, Programa Mulher, Arte e Cidadania e Programa Viva;
4. Biblioteca.

Ressaltamos que dentre os programas e projetos, desenvolvidos ao longo do terceiro momento, contaram com a parceria do poder público, iniciativa privada e principalmente de agências internacionais de financiamento, aspecto que difere o momento dos dois primeiros. Ao longo de toda a história da Fundação FEAC identificamos que a iniciativa privada sempre trabalhou em parceria com a instituição.

Identificamos, ainda, que os procedimentos de obtenção de recursos, no terceiro momento, conforme a nova engenharia de gestão interna e externa adotada pela Fundação FEAC em meados da década de 1990, se alteraram novamente, incentivando o desenvolvimento de programas de auto-sustento, com a centralização de atividades produtivas que visassem o desenvolvimento sustentável e a criação de recursos de auto-suficiência financeira, estimularam parcerias com agências de financiamento internacional assim como com a iniciativa privada.

Esses foram os passos que caracterizaram o terceiro momento de transformação da Fundação FEAC que abarcou os anos de 1988 a 2004.

CONCLUSÃO

Propomos-nos nesta conclusão a apontar quais foram as tônicas dos três momentos históricos da Fundação FEAC, referentes aos atores sociais, à forma de gestão concebida, à abrangência do atendimento, às entidades filiadas, aos procedimentos de captação de recursos e aos recursos humanos que participaram do processo.

Identificamos que a Fundação FEAC foi criada em 1964, por um grupo de filantropos composto por empresários, advogados, médicos, juristas, comerciantes presidentes de entidades, rotarianos, maçons para atender a situação precária da arrecadação de recursos das entidades assistenciais que atendiam a população pobre, a partir da organização e racionalização das ações e do sistema de assistência social da cidade.

O processo de implementação da Fundação FEAC não tem interrupções e, desde a sua elaboração, consistiu numa proposta permanente. Identificamos que os formuladores foram os que implementaram a estrutura organizacional tanto institucional quanto administrativa da instituição. Em alguns momentos com relação aos programas percebemos, que os formuladores eram, ao mesmo tempo, os implementadores das propostas, em outros não ocorria essa relação.

Notamos que a Fundação FEAC constituiu num grupo de pressão e negociação, visto que a participação e representação da Fundação FEAC nas instâncias do poder público, sempre estiveram presentes. Assim, no que diz respeito à representatividade no poder público, constatamos que a Fundação FEAC, durante todo o segundo momento que apontamos como sendo o de expansão, através de seus representantes, administrou a Assistência Social do Município de Campinas, com a nomeação de duas pessoas como secretárias desta pasta, ou seja, a instituição tornou-se um forte grupo de pressão, quanto à definição das políticas de assistência na esfera administrativa municipal.

Ainda, a Fundação FEAC é uma importante parceira do poder público na implantação de programas sociais do município. É possível afirmar que ela esteve presente em todos os programas desenvolvidos pelo poder público, nos últimos 40 anos em Campinas.

Com relação às ações da Fundação FEAC, percebemos que, no momento de sua criação, as ações tinham como objetivo o combate à mendicância na cidade de Campinas, já, no segundo momento, as ações estiveram direcionadas para a integração da criança e da família na comunidade, assim como para a integração das entidades filiadas com os serviços e recursos disponíveis na comunidade. As ações do momento de transformação, compreenderam na

promoção da educação e principalmente na profissionalização do serviço e do atendimento da Fundação FEAC e das entidades filiadas.

Identificamos nos três momentos que a atuação da Fundação FEAC foi baseada no trabalho voluntário, ou seja, no momento de criação o significado do trabalho voluntário tinha duplo objetivo: a organização das comunidades pobres para estimularem o desenvolvimento e a representação de um grupo de pressão frente ao regime político militar da época. No segundo momento o voluntariado continuará a ser um instrumento de promoção do bem estar. No entanto, no terceiro momento, de transformação, o significado do trabalho voluntário deixa de ser de solidariedade e passa a ser o que substituirá o trabalho de um profissional nas entidades filiadas, ou seja, o voluntário, nesse momento, é altamente qualificado e emprestará seus conhecimentos e serviços, gratuitamente, num curto período de tempo às entidades. A grande questão é que a nova atribuição dada ao significado do trabalho voluntário, acarreta na discussão sobre a questão de que sua atuação é realmente voluntária, de forma solidária, ou se é uma nova especificidade de trabalho.

No que diz respeito aos procedimentos de captação de recursos, ao longo dos três momentos a tônica do primeiro momento era a organização e racionalização do sistema de arrecadação de verbas das entidades, através do Sistema de Fundo Unido e Hora da Comunidade. No segundo momento, de expansão, os procedimentos tomam uma nova direção, a Fundação FEAC passa a ampliar a parceria com o poder público, para o financiamento de programas e projetos, além de investir na criação de fontes permanentes de renda, que resultaram na construção do Shopping Center Iguatemi de Campinas. Notamos que a partir do momento em que foi criada essa fonte de renda permanente, foi possível que as ações da Fundação FEAC se expandissem além de consolidar de vez a sua atuação na promoção de assistência social no município de Campinas.

No terceiro momento, foi acrescido aos procedimentos de captação de recursos o estabelecimento de parcerias com agência internacionais de financiamento o que favoreceu para a nova engenharia de gestão administrativa da Fundação FEAC e das entidades filiadas.

A respeito da gestão institucional e administrativa da Fundação FEAC, percebemos que, paulatinamente, a estrutura organizacional da instituição foi sendo estruturada. Identificamos que no momento de criação a gestão da instituição foi composta, na maioria, por voluntários que faziam parte do Conselho Deliberativo, Conselho de Contribuintes, Conselho Administrativo e

Diretoria Executiva representando 65 voluntários, sendo profissionais remunerados administrativa aproximadamente 10 funcionários, compondo a gestão.

No segundo momento percebemos a estrutura organizacional sendo reestruturada, com a reorganização do Departamento de Serviço Social para Departamento de Promoção Social, com dois novos setores de atuação. Identificamos, também, que no Departamento Administrativo, foi introduzido o setor de divulgação. Podemos notar que ao final do segundo momento, além dos membros voluntários que compunham a gestão institucional, o número de funcionários aumentou.

Já, no terceiro momento, de transformação, a estrutura organizacional da Fundação FEAC foi totalmente reestruturada, a gestão institucional passou a compor-se apenas do Conselho Curador com 25 membros, 20 vitalícios e 05 com mandato de dois anos e da Diretoria Executiva, com 05 vice-presidentes, responsáveis pelo patrimônio, conselho de entidades federadas, área social e relações externas. A gestão administrativa passou a contar com o cargo de superintendência que coordenava 08 departamentos – departamento administrativo financeiro, departamento de recursos humanos, departamento de marketing, departamento de engenharia e arquitetura, departamento de desenvolvimento social e educacional, departamento financeiro, departamento de comunicação e departamento de gestão de programas de voluntários. O número total da estrutura organizacional, entre membros da gestão institucional e a gestão administrativa alcançava 86 pessoas.

Ressaltamos que a nova engenharia de gestão, adotada no terceiro momento de transformação, foi imprescindível para a profissionalização e qualificação do atendimento prestados as entidades filiadas à Fundação FEAC.

Identificamos que se filiaram à Fundação FEAC 100 entidades que atuam em 10 segmentos: abrigo para crianças e adolescentes, abrigo para idosos, atendimento complementar, centro comunitário, educação infantil, educação infantil e atendimento complementar a escola, outros, pessoas portadoras de deficiência, reinserção social, saúde que estão organizadas em regiões de atuação

Concluimos, finalmente, que ao longo de 40 anos de existência, a Fundação FEAC representou para as políticas de assistência social e de educação de Campinas, uma importante instituição de parceira do poder público, da iniciativa privada e de agências de financiamento

internacional e possibilitou, através das suas ações, a organização e racionalização da assistência social da cidade de Campinas.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRANCHES, S. H. Política social, pobreza e desigualdade: a prática da teoria. In ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.(org.) **Política Social e Combate a Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

ABREU, M.;MARTINEZ, A.F. Olhares sobre a criança no Brasil: Perspectivas Históricas. In RIZZINI, Irene (org.). **Olhares sobre a criança no Brasil:séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro:Petrobrás-BR: Ministério da Cultura:USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

ADORNO, S. “Criança: a Lei e a Cidadania”. In RIZZINI, Irene. **A Criança no Brasil Hoje – desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

ALTENFELDER, M. **Bem-Estar e Promoção Social**. Secretaria de Promoção Social do Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP, Brasil, 1977.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Usos & Abusos da História Oral**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. (org) **Pós neoliberalismo as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed., Rio de Janeiro: Edição: LTC, 1981.

ARRECTHE, M.T.S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. **IEE/PUC-SP**, São Paulo, 2000. p.43-56.

BADARÓ, R. de S. C. **Campinas: o Despontar da Modernidade**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BARRETTO, M. **Vivendo a história de Campinas**. Campinas, SP: Autores Associados: Mercado das Letras, 1995.

BAZÍLIO, L. C. **O menor e a ideologia de Segurança Nacional**. Belo Horizonte:Veja-Novo Espaço, 1985.

BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. (org.). **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política** (2 vols.). 5. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITO, Marilza E. **Memória e Cultura**. Rio de Janeiro: C.M.E.B., 1989.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da história Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas. In **Dados Revista de Ciências Sociais**, vol.27, n.1, 1984.

CAMPOS, M. M. A mulher, a criança e seus direitos. In **Cadernos de Pesquisa**, n.106. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Autores Associados, março de 1999, p.117-128.

_____. Atendimento à Infância na Década de 80: As Políticas Federais de Financiamento. In **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.82, p.5-20, ago. 1992.

_____. Pré-Escola: Entre a Educação e o Assistencialismo. In **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.53, p.21-24, maio 1985.

CAMPOS JR. Teodoro de Sousa. História da Fundação de Campinas (Subsídios). In **Monografia do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p.5-18.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 2º Ed., Campinas, SP: Papyrus, 1988.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e norma familiar**. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1983.

DONZELOT, Jacques. **Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DRAIBE, S. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. In **Revista da USP**, nº.17, pp.86-101, mar-mai./93.

_____. Uma nova institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In **São Paulo em Perspectiva**, vol. 11 (4) 3-15, 1997.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cultura e Memória**. Revista USP, São Paulo, n.21, p.115-120, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1997.

- FREITAS, M.C. de (org). **História Social da Infância no Brasil**. SP: Cortez, 1997.
- FRIEDLANDER, W. A. **Conceitos e métodos de serviço social**. Rio de Janeiro, Agir, 1972.
- GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- _____. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.
- HAM, Christopher & HILL, Michael. **The policy process the modern capitalist state**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- KAUFMAN, F. X. Major problems and dimensions of the Welfare State in EISENSTADT, S. e AHIMER, O. (cords.) **The Welfare State and its Aftermath**. Londres: Croom Helm, 1985, p.49.
- KING, Desmond S. O Estado e as Estruturas Sociais de Bem-Estar em Democracias Industriais Avançadas. In **Novos Estudos CEBRAP**, 22,1988, São Paulo.
- KOSMINSKY, Ethel. Pesquisa qualitativas – a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia. In **Ciência e Cultura**, 38(1):30-36, 1986.
- KRAMER, S. **A Política do Pré-escolar no Brasil: arte do disfarce**. R.J. Achimé Ed., 1982.
- KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação Infantil: Uma Abordagem Histórica**. Porte Alegre:Mediação, 1998.
- _____.Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In **Cadernos de Pesquisa**, n. 78. S.P.: Fundação Carlos Chagas, Agosto de 1991, p.17-26.
- LANDGRAF, D.E.S.A. **A Federação das Entidades Assistenciais de Campinas como meio de promoção do setor de bem-estar social**. Faculdade de Serviço Social agregada a Universidade Católica de Campinas, Trabalho de Conclusão de Curso, 1965.
- LANG, Alice B.S.G. (org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. (Coleção Textos. Série 2,3)
- MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: editora Hucitec, 1998.
- MARQUES, V. R. B. **A Medicalização da Raça: Médicos, Educadores e Discurso Eugênico**.Campinas, Sp:Editora da UNICAMP, 1994.

- MARSHALL, T. H. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTINS, J. P. S. **Campinas, Vocação Solidária**. Campinas, SP:FEAC, 1998
- MARTINS, Neire do Rossio. **Unicamp 35 Anos: Ciência e Tecnologia na Imprensa**. Campinas, São Paulo:Editora a Unicamp, 2001.
- MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo, Cortez, 2001.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NASCIMENTO, M. E. P. do. **Do Adulto em miniatura à criança como sujeito de direitos: a construção de políticas de educação para a criança de tenra idade na França**. Campinas, SP; [S.N.], 2001.
- NASCIMENTO, T.A.Q.R. do. **Memórias da educação: Campinas (1850-1960)**. Campinas, SP:Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp,1999.
- NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NOGUEIRA, R. M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP**. Campinas, SP: [s.n.], 2005
- OURIQUES, N. D. Estado e políticas públicas na América Latina. In **Estado e Políticas Sociais no Brasil**, EDUNIOESTE, Cascavel, 2001.
- PALMEN, Sueli Helena de Camargo. A implementação de creches nas universidades públicas paulistas. Campinas, SP:[s.n.], 2005
- PILOTTI, F. & RIZZINI, Irene. **A arte de Governar Crianças. A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño,Universidade Santa Úrsula, 1995.
- PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, SP-Brasil, 1981.

PRIORE, M. D. (org) **História das Mulheres no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PROST, A. e GÉRARD, V. (org). **História da Vida Privada: da Guerra a Nossos Dias**. São Paulo: Companhia das Letras, vol.05, 1992.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O século perdido: Raízes Históricas das Políticas para a Infância no Brasil**. R.J.: Universidade Santa Úrsula, 1997.

_____.(org.) **A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil – uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

ROSEMBERG, F. A Educação Pré-Escolar Brasileira Durante os Governos Militares. In **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.82, p.21-30, ago. 1992.

RUZ PEREZ, José Roberto. Avaliação do Processo de Implementação: algumas questões metodológicas. In RICO, Elizabeth Melo (org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3ªed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, pp.65-73.

_____. Reflexões sobre a Avaliação do Processo de Implementação de Políticas e Programas Educacionais. In WARDE, M. J. (org.) **Novas Políticas Educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo, 1998, p.139 – 145.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

SCHONS, S. M. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”: mistificação dos direitos sociais e da cidadania**. São Paulo: Cortez, 1999.

SPOSATI, A. de O. Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma Questão em Análise. 6.ed. São Paulo:Cortez, 1995.

TELLES, V. S. Sociedade Civil e a Constituição de Espaços Públicos. In DAGNINO, E. (org.) **Anos 90. Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Ed, Brasiliense, 1994.

_____. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (org.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 3.ed. São Paulo:Cortez, 2000.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: RJ, n°. (30)2:5-43, mar/ abr. 1996.

VIEIRA, E. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____. Estado e política social na década de 90. In **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. EDUNIOESTE Cascavel, 2001.

VIEIRA, M. F. Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940 – 1970).In **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.67, p.3-16, nov. 1998.

VILLANUEVA, L.F.A. (org.) **La hachura de las políticas – antologias de política pública**. Editorial Porrúa, Mexico, 1996.

ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

A FEAC dá maior força às contribuições assistenciais (Aniversário de 205 anos da cidade de Campinas). **Correio Popular**. Campinas, 14 jul.1979.

A FEAC em casa nova para um melhor atendimento. **Correio Popular**. Campinas, 06 set. 1972.

A FEAC promoveu ontem distribuição de verbas. **Correio Popular**. Campinas, 04 jul. 1978.

A FEAC sob o ponto de vista empresarial. **Diário do Povo**. Campinas, 07 jul.1971.

A PALAVRA de quem comanda a verba das entidades. **Jornal de Domingo**. Campinas, 17 maio 1987.

ARTESANATO rende 32 mil. **Diário do Povo**. Campinas, 03 dez. 1975.

AS ATIVIDADES internas da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 24 jun.1971.

ASSISTÊNCIA Social em Campinas. [S.N.] 06 maio 1977.

BARRETO, Sérgio Barros. Rosa dos Ventos – Dez anos de Fé, esperança, amor e caridade. **Diário do Povo**. Campinas, 28 abr.1974.

BARTOLOMEI, Marcelo Assistencialismo – Parceria une Chitãozinho X Xororó à prefeitura de Campinas no ensino de agricultura e comércio – Dupla sertaneja cria escola de periferia. **Folha Campinas**. Campinas, 05 mar.1997.

BEM-ESTAR do Menor em Campinas: Inaugura-se hoje o Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida”. **Correio Popular**. Campinas, 21 jun. 1975.

BRINQUEDOS para a infância desvalida. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 02 abr.1980.

CAMPINAS participa com a FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 04 out.1970.

CAMPINAS tem levantamento. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 mar. 1970.

CASAL Símbolo de Ação Social em Campinas: tem homenagem do Shopping Iguatemi. **Jornal FEAC**. Campinas, nº.54, ano 10, abril/ maio de 2004, p.03.

CENTRO de Profissionalização de Domésticas em Campinas. **Diário do Povo**. Campinas, 08 jun. 1973.

CENTRO de Recuperação e integração social da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 24 abr.1973.

CIDADE Assistencial será construída em Campinas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 29 jun.1968.

CLUBE das Mães: meta prioritária da FEAC. **Correio Popular**. Campinas 02 jul. 1971.

CLUBE das Mães: meta prioritária da FEAC. **Diário do Povo**. Campinas, 02 jul.1971.

CONSELHO da FEAC reunido. **Diário do Povo**. Campinas, 07 jul. 1974.

CORTE de verba pode desamparar crianças: a FEAC constatou irregularidades administrativas e cortou a ajuda ao Fraterno Auxílio Cristão, que assiste 50 crianças carentes. **Diário do Povo**. Campinas, 21 out.1992.

CRIS: deverá funcionar no ano bicentenário! **Correio Popular**. Campinas, 24 jul.1973, p.09.

DA Sucursal de Campinas. Campinas projeta centro para integrar imigrantes. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 22 abr. 1973.

DE primeiro mundo – FEAC cria série de cartões dedicada ao compositor campineiro Carlos Gomes. **Diário do Povo**. Campinas, 29 jul. 2000.

DERSA tem bens bloqueados para saldar débito: medida vai se restringir à arrecadação nos pedágios das rodovias paulistas até que uma dívida de CR\$ 160 milhões à FEAC seja coberta.

Correio Popular. Campinas, 10 ago.1993.

DEZ anos de relevantes serviços da FEAC. **Correio Popular.** Campinas, 21 abr.1974.

DIRETRIZES para uma política de promoção do menor, na região de Campinas, apresentaram ao Sr. Mário Altenfelder Silva, Secretário da promoção Social do Governo do Estado, tudo o que foi estudado, pesquisado e planejado para a defesa do menor. **Jornal da Cidade.** Campinas, 02 jun.1975.

E os mendigos voltaram... **Correio Popular.** Campinas, 05 mar.1969.

É preciso aprender a envelhecer. **Correio Popular.** Campinas, 22 maio 1979.

EMPOSSADA diretoria da FEAC. **Diário do Povo.** Campinas, 28 nov.1970.

ENTIDADES Assistenciais: há sempre alguém disposta a ajudar. **Diário do Povo.** Campinas, 07 out.1973.

ENTIDADES filiadas a FEAC vão receber R\$ 3,6 milhões este ano. **Correio Popular** Campinas, 22 fev. 2000.

ESTADO não tem verba para um centro de triagem em Campinas. **Diário do Povo.** Campinas, 19 de set. 1973.

EXECUTIVOS dão aulas para entidades de Campinas. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 07 set. 1997.

FALTA de recursos atinge as entidades assistenciais. **Correio Popular.** Campinas, 26 out. 1992.

FARJALLAT, C. Os clubes de Mães funcionam assim. **[S.I.]**. Campinas, [1969?].

FARJALLAT, C. S. FEAC – seu trabalho e realizações. **Correio Popular.** Campinas, 17 dez.1972.

FARJALLAT, C. S. FEAC uma ação social de vanguarda. **Correio Popular.** Campinas, 06 fev. 1972.

FARJALLAT, C. Siqueira.Política de promoção do menor na região de Campinas.**Correio Popular.** Campinas, 28 maio 1975.

FARJALLAT, Célia Siqueira. FEAC seu trabalho e realizações. **Correio Popular.** Campinas, 17 dez. 1972.

FEAC – bonificação de Natal as obras filiadas. **Correio Popular.** Campinas, 05 jan.1971.

FEAC – contribuições da comunidade às obras filiadas. **Correio Popular**. Campinas, 03 ago. 1971.

FEAC – trabalho unido em favor dos necessitados. **Diário do Povo**. Campinas, 19 out.1969.

FEAC – União de Forças. **Diário do Povo**. Campinas, 18 jun. 1971.

FEAC aprova orçamento para 83 com aumento de mais de 100%. **Diário do Povo**. Campinas, 01 abr.1983.

FEAC arregimenta generosidade campineira. **Correio Popular**. Campinas, 29 jun. 1968.

FEAC arregimenta generosidade campineira. **Correio Popular**. Campinas 29 jun. 1968.

FEAC aumenta verba para as entidades. **Diário do Povo**. Campinas, 09 set.1978.

FEAC comemora 11 anos de vida. **Diário do Povo**. Campinas, 27 abr.1975.

FEAC comemora 13 anos de atividades e faz distribuição de recursos. **Correio Popular**. Campinas, 28 abr.1977.

FEAC comemora 17 anos hoje. **Correio Popular**. Campinas, 25 dez.1981.

FEAC comemora hoje seu 18º aniversário. **Correio Popular**. Campinas, 28 abr.1982.

FEAC comemora hoje seu 20º- aniversário. **Diário do Povo**. Campinas, 27 abr. 1984.

FEAC comemorou quinze anos de existência. **Correio Popular**. Campinas, 22 abr. 1979.

FEAC conhece Centro de Profissionalização. **Correio Popular**. Campinas, 02 abr. 1976.

FEAC construirá “Shopping Center”. **Diário do Povo**. Campinas, 10 ago.1976.

FEAC construirá “Shopping Center”: a meta da entidade: viver de renda, ampliando seu patrimônio. **Diário do Povo**. Campinas, 30 abr.1978.

FEAC desenvolveu programa para valorizar os idosos. **Correio Popular**. Campinas, 05 fev. 1980.

FEAC distribui 35 milhões. **Correio Popular**. Campinas, 01 nov.1973.

FEAC distribui brinquedos pedagógicos. **Correio Popular**. Campinas, 18 dez. 1980.

FEAC distribui verbas às entidades assistenciais. **Diário do Povo**. Campinas, 24 jul.1970.

FEAC distribui verbas. **Correio Popular**. Campinas, 05 maio 1978.

FEAC e o problema do menor em Campinas. **Correio Popular**. Campinas, 15 maio 1975.

FEAC e o seu grande Shopping Center. **Correio Popular**. Campinas, 13 maio 1978.

FEAC em casa nova para um melhor atendimento. **Correio Popular**. Campinas, 06 set. 1972.

FEAC em nova sede dentro de uma semana. **Correio Popular**. Campinas, 4 jun.1974.

FEAC implanta conceito de qualidade e produtividade nas entidades. **Correio Popular**. Campinas, 25 dez.1993.

FEAC implanta conceito de qualidade e produtividade nas entidades **Correio Popular**. Campinas, 25 dez.1993.

FEAC implanta o CRIS, no 10º. aniversário. **Correio Popular**. Campinas, 28 abr.1974.

FEAC implanta o CRIS, no 10º. Aniversário.**Diário do Povo**. Campinas, 28 abr. 1974.

FEAC inaugura hoje sua sede própria. **Correio Popular**. Campinas, 11 dez. 1976.

FEAC inaugura sede própria. **Diário do Povo**. Campinas, 01 dez.1976.

FEAC inaugurou ontem sua sede própria. **Correio Popular**. Campinas, 12 dez.1976.

FEAC inaugurou sua sede no jardim das Paineiras. **Diário do Povo**. Campinas, 12 dez.1976.

FEAC parte para a construção da casa de triagem do menor. **Correio Popular**. Campinas, 10 jan.1976.

FEAC planeja lotear área de 180 alqueires. **Correio Popular**. Campinas, 27 ago.1993.

FEAC procura agora dinamizar reuniões com os dirigentes. **Diário do Povo**. Campinas, 26 jul. 1978.

FEAC quer melhorar serviços às entidades e à comunidade. **Correio Popular**. Campinas 30 dez.1992.

FEAC quer melhorar serviços às entidades e à comunidade. **Correio Popular**. Campinas, 30 dez.1992.

FEAC recebe colaboração e distribui verbas. **Diário do Povo**. Campinas, 27 fev.1969.

FEAC recebe primeiras doações. **Correio Popular**. Campinas 21 jan.1971.

FEAC reunião de forças. **Diário do Povo**. Campinas 18 jun.1971.

FEAC se reúne e distribui verba a entidades. **Diário do povo**. Campinas, 15 jul.1977.

FEAC subvenciona projeto da fala pelo esôfago. **Diário do Povo**. Campinas, 21 maio 1982.

FEAC terá orçamento anual para as obras. **Correio Popular**. Campinas, 04 jul.1982.

FEAC vai atualizar atendimento. **Correio Popular**. Campinas, 26 mar.1983.

FEAC vai promover debates sobre as obras assistenciais. **Diário do Povo**. Campinas, 15 out.1978.

FEAC, 11 anos de estudo, técnica e amor. **Correio Popular**. Campinas, 04 maio 1975.

FEAC, a Galinha dos Ovos de Ouro. **Correio Popular**. Campinas, out.1997.

FEAC, atuação assistencial. **Correio Popular**. Campinas, 15 ago.1978.

FEAC, dez anos de presença na vida social da cidade. **Correio Popular**. Campinas, 30 abr. 1974.

FEAC: 14ª aniversário de Fundação. **Correio Popular**. Campinas, 27 abr.1978.

FEAC: 16 anos. **Correio Popular**.Campinas, 27 abr.1980.

FEAC: 19 anos na filantropia. **Correio Popular**. Campinas, 24 abr.1983.

FEAC: aumenta arrecadação às obras assistenciais. **Correio Popular**. Campinas, 12 jun. 1975.

FEAC: conselho dos contribuintes tem nova diretoria. **Correio Popular**. Campinas, 19 jun. 1975.

FEAC: distribuição de verbas. **Correio Popular**. Campinas, 16 ago.1977.

FEAC: obras e contribuição. **Diário do Povo**. Campinas, 06 abr.1969.

FEAC: Oficina de Brinquedos e as razões de sua implantação. **Correio Popular**. Campinas, 18 set. 1979.

FEAC: trinta unidades filiadas. **Correio Popular**. Campinas, 24 set.1978.

FEDERAÇÃO das Entidades Assistenciais. **Correio Popular**. Campinas, 05 ago.1973.

FEDERAÇÃO das Entidades Assistenciais. **Diário do Povo**. Campinas, 28 abr.1974.

FILANTROPIA e assistência comunitária. **Correio Popular**. Campinas, 29 maio 1977.

FILANTROPIA. **Jornal de Domingo**. Campinas, 23 abr.1989.

FUNDAÇÃO FEAC premia hoje jornalistas e publicitários. **Correio Popular**. Campinas, 11 abr.2000.

FUNDAÇÃO FEAC promove a II Festa das Nações. **Diário do Povo**. Campinas, 13 maio 1995.

HOMENAGEM póstuma ao casal Lafayette-Odila de S. Camargo. **Correio Popular**. Campinas, 26 fev.1978.

HUMANIZAÇÃO da cidade – AR-7: Pioneirismo em Administração. **Correio Popular**. Campinas, 10 ago. 1975.

I ENCONTRO Nacional de Entidades de Coordenação de Obras Assistenciais. **Correio Popular**. Campinas, 05 out.1971.

INSTALADA Agência de Promoção Social.**Diário do Povo**. Campinas, 29 jan. 1969.

INTEGRAÇÃO do Menor na Comunidade. **Correio Popular**. Campinas, [1976?].

LEONCINI, Neuza M. Camillo. Seria ótimo se elas fossem assim: mas este curso pode mudar muita coisa. **Correio Popular**. Campinas, 19 ago. 1973.

LIX da Cunha recebe pergaminho da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 23 nov.1980.

LUZITANA 369, Novo endereço da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 14 set. 1972.

MAIS do que um benefício à mulher: Clube das Mães valoriza a família. **Diário do Povo**. Campinas 30 abr.1972.

MARTINS, J. P. Dossiê FEAC: A trajetória de quatro décadas de trabalho da Fundação FEAC. **Revista FEAC**. Campinas, nº. 8, ano 3, p.13, dez. 2003.

MARTINS, J. P. Dossiê FEAC: O Pool da inclusão (outras entidades filiadas). **Revista FEAC**. Campinas, nº.7, ano 2, p.10 -18, ago. 2003.

MARTINS, J. P. Grupo de Mulheres: uma história de arte e cidadania. **Série: Tecnologia Social**. Campinas, SP: FEAC, Volume 2, 2004.

MARTINS, J. P. Voluntariado: Voluntariado faz a história da FEAC. **Jornal FEAC**. Campinas, nº.60, ano 11, p.07, set. de 2005.

MENOR infrator vai Ter casa para reeducação. **Diário do Povo**. Campinas, 10 jul.1976.

MULHERES obtêm Carteiras de Artesãs. **Jornal FEAC**. Campinas, nº. 59, ano 11, jun. de 2005. Profissionalização, p.03.

MULHERES são maioria no trabalho voluntário. **Correio Popular**. Campinas, 23 fev. 2000.

NÓS fazemos –CEFF/FEAC. Campinas, Dezembro de 1997 (nº3).

O Clube de Mães funcionam assim. **[S.I.]**. Campinas, [1969?].

O MENDIGO de hoje será um trabalhador amanhã. **[S.I.]**. Campinas, [1970?].

O que é o e o que faz a FEAC. **Jornal da Cidade**. Campinas, 18 jul.1977.

OBRAS Assistenciais Inauguram Marcenaria. **Correio Popular**. Campinas, 07 mar. 1989.

PLANO de ação da Secretaria de Promoção Social. **Correio Popular**. Campinas, 23 fev. 1973.

PLANO de ação da Secretaria de Promoção Social. **Correio Popular**. Campinas, 23 fev. 1973.

PLANO de ação para enfrentar problema do menor. **Correio Popular**. Campinas, 25 abr.1974.

PLANO de Diretrizes para enfrentar o problema do menor. **Correio Popular**. Campinas, 25 abr. 1975.

POSTOS de Atendimento para menos Favorecidos. **Diário do Povo**. Campinas 28 maio 1972.

PREFEITO Amaral ratifica acordo com a FEAC. **Diário do Povo**. Campinas 06 fev. 1977.

PREOCUPAÇÃO prioritária da FEAC: menor carente. **Correio Popular**. Campinas, 25 dez.1979.

PROJETO do CRIS pronto para ser executado (Mas quem fornecerá as verbas?). **[S.I.]**. Campinas, [1975?].

PROJETO Gente Nova: cidadania e profissionalização. **Diário do Povo**. Campinas, 01 abr.1994.

PROMOÇÃO do Menor une obras Assistenciais. **Correio Popular**. Campinas, 10 jul. 1971.

PROMOÇÃO Social se reuniu para a escolha do coordenador geral. **Correio Popular**. Campinas, 07 nov. 1975.

PUPO, Benedito Barbosa. O Problema do Menor Abandonado em Campinas. **Correio Popular**. Campinas, 02 mar. 1975.

PUPO, Benedito Barbosa. Suplemento Especial (número VI) “O que significa a FEAC para Campinas”. **Correio Popular**. Campinas, 25 out.1978.

PUPO, Benedito Barbosa.O problema do menor abandonado em Campinas. **Correio Popular**. Campinas, 23 maio 1975.

RECEITA insuficiente – FEAC inicia campanha para atualizar contribuições. **Correio Popular**. Campinas, 12 mar.1982.

REEDUCAÇÃO do Menor, obra que consagra Campinas.**Correio Popular**. Campinas, 30 de jul. 1975.

SEDE própria da FEAC vai ser inaugurada hoje. **Diário do Povo** .Campinas, 11 dez. 1976.

SEGUNDO Centro de Lazer. **Diário do Povo**. Campinas, 25 dez.1975.

SHOPPING Center da FEAC vai funcionar em abril de 1980. **Diário do Povo**. Campinas, 07 nov.1978.

SHOPPING Center de grande porte para Campinas e região. **Diário do Povo**. Campinas, 16 mar. 1975.

SIQUEIRA, Francisco Isolino de. “Amigos da Cidade”. **Correio Popular**. Campinas, 19 jan.1985.

SUPLEMENTO Especial – Número VI. O que significa a FEAC para Campinas. **Correio Popular**. Campinas, 25 out. 1978.

TEREZA. Assistência Social e Mendicância. **Correio Popular**. Campinas, 09 abr. 1972.

TIRAR Mendigos das Ruas: Missão da FEAC não é essa. **Correio Popular**. Campinas, 28 jul. 1974.

Tirar mendigos das ruas: missão da FEAC não é essa. **Correio Popular**. Campinas, 28 de julho de 1974.

TOMA Posse hoje nova diretoria da FEAC. **Correio Popular**. Campinas, 13 dez. 1972.

UM brinde à diferença. **Diário do Povo**. Campinas, 27 abr.1994.

VEREADORA acusa FEAC de prejudicar município. **Correio Popular**. Campinas, 28 maio 1998.

VOCÊ conhece a FEAC. **Diário do Povo**. Campinas, 06 mar.1969.

VOLUNTARIADO. **Diário do Povo**. Campinas, 19 jul.1970.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

BRASIL Constituição da república Federativa do Brasil. 1998.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. 1993.

DOCUMENTOS REFERENTES À FUNDAÇÃO FEAC

PLANO de Ação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educação (DDSE).**Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

PLANO de Ação das Entidades Filiadas à Fundação FEAC (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

CADASTRO de Entidades Filiadas à Fundação FEAC (DDSE). **Fundação FEAC**. Campinas, 2004.

SITES CONSULTADOS

<http://www.abrale.org.br>

<http://www.campinas.sp.gov.br>

<http://www.candido.org.br>

<http://www.centrocorsini.org>

<http://www.cosmo.com.br>

<http://www.feac.org.br>

<http://www.filantropia.org.br>

<http://www.fos.org.br>

<http://www.madrececilia.com.br>

<http://www.maternidadedecampinas.com.br>

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.melhores.com.br>

<http://www.unicamp.br>

<http://www.worldvolunteerweb.org>